

**14ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
BRASÍLIA, 01 DE DEZEMBRO DE 2011**

**Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

Senhoras e Senhores Conselheiros, só fazendo a ressalva de que o nosso atraso se deve ao fato de qualidade dos Conselheiros de conseguirem transportes até o local do nosso evento. Brasília está vivendo uma situação diferente de final de ano, carências e outros grandes eventos na cidade. Vocês devem ter sentido isso na hora de fazer reserva de hotel aqui. Para ajudar tivemos a chuva que complica um pouco mais o trânsito. Vamos aguardar um pouco mais até que os Conselheiros cheguem e a gente dá início à reunião.

**Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

Solicito aos Conselheiros que se encontram presentes que tomem assento nos respectivos locais, por favor. Bom, Conselheiros, nós temos aqui confirmados em torno de 20 Conselheiros para essa Reunião. 20 ou 22 Conselheiros nessa reunião. Presentes, contando com o Presidente em exercício, doze. Nós temos uma Pauta que ela como regra não é pequena e a Mesa encaminha para que nós possamos dar início às questões que não são deliberativas para que nós possamos encaminhar a Pauta. A Mesa propõe com isso que nós comecemos já com a apresentação da primeira Pauta. Tendo em vista que não podemos fazer aprovação da ata por falta de quorum e nem da Pauta também, eu sugiro que nós possamos ter o início da apresentação da Perícia, porque durante a apresentação com certeza nós vamos conseguir o quorum para deliberar, sob pena de nós não termos condição de seguir nesse tema. Nós temos um convidado, e eu gostaria de verificar se todos concordam, porque a Mesa não vê impedimento a isso. Um convidado sugerido pelo Diretor do Departamento da Polícia Federal, perito da Polícia Federal que se todos concordarem também participará do nosso debate. Alguém tem alguma coisa contra? Por favor.

**Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais**

Muito bom dia a todos Conselheiros e Conselheiras. Aos ilustres representantes da Polícia Federal que nos dão hoje a honra de estar presente nesta assembléia, que em sua grande maioria peritos criminais federais e dizer que o parecer do grupo de trabalho deste Conselho já foi apresentado na última reunião. Então, do ponto de vista de apresentação essa etapa já foi vencida. O que temos a superar são os debates, as discussões e as votações, o parecer por essa plenária. Então a questão do quorum também prejudica esse ponto da Pauta.

**Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

Eu creio que não. Seria interessante logicamente em que pese o trabalho já ter sido apresentado aqui, até fazendo uma correção histórica, creio que duas ou três vezes seria interessante para que firmasse e acho que o debate nada impede com relação ao quorum. O impedimento ao quorum é a deliberação do Conselho, sob pena de não encaminharmos. Eu solicitaria até sua gentileza como expositor que tentasse discorrer, até porque tem alguns Conselheiros que talvez não tenham participado da apresentação,

que se fosse possível você apresentasse os principais tópicos para que nós pudéssemos começar o debate. O Conselheiro Leôncio com a palavra, por favor. Desculpe, perdão.

**Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais**

Só para concluir, não tenho nenhum óbice, só estou registrando que já tinha sido feita a apresentação, mas não tenho nenhum óbice em reapresentar, se for o caso, e inclusive iniciar o debate com a participação dos Conselheiros aqui presentes e ouvir os convidados que nos dão a honra de estarem presentes nessa Plenária.

**Marcos Leôncio Sousa Ribeiro – Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal**

Só uma sugestão de encaminhamento. Acredito que o convidado vai fazer alguma exposição na parte pertinente à Perícia da Polícia Federal e então a gente poderia ir já para esse ponto do parecer que já foi apresentado pelo Conselheiro Agadeilton. A gente ouviria. Com certeza a Polícia Federal já viu o relatório, o teor e ouviríamos o contraponto da posição em relação à aquilo ali para que a gente possa ter uma visão melhor dessa parte do parecer.

**Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

Se todos concordarem. Todos concordam? Então podemos conceder a palavra ao nosso convidado? O nome do Senhor, por favor.

**Rogério Matheus Vargas – Departamento de Polícia Federal - DPF**

Rogério Matheus Vargas.

**Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

Então um microfone para o doutor Rogério. Eu gostaria que registrasse e se o Senhor tiver um cartão passar para a Mesa, para que pudesse constar na ata os seus dados.

**Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais**

Também só uma questão de ordem. Vai ser necessário fazer alguma explanação adicional ao parecer e depois a gente ouvir o convidado ou inverte a lógica?

**Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

Olha só, o Conselheiro Leôncio fez até para a gente encaminhar como o Senhor falou que já foi feita a apresentação, ele sugeriu que nós passemos a palavra nesse ponto para que o nosso convidado faça a apresentação e aí teríamos debates. O debate eu acho que a gente abre. Pois não? Então, por favor, doutor com a palavra.

**Rogério Matheus Vargas – Departamento de Polícia Federal - DPF**

101 A todos os Conselheiros e convidados, muito bom dia. Meu nome é Rogério Matheus  
102 Vargas e sou Perito Criminal da Polícia Federal já há mais de uma década, e passou por  
103 ordem do Diretor Geral da Polícia Federal passou por minhas mãos o parecer que já foi  
104 debatido aqui algumas vezes, talvez, de larva do Grupo de Trabalho coordenado pelo  
105 meu amigo perito Agadeilton, a quem eu tenho o prazer de conhecer. Fui instrutor do  
106 Agadeilton, apesar dele ser bem mais velho do que eu na academia de polícia. Mas  
107 existem alguns pontos no parecer que nos foi apresentado em discussão, não só com a  
108 Administração Central da Polícia Federal como com colegas peritos criminais da Polícia  
109 Federal que a gente não pode concordar. Então são pontos que são talvez dúbios, alguns  
110 que não condizem com dados que a gente reuniu em atos administrativos que a gente  
111 tem publicado dentro do órgão e que se os Senhores me permitirem, talvez eu até me  
112 estenda por mais de dez minutos, eu gostaria de expô-los ponto a ponto, para que a  
113 gente tivesse uma idéia um pouco mais exata daquilo que passa na cabeça não só da  
114 Administração Central da Polícia Federal, a qual eu aqui represento juntamente com o  
115 doutor Nóbrega como também de colegas peritos criminais federais associados ou não à  
116 Associação Nacional de Peritos Criminais Federais. Devo dizer que sou associado e fui  
117 membro da Associação Nacional ANPCF, logo em meados da década de 90 e sou  
118 associado até hoje. Um dos primeiros pontos que eu gostaria de esclarecer aqui é a  
119 questão da discussão do parecer em combinação com as Perícias Estadual e Federal. Eu  
120 conheço evidentemente a realidade das polícias estaduais. Compartilho com alguns dos  
121 problemas que as polícias estaduais enfrentam, mas acredito que um parecer que trata  
122 de uma questão tão relevante para a Perícia Criminal deveria primeiramente ser tratada  
123 de uma forma apartada. Existem alguns pontos desse parecer que nos foi apresentado  
124 que não são congruentes, então acho que seria importante que essa discussão valeria a  
125 pena que fosse tratada de forma apartada. Então, logo de início, embora seja uma  
126 questão que trate da Perícia Criminal como um todo, eu acho que deveria ser tratado de  
127 forma diferente, porque existem modelos de percepção. Percepção, não, mas de  
128 estruturação diferentes entre esses dois tipos de unidade de criminalística. Peço perdão,  
129 portanto aos meus amigos e colegas das polícias estaduais, porque conheço também o  
130 dia-a-dia de trabalho deles, embora tenha conhecimento, não posso fazer algumas  
131 afirmações e talvez até esses colegas estaduais também não saibam de alguns detalhes  
132 do que acontece dentro da estrutura da Polícia Federal. Então, pode haver algumas  
133 conclusões e interpretações equivocadas e isso pode levar a interpretações errôneas,  
134 principalmente na hora de se emitir uma nota para a Secretaria-Executiva do MJ ou até  
135 para o Ministro da Justiça. O primeiro ponto que eu gostaria de tocar é que o parecer fala  
136 que as Perícias em geral estão sucateadas e etc. Pode até ser, mas não é o caso da  
137 Polícia Federal. Muito longe disso. A Polícia Federal, se os Senhores sabem, ela tem  
138 uma unidade central de criminalística que é o Instituto Central de Criminalística, cujo o  
139 parque instrumental é superior ao de muitas universidades do Brasil. Então, existem  
140 colegas que vem de instituições acadêmicas fazer trabalhos científicos em colaboração  
141 com a Polícia Federal, evidentemente com a autonomia da diretoria técnica científica,  
142 com aval de diretores geral e superintendentes para fazer trabalhos de pesquisa dentro  
143 de INC. Os estados, eu e vários colegas que estão aqui nos apoiando, apoiando a  
144 Administração da Polícia Federal trabalhamos em unidades chamados setores técnicos  
145 científicos onde temos estrutura condizente para fazer nossa casuística. Os Senhores  
146 sabem, principalmente os colegas das Perícias estaduais e das polícias civis têm uma  
147 casuística um tanto quanto diferente. Até as unidades que estão mais interiorizadas,  
148 existe um projeto na Polícia Federal que foi encabeçado pela direção geral que é a  
149 interiorização da Perícia, onde cidades onde não existiam colegas peritos criminais hoje  
150 estão montando unidades técnicas científicas. Algumas delas hoje já têm condições e até

rendimentos em termos de produtividade, superiores ao que se imaginava inicialmente. Cito dois exemplos rápidos aqui, três talvez, a de Santa Maria no Rio Grande do Sul, a de Foz de Iguaçu que tem a produção e uma estrutura extraordinária e a de Juazeiro na Bahia, se me permitem de puxar a sardinha para o meu estado, também tem se desenvolvido com bastante afinco. Fala-se muito também no parecer que não existem cursos ou então ação de capacitação para os peritos criminais. No caso da Polícia Federal isso é uma rotina. Esses colegas muitos dos que estão nos apoiando hoje, eles estão justamente fazendo isso, um treinamento, um curso de capacitação sobre gerenciamento de projetos. Então são peritos criminais que estão num curso gerenciado pela DITEC com apoio da Direção Geral e Escritório Geral de Projetos fazendo um curso de capacitação para desenvolvimento, elaboração e condução de projetos de administração. Existem periodicamente cursos de atualização em todas as áreas, seja de química forense, seja de Perícias ambientais, engenharia civil, contabilidade, informática, eu não sei dizer ao certo quantos foram esse ano, mas certamente nos últimos anos foram mais de dez cursos de capacitação. Então, é um equívoco dizer que esses tipos de ações são raras no âmbito da Polícia Federal. Existem cursos de mestrado em andamento em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas que é uma das instituições de ensino mais respeitadas do país em andamento, seja de gestão, talvez algum colega aqui esteja fazendo esse curso de gestão pública com ênfase em criminalística. Existem outros cursos de pós-graduação em nível de mestrado sobre Ciência Policial e Criminalística, Investigação Policial e Criminalística, Informática, e etc. Essa também é uma política do órgão Polícia Federal, a capacitação continuada. Meus colegas delegados podem confirmar isso, porque eles também têm esses cursos e também são abertos a outras categorias do órgão. Então, dizer que esse tipo de ação não ocorre na Polícia Federal, na minha maneira pessoal e da Administração, esse modo de pensar é um equívoco. O ponto principal talvez desse documento que eu estava conversando ainda há pouco com o Conselheiro Agadeilton e outros colegas aqui, é questão de autonomia técnica, funcional, administrativa, etc, para o órgão, que é tão pleiteada pelos colegas das polícias estaduais e colegas das polícias civis. Ora, autonomia funcional, técnica e científica no âmbito da Polícia Federal nunca deixou de existir. Eu não me lembro de um caso onde houve ingerência de algum superior hierárquico, seja um perito criminal, porque todos os peritos criminais são subordinados a outros peritos criminais com exceção do chefe das unidades estaduais e do próprio Diretor Técnico Científico que é subordinado ao Diretor Geral, e nas unidades estaduais os chefes dos setores técnicos científicos aos Superintendentes Regionais, mas essa subordinação é tão somente, e me corrijam por gentileza os colegas delegados aqui presentes, administrativa. Não há ingerência no trabalho do Perito Criminal da Polícia Federal. Do Perito Criminal Federal. Se houve casos fortuitos de abusos de alguém sugerir alguma coisa em relação ao laudo, ao documento técnico, se alguém tiver nota disso, por favor, informe à Corregedoria da Polícia Federal ou então ao Ministério Público Federal que isso deverá ser apurado, porque falar que existe esse tipo de ingerência é no mínimo uma afronta à dignidade do Perito Criminal que eu acredito que nenhum colega meu aceitaria esse tipo de coisa. É uma afronta aos meus colegas delegados, que eu acho que posso dizer que todos que eu conheço, nenhum teria esse tipo de atitude, porque a polícia prima por princípios de imparcialidade, impessoalidade, enfim, prima pela verdade. Mesmo que aquele laudo não chegue à conclusão que um delegado de investigação sugeriria, isso não vai fazer com que se mude o que está escrito. Não existem casos assim. Se existir, como houve um caso fortuito num determinado estado de um desvio de função por razão de uma excepcionalidade, devo lembrar aos Senhores que todos aqueles que são ingressos à Polícia Federal, eles entram na carreira Policial Federal. Somos todos Policiais Federais.

201 Se estiver pegando fogo na superintendência, o gestor do órgão não vai mandar que vão  
202 os agentes e os escrivães porque delegado não pode ir. Todo mundo vai botar a mão na  
203 massa e todo mundo vai lutar pela instituição. Isso é uma característica da Polícia  
204 Federal. O sucesso que hoje a gente detém perante à Sociedade, pesquisa recente saída  
205 agora em outubro pelo Ibope CNI, disse que 60% da população acha a instituição Polícia  
206 Federal ótima. E isso, evidentemente Senhores, é pelo trabalho conjunto de todos  
207 aqueles que compõem o Órgão. Então, dizer que a gente não tem autonomia funcional,  
208 autonomia técnico científica ou que nos falta esse tipo de prerrogativa, com todo perdão,  
209 é um equívoco. Questão administrativa que se bate muito também, é que a DITEC, que é  
210 nossa Diretoria Técnico Científica que é um órgão que fica imediatamente abaixo da  
211 Direção Geral e coordena toda a parte da criminalística, que ela não tem autonomia para  
212 gerir seus recursos, também é um equívoco. A Polícia Federal não tem independência  
213 orçamentária. Ela é um órgão superior da Administração. Então ela recebe repasse do  
214 Ministério da Justiça que também não tem independência. Recebe dinheiro da Secretaria  
215 de Tesouro Nacional vem a dotação para a Polícia Federal e distribui conforme  
216 necessidades e conforme prioridades e etc. Só para custeio em 2012, isso está publicado  
217 em boletim de serviço interno, a DITEC é um dos maiores orçamentos da Polícia Federal,  
218 superiores à maioria das superintendências e delegacias, apenas para custeio. Não tem  
219 verbas de capital, não tem outro tipo de conta nesse montante. Então, dizer também que  
220 a gente tem dificuldade, pode ser que haja períodos onde a gente tenha realmente  
221 restrições orçamentárias por conta de contingências governamentais, mas não é a  
222 Perícia propriamente dita, isso é uma contingência que todo órgão sofre. Daí mais uma  
223 vez a gente se une aos Senhores delegados e peritos e vai brigar no Ministério do  
224 Planejamento, brigar entre aspas, não me entendam errado, vamos lá no Ministério da  
225 Justiça, com Sua Excelência o Ministro da Justiça dizer: - Faltou um dinheirinho aqui e a  
226 gente precisa de uma grana para fazer essa operação, precisamos custear esse tipo de  
227 diligência, e etc. Ainda mais, o parecer também se equivoca em dizer que falta de  
228 recursos para a DITEC dificultam diligências nos estados e etc. Também é um outro  
229 equívoco. Quando há restrição orçamentária, quem gerencia os recursos nas unidades  
230 regionais são os Senhores superintendentes, os grupos financeiros das  
231 superintendências. Então, a DITEC, ela pode auxiliar em caso emergencial etc, mas a  
232 verba não vem da DITEC. Eu destaquei a DITEC só para os Senhores terem uma idéia  
233 do montante que é revertido para a Polícia Federal. Não é pouca coisa, não.  
234 Continuando. Já falei da isenção. Fala-se muito também no parecer e eu respeito  
235 bastante alguns posicionamentos, principalmente o Movimento Nacional de Direitos  
236 Humanos com relação à questões que houve na década de 70 e 80, todo mundo que já  
237 estudou um pouquinho de Direitos Humanos em Segurança Pública, lembra-se de casos  
238 que realmente deixaram e ainda deixam a gente de cabelo em pé. Mas eu garanto meus  
239 Senhores, que ingerência em Laudo Pericial, mesmo dos colegas peritos estaduais e  
240 peritos das polícias civis que eu conheço, de fazer com que a gente mude uma conclusão  
241 e etc, não ocorre. E, se ocorrer Senhores, por favor, denunciem. Isso é grave, isso é  
242 crime. Se eu tiver conhecimento disso e não me manifestar eu estou me coadunando  
243 com aquele erro. É prevaricação. Se alguém afirmar que está havendo ingerência, por  
244 favor, informe, porque está cometendo um crime. É coação no curso em processo.  
245 Aquele que agiu com ingerência e aquele que deixou de denunciar deve ser punido de  
246 forma exemplar. O parecer deixa talvez por um equívoco de redação, deixa a entender  
247 que esse tipo de coisa acontece. Eu volto a insistir que os peritos da Polícia Federal, eu  
248 vou dizer aqui uma frase que foi muito feliz na hora que a gente redigiu o texto aqui.  
249 “Nossos laudos são elaborados com base em ferramentas das ciências e segundo  
250 procedimentos e instruções normativos técnicos expedidos pela Diretoria Técnico

251 Científica, tem normativos técnicos da Direção Geral também, mas aí quando rege a ação  
252 de vários policiais em conjunto quando a ação é para ser conduzida por Peritos Criminais  
253 Federais, os normativos são da Diretoria Técnico Científica”. A Administração central do  
254 órgão não influencia nesse tipo de coisa. Então, dizer que a DITEC não tem autonomia  
255 para fazer esse tipo de coisa é equivocado. Aliás, só para constar em registro, é  
256 atribuição da DITEC no artigo quatro, inciso quinto da portaria 3941 de 2009, que é o  
257 Regimento Interno nosso, que é atribuição da DITEC expedir as normas que regem a  
258 criminalística. Então, dizer que alguma outra unidade tem essa prerrogativa é  
259 equivocado. Uma curiosidade também Senhores para se ter uma idéia, fala-se muito que  
260 os peritos ficam subordinados sempre às autoridades policiais em toda e qualquer  
261 situação. Não. O nosso Diretor Técnico Científico já funcionou como Diretor Geral da  
262 Polícia Federal. Os diretores têm essa prerrogativa na linha sucessória e também assume  
263 a Direção Geral em casos em que outros na linha sucessória não assumem. E daí? Um  
264 perito vai chefiar delegados. Existem hoje grupos de trabalho expedidos que estão  
265 publicados em DS onde quem vai comandar são peritos criminais com delegados,  
266 inclusive de classes superiores dentro dos grupos de trabalho. Então, hoje tem tido uma  
267 visão um tanto quanto diferente do que é fazer polícia na Polícia Federal. O colega me  
268 lembrou aqui e eu devo mencionar isso também, que a gente tem tido experiências  
269 fantásticas e fantástico é o tema a ser utilizado mesmo nos últimos anos, onde sucessos  
270 de operações policiais se deram principalmente pela integração entre as autoridades  
271 policiais, os nossos amigos delegados, colegas delegados e os peritos criminais que são  
272 responsáveis pela criminalística. Essa integração tem se tornado uma rotina no órgão,  
273 uma salutar, louvável e bem sucedida rotina. Tivemos há um tempo atrás, há quatro ou  
274 cinco semanas um seminário em Salvador, Bahia, onde se discutiu o desvio de verbas  
275 públicas. Estiveram presentes, infelizmente o doutor Agadeilton não pode estar presente  
276 com a gente, ele é da área de crime financeiro, mas estiveram presentes membros da  
277 CGU, da Procuradoria da República, Magistrados da Justiça Federal, onde foram  
278 discutidas todas essas questões. Senhores, não houve um presente que não enalteceu,  
279 que não elogiou os trabalhos conjuntos. Então quando se fala em autonomia técnico  
280 científica, autonomia funcional, essas duas autonomias estão absolutamente **solidificadas**  
281 na Polícia Federal. A questão administrativa de casos de orçamento e etc, isso a gente  
282 resolve com dotações orçamentárias por particularidades do próprio órgão. O que a gente  
283 não pode prescindir de forma alguma, e o parecer eu acho que ele peca nesse aspecto, é  
284 dizer que segregar, separar Perícia Criminal das outras atividades de polícia judiciária vai  
285 trazer benefício. Eu pergunto, a quem interessaria essa segregação, essa separação? A  
286 Polícia Federal certamente não, porque os trabalhos hoje em dia estão cada vez mais  
287 conjuntos entre peritos, delegados agentes, escrivães e papiloscopistas, a quem eu  
288 respeito, e aí é uma opinião pessoal minha que eles deveriam se integrar mais por  
289 nossos peritos criminais e etc, mas enfim. A quem interessaria? À Sociedade?  
290 Certamente não. A Sociedade quer uma polícia eficiente e a Sociedade quer que  
291 problemas que afligem no dia-a-dia, problemas de corrupção, desvios de verba, má  
292 verbação de verba pública, tráfico de drogas e tráfico de armas e etc, sejam resolvidos de  
293 forma séria e eficiente. Isso que a Sociedade defende e apregoa. Segregar enfraquece.  
294 Tem um ditado que todo mundo aqui já ouviu, “a união faz a força”. Combinações de  
295 esforços trazem resultados exponenciais. Isso é uma citação que eu usei num trabalho  
296 que eu fiz, justamente sobre a integração da polícia judiciária tradicional com a  
297 inteligência forense no curso superior de polícia. Então, gente, segregar? Isso pode ser  
298 sugerido quando se fala em autonomia administrativa que pode ser interpretada como  
299 independência administrativa e alguém de forma equivocada achar que o pessoal está  
300 querendo uma autonomia administrativa, então vamos retirá-los dessa instituição e

301 vamos criar um órgão à parte. Isso é um equívoco. Pode ser ou criar um órgão dentro do  
302 órgão. Esse tipo de coisa que pode ser interpretada e que vem à cabo não é favorável a  
303 absolutamente ninguém, gente. Essa integração permite celeridade de respostas, a gente  
304 quer agilidade nos processos investigativos, facilidades logísticas, órgãos em separado  
305 aqueles que trabalham em unidades periciais distantes de órgãos policiais sabem disso.  
306 Existem dificuldades de contatos entre autoridades policiais e peritos criminais. Vejo isso  
307 com meus amigos e colegas no Departamento de Polícia Técnica em Salvador que é  
308 uma instituição muito bem montada merecedora de elogios, mas falta integração, se me  
309 permitem afirmar isso, entre as autoridades policiais e especialistas de criminalística  
310 daquela instituição. Então, essa segregação não leva a absolutamente nada. Então, volto  
311 à pergunta. A quem interessaria isso? Pensem nisso. Para que separar se a união é que  
312 faz a força? Administração? Não. Aos próprios Peritos da Polícia Federal? Acredito que  
313 não. Então, colocar um parecer onde possa sugerir que os Peritos Criminais da Polícia  
314 Federal desejam separar-se da Instituição Policial Federal é equivocado. É uma posição  
315 absolutamente equivocada. E, a depender da forma como se redige um texto dessa  
316 natureza e esse parecer leva a essa percepção, parece-nos que é isso que está se  
317 pleiteando. E, Senhores, não é. Não é vontade dos Peritos Criminais da Polícia Federal  
318 separar esta instituição Polícia Federal. Não é. Tenho aqui alguns poucos exemplos de  
319 amigos e colegas que vieram para reforçar esse nosso posicionamento, associados ou  
320 não. Eu não estou falando aqui de associados da PCF, não. Estou representando a  
321 Administração da Polícia Federal e falando em nome de colegas que dividem o trabalho  
322 comigo no dia-a-dia, que sentam comigo, que vão para operações policiais junto comigo  
323 e que defendem a Sociedade no nosso dia-a-dia. Uma coisa que precisa também se ter  
324 em mente, gente, é que a polícia prima pela verdade. A polícia como um todo. Então,  
325 quando se fala, quando eu ouço algum especialista ou alguém da Sociedade Civil dizer  
326 que o perito tem que ser fora de uma instituição policial para que tenha isenção no  
327 trabalho e etc, gente isso me arrepiava dos pés à cabeça. A polícia, pelo o que eu entendo  
328 de polícia, pelo menos de Polícia Federal é a busca pela verdade. Não foram poucas as  
329 ocasiões onde eu e colegas fizemos trabalhos científicos sérios onde a conclusão  
330 absolvía todos aqueles que supostamente tinham cometido um delito. E nem por isso as  
331 autoridades policiais que presidiam aquele trabalho chegaram para a gente lá e disseram:  
332 Doutor Matheus muda seu laudo ou doutor Matheus, vamos fazer outro, manda outro  
333 perito fazer. Isso não existe. Então, para a gente é gostoso trabalhar assim porque a  
334 gente sabe que a gente está defendendo a Sociedade. Exatamente, o doutor Nóbrega  
335 falou aqui, a polícia não é um órgão acusador, a polícia não é acusatória. A polícia busca  
336 a verdade. E, para buscar a verdade da forma como a Sociedade pleiteia e da forma  
337 como as principais polícias do mundo fazem, e aí cito alguns poucos exemplos, FBI,  
338 Polícia Federal da Alemanha, BKA, Polícia Investigativa Chilena, Polícia Metropolitana de  
339 Londres, a Polícia Federal Argentina, a Polícia da França que tem a Polícia Científica,  
340 mas é dentro do mesmo Ministério do Interior juntos Trabalham lado a lado com a mesma  
341 da Polícia Nacional. Todas as polícias que são ditas mais eficientes do mundo tem  
342 unidades de criminalística que trabalham em conjunto com outros policiais. Autoridades  
343 policiais dos nossos colegas delegados, com agentes de campo e etc. Essa é a grande  
344 razão da eficiência. O que elas têm além de tudo isso é aporte financeiro, mas isso e isso  
345 realmente aí uma sugestão para o excelentíssimo Senhor Ministro de Estado de Justiça;  
346 para o Ministro do Planejamento e para a Senhora Presidenta da República que aumente  
347 um pouquinho o orçamento para a Polícia Federal que todo mundo vai ganhar também.  
348 Chegou uma informação quente aqui que todas as vezes que houve consultas em  
349 assembléias, e isso eu estou falando agora como associado, onde levantou-se questões  
350 de peritos da Polícia Federal que querem sair da polícia? Em todas as assembléias onde

351 isso foi questionado, foi rechaçado. Não, não queremos. Justamente porque a gente  
352 louva essa integração que pode ser de fato aperfeiçoada. Talvez tenha algumas coisas  
353 que precisam ser aperfeiçoadas, mas louvam essa integração. Então, meus Senhores, o  
354 texto tem que deixar muito claro. Autonomia é desejável? Sim, evidente que é. Nós,  
355 peritos da Polícia Federal temos essa autonomia. Eu lhes garanto, nós temos essa  
356 autonomia. As polícias estaduais e civis? Não sei. Não é o meu dia-a-dia. Mas na Polícia  
357 Federal isso é uma realidade. Então, essas autonomias que são pleiteadas no parecer, e  
358 precisa deixar bem claro isso desde já. Que os peritos da Polícia Federal não desejam e  
359 eu garanto aos Senhores, sequer desejarão um dia segregar esta instituição Polícia  
360 Federal. Aí se me permite uma observação pessoal, agora a observação CPF. O grande  
361 sucesso que hoje a Polícia Federal detém, meus Senhores é justamente por essa  
362 sinergia entre todas as categorias. A Polícia Federal é respeitada pelos trabalhos que ela  
363 faz de investigação, inteligência e pela expertise do nosso corpo técnico. A Polícia  
364 Federal hoje em dia, não sei se os Senhores sabem, tem um corpo técnico onde 70 ou  
365 80% dos peritos têm pelo menos o nível de especialista, mestres e doutores na área de  
366 sua expertise. Estão sendo criadas dentro da Polícia Federal divisões cada vez mais  
367 especializadas. A Polícia Federal hoje em dia ministra cursos técnicos, utiliza a  
368 metodologia que a gente usa nos nossos laudos da Polícia Federal e são exportadas  
369 para outros países. Então hoje a gente deixou de ser uma polícia que só aprendia para  
370 ensinar também, graças a essa sinergia. Qualquer ação que segregue a Polícia Federal,  
371 certamente vai enfraquecer e a Sociedade como um todo vai perder. Eu acho que isso  
372 não é interessante para absolutamente ninguém. A Sociedade Civil organizada que eu  
373 preso tanto da qual eu também faço parte e já participei de vários outros tipos de  
374 associações tem que pensar nisso, enfraquecer segregando a Polícia Federal e tirando  
375 peritos criminais da Polícia Federal e da instituição federal vai fazer com que a instituição  
376 perca boa parte do que ela tem de melhor. Então o grande sucesso, repito e insisto em  
377 falar isso é justamente sobre essa parceria. Existem diversos pontos e questões que  
378 estão no parecer que me fazem achá-lo mais longe e deixa ele mais infidedigno ainda, se  
379 posso dizer assim, ou pelo menos que criam dubiedade da maneira como foi escrito. A  
380 questão da subordinação dos peritos. A subordinação que a gente tem administração,  
381 todos os peritos são subordinados a outros peritos e nem os nossos chefes, eu estou  
382 aqui presente com a chefe substituta do meu setor doutora Iracema, não me deixa mentir,  
383 e nem o chefe tem ingerência sobre o laudo do perito. A gente é detentor daquele laudo e  
384 o laudo é nosso, é imutável, e vai chegar em última instância a Justiça Federal se assim  
385 for oferecida a denúncia e etc, da mesma forma como ele foi redigido na fase de inquérito  
386 que já não é tão pré-processual assim, não. É alguém que vai esmiuçar o trabalho que o  
387 perito está fazendo para garantir a isenção. Eu já tive laudos examinados dessa forma  
388 antes de seguir. Então, esse negócio de parcialidade já está sendo blindado pela própria  
389 garantia que a legislação tem imposto. A gente tem, portanto, nossa autonomia funcional  
390 bem solidificada. Outro aspecto que gostaria de dizer também que foi atacado no parecer  
391 é da falta de autonomia, a falta de recursos das unidades que estão sendo montadas no  
392 interior. Essas unidades são incipientes. Tem que dar tempo ao tempo. Quando entrei na  
393 Polícia Federal nós tínhamos, experiência pessoal minha, uma sala onde trabalhavam  
394 seis peritos dividindo uma sala que tinham quatro metros quadrados e tinha um  
395 computador 286 com uma impressora matricial. Isso acontecia na polícia como um todo.  
396 Nos últimos anos graças aos esforços conjuntos da Administração Central e dos próprios  
397 peritos trabalhando juntos, hoje a gente tem uma infra-estrutura que sem medo de errar é  
398 uma das melhores da América Latina e talvez uma das melhores do hemisfério sul.  
399 Então, a gente está longe de ser sucateado. Falou-se muito também que a Direção  
400 Técnico Científica não tem autonomia para definir vagas e etc para concursos, que a



401 direção geral se recusa a aceitar pleitos para abertura de vagas para peritos. Em primeira  
402 mão aqui para os Senhores já foram aprovadas vagas para concurso de 2012, onde  
403 serão abertas vagas para 100 peritos criminais, entre outros policiais. Haverá vagas para  
404 agentes, escrivães, papiloscopistas, delegados e peritos. Então 2012 haverá sim, e  
405 inclusive a Administração a que eu estou representando aqui está esperando  
406 posicionamento quanto a que tipo de perito é necessário, porque isso é atribuição da  
407 Diretoria Técnico Científica. A gente quer mais químico, mais contador para combater  
408 crime de "colarinho-branco", a gente está aguardando esse posicionamento para que as  
409 coisas caminhem ainda de forma mais rápida. São 1200 vagas para o próximo concurso  
410 da Polícia Federal. Foi uma negociação de três anos. Então agora é que surgiram os  
411 resultados, os frutos dessas negociações. Com vagas para peritos. Com vagas para  
412 peritos. Para concluir, Senhores, eu não quero estender demais, eu acho que o  
413 posicionamento da Administração da Polícia Federal e posicionamento pessoal já deve  
414 ter ficado bem claro. O parecer da forma como está redigido deixa dúvidas quanto  
415 aos anseios dos peritos, pelo menos os peritos da Polícia Federal, ele pode levar a crer  
416 de uma forma a depender de quem leia o parecer que é desejo dos peritos criminais da  
417 Polícia Federal separar da instituição. Então, ele não pode ser aprovado dessa forma, de  
418 forma alguma. Repito, deveria ter sido feito de uma forma apartada, porque depois nós  
419 vamos ter uma outra discussão dizendo que não, que a autonomia, a total independência  
420 das polícias estaduais é uma coisa e Polícia Federal é outra. Desde já esse tipo de coisa  
421 tem que ficar bem claro. Os peritos criminais da Polícia Federal não querem, não  
422 desejam e não desejarão segregar-se, se separar da Polícia Federal. A gente quer  
423 unidade da instituição. O doutor Nóbrega está me lembrando da subordinação  
424 administrativa. Todo fundo tem, todas as instituições, todos os órgãos públicos são  
425 subordinados administrativamente. Então, essa independência administrativa, pelo amor  
426 de Deus, também é um equívoco. Só para concluir, eu gostaria de deixar só uma  
427 impressão rapidamente aqui. A Polícia Federal em suas diversas divisões componentes,  
428 e aí incluo a Perícia Federal, forma uma unidade forte de alta credibilidade e eficiência  
429 para o combate ao crime. Todos nós sabemos disso. O estreitamento das relações entre  
430 as investigações ditas tradicionais e as informações obtidas com as ferramentas da  
431 criminalística, essas parcerias que já existem e são bem planejadas e integradas tem  
432 permitido sobremaneira o aperfeiçoamento do conceito de uma polícia inteligente. Todo  
433 mundo fala que a polícia tem que ser inteligente, a polícia não tem que dar tiro. A gente  
434 realmente não dá tiro. São raros, raríssimos embates.

#### 435 **Voz Masculina Não Identificada**

436  
437  
438 Tenho um caso pessoal que metralharam o carro da minha família...

#### 439 **Rogério Matheus Vargas – Departamento de Polícia Federal - DPF**

440  
441  
442 Raros. Mas não é corriqueiro. Tem permitido o aperfeiçoamento da polícia inteligente que  
443 é tão desejado pela Sociedade que espera o máximo de eficiência dos seus organismos  
444 de Segurança Pública. Lembrem-se, quaisquer ações segregacionistas, separatistas que  
445 retirem o órgão de Perícia Criminal da estrutura da polícia judiciária, comprometem  
446 sobremaneira essa linha de atuação. E os maiores prejuízos, sem dúvida alguma, meus  
447 Senhores, não tenham dúvidas disso, é a própria Sociedade e a justiça como um todo. Se  
448 houver suspeição, e aí é um posicionamento da Administração da Polícia Federal, se há  
449 suspeição sobre a isenção dos trabalhos da Perícia Criminal da Polícia Federal, que se  
450 melhorem os mecanismos de controle externo. A própria legislação já está coibindo esse

451 tipo de ingerência. E se houver, busquem a denúncia. Busquem resolver esse problema  
452 seja na nossa Corregedoria, que tem que ser na Corregedoria Geral que é uma tendência  
453 de todo o Serviço Público. Uma Corregedoria Geral e não uma para cada categoria  
454 profissional, porque isso, na minha opinião, também é uma aberração. A Polícia Federal,  
455 meus Senhores, age com absoluta isenção pela busca da verdade e nesse mister não  
456 pode e não deve prescindir jamais de divisões técnico periciais. A Perícia hoje, a  
457 criminalística, o que a gente faz nos nossos laboratórios, aquela análise de sangue,  
458 aquela análise de má tinta, de um grafismo, de uma escrita, de um documento, tem que  
459 trabalhar junto com a investigação. Uma informação corrobora a outra. Quando vou para  
460 o laboratório, sou coordenador do laboratório de química no meu estado, e quando eu  
461 faço uma análise de cocaína, eu pego lá os registros e o meu equipamento e etc, eu  
462 consigo informar as equipes da DRE, Delegacia Relação de Entorpecentes que essa  
463 cocaína que eu apreendi hoje é igual à apreendida ontem e então provavelmente o  
464 distribuidor é o mesmo. Isso eu falo indo à sala do meu colega que é o chefe da DRE  
465 conversando com ele. Imediatamente após a emissão do Laudo Pericial, ele pode pegar  
466 o documento e chegar à justiça e dizer: - Olha, existe uma relação tecnicamente  
467 comprovada, cientificamente comprovada entre dois grupos que podem estar co  
468 relacionados. Isso agiliza processos, permite com que a justiça abra novas frentes de  
469 investigação, permita a abertura de novas frentes de investigação. Não são um ou dois  
470 casos que a gente resolveu assim lá na Bahia, e no Brasil. São vários. Inteligência  
471 forense que esse tipo de trabalho é chamado que a gente faz em laboratório, e as  
472 investigações clássicas têm que estar cada vez mais próximas. E, acreditem Senhores, o  
473 trabalho que a gente desempenha na Polícia Federal e certamente na maioria dos  
474 estados, não estou falando das polícias estaduais, porque não é meu dia-a-dia e não me  
475 sinto à vontade para falar, mas o que a gente faz, a gente faz com rigor técnico e uma  
476 segurança científica que podem questionar da maneira que for, mas dificilmente vão  
477 encontrar falhas técnicas na execução dos trabalhos periciais ou falhas jurídicas. Isso  
478 para a gente é muito bom. O que se espera é a celeridade e eficiência da justiça. Isso é o  
479 que todo mundo, toda a Sociedade busca hoje. Senhores, não vou me estender demais  
480 senão começo a falar e fico a manhã toda aqui. MUITÍSSIMO obrigado, obrigado por me  
481 receberem aqui de uma forma tão respeitosa e tão calorosa. Agradeço a oportunidade ao  
482 doutor Nóbrega e ao Diretor Geral da Polícia Federal que me indicou para vir representar  
483 os peritos criminais da Polícia Federal o que muito me honra. Obrigado Agadeilton com  
484 respeito à PCF e obrigado à Mesa. Bom dia, Senhores. (palmas).

485  
486 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

487  
488 Nós gostaríamos de agradecer ao doutor Rogério Matheus Vargas pela apresentação  
489 que nos trouxe e por uma questão de lógica vamos abrir a palavra para o Conselheiro  
490 Agadeilton para também apresentar as suas considerações, e em seguida vamos  
491 estabelecer o debate. Eu solicito que o doutor Rogério permaneça até para que possa  
492 participar do nosso debate, caso não haja nenhuma contrariedade dos Conselheiros e  
493 que também nós possamos também fazer alguma indagação para o doutor Rogério, se  
494 for possível. Conselheiro Agadeilton está inscrito e o Conselheiro Marcos Costa também  
495 inscrito. Conselheiro Leôncio também inscrito.

496  
497 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**

498  
499 Só queria ver se já tem a questão de quorum. Ainda não?

500

501 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

502  
503 Por favor, uma questão de ordem do Conselheiro Marcos Costa, por favor microfone.

504  
505 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**

506  
507 Talvez um debate com convidado é diferente do debate entre os Conselheiros, certo?  
508 Então, se a gente for debater com o convidado não é o debate de votação, de coisa  
509 assim.

510  
511 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

512  
513 Não, não é.

514  
515 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**

516  
517 Então é importante a gente debater com o convidado e tudo o mais, mas que fique claro  
518 que a gente vai ter depois disso um debate mesmo para valer entre nós.

519  
520 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

521  
522 Não, Conselheiro. Só esclarecendo, nós não temos quorum para votação. A questão da  
523 participação do debate, nós vamos abrir agora o debate. Não será a deliberação agora. O  
524 que foi questionado é que aconteceu o seguinte. Há uma posição que foi estabelecida  
525 pela participação do Conselheiro Agadeilton, e eu questionei a Plenária em relação de  
526 uma outra posição que foi colocada que pode ser logicamente que alguns dos Senhores  
527 Conselheiros, como já se manifestaram aqui dois Conselheiros, que possivelmente  
528 poderiam fazer perguntas ao convidado. Foi nesse sentido que a Mesa colocou. Que  
529 inclusive já está aqui presente. Mas não haverá, eu creio que não haverá essa dualidade  
530 de debates. O que haverá novamente e logicamente corroboro com a sua participação é  
531 que esse não é o momento de votação, mesmo porque nós não temos quorum. A palavra  
532 está com o Conselheiro Agadeilton.

533  
534 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**  
535 **Criminais Federais**

536  
537 Então vamos lá, primeiro queria deixar muito claro que estou muito à vontade para o  
538 debate. É a coisa que mais me satisfaz, é o debate. Por isso que desde o princípio vi com  
539 muita satisfação a presença do meu colega Rogério Matheus a quem respeito muito e  
540 admiro. E deixar claro também que ser um pouquinho mais velho para mim é motivo de  
541 honra. Chegar na idade senil não é nenhum problema, é motivo de satisfação e também  
542 nos qualifica mais ainda ao debate. Por isso desde o início não coloquei nenhum óbice  
543 para este Conselho permitir que o colega trouxesse aqui os pontos de vista da  
544 Administração, não dos Peritos Criminais Federais. É bom ficar isso muito claro. Doutor  
545 Rogério embora seja Perito Criminal Federal, mas ele está falando em nome da  
546 Administração. O que para mim é algo que se por um lado traz um pouco de satisfação,  
547 porque nesses momentos os peritos são lembrados como potenciais integrantes da  
548 Administração, mas infelizmente em muitos outros momentos o órgão não lembra. Mas  
549 de que a satisfação? De poder debater com o órgão do qual eu faço parte que em outro  
550 momento que foi convidado a vir aqui debater sobre problemas da Polícia Federal não

551 veio ao debate. Mandou o Diretor Técnico Científico. Vocês devem lembrar disso, que  
552 aqui nessa Plenária reafirmou para todos os Conselheiros que muitas decisões do DPF  
553 eram tomadas sobre a Perícia sem o conhecimento e sem a consulta dele pelo Diretor  
554 Técnico Científico. Então, esse CONASP já conhece alguns dos pontos colocados aqui  
555 pelo colega Rogério Matheus. Mas vamos centrar nossa discussão mais especificamente  
556 no que coloca o parecer e algumas coisas precisam ficar muito claras especialmente para  
557 os convidados aqui presentes que muito nos honra. E, esse parecer não é o parecer do  
558 Agadeilton, da APCF, da ABC ou dos peritos oficiais ou dos papiloscopistas. Esse  
559 parecer é um parecer elaborado como resultado de um grupo de trabalho. E dentro desse  
560 grupo tínhamos representantes, claro, da cadeira da Perícia, dos delegados, da  
561 Sociedade Civil, duas entidades inclusive, e que durante todo o tempo eu fiz todos os  
562 esforços da Ordem dos Advogados do Brasil também no início, na primeira versão do  
563 grupo. E, quem integrou o grupo desde o início, que é o caso do colega Conselheiro Almir  
564 Laureano, ele é testemunha disso, de que eu fiz todos os esforços para ter a mais ampla  
565 possível participação e contribuição de todos, no sentido de trazer seus anseios e  
566 experiências para a redação do parecer. Os citados erros pelo colega ou equívocos do  
567 colega Rogério Matheus, eu vou tentar esclarecer todos, e se houver algum que seja  
568 concreto, real e objetivo no debate dessa plenária é justamente para corrigir isso. Agora,  
569 é preciso que tenhamos dados e informações concretas e não achismos, para que  
570 sustentemos uma alteração de qualquer redação de qualquer documento deste  
571 Conselho. Para mim particularmente já fico feliz em ver que a simples apresentação do  
572 parecer já trouxe resultados concretos para a instituição da qual eu faço parte. Por  
573 exemplo, a notícia em primeira mão que muita me felicita de que no próximo concurso da  
574 carreira policial federal o cargo de Perito Criminal Federal será contemplado é de fato  
575 notícia em primeira mão que sequer a PCF sabe disso. Porque se o colega Rogério  
576 Matheus não sabe, tem cerca de três anos que esse assunto vem sendo debatido e todos  
577 os documentos enviados pela Polícia Federal, todos os ofícios, ofícios são documentos  
578 públicos oficiais arquivados dos órgãos, todos eles excluem os Peritos Criminais  
579 Federais. Não há demanda de concurso para o cargo de Perito Criminal Federal. Isso há  
580 três anos. Então, já vejo um resultado fenomenal e todos sabemos que para um sistema  
581 de justiça eficiente é importante demais, sem querer desmerecer o trabalho dos outros,  
582 mas é importante que tenhamos laudos com autonomia, com qualidade, com consciência.  
583 A Polícia Federal faz isso sim sem nenhuma dúvida, Rogério. E eu me orgulho de poder  
584 fazer isso dentro da Polícia Federal, mas também me envergonho de muita coisa na  
585 nossa instituição que precisa ser melhorada. E vou tentar sem consumir também muito  
586 tempo da Plenária, mas fico feliz em estar aberto a esse debate, é muito bom. Vou tentar  
587 colocar que existe sim problemas que precisam ser superados. Mas não é este Conselho  
588 que vai fazer isso acontecer. É a Polícia Federal. Talvez até o Governo com a mão mais  
589 pesada e mais poderosa do Ministro da Justiça ou quiçá da Presidenta da República.  
590 Então, eu acho que está muito claro que o parecer é do Agadeilton, não é da Perícia  
591 oficial, é de um grupo que foi escolhido dentro dessa Plenária. E essa Plenária tem toda a  
592 autonomia para alterar, para aprimorar ou piorar, depende da visão ou até para rejeitar o  
593 trabalho apresentado pelo grupo. Agora, eu acho que essa Plenária só não pode ficar e  
594 tenho certeza que não vai ficar, porque aqui só tem pessoas experientes, qualificadas e  
595 que já estão carimbadas no debate. Não vai ficar acuada pela posição de uma instituição.  
596 Se a gente aqui não se atua pela posição do governo, imagine de uma instituição seja ela  
597 qual for. Seja Polícia Federal, seja Ministério Público, seja o próprio Poder Judiciário, seja  
598 ela qual for. Eu acho que cada um aqui vai ter a liberdade de contribuir com esse trabalho  
599 que eu acho que é importante, é uma manifestação importante deste Conselho. Vou  
600 tentar tocar alguns pontos específicos que o colega Rogério Matheus trouxe sobre o

601 parecer. Quando ele começava a falar eu cheguei inicialmente a duas conclusões.  
602 Primeiro, eu acho que ele leu outro parecer, não o que foi apresentado aqui ou então a  
603 gente conseguiu escrever de forma muito ruim. Fico até preocupado com os laudos que  
604 eu redijo. Porque se a dificuldade de fazer-se compreender é tão grande, e eu de fato fui  
605 responsável pela redação, mas que passou também pelo crivo de outros colegas do  
606 grupo, eu fico realmente preocupado. Primeiro que o parecer não diz em nenhum  
607 momento que a Perícia da Polícia Federal é sucateada. Pelo contrário. Então vamos lá, o  
608 que diz o parecer sobre esse ponto? Vou localizar aqui no meu computador e dizer qual é  
609 para projetar. Pois não. Fica a vontade, Conselheiro.

610  
611 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**  
612

613 Eu estou meio incomodado, porque parece que a gente está debatendo um debate da  
614 Plenária. Eu quero só pontuar, nem insistir. É pontuar isso. Aqui é uma sessão de  
615 esclarecimentos com um convidado externo, entendeu? Então o debate mesmo a gente  
616 vai fazer entre nós. Não é nada em relação ao perito, não é nada pessoal, não. É uma  
617 questão orgânica nossa de funcionamento do nosso Conselho que é um conceito que a  
618 gente está tentando estruturar. Nada com relação à pessoa, qualquer que fosse a  
619 pessoa. É mais para ficar muito claro isso. Porque o debate mesmo pesado a gente vai  
620 fazer em outro momento, não é nesse momento agora, não. Porque quando a gente  
621 fechar, esse nós temos um convidado.

622  
623 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**  
624

625 Conselheiro, o Senhor me desculpe, mas a Mesa não compreende qual é a sua noção de  
626 debate.

627  
628 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**  
629

630 Deixa eu só explicar então. O debate que existe na Plenária é um debate que vai  
631 direcionar uma decisão da Plenária. Nós temos agora um convidado externo que vai ser  
632 estabelecido, foi convidado, é também um debate, mas não é um debate entre os  
633 Conselheiros para tomar uma decisão, entendeu? A gente vai debater isso, mas, por  
634 exemplo, eu só vou deixar para me manifestar só entre nós, quando a gente quando for  
635 para a decisão. A gente não vai ter esse debate e não vai passar para a decisão.

636  
637 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**  
638 **Criminais Federais**  
639

640 Eu acho que o Conselheiro Marcos Costa tem razão.

641  
642 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**  
643

644 Conselheiros, pela ordem, só esclarecendo. Eu acho que talvez até os nossos  
645 convidados imaginem com a fala do Conselheiro que esse é um Conselho fechado e que  
646 o debate é restrito aos Conselheiros. Não é essa a lógica do Conselho. Não é. Ao  
647 contrário. Esse Conselho caso haja deliberação fechada, isso tem que ser deliberado.  
648 Não é esse o caso. O debate é aberto. Casos os Conselheiros não se sintam em  
649 condições de votar, nós vamos esclarecer os pontos, mas momentos diferentes de  
650 debates eu creio que não seria o caso. Logicamente que cabe a cada Conselheiro no

651 momento da votação dizer que não tem condições de votar e que pede esclarecimentos.  
652 A proposta da Mesa em convidar, inclusive solicitar ao plenário que se manifeste quanto  
653 à possibilidade ou não do nosso convidado participar desse debate, era simplesmente no  
654 sentido de tentar esclarecer algum ponto caso houvesse alguma dúvida a ele  
655 direcionada. Nada além disso.

656  
657 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**

658  
659 Então vamos ao Regimento Interno. Cadê o livro do Regimento Interno?

660  
661 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

662  
663 Por favor, o Senhor leia e faça a indagação a Mesa. Secretaria-Executiva assessore o  
664 Conselheiro. Com a palavra o Conselheiro Agadeilton, por favor.

665  
666 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**  
667 **Criminais Federais**

668  
669 Eu entendi o ponto de vista do Conselheiro Marcos Costa, concordo com ele. Não que  
670 esse debate aqui não vá contribuir para o posicionamento dos Conselheiros, agora esse  
671 debate não encerra o debate da Plenária sobre o tema, até porque alguns Conselheiros  
672 ainda não chegaram e formando o quorum necessário há um debate para a deliberação.  
673 Isso que o Conselheiro está querendo dizer e eu acho que será sim dada continuidade a  
674 esse debate que se iniciou pelo colega Rogério.

675  
676 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

677  
678 Se o Senhor me permite esclarecer? O que a Mesa coloca é o seguinte, é que não há  
679 restrição com relação à discussão do tema. Caso qualquer um dos Conselheiros se  
680 manifeste, inclusive o próprio Conselheiro Marcos Costa pode fazer isso, ele pode dizer:  
681 Eu não estou em condições de votar, preciso de esclarecimentos. Não há problema  
682 algum com relação a isso. Agora, o que eu gostaria de pontuar e principalmente em razão  
683 de convidados que temos hoje, é que o Conselho não está fechado ao diálogo, fechado  
684 ao debate, nós não temos dois momentos diferentes, um momento aberto, um momento  
685 fechado de discussão. Não podemos ter isso. Ao contrário, tanto é que o Senhor mesmo  
686 que é o apresentador do tema, o Senhor mesmo concordou com a participação pela  
687 abertura que o Conselho tem. Então, não há momentos diferentes de debates no  
688 Conselho. O Conselho é aberto.

689  
690 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**  
691 **Criminais Federais**

692  
693 Então vamos lá. Eu acho que esse momento é importante que todos os Conselheiros  
694 estejam bem atentos e façam anotações e se quiser intervenções também, porque  
695 certamente irá contribuir para aprimorar o documento que está sendo posto à deliberação  
696 da Plenária. Então o item 29 do parecer, é o que trata da questão de como está  
697 estruturada hoje a Perícia Criminal Federal. E se alguém disser que esse item diz que  
698 está sucateada à Polícia Federal conforme colocou meu amigo Rogério Matheus, então  
699 eu vou ter que voltar para alfabetização. “A Unidade Central de Perícia INC, graças a um  
700 acordo de cooperação assinado entre o Governo brasileiro e os governos francês e

701 alemão, no ano de 1998 denominado de Projeto Pró Amazônia PROMOTEC, o qual  
702 financiou a modernização do Parque Tecnológico da Perícia Criminal Federal, conta com  
703 um avançado parque tecnológico que o coloca entre os mais bem equipados Institutos de  
704 Perícia da América Latina.” Isso é estar sucateado? “Porém não se pode dizer o mesmo  
705 da maioria das unidades descentralizadas, especialmente as situadas nas delegacias de  
706 Polícia Federal.” E infelizmente não só as delegacias. Algumas poucas delegacias talvez  
707 tenha uma estrutura mínima. Mas, por exemplo, a unidade onde eu trabalho, a  
708 superintendência da Polícia Federal na Paraíba não tem, doutor Rogério, sequer  
709 laboratório. Para fazer laudo definitivo de cocaína ou de maconha, tem que ir para Rio  
710 Grande do Norte ou tem que ir para Pernambuco. Nós fomos os peritos criminais  
711 obrigados pela Administração da Superintendência a mudar do prédio que a gente  
712 trabalhava na Paraíba que tinha laboratório, a mudar mesmo com o documento do chefe  
713 do CTEC dizendo que o novo prédio não tinha as estruturas necessárias para  
714 funcionamento da criminalística. A mínima necessária que era um laboratório. A  
715 superintendência mudou de lugar, doutor Luiz Nóbrega, mas a criminalística na Paraíba  
716 sempre foi em um prédio diferente do da superintendência. E a mudança de lugar para a  
717 Perícia não oferecia as condições mínimas necessárias para o adequado funcionamento  
718 da criminalística que era o laboratório. O nosso colega, o doutor Murga que você conhece  
719 muito bem, é um competente perito, fez um documento justificando porque nós não  
720 deveríamos sair do prédio em que nos encontrávamos enquanto não fosse criado um  
721 novo prédio, a estrutura necessária ao atendimento da criminalística. A estrutura  
722 necessária mínima. Porque o superintendente determinou. Eu estou só trazendo um  
723 exemplo, isso tudo está documentado de que várias unidades nossas da Polícia Federal  
724 infelizmente elas não contam com o mesmo nível de tecnologia que conta o INC.  
725 Infelizmente não conta. Então é isso que está dito. Isso é a verdade. Em relação às  
726 capacitações que também foi dito aqui sobre o item que fala de capacitação. O parecer  
727 não diz que os peritos da Polícia Federal não são capacitados. O que foi dito é que a  
728 partir do Decreto publicado, em salvo engano final de julho e início de agosto de 2011,  
729 talvez o doutor Rogério não conheça esse Decreto, a Diretoria Técnico Científica não tem  
730 mais autonomia para decidir em questões de capacitação, em questões de pesquisa, em  
731 questões de normatização. Eu até pedi à Mesa que providenciasse esse Decreto que eu  
732 de fato não tenho ele aqui. Mas a Diretoria Técnico Científica que tinha sete atribuições  
733 no modelo anterior do Decreto anterior, na portaria anterior que aprova o Regimento  
734 Interno da Polícia Federal, de 7 caiu apenas para duas atribuições. E as que foram  
735 retiradas foi justamente a questão ligada às capacitações, à questão ligada à pesquisa e  
736 a normatização. Todas essas questões hoje elas são e têm que ser submetidas de forma  
737 conclusiva à direção geral. Então, a gente não pode dizer que tem autonomia em relação  
738 a isso. Agora, nós temos sim capacitações na Polícia Federal, já fiz várias e agora  
739 também várias vezes já fui vetado de fazer capacitação sempre por alegação de que não  
740 tem recursos. Esse ano mesmo um evento tradicional da criminalística do DPF que é um  
741 importante evento que debate crimes financeiros no Brasil, deixou de ser realizado  
742 porque o órgão alegou não ter recursos para pagar diária e passagem dos peritos que  
743 vêm de vários estados do Brasil para fazer acontecer esse evento. Em relação ao ponto  
744 principal que eu acho que foi colocado pelo doutor Rogério que não há falta de  
745 autonomia. É um ponto de vista talvez pessoal e cada um tem um ponto de vista pessoal  
746 sobre qualquer assunto. Eu particularmente tenho vários exemplos na minha carreira que  
747 não é tão longa no DPF, são nove anos, mas que nesse curto espaço de tempo eu tenho  
748 vários exemplos de que eu não consegui dentro do que eu entendo ser autonomia ter  
749 essa autonomia. Esse ano mesmo de 2011, eu demandei ao chefe do CTEC na Paraíba  
750 para realizar uma diligência em uma prefeitura e essa diligência fazia parte da

751 metodologia e do escopo de um trabalho de um Laudo Pericial que eu estava elaborando  
752 e fui informado que teria que postergar esse trabalho, porque não tinha recursos para  
753 pagar a diária necessária a esse deslocamento. Todas as demandas que qualquer perito  
754 quiser fazer, todas as diligências pelo menos nas superintendências, não falo na INC, falo  
755 nas superintendências, todas elas têm que ser submetidas aos superintendentes que é  
756 um delegado e se o superintendente disser não tem dinheiro, o laudo não sai. Se isso é  
757 autonomia, quem vai julgar aqui são os Senhores. Agora, interferência no laudo de dizer  
758 muda esse laudo, faça isso conforme colocado aqui, isso sim é passivo de punição, isso  
759 não acontece e acho que não acontece mais nem nas polícias civis. De fato não pode  
760 acontecer. Quem fizer isso está correndo um risco enorme e a Sociedade sabe disso.  
761 Quando a Sociedade quer e reclama pela autonomia, ela reclama pela possibilidade  
762 dessas interferências indiretas. Esse perito está fazendo um laudo e não acontece na  
763 Polícia Federal, quero deixar bem claro, mas só a possibilidade é isso que a Sociedade  
764 não quer. Por que? Pode perfeitamente ser distribuída uma demanda para mim e  
765 posteriormente por qualquer questão, seja qual for, não gosto mais do Agadeilton porque  
766 ele está incomodando no CONASP, então retira aquele laudo dele, isso é possível fazer  
767 na Polícia Federal. Mas eu estou falando que isso não acontece, doutor Luiz Nóbrega.  
768 Mas é possível. Eu também acho que estou numa Polícia Federal diferente. Doutor  
769 Rogério também colocou que nós todos somos Policiais Federais, nós fazemos parte da  
770 carreira de Policial Federal. É verdade. Embora cada um tenha feito concurso público  
771 para um cargo específico. Essa lógica inclusive já me foi apresentada num debate da  
772 Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais sobre a malfadada ocorrência de  
773 Minas Gerais, que todos aqui conheceram, porque no nosso entender foi tão grave que  
774 foi trazida aqui a esse Conselho. E isso também foi dito lá. Eu queria muito que essa  
775 lógica fosse sempre respeitada. Por exemplo, na hora de escolher as adidâncias da  
776 Polícia Federal, na hora de escolher as adidâncias os peritos não são Policiais Federais.  
777 É o único cargo na Polícia Federal que não pode concorrer a nenhum espaço nas  
778 adidâncias nem adido, nem auxiliar de adido. Isso por norma por instrução normativa do  
779 DPF. E aí tem outros momentos em que nós não somos reconhecidos como Policiais  
780 Federais, no momento da escolha de superintendentes, dos diretores, dos corregedores  
781 gerais, dos corregedores regionais. Nesse momento nós não somos Policiais Federais e  
782 eu queria que o doutor Rogério, doutor Luiz Nóbrega e doutor Marcos Leôncio que são da  
783 Polícia Federal dissessem um exemplo de perito que já foi adido da Polícia Federal ou  
784 auxiliar de adido e de perito que já foi Corregedor Geral e Corregedor nas  
785 Superintendências já foi superintendente e que já foi Diretor Geral.

786  
787 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

788  
789 Conselheiro, tem uma questão de ordem levantada pelo Conselheiro Marcos Leôncio, se  
790 o Senhor permite? Com a palavra o doutor Marcos Leôncio.

791  
792 **Marcos Leôncio Sousa Ribeiro – Associação Nacional dos Delegados de Polícia**  
793 **Federal**

794  
795 Conselheiro Agadeilton, a Pauta é autonomia da Perícia. Não vamos tentar estender isso  
796 para questões de organização administrativa extra Perícia. Essa questão de Adidância,  
797 Corregedoria, são outras questões. Eu entendo a sua colocação, mas vamos realmente  
798 nos ater à discussão da autonomia pericial, por favor.

799  
800 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**



801  
802  
803  
804  
805  
806  
807  
808  
809  
810  
811  
812  
813  
814  
815  
816  
817  
818  
819  
820  
821  
822  
823  
824  
825  
826  
827  
828  
829  
830  
831  
832  
833  
834  
835  
836  
837  
838  
839  
840  
841  
842  
843  
844  
845  
846  
847  
848  
849  
850

Questão de ordem o Conselheiro Almir.

**Almir Laureano dos Santos - Rede Desarma Brasil**

Eu gostaria que fosse concedido ao Conselheiro Agadeilton a mesma prerrogativa que a gente deu ao nosso convidado. O mesmo tempo, que ele tenha a tranquilidade de colocar as coisas como ele teve e terá aqui. Eu acho que a gente não deve estar interrompendo o Agadeilton para que ele perca o raciocínio e a gente também perca esse debate na qualificação. Eu acredito que a gente teve a dignidade de conceder ao convidado o tempo todo que ele teve, inclusive repetiu temas que já tinha falado, mas mesmo assim a gente aceitou porque faz parte da democracia. E como questão de ordem eu peço que esse Conselho dê ao Agadeilton a mesma condição.

**Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

A Mesa acolhe e solicita aos conselheiros que em caso de questão de ordem a Mesa será obrigada a conceder, mas que evitem o pedido para que possamos ter a mesma simetria. O tempo será concedido da mesma forma, e a fala do Conselheiro Almir é extremamente importante nesse momento. Temos que realmente respeitar principalmente a fala. Caso hajam questões a serem colocadas, peço que anotem e ao tempo devido expresse-as. Conselheiro Agadeilton com a palavra.

**Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais**

Obrigado a intervenção dos dois Conselheiros e de fato ia ser essa a minha fala quando o colega Leôncio se manifestou, fiquem à vontade, não há problema Conselheiro Almir, qualquer um pedir aparte, aqui é o debate. Eu vou tentar não perder o raciocínio, agora Em relação ao que o Conselheiro Marcos Leôncio falou, eu só estou esclarecendo o que foi colocado pelo nosso convidado, como se o parecer estivesse com inverdade. Eu acho que isso não pode deixar de ser esclarecido e algumas questões infelizmente envolvem o debate interno da instituição Polícia Federal, e aí quero que o Conselho entenda essa necessidade.

**Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

Conselheiro, tem condições já de projetar o texto que o Senhor pediu. A legislação que foi pedida.

**Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais**

O Decreto. Mas eu só queria concluir uma lógica e depois a gente volta para ver a questão do Decreto. O doutor Rogério Matheus coloca muito bem quando diz que qualquer instituição a segregação é sempre maléfica. Eu concordo plenamente, só que não somos nós os peritos criminais federais quem patrocinou segregações dentro da Polícia Federal. E o doutor Rogério deve saber da celeuma criada dentro da nossa instituição há cerca de três anos quando por decisão da Direção Geral e da Academia Nacional de Polícia, por exemplo, os Peritos Criminais Federais que sempre fizeram um

851 curso especial de polícia junto com colegas delegados de Polícia Federal, porque o curso  
852 especial é um curso que qualifica o perito e o delegado a ser promovido à classe  
853 especial. E esse curso ele trata principalmente de matérias relacionadas à gestão da  
854 atividade policial e desde a longa história do DPF sempre peritos e delegados fizeram  
855 esse curso juntos, na mesma turma, porque eram os cargos dentro da estrutura do órgão  
856 que deveriam ser preparados nessa lógica aí, unidos para dirigirem a instituição. Só que  
857 em 2007 a Administração do DPF que não é perito e da academia que não é perito  
858 decidiu separar, fazer o curso de perito e delegado separado. Então, somos nós que  
859 estamos patrocinando segregação? Não. Pelo contrário, a gente sempre buscou a união.  
860 A gente sempre buscou a parceria, mas nós não temos o poder de se insurgir contra isso.  
861 A gente até lutou, reclamou, a CPF fez um documento, reclamou, os peritos reclamaram  
862 e acho até que o doutor Rogério Matheus deve ter também reclamado, mas foi decisão  
863 da Administração que até hoje não foi modificada. Vai ser? Não teve nenhum curso ainda  
864 juntos . Vai ter?

865

866 **Rogério Matheus Vargas – Polícia Federal**

867

868 Você me permite um aparte?

869

870 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**  
871 **Criminais Federais**

872

873 Claro.

874

875 **Rogério Matheus Vargas – Polícia Federal**

876

877 Esse caso que o doutor Agadeilton mencionou, eu vou ser breve, não quero atrapalhar o  
878 raciocínio dele, da separação do curso superior, foi justamente quando eu fiz o curso  
879 superior de polícia e houve uma particularidade que não vem ao caso aqui. Foi uma  
880 particularidade política que fez com que houvesse isso. Não foi um ato administrativo que  
881 vá se perpetuar. Nos próximos cursos certamente vão voltar a ter peritos e delegados  
882 juntos, trabalhando e estudando juntos como gerir a Instituição Policial Federal. Aquele  
883 caso foi um caso esporádico que não pode ser estendido como uma política da  
884 Administração. Por favor, não entendam assim. Então, pegar um ponto de um infortúnio e  
885 de uma mazela que tem ocorrido não pode ser estendido, isso para qualquer caso como  
886 sendo uma política da Administração, OK? Obrigado. Vou passar para o doutor Nóbrega  
887 só para complementar.

888

889 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

890

891 Por favor, eu peço que a palavra continue com o Conselheiro Agadeilton para que ele  
892 encerre.

893

894 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**  
895 **Criminais Federais**

896

897 Doutor Nóbrega quer aparte também? À vontade.

898

899 **Luiz Carlos Nóbrega Nelson - Departamento de Polícia Federal - DPF**

900

901 Só duas colocações. Não há representantes de Perícia, nós temos hoje na Interpol  
902 representante Perito Criminal Federal. E em relação ao que ele fala que a autonomia  
903 funcional que hoje falta na Unidade Técnico Científica e dificulta as atividades, quero só  
904 uma colocação bem simples: Na Polícia Federal existe um cargo chamado Coordenador  
905 de Orçamento e Finanças. COF. Como o próprio nome está dizendo todo o orçamento da  
906 Polícia Federal passa pelo COF. E o nosso há mais de quatro anos é um Perito Criminal  
907 Federal. Só para deixar a título de colocação isso. O COAD também é Perito Criminal  
908 Federal. Assessoria de Controle Interno é um Perito Criminal Federal. Então, toda a parte  
909 orçamentária que vai ser destinada às unidades passa por Peritos Criminais Federais  
910 enquanto chefe dos setores. Só essa colocação. Muitíssimo obrigado.

911  
912 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**  
913 **Criminais Federais**

914  
915 Nóbrega, a gente sabe que quem decide sobre recurso não é quem cuida do fluxo  
916 financeiro. O COF quem cuida do fluxo financeiro, quem decide é o ordenador de  
917 despesa. O ordenador de despesa da Unidade Central da Polícia Federal é um DELOG,  
918 um Delegado.

919  
920 **Aginaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

921  
922 Senhores, vamos continuar o debate. Conselheiro Nóbrega, por favor...

923  
924 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**  
925 **Criminais Federais**

926  
927 Faça o seguinte Conselheiro, o que eu falar aqui que você achar que está errado, você  
928 tem certeza, você está sendo achólogo.

929  
930 **Aginaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

931  
932 Por favor, Conselheiros, só um instante, por favor. Nós temos um texto a ser  
933 apresentado. A proposta deste momento é uma proposta de esclarecer aos demais  
934 Conselheiros com relação a essa questão pontual e a Mesa solicita aos Conselheiros que  
935 realmente esse tom esclarecedor da matéria seja levado a termo.

936  
937 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**  
938 **Criminais Federais**

939  
940 Eu vou só tentar deixar claro aqui que eu não sou leigo nesse assunto, que eu também já  
941 trabalhei numa unidade central, e que eu em 2009 ou 2010 fui responsável por elaborar e  
942 por organizar o relatório de gestão da Polícia Federal e eu conheço todas as unidades  
943 gestoras da Polícia Federal. Essa é uma matéria que não sou leigo. A DPF tem cerca de  
944 34 unidades gestoras. 34. A COF é uma unidade gestora, ela é uma unidade gestora.  
945 Agora ela tem um orçamento diminuto, apenas para atender necessidades da COF. Tão  
946 somente da COF. Agora, a unidade gestora principal da Polícia Federal chama-se COAD  
947 Coordenação de Administração. Essa COAD é subordinada ao DELOG, ao Diretor de  
948 Logística da Polícia Federal que é o ordenador de despesa por delegação do Diretor  
949 Geral. Na verdade o ordenador de despesa nato da Polícia Federal é o Diretor Geral. Por  
950 delegação, o DLOG é o ordenador de despesa da unidade gestora que é a principal, que

951 atende toda a instituição em nível nacional. E é o COAD é o coordenador financeiro. Ele  
952 assina junto com o DELOG os empenhos da Polícia Federal. O COF gerencia a  
953 distribuição de recursos financeiros e as cotas orçamentárias. Ele distribui as cotas  
954 orçamentárias e então essa é a lógica. E o assessor de controle interno da Polícia  
955 Federal está aqui, e se eu estiver errado eu concedo a palavra a ele com a permissão da  
956 Plenária para dizer se estou errado ou estou certo no que estou colocando. Então não  
957 sou leigo doutor Nóbrega, no que estou falando. Como eu estava falando, segregar não é  
958 bom e a gente não quer segregação, a gente quer é união. E eu nunca tive aqui, não  
959 tenho essa autorização da categoria dos Peritos Federais nem da APCF para defender  
960 nem na Plenária nem em qualquer documento a saída dos Peritos da polícia Federais de  
961 dentro da Polícia Federal. Assim como o doutor Rogério Matheus não tem autoridade  
962 nem autorização da PCF, nem dos peritos para dizer que a gente não quer sair. Eu tanto  
963 não tenho que nunca disse, mas o doutor Rogério disse aqui que a gente não quer sair.  
964 Esse é um debate dos Peritos Criminais Federais, esse é um debate que a PCF nunca  
965 promoveu.

966  
967 **Rogério Matheus Vargas – Departamento de Polícia Federal - DPF**

968  
969 Com todo perdão, promoveu sim.

970  
971 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

972  
973 Gente, solicito mais uma vez que seja garantida a fala do expositor.

974  
975 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**  
976 **Criminais Federais**

977  
978 Eu estou sendo o máximo democrático, mas eu não fiquei interrompendo quando vocês  
979 estavam falando, dizendo que não era verdade.

980  
981 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

982  
983 Conselheiro Humberto, por favor, permita que ele termine e peço aos nossos convidados  
984 e Conselheiro Nóbrega, vamos aguardar para que o debate seja encerrado. A Mesa  
985 informa aos Senhores Conselheiros que a partir deste momento nós temos quorum.  
986 Logicamente que como foi colocado, esclarecendo novamente, nós vamos concluir essa  
987 fase de exposição dos debates e logicamente na fase de decisão e deliberação os  
988 nossos convidados não vão participar com assento na Mesa Conselheiro Humberto  
989 permanece com a questão de ordem? Conselheiro Humberto com a palavra.

990  
991 **Humberto Jorge de Araújo Pontes - Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do**  
992 **Brasil**

993  
994 Gostaria mais uma vez o que foi levantado pelo Conselheiro Almir que houvesse respeito  
995 à palavra do Conselheiro. Se for ficar esse debate que não é interessante para a gente o  
996 Conselheiro fala, há uma intervenção, quebra-se o raciocínio do Conselheiro e quebra o  
997 nosso de quem está assistindo. Tem que haver respeito ao Conselheiro e ser respeitada  
998 a palavra dele. Pediria intervenção da Mesa para que seja feita a ordem.

999  
1000 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1001  
1002  
1003  
1004  
1005  
1006  
1007  
1008  
1009  
1010  
1011  
1012  
1013  
1014  
1015  
1016  
1017  
1018  
1019  
1020  
1021  
1022  
1023  
1024  
1025  
1026  
1027  
1028  
1029  
1030  
1031  
1032  
1033  
1034  
1035  
1036  
1037  
1038  
1039  
1040  
1041  
1042  
1043  
1044  
1045  
1046  
1047  
1048  
1049  
1050

A Mesa acata e solicita a todos os presentes, Conselheiros, convidados, assistentes e ouvintes que realmente essa questão é de fundamental importância para que possamos dar andamento ao nosso trabalho. Questão de ordem levantada pelo Conselheiro Marcos Costa. Então não é questão de ordem agora o que o Senhor está colocando. Questão de ordem Conselheiro Nóbrega. Por favor, microfone.

**Luiz Carlos Nóbrega Nelson - Departamento de Polícia Federal - DPF**

Gostaria de deixar consignado que ninguém interrompeu o Conselheiro Agadeilton. Ele fez uma indagação e esperou a resposta e vieram as três respostas, somente isso. Não há interesse em interromper o raciocínio de forma alguma. Ele indagou e eu disse sem voz no microfone: O Senhor está abrindo a palavra? E ele disse: Sim estou abrindo. Então foi respondido. Muito obrigado.

**Aginaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

Solicito também o Conselheiro Agadeilton que continue sua fala sem questões paralelas.

**Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais**

OK, para ser objetivo agora como já temos o quorum vou tentar encerrar minha apresentação.

**Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**

Por falar em quorum, aí tenho também uma questão de ordem, porque a minha questão de ordem é assim que terminar sua fala.

**Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais**

Vou considerar que o tempo também já está correndo, mas quando houve manifestação do Conselheiro Humberto porque de fato eu fiz uma colocação e foi rebatida sem ser dada a palavra pelos colegas que estão acompanhando o Rogério Matheus. Quando eu disse que nunca deliberou sobre essa questão é deliberar, colocar em votação. Já discuti várias vezes, fui em todos os encontros desde que estou na Polícia Federal, a todos os encontros de Peritos Criminais Federais, sem nenhuma exceção. Já falamos, já discutimos isso várias vezes em todos os encontros nossos, mas nunca de forma deliberativa como uma decisão da categoria. Então, eu não tenho essa autoridade para falar aqui e defender essa saída. Não tenho e nunca defendi e a PCF também nunca defendeu. Nós temos vários documentos que comprovam isso. O que a PCF defende, luta e quer? É que a Lei 1230 seja respeitada e a Lei estabelece autonomia funcional técnico científico. E para exercitar a autonomia funcional algumas alterações de ordem administrativa precisam ser realizadas e a PCF já colocou isso para Administração da Polícia Federal e isso foi rechaçado. E não é criar órgão dentro de outro órgão, não. Nós temos vários modelos de órgãos na Administração Pública Federal, que eles se coadunam com o que a PCF queria em relação ao cumprimento da Lei 1230. Era simplesmente que a unidade gestora que já existe, chamado DITEC que é a Diretoria

1051 Técnico Científica, ela tivesse um orçamento suficiente para atender as demandas da  
1052 criminalística do Brasil inteiro. Que não ficasse nas CETECs e nas UTECs a depender,  
1053 financeiramente falando, da vontade do superintendente, da vontade do chefe da  
1054 delegacia. Era só isso. Se vocês observarem, o parecer fala, deve ser o item na  
1055 conclusão, por favor, do parecer. Eu acho que é o item terceiro da conclusão.  
1056 “Independente do modelo adotado, é imprescindível que seja garantida a autonomia por  
1057 intermédio da estruturação da Perícia Criminal em Unidades Administrativas.” Unidades  
1058 Administrativas não é órgão. “Dirigidas por peritos oficiais de carreira com dotação  
1059 orçamentária própria especificada no orçamento do órgão.” Dotação orçamentária não é  
1060 orçamento. Orçamento tem o DPF que é órgão. O DPF é Órgão Orçamentário. Dotação  
1061 orçamentária é apenas um pedaço do orçamento que é reservado para uma unidade  
1062 gestora. A gente só pede que esse pedaço no DPF seja suficiente para atender as  
1063 necessidades da Perícia no Brasil inteiro. Como eu falei antes para não ficar o chefe que  
1064 é o dirigente da unidade de Perícia nos estados tendo o tempo todo que pedir ao  
1065 superintendente que negociar, que rogar, porque isso no meu entender e entender eu  
1066 acho que dessa Plenária também, não sei, de repente alguns até não concordem, isso é  
1067 carência de autonomia. Eu sempre digo que quem vive na situação que a gente vive nos  
1068 estados é igual a filho adolescente, que quer morar dentro da casa do pai, quer pedir  
1069 dinheiro ao pai e quer ter autonomia. Não tem. Quem depende financeiramente de  
1070 alguém não tem autonomia. Então, é o que está colocado. Eu acho que a interpretação  
1071 disso aí, aí eu digo sim equivocada. A gente não está pedindo, não está pleiteando e  
1072 recomendando a esse plenário que vote um parecer dizendo que a Perícia da Polícia  
1073 Federal saia de dentro da Polícia Federal. Eu não tenho essa liberdade para pleitear isso  
1074 aqui. A discussão no grupo também não orientou nesse sentido, embora essa posição  
1075 seja muito clara em relação aos colegas das Perícias dos estados. Eles têm essa posição  
1076 muito clara. Mas o parecer não é da APCF, como já falei, não é da ABC e não é dos  
1077 peritos. É o parecer de um grupo desse Conselho. Então, o último ponto colocado, a  
1078 necessidade de se apartar por conta da particularidade da Polícia Federal, também não é  
1079 uma necessidade que esse Conselho deva se curvar a ela. Até porque da forma como foi  
1080 colocado e como foi tratado no parecer, as divergências ou as particularidades já foram  
1081 conciliadas. Tanto é que no item segundo da conclusão é dito: “A forma como essa  
1082 autonomia será efetivada é questão de natureza administrativa e de cada Unidade da  
1083 Federação e da União, dentro dos limites constitucionais vigentes podendo ser efetivada  
1084 no âmbito das polícias judiciárias ou fora delas, sendo que mantido o entendimento atual  
1085 no Supremo Tribunal Federal a constituição de órgãos e Perícias fora das polícias  
1086 judiciárias os desqualificam como instituição policial, a não ser que haja sua expressa  
1087 inclusão através de emenda constitucional do rol das instituições definidas no artigo 144  
1088 da Constituição Federal.” Então, tudo o que envolve do ponto de vista legal essa questão  
1089 foi colocado aí nesse item segundo. Primeiro. Pode dentro de uma instituição policial  
1090 você ter uma unidade de Perícia que tenha autonomia administrativa e que tenha dotação  
1091 orçamentária própria? Pode. E trago aqui se quiserem vários modelos. Vou citar apenas  
1092 um. A inteligência da Receita Federal. A inteligência da Receita Federal é uma unidade  
1093 dentro da receita que tem dotação orçamentária própria e tem autonomia. O Secretário  
1094 Geral da Receita Federal ele não pode interferir no trabalho da unidade de inteligência da  
1095 receita. Tem vários outros exemplos, mas estou trazendo apenas um. Então, isso é  
1096 possível, é factível administrativamente. E é isso que a gente defende, porque é isso que  
1097 a categoria até o momento tem pleiteado para a Perícia da Polícia Federal. Então, doutor  
1098 Rogério e meus colegas peritos que aqui estão representando a Administração, o parecer  
1099 não recomenda, conforme vocês entenderam, que a Perícia da Polícia Federal saia de  
1100 dentro da Polícia Federal. Não traz essa recomendação. Se houver algum item do

1101 parecer que leve a essa interpretação, vocês aqui coloquem. Digam que a gente vai ler e  
1102 vai interpretar. Então, eu agradeço a atenção de todos. Perdão à veemência em alguns  
1103 pontos, mas é algo que eu sempre digo. O perito é adestrado para ser compromissado  
1104 com a verdade. E quando aquilo que ele diz é questionado, está sendo questionado o  
1105 que ele tem de mais precioso, que é o compromisso com a verdade. Muito obrigado.  
1106 (palmas).

1107  
1108 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1109  
1110 Conselheiros, estão inscritos para a fala o Conselheiro Leôncio, Conselheiro Marcos  
1111 Costa, Conselheiro Nóbrega, Conselheiro Humberto. Questão de ordem do Conselheiro  
1112 Marcos Costa.

1113  
1114 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**

1115  
1116 É porque a Mesa manteve aquele entendimento de que nós já estamos debatendo e que  
1117 levará à votação, não é isso?

1118  
1119 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1120  
1121 Bom, a Mesa entende que esse é um momento de esclarecimento dos Senhores  
1122 Conselheiros. A Mesa solicitou inclusive no início que o convidado permanecesse na  
1123 Plenária caso houvesse alguma pergunta dos Conselheiros direcionada aos convidados.  
1124 Encerrada essa fase, caso não haja essa necessidade ou interesse dos Conselheiros  
1125 logicamente dessa fase de deliberação o nosso convidado não participará, caso haja  
1126 algum Conselheiro que não se sinta em condições de votar, nós vamos abrir o debate  
1127 novamente.

1128  
1129 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**

1130  
1131 Certo, então vamos ter o debate e já passar para deliberação.

1132  
1133 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1134  
1135 E só posicionando, esse ponto específico é interessante que a gente faça uma ressalva,  
1136 ele já vem há quantas reuniões, Conselheiro Agadeilton? Desde a quinta reunião. Na  
1137 última reunião, infelizmente em razão da falta de quorum, nós não concluímos o debate  
1138 naquela reunião. Inclusive quando foi solicitado no início dessa sessão a apresentação  
1139 pelo Conselheiro Agadeilton, ele mesmo diz que já havia sido apresentado e que não  
1140 haverá necessidade de nova apresentação. Foi isso que aconteceu.

1141  
1142 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**

1143  
1144 Certo, então minha questão de ordem é basicamente essa e nada em relação a outros  
1145 convidados, mas o Regimento é muito claro quando diz do uso da palavra. Manifestação  
1146 é o uso da palavra ordinariamente realizada pelos Conselheiros. Exposição é a  
1147 apresentação realizada por Conselheiro ou convidado. Então o convidado só expõe.  
1148 Possui direito a voz. É o artigo 39 do Regimento. “Os convidados do CONASP em  
1149 momento específico e sobre a matéria para o qual o convite havia sido formulado.  
1150 Parágrafo primeiro. O Presidente poderá por iniciativa própria ou do Conselho priorizar

1151 participação de convidados com direito a voz em momento específico sobre temas de sua  
1152 área de atuação.” Então a minha questão de ordem basicamente é a seguinte: Acho que  
1153 tem que fechar a exposição do convidado e o contraponto que foi feito, agradecer a  
1154 participação do convidado e fechar essa parte. Fechou essa parte, a gente abre o debate,  
1155 porque o debate é feito só entre os Conselheiros. Não se debate com pessoas estranhas.  
1156 Aí vamos pegar o exemplo do Supremo Tribunal Federal, ele é aberto democraticamente  
1157 e faz Audiência Pública, mas jamais um relator vai debater uma Audiência Pública. Ele é  
1158 informado e recebe as manifestações mais diversas dos interessados para sua reflexão.  
1159 Mas o debate é feito entre os Ministros. Então a gente não pode abrir a exceção de  
1160 debater com convidados externos dentro do processo de formação da vontade da  
1161 Plenária. Esse é um outro momento. Então fechamos agora a exposição do convidado, o  
1162 contraponto que foi feito, se alguém quiser tirar alguma dúvida nessa fase de exposição  
1163 do convidado a gente faz ainda agora, mas isso não é o debate que levará a uma  
1164 deliberação. Aí abre-se o debate, Agadeilton faz uma nova apresentação simples, rápida,  
1165 pontua a proposta, e aí a gente começa a debater para valer.

1166  
1167 **Aginaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1168  
1169 Conselheiro, o Senhor fez um encaminhamento. Com relação ao encaminhamento que o  
1170 Senhor fez, com todo respeito da simetria que o Senhor colocou, mas eu acho que ela  
1171 não cabe.

1172  
1173 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**

1174  
1175 Aginaldo, só uma coisa. Questão de ordem é para decidir pela Plenária. Agora vamos  
1176 discutir essa questão de ordem.

1177  
1178 **Aginaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1179  
1180 O Senhor está confundindo as coisas. Uma coisa é discussão da Plenária e outra coisa é  
1181 a colocação da Mesa diante de uma posição que foi estabelecida. Então, por favor, o  
1182 Senhor me aguarde e me ouça. Na qualidade de Presidente que eu estou dizendo isso.  
1183 Vamos organizar a situação. Houve uma orientação quando o Senhor não estava  
1184 presente, foi levado para o plenário essa questão, o plenário decidiu que o convidado  
1185 participaria dessa discussão. Ao final da exposição foi colocado a plenária novamente de  
1186 acordo com o artigo que permite ao Presidente e à Plenária colocarem questões pontuais  
1187 a discussão. Foi feita ressalva por parte da presidência, no sentido de que o convidado  
1188 participaria, porque poderia haver a possibilidade de algum esclarecimento. Salvo os  
1189 Senhores peritos que fazem parte do Conselho, nós outros como o Senhor também  
1190 somos leigos na matéria. Então havia a possibilidade que alguns dos Senhores  
1191 Conselheiros tivessem alguma necessidade de esclarecimento. O debate é antes de tudo  
1192 uma oportunidade para que nós possamos conhecer melhor o tema. Não é uma fase  
1193 propícia de decisão. Ao contrário do que o Senhor colocou, lá na simetria do Supremo  
1194 não é essa a lógica regimental do Supremo que nós possuímos aqui no Regimento. No  
1195 Supremo todos são em tese, salvo em caso também de esclarecimento pelo perito e que  
1196 o perito nesse caso participe inclusive de esclarecimentos pelos Ministros do Supremo, lá  
1197 também o perito participa do debate. Os Ministros quando há alguma indagação podem  
1198 se dirigir ao perito. Então, não há aqui entre nós a possibilidade dessa simetria. Eu  
1199 gostaria só de frisar uma questão que não é a lógica da participação pontual do nosso  
1200 convidado nesse momento de estabelecer o debate ou a vinculação do voto, como foi



1201 muito bem colocado e inclusive acolhido pelo Conselheiro palestrante. A única questão  
1202 que a Mesa colocou, foi no sentido de caso houvesse algum esclarecimento feito ao  
1203 nosso convidado, que os Conselheiros tivessem essa oportunidade, nada além disso.  
1204 Então estaremos abrindo agora. Caso não haja interesse de nenhuma pergunta para o  
1205 nosso convidado, ele simplesmente vai se retirar como inclusive já foi pactuado com ele,  
1206 não há problema nenhum com relação a isso. Nós temos aqui três inscritos, o  
1207 Conselheiro Almir pede questão de ordem. Por favor.

1208

1209 **Almir Laureano dos Santos - Rede Desarma Brasil**

1210

1211 Presidente, eu acho que como foi iniciado a reunião e houve consenso da sua parte e a  
1212 sensatez imperou no início para a gente não perder tempo, porque não tinha quorum e se  
1213 tem quorum, esse assunto que foi colocado para poder preencher esse tempo e agilizar  
1214 as coisas por ordem já com quorum a gente vote a Pauta. Encerremos esse assunto que  
1215 foi a oportunidade rica de ter aqui um convidado trazendo mais informações para a gente,  
1216 mas que a gente encerre esse assunto e comece a Pauta que o quorum já permite.

1217

1218 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1219

1220 Certo, nós temos aqui três inscritos. Posso terminar? O Senhor está confundindo as  
1221 coisas, Conselheiro. Nós temos três inscritos e vou solicitar aos três inscritos que  
1222 aguardem para a fala em razão de que nós temos o quorum acolhendo o  
1223 encaminhamento do Conselheiro Almir.

1224

1225 **Almir Laureano dos Santos – Rede Desarma Brasil**

1226

1227 Presidente, não foi essa colocação. A colocação é que a gente encerre. Se for o caso dê  
1228 as três falas, mas a gente encerre e comece com o quorum e já com a Pauta.

1229

1230 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1231

1232 Conselheiros, então com o esclarecimento do Conselheiro Almir, os Conselheiros  
1233 inscritos então mantém a sua inscrição?

1234

1235 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**

1236

1237 Aí tem minha questão de ordem. Minha questão de ordem não foi votada. Eu coloquei a  
1238 questão de ordem e a Mesa tem que encaminhar para a Plenária. A minha questão de  
1239 ordem foi muito clara, é encerrar a exposição, agradecer a participação do convidado  
1240 como devemos agradecer todos os convidados. Fechou essa parte e aí vamos começar o  
1241 item da Pauta.

1242

1243 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1244

1245 Conselheiro nós temos duas questões de ordem postas. A primeira questão de ordem  
1246 nós vamos encerrar agora e não há possibilidade das falas que foi colocada pelo  
1247 Conselheiro Marcos Costa.

1248

1249 **Almir Laureano dos Santos - Rede Desarma Brasil**

1250

1251 Pode até ter as falas.

1252

1253 Eu acho que nós estamos falando a mesma coisa.

1254

1255 **Marcos Leôncio Sousa Ribeiro – Associação Nacional dos Delegados de Polícia**  
1256 **Federal**

1257

1258 A gente faz o seguinte. Eu acredito que todos que se inscreveram deixam para fazer isso  
1259 na oportunidade do debate é tranquilo.

1260

1261 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1262

1263 Isso. Todos concordam? Alguém tem alguma coisa a perguntar ao nosso convidado?  
1264 Nenhuma? Eu gostaria de agradecer ao nosso convidado. O Senhor tem? Conselheiro  
1265 Tião. Questão de ordem do Conselheiro Tião.

1266

1267 **Sebastião Santos – Viva Rio**

1268

1269 Só aproveitar aqui a presença dos convidados, nós ouvimos longamente aqui as duas  
1270 posições, me parece que eu ainda estou com muitas dúvidas. A primeira é: Há alguma  
1271 posição contrária dos convidados com relação a que o CONASP emita o parecer sobre o  
1272 tema? Dois. Essa posição é pontual? E se é pontual, quais são os pontos que a gente  
1273 deve discutir? Porque me parece que há divergências e há convergências. Primeiro, se  
1274 há posição contrária a que o CONASP emita o parecer, isso é uma posição; e se há  
1275 posição contrária, quais são os pontos efetivos que a gente deve debater aqui. Não  
1276 vamos entrar em questões administrativas das corporações, nada disso. Quais são  
1277 pontos específicos que a gente tem que discutir aqui.

1278

1279 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1280

1281 Conselheiros só para realmente alinharmos, vamos acolher a questão levantada e  
1282 garantiremos a fala dos que estão inscritos, e terminada a fala dos que estão inscritos  
1283 nós vamos encerrar e retornar à aprovação da Pauta e da Ata. O nosso convidado por  
1284 favor com a palavra. Microfone para o convidado para responder a questão colocada pelo  
1285 Conselheiro Tião.

1286

1287 **Rogério Matheus Vargas – Departamento de Polícia Federal - DPF**

1288

1289 Mais uma vez obrigado pela oportunidade. Só para encerrar não vou me estender,  
1290 obrigado ao Conselheiro Tião. O que levou a Administração da Polícia Federal me trazer  
1291 aqui como convidado para questionar esse parecer, é que da maneira como está escrito  
1292 pode gerar uma dubiedade e uma interpretação que leve alguém numa esfera superior a  
1293 imaginar que a Perícia da Polícia Federal deseje deixar a instituição Polícia Federal.  
1294 Então, por isso é que logo no começo eu sugeri que isso fosse tratado de forma apartada,  
1295 mas o doutor Agadeilton disse que não seria possível e etc. Mas acho que carece, ao  
1296 contrário do que acontece com ABC que já acompanho há mais de uma década o  
1297 trabalho da ABC, não existe um consenso ainda dentro da Polícia Federal a esse  
1298 respeito. Por dados pessoais que eu tenho, muito pelo contrário. Essa idéia nos é  
1299 totalmente avessa. Então antes que seja, já que existe a possibilidade de alguma leitura  
1300 aqui, como não só eu, como o próprio Diretor Geral, como o doutor Nóbrega e outros

1301 colegas que aqui estão e outros que não puderam vir por seus trabalhos, como houve  
1302 essas questões de dubiedade, onde se fala em autonomia administrativa que pode ser  
1303 interpretada como independência administrativa e a questão da autonomia funcional que  
1304 pode alguém interpretar como independência funcional, e aí sim, alguém sugerir a criação  
1305 de um novo órgão, ou que não seria, como eu já disse algumas vezes reiteradas aqui  
1306 interessantes para a gente, eu acho que esse parecer não pode ser aprovado da maneira  
1307 como está redigido pelo menos. A não ser que estejam bem claras, bem clarificadas e  
1308 definidas essas questões que diferenciam na minha percepção e de tantos outros colegas  
1309 que participam da Administração da Instituição Polícia Federal, como também da minha  
1310 categoria independente ou não de ser associado, isso não pode levar dúvidas, porque o  
1311 nosso cliente é a Sociedade e isso pode criar no final um prejuízo irreparável. Isso que  
1312 me preocupa, é isso que preocupa a Direção Geral da Polícia Federal, todos os Diretores  
1313 da Polícia Federal e os colegas que aqui estão. Só essa a questão que eu vim trazer  
1314 aqui. Então é a dubiedade a algumas questões pontuais como o Conselheiro Agadeilton  
1315 colocou da questão da experiência da Paraíba que tem outras coisas por detrás. Isso é  
1316 uma discussão interna da Polícia Federal, totalmente factível de se resolver com simples  
1317 conversas. Então, eu acho que não vem ao caso ficar pontuando aqui, senão vou ter de  
1318 rebater cada uma das falas dele. Então, a questão justamente é só essa, encerrando. A  
1319 questão que eu vim colocar aqui, é que o parecer da forma como nos foi apresentado  
1320 leva dubiedade contra anseios de uma categoria que pode prejudicar uma das melhores  
1321 instituições policiais do mundo, eu diria, da América Latina com certeza e uma quiçá do  
1322 mundo. É só isso, agradeço ao Tião pela oportunidade de poder me manifestar mais uma  
1323 vez. Agradeço a Mesa pela oportunidade e a todos os meus amigos e colegas  
1324 Conselheiros. Agradeço de público a Direção Geral da Polícia Federal pelo convite, ao  
1325 apoio dos meus amigos e muitíssimo obrigado novamente. Vou me retirar da Mesa, mas  
1326 não sei se é permitido eu continuar assistindo. É permitido? Agradeço então. Muitíssimo  
1327 obrigado, Senhores. (palmas).

1328  
1329 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1330  
1331 Nós gostaríamos de em nome da presidência do Conselho Nacional de Segurança  
1332 Pública agradecer ao doutor Rogério Matheus Vargas e aos colegas da Polícia Federal  
1333 por participarem conosco dessa manhã e por participarem dessa discussão que  
1334 sobretudo ela busca esclarecer. A Mesa também agradece ao Conselheiro Agadeilton  
1335 pela gentileza e fineza com que encarou a presença de uma pessoa que tem opinião  
1336 diferente da sua, mas com certeza, democraticamente acolheu essa discussão e dela  
1337 participou de uma forma extremamente cortês e gentil. Então, agradecimentos a essa  
1338 postura do Conselheiro. Conforme encaminhamento tomado, os inscritos estão ficam com  
1339 as inscrições suspensas que estão registradas e eu passo a palavra à nossa Secretária-  
1340 Executiva para que façam a leitura da programação geral que temos para essa reunião.  
1341 Por favor, Suelen.

1342  
1343 **Suelen da Silva Sales - Secretária-Executiva do CONASP**

1344  
1345 Bom dia a todos e todas. Temos hoje pelo período da manhã aprovação da Ata da 12ª. e  
1346 13ª. Reunião Ordinária. A Ata da 12ª. Reunião acabamos por não aprová-la, porque teve  
1347 uma questão do Conselheiro Marcos Dias e nós acabamos não aprovando. Autonomia da  
1348 Perícia que é essa discussão nossa que já iniciou e uma recomendação para o Instituto  
1349 de Identificação da Bahia que será apresentado pela Conselheira Simone. No período da  
1350 tarde abertura da reunião às 14 horas. Fim da pena restritiva de liberdade. Apresentação

1351 da Câmara Técnica de Instituições Policiais e o Conselheiro Heder; apresentação das  
1352 Câmaras Técnicas. Todas as Câmaras Técnicas que tiverem moções, recomendações  
1353 serão apresentados encaminhamentos, falar sobre o trabalho que tem sido feito também  
1354 será hoje no período da tarde. Amanhã pela manhã abertura às 8 horas da manhã, eu  
1355 peço for possível todos estarem aqui às 8 mesmo para a gente conseguir iniciar para  
1356 ninguém perder o vôlei e acabar o quorum, como tem acontecido nas últimas reuniões. Se  
1357 não chover. Homofobia no Brasil, apresentação da ABGLT, o nosso Conselheiro Márcio  
1358 Marins e a Pauta da Conferência, a Câmara Técnica de Mobilização ficará para amanhã  
1359 porque é uma Pauta mais extensa sobre a Conferência que seria discutida na nossa  
1360 Reunião Extraordinária que acabou não acontecendo por força maior. No período da  
1361 tarde, abertura da reunião provavelmente nós retomaremos com essa Pauta e informes  
1362 gerais. Nós temos três itens que foram solicitados pelos Conselheiros que entrassem  
1363 como informe que são pequenos pontos. Então, quem tiver mais questões também é  
1364 amanhã nessa parte dos informes gerais no período da tarde.

1365  
1366 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1367  
1368 Com relação à Pauta, Conselheira Cynthia, por favor, com a palavra.

1369  
1370 **Cynthia Maria Pinto da Luz - Movimento Nacional de Direitos Humanos**

1371  
1372 Só para justificar o problema especialmente meu de atraso de duas horas pela manhã,  
1373 mas na medida em que a convocação por motivos óbvios da reunião é muito em cima da  
1374 hora, os problemas com hotel estão complicadíssimos. Então deu-se a isso e acredito  
1375 que é a dificuldade de muitos dos Conselheiros.

1376  
1377 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1378  
1379 Muito bem lembrado pela Conselheira Cynthia, no caso eu já havia pontuado à Mesa e  
1380 em razão dessa questão que nós também levamos em conta do início dessa reunião,  
1381 fazendo aquela ressalva de que na verdade nós anunciamos com 30 minutos conforme  
1382 prevê o Regimento que não tinha começado ainda em razão da ausência de quorum,  
1383 ressaltando que essa ausência se devia a esses fatos. Brasília vive agora um momento  
1384 específico e singular de conferências de outros grandes eventos que passam pela cidade,  
1385 e além de tudo o problema da chuva que realmente ocorreu. Então foi feita essa ressalva  
1386 e inclusive eu peço a aqueles Conselheiros que ainda não assinaram a lista de presença  
1387 que o façam. Secretaria-Executiva verifique e busque a assinatura, porque realmente  
1388 hoje foi um dia anômalo. Com relação à Pauta o Conselheiro João Francisco gostaria de  
1389 fazer uso da palavra? Perdão, Eliana, por favor.

1390  
1391 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

1392  
1393 Só para confirmar se a Pauta da Conferência vai ser no horário da manhã, amanhã de  
1394 manhã?

1395  
1396 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1397  
1398 Amanhã no período da manhã é a apresentação da homofobia que o Conselheiro Márcio  
1399 vai fazer, ele disse que não toma muito tempo, não é Márcio? E também a gente até já

1400 conversou com ele, dependendo de como for o período da tarde da apresentação das  
1401 câmaras técnicas ele até fazer hoje mesmo.

1402

1403

1404 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

1405

1406 É, porque a gente ia ter uma extraordinária para discutir essa questão da Conferência e  
1407 não teve.

1408

1409 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1410

1411 Nós temos apenas quatro Câmaras Técnicas que tem coisas para apresentar e uma  
1412 delas é mobilização. Então, nós temos três Câmaras Técnicas para apresentar no  
1413 período da tarde. Então, provavelmente as Câmaras Técnicas, instituições policiais que é  
1414 sobre a reformulação que foi feita, a Câmara Técnica de Sistema Prisional e Acesso à  
1415 Justiça; Combate à Discriminação e Câmara Técnica de Mobilização.

1416

1417 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

1418

1419 A gente não poderia à tarde começar pela Câmara Técnica de Mobilização?

1420

1421 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1422

1423 Olha só Eliana, o que eu acho que a gente poderia tentar fazer e o Márcio também, é de  
1424 repente tentarmos fazer homofobia hoje ainda e na parte da manhã toda a gente fica com  
1425 a Conferência e se encaixar mais alguma coisa. O que vocês acham? À tarde não dá  
1426 porque sempre tem alguém que sai e é complicado. O duro de começar eu acho que o  
1427 tema da Conferência é um tema grande e ele vai perpassar por vários assuntos. A minha  
1428 preocupação é a gente começar ele hoje, não concluir e leva amanhã e pega a manhã  
1429 toda também. Conselheiro Tião.

1430

1431 **Sebastião Santos – Viva Rio**

1432

1433 Olha, o meu receio é o seguinte. Como esse tema é um tema que talvez seja o mais  
1434 importante, que a gente priorize então hoje à tarde para conseguir vencer todas as  
1435 questões e amanhã então as outras câmaras se apresentam.

1436

1437 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1438

1439 Então, a proposta do Tião é o seguinte Márcio, você que é o interessado.

1440

1441 **Sebastião Santos – Viva Rio**

1442

1443 Só para justificar, é bem provável, eu sou um deles amanhã não vou estar aqui. Então  
1444 que a gente perca o quorum em função de que algumas pessoas tem que sair. Então se  
1445 esse tema de fato é o mais importante que a gente faça hoje na parte da tarde.

1446

1447 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1448

1449 Certo, desde que haja o compromisso que a gente tem que esgotar o tema hoje para não  
1450 prejudicar outras Pautas.

1451

1452 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**  
1453 **Transexuais**

1454

1455 Não em detrimento de Pauta nenhuma, a homofobia no Brasil foi sugerida em João  
1456 Pessoa e a gente foi deixando por conta de outras Pautas.

1457

1458 **Aginaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1459

1460 Eliana, é possível esgotar hoje? Então, que nós todos assumamos o compromisso de que  
1461 a nossa Pauta da tarde de hoje é somente Conferência. Com um detalhe, às dezoito  
1462 horas nós encerramos esse tema. Então, nós vamos nos organizar e peço à Câmara  
1463 Técnica que se organize para que inclusive com tempo e depois a gente pode acertar  
1464 Eliana, tempo de apresentação de debates para que às 18 horas encerre o assunto e  
1465 amanhã na primeira hora da manhã de amanhã a homofobia no Brasil. Amanhã é o  
1466 dia todo e terminando a homofobia as Câmaras Técnicas.

1467

1468 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

1469

1470 Eu queria pedir para determinar o horário do almoço e retorno para a gente começar e  
1471 realmente esgotar às 18 horas.

1472

1473 **Aginaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1474

1475 Meio-dia e 14 horas todo mundo aqui. Infelizmente nós temos um problema no Brasil que  
1476 nós prejudicamos os pontuais. Então quem chega na hora tem que chegar meia hora  
1477 antes porque as pessoas não chegam na hora. Então 14 horas a gente dá início, e eu  
1478 solicito a todos a gentileza que façamos o seguinte. Com quorum ou sem quorum 14  
1479 horas nós vamos começar a apresentação. Porque não tem deliberação. Se todos  
1480 concordarem, até porque nós temos compromisso. Então esses ficam para o final e às 14  
1481 horas a gente inicia a apresentação e com o quorum, se todos concordarem, porque a  
1482 gente não fica refém de quem tem algum problema, inclusive do Presidente. Se tiver  
1483 problema toca o Márcio, o Heder. Então ficamos à tarde só com a Conferência.  
1484 Conselheiro Benedito com a palavra e Conselheiro João Francisco. Conselheiro  
1485 Benedito.

1486

1487 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
1488 **Municipais de Segurança Pública**

1489

1490 Bom, só para entender a proposta da companheira Eliana, hoje à tarde nós vamos ler a  
1491 proposta preliminar, é esse texto. Porque se é esse texto, a questão é que essa Reunião  
1492 Ordinária nossa vai deliberar sobre os eixos temáticos? Porque se for deliberar sobre  
1493 eixos temáticos tem que ter quorum, porque senão não tem sentido fazer debate sem  
1494 quorum.

1495

1496 **Aginaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1497

1498 Essa é a garantia que estamos trazendo para o dia de hoje, porque hoje as pessoas não  
1499 tem problema. Nós estamos projetando na tela a proposta de Pauta. Algum dos Senhores  
1500 tem posição contrária à aquela proposta? Todos concordamos com aquela proposta?

1501  
1502 **Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**  
1503 **Estaduais**

1504  
1505 Só uma questão de ordem. Dia 14 de dezembro pode retirar a proposta de informe da  
1506 PEC 102? Vai ficar fora da Pauta.

1507  
1508 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1509  
1510 Sim. Então os Senhores Conselheiros que concordam permaneçam como estão. Pauta  
1511 aprovada. Eu gostaria de solicitar aos Senhores com relação à aprovação da Ata da  
1512 última reunião. Os Senhores Conselheiros que por acaso tenham, aliás, antes de tudo,  
1513 uma primeira pergunta. Há alguma ressalva a ser feita com relação à Ata? Algum dos  
1514 Conselheiros tem ressalva? Conselheiro João Francisco. Vou te inscrever de forma nata  
1515 aqui já.

1516  
1517 **João Francisco da Mota Junior - Secretaria-Geral da Presidência da República**

1518  
1519 Na verdade, eu só queria fazer uma correção. Foi na minha última fala quando eu falei  
1520 que a Secretaria-Geral da Presidência da República ela participa, nós temos 34  
1521 conselhos, em torno de 34 Conselhos Nacionais e quase todos a Secretaria-Geral  
1522 participa. Eu gostaria de fazer essa retificação. É lá na minha última fala.

1523  
1524 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1525  
1526 Eu gostaria até para a gente ganhar tempo em razão de que agora já estamos meio  
1527 prejudicados. Essas ressalvas que sejam feitas diretamente na secretaria para que a  
1528 gente até ganhe tempo. Senhores e Senhoras, mais alguém tem ressalva com relação à  
1529 Ata da última reunião? Com essa ressalva do Conselheiro João Francisco podemos  
1530 considerar aprovada a Ata da última reunião? Os Conselheiros que concordam, por favor,  
1531 continuem como estão. Aprovada a Ata da última reunião. Nossa próxima Pauta, Suelen.  
1532 Voltamos então à votação da Perícia. Correção bem feita do Conselheiro Heder. São  
1533 duas Atas. Ata da 12ª. e Ata da 13ª. Última e penúltima reunião. Algum dos Senhores tem  
1534 ressalva com relação às Atas.

1535  
1536 **Flávia – Secretaria-Executiva**

1537  
1538 Coronel, foi uma alteração feita pelo Conselheiro Marcos Dias que nós inserimos na Ata.

1539  
1540 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1541  
1542 Flávia, todo mundo tem conhecimento. Algum dos Senhores Conselheiros tem ressalva  
1543 com relação as Atas dessas duas reuniões? Então se os Senhores Conselheiros  
1544 concordam com a aprovação da Ata da 12ª. e da 13ª. reuniões, por favor, permaneçam  
1545 como estão. Atas aprovadas. Eu gostaria de abrir agora então a palavra aos Senhores  
1546 Conselheiros que estão inscritos e pela ordem das nossas inscrições, Conselheiro  
1547 Leôncio. Três minutos é um tempo razoável para o debate? Inscritos. Essa e a

1548 apresentação da autonomia da Perícia. Inscritos: Leôncio, Celito, Nóbrega e Humberto.  
1549 Ainda inscritos os Conselheiros: João Francisco, Conselheiro Marcos Costa e  
1550 Conselheiro Almir. Com a palavra o Conselheiro Leôncio. E o Conselheiro Heder também  
1551 inscrito.

1552  
1553 **Marcos Leôncio Sousa Ribeiro – Associação Nacional dos Delegados de Polícia**  
1554 **Federal**

1555  
1556 Para descontrair um pouco aqui o clima, até me lembrando no início da manhã  
1557 conversando com o colega Geovani Perito da Polícia Federal.

1558  
1559 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1560  
1561 Conselheiro, se me permite uma questão de ordem, eu gostaria de solicitar a autorização  
1562 da Plenária para que o Conselheiro Márcio assuma a presidência enquanto eu faço uma  
1563 ligação rápida. Ok?

1564  
1565 **Marcos Leôncio Sousa Ribeiro – Associação Nacional dos Delegados de Polícia**  
1566 **Federal**

1567  
1568 OK. E ele dizia o seguinte que essa questão de autonomia da Perícia ou não tem a ver  
1569 com essa história. Era um executivo que estava sendo substituído e uma determinada  
1570 pessoa chegou para substituí-lo e ele disse: Olha, na gaveta está solução de todos os  
1571 seus problemas. Três envelopes e quando tiver um problema você abra o primeiro  
1572 envelope, segundo e terceiro. Quando teve a primeira crise abriu o primeiro envelope que  
1573 dizia: Descentralize as ações. Ele fez e foi aplaudido. E depois houve nova crise ele abriu  
1574 o segundo envelope que dizia: Centralize as ações. E foi aplaudido. E veio a terceira crise  
1575 e ele abriu o terceiro envelope em que estava escrito o seguinte: Escreva três envelopes  
1576 e passe para o seu sucessor. A questão de autonomia da Perícia é mais ou menos isso,  
1577 gente. Quem assistiu aquele programa do fantástico falando da situação da Perícia, vai  
1578 verificar o quê? O que aquela reportagem retratou? Unidades periciais que saíram dos  
1579 órgãos de segurança que estão enfrentando problemas estruturais e órgãos periciais que  
1580 estão dentro dos órgãos de segurança que estão tendo uma boa gestão. O que os  
1581 colegas da Polícia Federal vieram aqui hoje é demonstrar a necessidade de nós  
1582 separarmos particularidades e que tem muito mais a ver com questões de gestão do que  
1583 propriamente se a autonomia vai ou não resolver. A Lei 12030 quando ela foi discutida no  
1584 Congresso Nacional, dois Órgãos Periciais se manifestaram contra a redação dela. Quais  
1585 foram? A Polícia Federal e a Polícia Civil do Distrito Federal. Se hoje for posta em  
1586 assembléia em votação tanto na Associação dos Peritos Criminais Federais, como na  
1587 Associação dos Peritos do Distrito Federal, provavelmente eles irão optar pela  
1588 manutenção dos Órgãos Periciais dentro da instituição Polícia Federal, o que não quer  
1589 dizer que vai corresponder a outras realidades. O parecer feito pelo Agadeilton é muito  
1590 bom, ele faz um retrato das várias realidades, mas peca quando lá no final dá uma  
1591 solução uniforme para realidades tão distintas. É isso que a gente quer que fique bem  
1592 claro aqui. Esse embate aqui mostra bem uma coisa. Nós temos que separar o tema  
1593 autonomia da Perícia do tema Gestão da Polícia Federal. Quando se fala em  
1594 superintendente, corregedor, adido, coordenador de orçamento e finanças, isso aí é a  
1595 gestão do órgão todo e nós queremos discutir a Perícia, autonomia da Perícia. Ela  
1596 funciona, não funciona, isso que é o nosso tema aqui em debate. Vocês puderam  
1597 perceber que aqui esteve delegados e peritos. Eles ocupam esses cargos, mas eles são



1598 Administração. Eles têm a visão da Administração. Aqui o Leôncio é um delegado. O  
1599 delegado Leôncio está como visão de trabalhador e o colega perito como colega de  
1600 trabalho. O fato de alguém ocupar um cargo de comissão na Administração e ser  
1601 delegado ou perito, não quer dizer que ele vai defender, ele tem a visão de gestor. Por  
1602 isso que nós estamos aqui Sociedade Civil, Trabalhadores e Gestores. Alguns dos  
1603 problemas que o Agadeilton colocou aqui, por exemplo, de falta de recursos, não é um  
1604 problema da Perícia. Todo mundo sabe que o orçamento desse ano sofreu brutal  
1605 contingenciamento. E o dinheiro que faltou para o curso de capacitação que ele falou do  
1606 evento aqui não foi só da Perícia. Faltou para outros eventos de outros setores da Polícia  
1607 Federal. Às vezes o dinheiro que o superintendente falou para ele que não vai dar para  
1608 fazer isso, porque faltou dinheiro é porque dinheiro não dá em árvore. E o  
1609 superintendente não só disse não para os setores periciais como disse não para outros  
1610 setores. E então são problemas estruturais de todo o órgão. E acho curioso na  
1611 contradição que a gente nesse debate que fala na autonomia da Perícia. Qual a  
1612 contradição? A mão pesada da presidência e da mão pesada da Secretaria de Direitos  
1613 Humanos e Ministério da Justiça que vai fazer a Polícia Federal reconhecer a autonomia.  
1614 Que autonomia é essa? Autonomia de um órgão que se preze resolve em casa. Todos  
1615 nós lá, a Polícia Federal tem que aprender a resolver esses problemas em casa. Quando  
1616 surgiu essa discussão da autonomia da Perícia? Surgiu como problema localizado na  
1617 Superintendência de Minas Gerais, porque um bendito superintendente resolveu botar os  
1618 peritos para determinadas atividades e essa situação gerou a discussão da autonomia da  
1619 Polícia Federal. O DITEC veio aqui e disse que a questão ia ser resolvida e foi. O  
1620 superintendente não está mais lá, os atos que geravam essa confusão já não existem  
1621 mais, a situação foi pacificada. E então um órgão que se presa e quer defender a  
1622 autonomia, ele não precisa da Presidência da República, não precisa do Ministro da  
1623 Justiça, ele não precisa da Secretaria de Direitos Humanos para resolver suas questões  
1624 internas. Esse é um órgão verdadeiramente autônomo. Quando ele precisar disso daí,  
1625 não existe mais se falar em autonomia. O Decreto presidencial que o Agadeilton falou  
1626 aqui que modificou a estrutura é um Decreto da mão pesada da Presidente. O que o  
1627 Diretor da Polícia Federal pode fazer? É exatamente isso que a gente quer. A gente quer  
1628 que cada vez mais a Polícia Federal, a Perícia, a Corregedoria, e todas as unidades  
1629 resolvam suas questões internas entre si. Não precisa de mão pesada de quem quer que  
1630 seja para dizer o que a Polícia Federal quer. O nosso compromisso tem que ser com a  
1631 Sociedade. É isso.

1632  
1633 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1634  
1635 Com a palavra Conselheiro Celito.

1636  
1637 **Celito Cordioli - Associação Brasileira de Criminalística**

1638  
1639 Infelizmente apesar de longo tempo que a gente está aqui. Mas eu começaria dizendo  
1640 que eu acho que o relatório do grupo foi muito feliz no que colocou. Li, reli, corriji, fiz  
1641 alguns senões, acho que ainda tem alguns senões, mas isso é opinião minha. Eu acho  
1642 que o que tem que prevalecer é aquilo do grupo. E hoje infelizmente o que a gente viu  
1643 debate aqui foi da Perícia na Polícia Federal. Essa questão da autonomia da Perícia  
1644 começou em 1987 no Congresso Nacional de Criminalística em São Paulo. Exatamente  
1645 porque todos os fatos que ocorreram durante o período de exceção a Perícia foi muitas  
1646 vezes mandada fazer Perícia. A mando de quem queria a Perícia. E por isso toda a luta  
1647 pela autonomia da Perícia. Então, lá começou, a gente não foi feliz na Constituição de 88

1648 e já na luta que se seguiu nas constituições estaduais entre oito estados já consta lá na  
1649 autonomia da Perícia. Essa questão da autonomia até hoje existe um grande dilema. Não  
1650 vou dizer o dilema de nós profissionais da Perícia. O dilema da Sociedade, o que é  
1651 melhor para a justiça, o que é melhor para a Sociedade? É uma Perícia atrelada ou  
1652 dentro de uma Instituição Policial ou uma Perícia fora dessa instituição. Eu só estou  
1653 perguntando e não estou afirmando que é melhor nesse lado ou naquele lado. Eu  
1654 também ainda tenho dúvida, apesar dos mais de 20 anos que venho debatendo. Também  
1655 não tenho certeza, tá? E para qualquer lado que você for vai ter problemas. Aonde você  
1656 ficar ou sair vai ter problemas. Agora, a realidade dos 26 estados, do Distrito Federal,  
1657 não, mas dos 26 estados a realidade da Perícia é totalmente diversa da realidade da  
1658 Perícia na Polícia Federal. Então esse era sempre o debate que fazíamos. Nós  
1659 queríamos até aquela autonomia que a Polícia Federal tinha dentro da Polícia Federal  
1660 que nós nos estados não tínhamos. Nós éramos todas as instituições de Perícia geridos  
1661 por delegados de Polícia. Infelizmente em quatro estados nós somos geridos por pessoas  
1662 alheias ao quadro da Perícia, e acho que não tem o bom senso e cuidado de gerir a  
1663 Perícia. Então é essa a autonomia que nós buscamos e que se luta. O que é melhor para  
1664 a Sociedade brasileira? Ouvindo vários órgãos, as manifestações que houveram é que a  
1665 Perícia fosse fora da polícia. É claro que para qualquer lado que vá, vai ter problemas. Os  
1666 estados, os dezoito estados que têm autonomia tem dificuldades? Tem sérias  
1667 dificuldades. Mas muita coisa para a maioria desses estados melhorou e muito. Isso foi  
1668 uma realidade. E eu não vi em nenhum estado que a Perícia tenha ficado dentro da  
1669 instituição Polícia Civil que a situação tenha melhorado. Essa também é uma outra  
1670 realidade. E a gente tem conhecimento disso, porque andamos por esse Brasil afora  
1671 nesse período todo. Então essa é uma outra realidade que a gente tem. Então aqui  
1672 continua o dilema. Ficamos dentro do artigo 144 Segurança Pública ou vamos para os  
1673 135 capítulos das funções essenciais da justiça? Tem manifestações de juristas de  
1674 renome que defendem dentro da função essencial de justiça. E isso começou exatamente  
1675 porque houve um parecer emanado dentro do Senado Federal, estudo número 30, que  
1676 diz que a função da Perícia deveria ser dentro do capítulo das funções essenciais da  
1677 justiça. Onde será melhor? Eu pergunto: Onde será melhor para a Sociedade Brasileira?  
1678 E cabe a nós responder. Muito obrigado.

1679  
1680 **Aginaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1681  
1682 Muito obrigado, Conselheiro. Com a palavra o Conselheiro Nóbrega. Questão de ordem  
1683 com o Conselheiro Agadeilton, por favor.

1684  
1685 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**  
1686 **Criminais Federais**

1687  
1688 Eu queria só saber da Mesa se eu preciso pedir a palavra para falar sobre o tema ou se  
1689 todos os Conselheiros vão se manifestar e ao final poderei dar os esclarecimentos e fazer  
1690 as ponderações?

1691  
1692 **Aginaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1693  
1694 Sim, no final o Senhor fala como expositor e aí o Senhor aproveita até os debates. Com a  
1695 palavra o Conselheiro Nóbrega, por favor.

1696  
1697 **Luiz Carlos Nóbrega Nelson - Departamento de Polícia Federal - DPF**

1698  
1699  
1700  
1701  
1702  
1703  
1704  
1705  
1706  
1707  
1708  
1709  
1710  
1711  
1712  
1713  
1714  
1715  
1716  
1717  
1718  
1719  
1720  
1721  
1722  
1723  
1724  
1725  
1726  
1727  
1728  
1729  
1730  
1731  
1732  
1733  
1734  
1735  
1736  
1737  
1738  
1739  
1740  
1741  
1742  
1743  
1744  
1745  
1746  
1747

Conselheiros, queria primeiramente esclarecer uma questão e depois me voltar ao parecer. Realmente já houve essa discussão com relação à função essencial da justiça, assim como existe a discussão se a polícia judiciária como um todo deveria ter essa discussão de função essencial da justiça. Essa não é uma discussão propriamente e unicamente da Perícia. Há outras funções de estado sobre a polícia judiciária em que se defende também com parecer de grandes juristas, porque a atividade fim dela gera um produto que vai para o poder judiciário. E há uma confusão muito grande com relação a isso, porque nós temos a figura do perito no processo civil e temos a figura do perito no processo penal. O perito no processo civil, ele auxilia o juiz, ele é utilizado naquele processo de falências, insolvências. Então ali o perito é nomeado pelo juiz, ele não é um servidor público, via de regra. Ele recebe honorários por essa nomeação e atua com uma função auxiliar da justiça. No contexto do processo criminal atual que nós temos hoje o perito para nós é um servidor policial, assim como eu sou e assim como o agente de polícia é. É mais um servidor dentro da estrutura da polícia. Tanto é que ele atua no local de crime juntamente com a autoridade pericial de crime e coleta vestígios, e então ele é um agente policial também responsável por uma prova. É uma prova importantíssima que é a prova pericial. Então tem que separar a função do que é a função essencial da justiça por natureza no processo civil do que é do processo penal. E também a discussão que não é exclusiva da Perícia, se o órgão é de justiça ou se deveria estar dentro do contexto de Segurança Pública. Agora eu queria só voltar com relação ao parecer. Estou um pouco preocupado, porque o parecer não fala isso. O parecer tem situações contundentes que foi abordado pelo perito doutor Matheus, que vai ter um reflexo negativo na nossa instituição categórica. Eu queria abordar ponto a ponto. O parecer não quer conduzir. Ele conduz a algumas conclusões e eu queria voltar à literalidade do parecer, para que a gente não perca o âmbito de discussão. Autonomia é um conceito muito vago e há diversos graus e espécies de autonomias. Autonomia orçamentária propriamente dita, se é o que se objetiva dentro do órgão e fora do órgão. Por exemplo, o Ministério Público tem mais que um comando constitucional. Os demais órgãos vinculados ao Poder Executivo estão subordinados ao orçamento geral que é votado ano a ano no Congresso Nacional. Então, essa figura de autonomia de você enviar um Projeto de Lei está previsto, por exemplo, na Carta Magna você ia discutir orçamento em apartado, está previsto. Agora os órgãos do poder executivo estão vinculados ao Orçamento Geral da União que ano a ano é votado no Congresso Nacional. Para você ter essa autonomia ampla, e se isso é o ponto nevrálgico da discussão da autonomia da Perícia, teria que ser por um mandamento constitucional específico. Só queria voltar ao parecer para não perdermos a discussão rapidamente ponto a ponto. Quando o parecer fala especificamente na parte de Perícia Criminal Federal. “Não se pode dizer o mesmo da maioria das unidades descentralizadas, especialmente as situadas nas delegacias de Polícia Federal.” Porque essa situação? Nós temos um processo de interiorização de Perícia, nós temos uma descentralização do nosso orçamento e esse processo é par e passo, é lógico que a unidade central tem o melhor parque. Porque a unidade central, ela não só atua na casuística de primeiro grau. Quando as unidades de ponta não têm o recurso ou aquele equipamento específico, ela atua como espécie de via recursal. As unidades enviam, porque não tem sentido você ter um determinado equipamento de milhões de reais em cada delegacia da Polícia Federal no Brasil, você tem aquele equipamento mais caro centralizado em Brasília, e as unidades enviam aqui para a ANC que tem um parque fantástico e produz o Laudo Pericial. Ou então nós enviamos o perito e ele vem para cá juntamente para produzir a prova pericial. É uma abordagem que deve ser dita que se aborda no parecer e que isso influi na eficiência do Laudo Pericial. Todo

1748 trabalho de descentralização é um trabalho par e passo ao longo do tempo. Você não vai  
1749 imaginar que a delegacia Policial do Iapoque e com todo respeito a ela, que eu já  
1750 trabalhei lá, vai ter a mesma estrutura pericial que o Instituto de Criminalística aqui de  
1751 Brasília. Esse é um processo que é construído par e passo com a evolução do tempo.  
1752 Outra questão que fiquei muito preocupado com o parecer é que ele faz uma comparação  
1753 quantitativa e peço à colega para projetar.

1754  
1755 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1756  
1757 Eu até sugiro se o Senhor e o Conselheiro Agadeilton concordarem que ao final o  
1758 Conselheiro Agadeilton inclusive está inscrito como um dos que vão fazer a fala; e ao  
1759 final o Senhor e o Conselheiro Agadeilton façam a fala final se o Senhor concordar. Então  
1760 todos se inscrevam e vamos obedecer o tempo.

1761  
1762 **Luiz Carlos Nóbrega Nelson - Departamento de Polícia Federal - DPF**

1763  
1764 Eu me inscrevo de novo, só queria concluir esse ponto e termino. O impacto do parecer  
1765 na redação, ela diz que há uma dificuldade na contratação de novos profissionais. Tem  
1766 um aspecto legal e tem um aspecto falho. O aspecto falho está projetado na tela. O  
1767 aspecto legal é que nós não temos a figura do gatilho em concursos públicos. Não é uma  
1768 figura que nós temos que existe em leis orgânicas, como as Forças Armadas têm, e na  
1769 medida em que há vacância de um cargo abre-se concurso público para esse cargo.  
1770 Então esse aspecto de ordem legal não diz respeito à autonomia, se diz respeito à  
1771 autonomia do órgão e não necessariamente à Perícia. E nessa projeção é um dado oficial  
1772 produzido por um grupo de trabalho de portaria de um Diretor Geral e você vê a evolução  
1773 de 1985 até o ano de 2011 da quantidade de laudos e a quantidade de peritos e a relação  
1774 de laudos e peritos. E, então, se há dificuldade com relação ao quantitativo de  
1775 contratação dos servidores, e vocês podem olhar que em 1985 a produtividade anual e a  
1776 necessidade de se fazer era de 84 laudos de peritos por produção. E em 2010 não dá  
1777 para considerar 2011 que não está fechado e seria um dado em equívoco. Em 2010 essa  
1778 necessidade hoje é de 50 laudos por perito. Então houve realmente um incremento da  
1779 carga pericial, mas também houve um incremento da quantidade de peritos que  
1780 ingressaram no órgão. Hoje um perito proporcionalmente, claro que não vou entrar no  
1781 grau de complexidade, mas ele tem uma carga similar ou talvez 30% ou 40% inferior ao  
1782 que era em 1985. Então, o órgão tem tido preocupação em contratar novos peritos  
1783 criminais.

1784  
1785 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1786  
1787 Conselheiro, o Senhor está inscrito novamente para que a gente não prejudique os  
1788 demais Conselheiros. Senhores Conselheiros, nós temos aqui 12 Conselheiros inscritos.  
1789 Eu sugiro, a Mesa encaminha no sentido que a gente encerre as inscrições, se todos  
1790 concordarem. A Plenária concorda?

1791  
1792 **Luiz Carlos Nóbrega Nelson - Departamento de Polícia Federal - DPF**

1793  
1794 Se a gente for contemplado com o tempo, porque eu quero ter o direito de se não der  
1795 tempo de me reinscrever.

1796  
1797 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1798  
1799  
1800  
1801  
1802  
1803  
1804  
1805  
1806  
1807  
1808  
1809  
1810  
1811  
1812  
1813  
1814  
1815  
1816  
1817  
1818  
1819  
1820  
1821  
1822  
1823  
1824  
1825  
1826  
1827  
1828  
1829  
1830  
1831  
1832  
1833  
1834  
1835  
1836  
1837  
1838  
1839  
1840  
1841  
1842  
1843  
1844  
1845  
1846  
1847

É a Mesa logicamente tem que velar pelo respeito ao tempo, mas não está sendo radical com relação a isso. Eu só peço aos Conselheiros que infelizmente nós vamos ter que fazer isso que façam sua fala se possível dentro dos três minutos, e no máximo que haja uma tolerância, mas que não seja tão grande sob pena de termos que interromper como fizemos com o Conselheiro Nóbrega, até para que todos possam ter a fala garantida.

**Luiz Carlos Nóbrega Nelson - Departamento de Polícia Federal - DPF**

Eu gostaria, porque os que já nos antecederam tiveram a oportunidade de se reinscrever. Se o meu tempo não for possível...

**Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

Não, Conselheiro, nós temos 12 inscritos, se nós encerrarmos a inscrição ninguém mais pode se inscrever.

**Luiz Carlos Nóbrega Nelson - Departamento de Polícia Federal - DPF**

Então queria colocar que aqueles que já falaram não tivessem direito à sua reinscrição. Porque senão vamos estar tratando os iguais de formas desiguais. Então eu já me inscrevo pela segunda vez.

**Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

13 inscritos. Alguém mais gostaria de se inscrever? Conselheiros, por mais que a discussão seja pontual pelo o que eu vejo, mas nós temos que imaginar que o Conselho tem duas questões que não podemos nos afastar delas. Em que pese a defesa institucional que é respeitada, inclusive as posições de cada um, mas nós temos que ver que aqui é um Conselho Nacional de Segurança Pública e solicito que as questões pontuais e corporativas sejam guardadas e colocadas dentro do Regimento. Em que pese o mérito no qual a Mesa não se vincula, mas nós temos que imaginar que o Conselho tem que funcionar. Então os direitos que estamos tentando resguardar aqui é o direito de participação democrática de todos e direito a acesso à fala de todos. Já são 11h40 e então questões maiores diferentes dessas, elas vão ser acolhidas pela Mesa nesse momento. Então nós encerramos as inscrições até em respeito aos demais Conselheiros que não fazem parte específica dessa discussão, porque senão a cada tema ao interesse de cada um, nós teremos que fazer isso também. Não fizemos isso com nenhuma discussão aqui até hoje. Foi respeitada a ordem das inscrições, a plenária decidiu que encerrou-se a inscrição e ninguém mais se inscreve. Então eu solicito que todos sejam concisos e objetivos nas suas falas, e que respeitemos o tempo, e inclusive o tema também. Conselheiro pela ordem, questão de ordem o Conselheiro João Batista.

**João Batista de Barros Junior - Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais**

É o seguinte. Há três minutos pelo tempo e depois considerações e votações e o excesso que sempre passa, nós vamos chegar aí a uma hora da tarde. Com todo respeito eu acho que deveria botar o tempo para dois minutos.

**Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

Eu solicito, o Conselheiro João Batista fez essa ponderação e com a fala que a presidência fez um tempo atrás. Logicamente que a defesa é interessante, pontual e todos têm que se expressar, mas gentilmente peço que quem se sentiu contemplado com alguma fala que abra mão da fala. Eu acho que não é demérito para ninguém fazer isso. Então o Conselheiro Humberto está inscrito como o 13<sup>a</sup>. inscrito. Podemos encerrar as inscrições. Então a partir de agora busquemos respeitar o tempo. Principalmente porque aqui é um colegiado que nós temos que respeitar e também sermos respeitados. Em que pese a defesa do tema, que eu creio que é pontual para algumas instituições e corporações, mas o Conselho tem que ser maior que isso e outras pessoas que também participam desse ambiente. Vamos respeitar a todos. Com a palavra o Conselheiro Humberto, por favor.

**Humberto Jorge de Araújo Pontes - Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil**

Companheiro Presidente e Conselheiros, primeiro não vou entrar aqui, porque a discussão não é da Perícia Federal. Não temos dois brasis. Então a discussão é da Perícia como um todo. Mas não poderia de não deixar aqui minha preocupação com todo respeito aos colegas peritos criminais que estão presentes, mas há um lobby feito pela administração. Me estranha porque não está aqui a autoridade maior da Perícia da Polícia Federal que seria o Diretor do DITEC. Então, não ter que recorrer a um colega em Salvador para vir aqui fazer essa defesa. Então fica a minha preocupação nesse lobby de não vir a autoridade maior da Perícia e da própria INC, e sim buscar outro colega em outro estado, tendo aqui em Brasília o DITEC, a pessoa maior, o gestor maior. Falo aqui como gestor, já fui também dirigente de entidade. E agora vou falar num todo. Nós conhecemos todas as unidades de Perícia do Brasil. Todas. Sem exceção, fui Presidente da Entidade Nacional por duas gestões e nós sabemos que são realidades totalmente diferentes da Perícia federal das Perícias dos estados. E, dizer que a autonomia não é boa para a Perícia dos estados é não conhecer a realidade das Perícias dos estados. Obviamente como o Celito bem colocou, alguns estados tem deficiência, óbvio que tem. Mas os estados onde a Perícia está dentro do aparelho policial, dentro da Polícia Civil e está avançado, é graças ao advento da criação da SENASP, quando os institutos hoje são bem aparelhados ou mais ou menos aparelhado, graças à SENASP que fazia aquisições diretas e encaminhava para os estados. Por isso que hoje nós temos estados, graças a Deus. O fantástico mostrou só o lado mau, o lado ruim. Realmente temos aquilo mas temos vários estados a Perícia muito bem. Mas graças, repito, não ao esforço. E não digo que seja porque o delegado não quer, porque quando chega recursos para a Segurança Pública, obviamente onde a Sociedade enxerga mais viatura, colete, armamento, o que não deixa de ser importante, importantíssimo. Mas não há visão, olhar para a Perícia. Então, os estados que sempre defendi enquanto Presidente da Associação Brasileira de Criminalística e continuo hoje como gestor, graças à Secretaria Nacional de Segurança Pública. E então, a gente não pode esquecer essa realidade. Se você pegar São Paulo, se você pegar Rio Grande do Sul, Mato Grosso, você vai ver que são estados autônomos e estão muito bem, obrigado. Santa Catarina. Se você for analisar os estados em que a Perícia está dentro da Polícia Civil, é uma lástima. E quando é graças ao apoio total da Secretaria de Segurança Pública. Uma outra fala é a questão de autonomia que não é mais uma questão nossa. A CONSEG onde a Sociedade Civil organizada, trabalhadores e gestores nós fomos o segundo mais votado,

1898 perdemos apenas por um voto que foi dos agentes penitenciários que nem pertence à  
1899 Secretaria Nacional de Segurança Pública. Só mostrar que então foi a primeira dentro da  
1900 Secretaria Nacional de Segurança Pública que a Sociedade gestora e trabalhadores  
1901 entendem como ser importante à autonomia dos Órgãos Periciais. Eu retorno depois.  
1902 Muito obrigado.

1903  
1904 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1905  
1906 Conselheiro João Francisco.

1907  
1908 **João Francisco da Mota Junior - Secretaria-Geral da Presidência da República**

1909  
1910 Vou ser breve, aqui nesses três minutos, anotei muita coisa. Já elogiei o Agadeilton pela  
1911 exposição anterior e o parecer nos traz importantes e relevantes temas, relacionado à  
1912 Perícia e um pouco do retrato da Perícia no Brasil. Mas o que não podemos deixar de  
1913 esclarecer é a consolidação e importância e a responsabilidade deste Conselho quanto a  
1914 qualquer deliberação e restrição das polícias em todo o Brasil. Existe um questionamento  
1915 aqui que foi feito sobre a Polícia Federal e então eu não me sinto à vontade. Eu gostaria  
1916 de colher informações formais. Por exemplo, foi discutido aqui entre o Agadeilton e o  
1917 observador, o convidado, a respeito se a associação ou não foi contra. Pediríamos  
1918 informações sobre a associação por meio de assembléia e até mesmo uma necessidade  
1919 de Audiência Pública que este Conselho pode realizar para esclarecer mais sobre a  
1920 matéria. Outra situação que eu acho importante é a questão da oitiva, por exemplo, do  
1921 Conselheiro Marcos que é membro do Ministério Público que é o titular, se há essa falta  
1922 de autonomia pericial ou não, para quem é que serve basicamente a Perícia? Para o juiz  
1923 e para o Ministério Público, basicamente. Para a Sociedade. Estou falando assim, que o  
1924 titular da ação penal é um Ministério Público. O Ministério Público que faz diligência do  
1925 inquérito e o juiz que vai utilizar dessa prova pericial para ajudar na efetividade dessa  
1926 justiça. E então assim, o Ministério Público também está sentindo falta que essa Perícia  
1927 não está sendo autônoma e o judiciário também está sentindo falta que a Perícia não  
1928 está sendo autônoma? Então, eu estou sentindo falta desses dados. Outra definição é  
1929 que nós temos o seguinte. Qual é o conceito que este Conselho quer determinar sobre  
1930 autonomia? Autonomia diferencia de independência. Então, conforme o parecer este  
1931 Conselho vai deliberar também, além da autonomia técnica e funcional que já está na Lei,  
1932 ele vai deliberar sobre autonomia organizacional e financeira. O PNDH 13 e a Lei não traz  
1933 sobre a questão da autonomia financeira e nem organizacional. Essa matéria eu estudei  
1934 sobre isso para me aprofundar. Essa matéria foi rechaçada tanto no Congresso na  
1935 Câmara dos Deputados e no Senado Federal conforme eu trouxe aqui as votações do  
1936 que foi a discussão lá, já que a matéria é bastante delicada. Vimos também que no  
1937 parecer ha uma complexidade muito grande das polícias estaduais, e aí é o que já foi  
1938 pontuado aqui, lá no Amapá ou no Sergipe com 10 ou 15 peritos. Este Conselho vai dizer  
1939 se vão ser autônomos organizacionais financeiramente. Mas como é que isso? Vai ser e  
1940 se nós não estaríamos criando outro problema após a liberação nossa. Por fim, tivemos  
1941 aqui o Secretário-Executivo do Pará. Ele falou aqui que há autonomia, por exemplo, no  
1942 Pará e também, por exemplo, autonomia aqui no Distrito Federal. Se fosse isso, seríamos  
1943 ouvidos novamente para saber quais os prós e contras dessa autonomia desses estados  
1944 que já têm essa forma de autonomia organizacional. E já falei aqui com a Simone que  
1945 não houve emissão aos papiloscopistas, o parecer não traz isso. Os papiloscopistas  
1946 fazem o seguinte da autonomia também que a Lei não trouxe e ficou uma discussão para  
1947 votar depois no Congresso Nacional, mas até hoje não foi. E cabe a este Conselho

1948 deliberar sobre os papiloscopistas. E não falou sobre a identificação criminal e a outra  
1949 questão que sugere o parecer é a questão da Corregedoria. No âmbito Federal nós  
1950 temos hoje um órgão central e a tendência a ter um órgão central e ter órgãos seccionais  
1951 e setoriais. E aí teria necessidade de se ter uma corregedoria própria para a Perícia, já  
1952 que nós temos um órgão central e órgãos seccionais e setoriais? E, por fim, este  
1953 Conselho deliberaria sobre a sugestão de uma PEC para alterar o 144 da Constituição  
1954 Federal acrescentando a Perícia, retirando a Perícia da Polícia Federal e da Polícia Civil.  
1955 E, por fim, a minha sugestão seria então um encaminhamento. Me desculpem, mas não  
1956 estou me sentindo confortável como o parecer está escrito, até porque existem alguns  
1957 pontos e adjetivismos no parecer, mas minha sugestão seria uma aprovação por este  
1958 Conselho em confirmar a autonomia financeira da Perícia nos termos da Lei, sugerindo  
1959 maior integração e cooperação entre todos os entes da polícia judiciária, um  
1960 aperfeiçoamento e melhorias efetivas do aparelhamento pericial e a criação de  
1961 instrumentos que viabilizem a autonomia nos termos da Lei.

1962  
1963 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1964  
1965 Solicito ao Conselheiro, por favor, que procure a Mesa e insira sua proposta no texto do  
1966 parecer até para que os Conselheiros possam visualizá-la posteriormente.

1967  
1968 **João Francisco da Mota Junior - Secretaria-Geral da Presidência da República**

1969  
1970 É isso que eu digo que eu não me sinto confortável para acolher o parecer em sua  
1971 totalidade, já que seria um outro tipo, já que existem pontuais que eu fiz aqui e existem  
1972 adjetivismos no parecer e todos esses pontos divergentes. Eu não me sinto confortável  
1973 para deliberar.

1974  
1975 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1976  
1977 Mas o Senhor não encaminhou o parecer? O texto que o Senhor citou o Senhor está  
1978 encaminhando para não votação?

1979  
1980 **João Francisco da Mota Junior - Secretaria-Geral da Presidência da República**

1981  
1982 Eu acabei de falar agora que seria uma nova proposta de parecer reconhecendo...

1983  
1984 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1985  
1986 Só para a gente organizar. O Senhor citou o texto. Esse texto é sua proposta ou o Senhor  
1987 quer uma nova discussão?

1988  
1989 **João Francisco da Mota Junior - Secretaria-Geral da Presidência da República**

1990  
1991 Não, eu poderia...

1992  
1993 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

1994  
1995 Por favor, coloca lá e digita para a Mesa, por favor. Com a palavra o Conselheiro Marcos  
1996 Costa.

1997



1998 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**

1999

2000 Bom, esse é um daqueles temas controvertidos que pairam sobre o conselho desde a  
2001 sua reinstalação a partir já CONSEG. Já conversei com Agadeilton e com outros  
2002 Conselheiros que quando nós aprovamos um parecer, o parecer deixa de ser do GT,  
2003 deixa de ser de quem foi o relator no GT e passa a ser um parecer do CONASP. E  
2004 Quando é um parecer do CONASP, as palavras e as expressões importam. Então uma  
2005 estratégia de trazer um parecer muito longo, ele sempre vai potencializar a discussão. E  
2006 estrategicamente pode até dificultar o objetivo final que o parecer tem. Se pegássemos só  
2007 as conclusões do parecer, ali já teríamos um grande debate, certo? Daí que eu conversei  
2008 com Agadeilton, conversei com outros Conselheiros e falo publicamente o seguinte: O  
2009 parecer está muito extenso. Então assim, a parte inicial do parecer a gente precisa cortar.  
2010 Expressões relacionadas a Deputados, aquele levantamento sobre as polícias estaduais,  
2011 cada coisa que se está escrevendo ali você está dizendo: O CONASP viu isso e concorda  
2012 com o que está aqui. Isso é muito arriscado para a gente. Não desconsiderando o  
2013 trabalho do GT. Daí que desde logo eu vou pontuar para o momento do debate o  
2014 seguinte: Página um. Quando fala o deputado Antônio Biscaia. Página dois fala do  
2015 Antônio Biscaia, página dois a fala do Arlindo. Também acho que aquela parte tem que  
2016 ser riscada. Item 8. “Certamente inspirado pelo espírito natalino.” A gente não pode usar  
2017 uma expressão dessa e dizer que o CONASP está dizendo uma coisa dessas. Desculpe  
2018 Agadeilton, mas não pode. Página quatro. “Alguém menos atento à realidade.” Item nove,  
2019 dez, item 12. Todos esses itens, por exemplo. Ives Gandra Martins. Sem falar que aí você  
2020 fala dos peritos que tem que ser reconhecidos, mas aí fala negativamente das outras  
2021 carreiras. Não precisa a gente falar disso. A gente tem que valorizar todas as carreiras.  
2022 Estamos todos unidos aqui. Temos as nossas divergências com a Polícia Federal e vai  
2023 ter divergências com outras coisas. O fato é o seguinte. Não há necessidade de uma  
2024 transcrição dessa natureza para o objetivo maior do parecer.

2025

2026 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**  
2027 **Criminais Federais**

2028

2029 Eu acho que é bem-vinda toda e qualquer contribuição, mas algumas afirmações que o  
2030 Conselheiro está fazendo, eu acho que não está dentro do parecer. Falar negativamente  
2031 de categoria nenhuma, isso não está dentro do parecer.

2032

2033 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**

2034

2035 Deixa eu só transcrever o que o Ives Gandra fala. “Das três categorias aqui mencionadas  
2036 Ministério Público, Polícia Civil e Peritos Criminais é a única função que não se alicerça  
2037 na suspeita e na acusação, mas na imparcialidade e aferição das provas.” Como se as  
2038 outras não fossem imparciais. Um delegado ele tem o compromisso com a verdade tanto  
2039 quanto o perito, Ministério Público e tanto quanto juiz. Isso é percebido, isso aqui é  
2040 indiretamente você está dizendo: As outras não são imparciais. Independentemente da  
2041 questão doutrinária sobre a questão da imparcialidade, o fato é o seguinte: Todas essas  
2042 carreiras do sistema judicial criminal estão comprometidas. Às vezes o Ministério Público  
2043 tem a razão, às vezes a defesa tem razão, às vezes a defensoria pública tem razão, o juiz  
2044 errou, o Supremo Tribunal Federal erra. Mas no fundo todos são órgãos comprometidos.  
2045 Então, esses itens quando for para a votação, se for mantida a extensão disso aqui vou  
2046 pontuar cada um desses itens. Quando eu acho para atingir assim era algo mais enxuto,  
2047 porque a conclusão é o que importa. A conclusão está muito bem. Ali é um ponto. Então

2048 se a gente enxugar esse parecer vai facilitar a discussão e o debate nosso, porque senão  
2049 vou estar discutindo contigo esse trecho de Ivis Gandra, que ele nem está se lembrando  
2050 dessa questão aqui. Não faz sentido a gente estar perdendo esse tempo, porque nós que  
2051 estamos convergindo na conclusão. Eu estou divergindo em relação a algumas  
2052 afirmações que são assessoras e não vão me fazer falta nenhuma. Só para pontuar,  
2053 deixo já antecipado uma série de itens do parecer que pela sua extensão eu irei pontuar  
2054 se forem mantidas essas coisas. Mas eu acho que deveria ser mais reduzido.

2055  
2056 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

2057  
2058 Conselheiro o Senhor poderia encaminhar à Mesa, porque ela faz da ordem de  
2059 discussão. Com a palavra o Conselheiro Almir.

2060  
2061 **Almir Laureano dos Santos – Rede Desarma Brasil**

2062  
2063 Nós participamos desde o início do GT. E, queremos dizer que com a riqueza que o  
2064 trabalho foi construído nós aprendemos, porque nós somos leigos nesse assunto, e  
2065 Desde que iniciou o debate que a gente começa a ver realidades desconhecidas e a  
2066 gente tenta pelo aprendizado se aprofundar. O que cabe aqui, primeiro parabenizar  
2067 Agadeilton pelo trabalho, pelo esforço, e aí eu sou testemunha de quantas vezes ele  
2068 colocou no e-mail para que a gente pudesse contribuir, inclusive com os contrários e  
2069 contraditórios, e ele fez o trabalho dentro daquilo que foi possível nesse Conselho  
2070 subsidiá-lo. E dizer que sou com a Perícia estadual com relação principalmente ao meu  
2071 estado mais de 30 anos que a gente se vê refém de situações, e por isso a gente prima  
2072 por essa autonomia, principalmente não independência, mas autonomia. O que me pego  
2073 agora é que também eu sou subsidiado por colegas delegados. Tem muitos delegados  
2074 que são amigos e me subsidiam com informações. Nós ficamos num meio tentando  
2075 encontrar o caminho do meio, o caminho mais sensato. Pelo o que eu vi pela  
2076 apresentação de hoje, o nosso convidado foi enfático que ele não é contra o parecer. Ele  
2077 é contra as dubiedades que ele considera. O nosso Matheus. Que inclusive o meu filho  
2078 também é Matheus. Mas aí no caso as dubiedades foram sendo sanadas pelo o que  
2079 percebi nas questões mais prementes, daquelas que Agadeilton disse que não estava  
2080 com a intenção e nem estava no relatório sair da Polícia Federal. Ora, se não está claro,  
2081 vamos colocar isso claro. Acho que a idéia é essa. Se Agadeilton está dizendo com  
2082 clareza que está, então vamos colocar claro. E que a gente realmente tire essas  
2083 dubiedades, sane essas dubiedades façamos como o Marco diz, faz um documento  
2084 enxuto dessas informações. E eu concordo com o parecer sanado às dubiedades, porque  
2085 as dubiedades não foram contraditórias. Precisam apenas ser mais esclarecidas e o  
2086 Agadeilton esclareceu todas elas que não eram contra. Então, a nossa posição, eu  
2087 peguei com o nosso guru Everardo Aguiar que eu fui me confessar a ele como eu ia  
2088 tomar a posição. O meu voto é partilhado com o dele, mas eu compartilho com essa  
2089 idéia. Eu também sou a favor da idéia de que a Polícia Federal seja um órgão só e que  
2090 seja competente. Porque pelo o que está dizendo é o seguinte. Existe um provérbio que  
2091 diz que em time que se ganha não se mexe, melhora. Então, se a Polícia Federal está  
2092 ganhando com o esforço concentrado, com os talentos que tem, eu acho que a gente não  
2093 deve mudar, deve melhorar. E é isso que eu acho que Agadeilton está fazendo com isso  
2094 e foi proposta também dos delegados. Então nossa posição é que a Polícia Federal  
2095 contemple e fique com a sua Perícia, a Perícia Criminal dentro dessa autonomia. O que  
2096 eu também concordo é que se não tiver um dinheirinho para viajar essa autonomia é  
2097 meio brincadeira, mas tudo bem.

2098  
2099  
2100  
2101  
2102  
2103  
2104  
2105  
2106  
2107  
2108  
2109  
2110  
2111  
2112  
2113  
2114  
2115  
2116  
2117  
2118  
2119  
2120  
2121  
2122  
2123  
2124  
2125  
2126  
2127  
2128  
2129  
2130  
2131  
2132  
2133  
2134  
2135  
2136  
2137  
2138  
2139  
2140  
2141  
2142  
2143  
2144  
2145  
2146  
2147

**Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

Pela ordem dos inscritos Conselheira Cynthia, Conselheiro Silvio, Conselheiro Agadeilton, Conselheiro Nóbrega e Conselheiro Humberto. Conselheira Cynthia com a palavra.

**Cynthia Maria Pinto da Luz - Movimento Nacional de Direitos Humanos**

Vou iniciar dizendo que acho que o Almir apontou. O CONASP tem que ter opinião e opinião fundamentada em princípios, questões e princípios. A questão da Perícia é uma questão muito complexa a longa data e que ninguém dá bola, porque não há interesse para que se mexa nisso. Ela não funciona nos estados porque há uma evidência de sucateamento, não há interesse nisso, nós temos nos estados verdadeiros enterradores gerais da república, porque as pessoas são enterradas, queimadas de cigarro, violadas, vítimas de tortura, e inclusive, os nossos peritos e delegados e etc, fazem vista grossa para isso. Isso além da falta de provas para que se persiga um processo criminal da forma que tem que ser feito. Quando não funciona em virtude do sucateamento, quando funciona também não está livre das ingerências indiretas que tem sim fundo ideológico para que se favoreça um ou outro elemento no estado ou âmbito federal que não quer se ver submetido ao crivo do judiciário, ao crivo da Sociedade com elementos probatórios, efetivamente probatórios que só podem ser colhidos a partir da Perícia Criminal. E a questão é um questão de Direitos Humanos. A Secretaria de Direitos Humanos efetivamente tem que se pronunciar sobre isso, e se pronuncia porque há violação de Direitos Humanos que não é segredo para ninguém nesse país. Se não houvesse violação de Direitos Humanos no âmbito do processo criminal e da prova técnica, especialmente na condução do inquérito policial mais especialmente ainda, é claro que não precisaria se pronunciar, porque não chamaria a atenção. Poderia se preocupar com outras coisas. Não é um problema de gestão puramente de gestão. É um problema político. E a questão do orçamento destinado à Perícia também não é um problema de falta de dinheiro, porque falta para tudo. É um problema de opção política. É um problema no fim da linha de como se combate a tortura, impunidade e a criminalização, especialmente das populações criminalizadas neste país. É sob essa ótica que a gente tem que enxergar a coisa. A forma como ela vai ser feita de fato eu acho que não é uma preocupação do CONASP nesse momento, mas sim que ela tem que ser feita. Nós temos que nos preocupar com as questões de princípio. Autonomia, independência, dotação orçamentária e total condição de cumprir seu papel, porque a gente não tem Perícia adequada neste país. Em que pese raras exceções que muitas delas é na Polícia Federal que é um outro país, um outro mundo no aspecto criminal. Só com relação ao parecer eu acho que temos que ter opinião, eu acho que toda a parte feita pelo Agadeilton foi muito bem feita e tem que ser feita como justificativa, porque sem ela a gente não aprofundaria essa questão, mas acho que a questão da conclusão é muito bem colocada e tenho toda simpatia com parecer retirado dali, as questões de âmbito interno da Polícia Federal e assimilar no parecer a Perícia Criminal de uma forma global, geral, focando o princípio da autonomia, dotação orçamentária e independência da Perícia. Desculpa, só ressaltar. Temos que tirar um parecer daqui, senão a gente fica se reunindo para sempre e barrigando as coisas para não ter opinião e não botar o dedo em feridas que estão lá fora acontecendo e a gente não tem a coragem de enfrentar aqui dentro.

**Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

2148 Com risco de ser tachado aqui de corporativismo goiano, mas fazendo uma correção, a  
2149 Conselheira Simone está inscrita. Inscritos Conselheiros Sílvio, Agadeilton, Nóbrega e  
2150 Humberto.

2151  
2152 **Simone de Jesus - Federação dos Profissionais em Papiloscopia e Identificação**

2153  
2154 Simone, estou representando aqui os papiloscopistas. E é muito bom falar depois da  
2155 Cynthia, porque ela tem um olhar tão diferente às vezes dos técnicos, e dizer que foi uma  
2156 pena Agadeilton, acho que no momento que acabou a discussão ficou muito centrada nas  
2157 questões administrativas da Polícia Federal. Então eu pediria para que a gente  
2158 desconsiderasse essas questões administrativas. Eu acho que não podemos perder esse  
2159 momento de enfrentar o problema da Perícia no Brasil, porque é uma vergonha. A gente  
2160 sabe isso nos estados, a gente não precisa ficar dourando a pílula, e a gente sabe que  
2161 nos estados a gente tem que eleger quais as Perícias a serem feitas. E a gente sabe que  
2162 tem laudo que vai levar 20 anos para ser entregue nos Institutos de Criminalística, e  
2163 então a gente tem que enfrentar uma hora ou outra. E uma questão grave que eu acho  
2164 que nós temos que colocar sim, Cynthia, a gente tem que fazer regulamentação da  
2165 Perícia, acho que tem que sair isso no documento. Nós temos que tratar da organização  
2166 das carreiras, que é um inferno o que a gente passa nos estados hoje, porque aí quando  
2167 se fala em segregação os papiloscopistas nos estados sofrem isso de forma absurda. O  
2168 trabalho às vezes não é feito pelo Perito Criminal e é impedido de ser feito pelo  
2169 papiloscopista. E a Sociedade Civil não entende isso, porque o que ela quer é o  
2170 resultado. Então isso tem que ser enfrentado uma hora ou outra. Então a organização  
2171 das carreiras, essa definição das atribuições, a padronização de procedimentos e  
2172 equipamentos. É um absurdo a gente falar de uma Perícia de uma polícia científica, se  
2173 não existe uma padronização. Cada um faz uma coisa do jeito que acha que está certo.  
2174 Aí eu enviei para os Conselheiros, e não sei se todo mundo recebeu, aquele estudo do  
2175 IPEA no Rio de Janeiro, que a gente está vendo que no IML, e aí não estou fazendo uma  
2176 afirmação, porque é um estudo e a gente até pediu para que venham aqui, mas pelo  
2177 estudo do IPEA está sendo dito que as pessoas não têm como confirmar a causa da  
2178 morte. São coisas muito sérias que estão acontecendo dentro da nossa instituição de  
2179 Perícia. E a gente vê que isso nunca foi enfrentado, porque a Polícia Civil tem isso bem  
2180 definido, a PM tem isso muito bem definido, e quando a gente trás essa discussão dá  
2181 impressão que é uma briga corporativa entre as carreiras dentro da polícia Técnica. E é  
2182 bom a gente deixar que não é isso. Nós temos que assumir o compromisso com essa  
2183 instituição. Não é briga entre as corporações. A gente tem que enfrentar isso e a minha  
2184 proposta é que saia esse parecer. Essa discussão para mim da autonomia, da  
2185 independência até uma discussão mais adiante ou que bom que a gente possa fazer isso  
2186 junto, mas a gente não pode deixar de comparecer. E a minha proposta é que o  
2187 Ministério assuma isso, porque não temos conseguido fazer isso nos estados de que  
2188 encaminhe isso, que a gente tenha definida essas atribuições, essa organização das  
2189 carreiras e a padronização desses procedimentos.

2190  
2191 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

2192  
2193 Solicito à Conselheira Simone que encaminhe à Mesa sua proposta para que a Flávia  
2194 possa transcrever. Com a palavra o Conselheiro Sílvio.

2195  
2196 **Silvio Luiz Ramos Garcez - Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil**

2197

2198 Bom, vou tentar ser rápido, mas eu não posso deixar de ratificar algumas questões. Eu  
2199 falo com muita tranquilidade, porque vivi no meu estado, o Estado de São Paulo uma  
2200 situação em que a Perícia era ligada à Polícia Civil e depois a situação é que a Perícia foi  
2201 desvinculada da Polícia Civil. São Paulo é o que é hoje, não preciso falar. Na época em  
2202 que efetivamente a Perícia estava ligada a Polícia Civil, a Perícia era totalmente coibida  
2203 de fazer e realizar muitas coisas. Outra coisa que preciso pontuar é que nós estamos  
2204 falando de profissionais de Perícia e tem que ser incluídos aí: Peritos Criminais, Médicos  
2205 Legistas e Papiloscopistas. Nós estamos falando de Perito Criminal, e aí eu com toda  
2206 vênua a Polícia Federal não tem o Médico-Legista, que é uma atribuição específica dos  
2207 estados. A questão intra muros da Polícia Federal eu acho que tem que ser resolvida lá,  
2208 mas aqui nós temos que resolver nossas questões estaduais. Questões estaduais que  
2209 perpassam pela falta total de recursos, mas também tem a ver com gestão. Pacto  
2210 federativo impede a república, o nosso órgão maior de interferir. É questão de gestão.  
2211 Nós vamos no máximo fazer um parecer e encaminhar, mas não quer dizer que vai  
2212 efetivamente surtir qualquer efeito, porque a gente tem que respeitar o pacto federativo.  
2213 Os gestores estaduais são livres para determinar aquilo que é melhor para o seu estado.  
2214 Só quero citar o seguinte, que tem estados que os peritos vivem em situação precária.  
2215 Vou citar Sergipe. Onze Peritos Criminais e seis Médicos Legistas para atender o estado.  
2216 Jamais participam de nenhuma capacitação, porque se um sai o estado fica totalmente  
2217 refém de questões. Portanto, eu acho que é preciso focar muito o nosso parecer nessas  
2218 questões. Falando de Médicos-Legistas, falamos de Papiloscopistas e falamos de Peritos  
2219 Criminais. Essa é uma questão. Os Peritos Criminais Federais a quem eu respeito muito  
2220 o trabalho, admiro muito o trabalho, tem suas questões e tem uma legislação muito  
2221 específica que trata de questões específicas que não se coadunam com as questões  
2222 estaduais, que são questões de local de crime e outras coisas técnicas que não vem ao  
2223 caso aqui. Eu encaminho à Mesa uma sugestão, que se for o caso, podemos convidar o  
2224 Presidente do Conselho de Dirigentes Gerais de Perícia do Brasil, o doutor Celso Perioli,  
2225 para vir aqui falar um pouquinho para robustecer e ampliar o leque e a visibilidade que  
2226 todos têm das questões periciais. Eu me coloco a disposição para intermediar isso se for  
2227 o caso, mas queria deixar claro que nós possamos ter foco em profissionais de Perícia e  
2228 não só Perito Criminal.

2229  
2230 **Aginaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

2231  
2232 Obrigado, Sílvia. Conselheiro Agadeilton com a palavra. Sílvia, solicito que você procure  
2233 a Flávia e passe seu encaminhamento para ela para que a gente possa registrar.

2234  
2235 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**  
2236 **Criminais Federais**

2237  
2238 Desde então peço vênua a plenária e a Mesa, para me estender um pouco mais na fala,  
2239 porque acho que esse é o espírito de esclarecer do que está posto no parecer e algumas  
2240 questões como oportuna pelos Senhores e Senhoras Conselheiros e Conselheiras, vou  
2241 tentar fazer sucintamente pontuar. Primeiro dizer que a lógica ensinada por este  
2242 Conselho que aprendi aqui, mas também Pautada na minha atuação de quase 20 anos  
2243 no estado brasileiro como servidor público que o parecer tem que estar embasado e tem  
2244 que trazer uma introdução, ele tem que trazer um histórico ou desenvolvimento daquilo  
2245 que ele quer se manifestar sobre e tudo o que foi colocado dentro do parecer tinha essa  
2246 particularidade, de querer embasar os Conselheiros para fundamentar aquilo que está  
2247 sendo decidido na conclusão. Decidido ou colocado na conclusão. Então, embora

2248 compreenda a colocação do Conselheiro Marcos Rocha que deveria ser mais enxuto,  
2249 mas a lógica do parecer é justamente o contrário. O parecer tem que ter uma conclusão  
2250 objetiva, mas tem que ter fundamentação. E todas as citações aí trazidas foi no sentido  
2251 de trazer o histórico do que vem sendo falado, aprovado como ato normativo e construído  
2252 pelo Brasil durante esses sei lá quantos anos de história da criminalística, mas  
2253 certamente muito mais de 50 anos e que tem hoje comungado com essa ansiedade tão  
2254 grande das categorias que representam profissionais da Perícia e em última análise da  
2255 Sociedade, dessa necessidade de se clarificar o tema autonomia. Então tudo o que foi  
2256 colocado dentro do parecer. Evidentemente algumas frases que possam ser interpretadas  
2257 como menos felizes, embora a intenção não fosse essa como a citação do “espírito  
2258 natalino”, eu acho que o “espírito natalino” é o que nos deveria acompanhar a vida inteira.  
2259 Se assim fosse, nós talvez estivéssemos profissionais de Segurança Pública, não vou  
2260 dizer desempregados, porque são todos muito competentes, estariam trabalhando em  
2261 outra área, mas certamente atuando em outra área. O intuito foi esse de dizer que às  
2262 vezes as decisões são tomadas e que elas só foram tomadas, porque a mão invisível  
2263 tocou o coração de alguém, nada mais nada menos do que um Presidente da República  
2264 que tem uma sensibilidade enorme para entender questões pontuais do estado brasileiro.  
2265 Mas por isso que coloquei essa citação e não tenho nada contra que ela seja retirada.  
2266 Acho que até concordo que ela seja retirada. Foi colocado por algum Conselheiro, não  
2267 me recordo qual, que o parecer deseja autonomia orçamentária para a Perícia. Não é  
2268 essa a realidade. Eu já expliquei isso aqui e ratifico. O parecer não recomenda isso,  
2269 embora eu particularmente entenda que deveria ter autonomia orçamentária, assim como  
2270 deveria ter autonomia orçamentária também as polícias judiciais, mas não é essa a  
2271 realidade, até porque é algo que o Governo jamais deverá praticar. Nesse conselho foram  
2272 aprovados trezentos pareceres, autonomia para a Perícia, para a polícia e o Governo não  
2273 vai. A diretriz dos governos hoje de uma forma geral é não aumentar o leque de órgãos  
2274 que tem autonomia orçamentária. Hoje apenas os poderes e o Ministério Público têm  
2275 essa autonomia orçamentária porque foi colocada na Constituição de 88. A Defensoria  
2276 tem. Foi emenda constitucional. Foi semana passada. Parabênzo a Defensoria por essa  
2277 conquista importante. Mas não foi isso infelizmente. Porque a gente estaria, além de  
2278 atropelar toda a lógica do trabalho do parecer, estaria evidentemente pedindo algo que eu  
2279 considero nesse momento impossível. Depois foi apresentada a tabela pelo Conselheiro  
2280 Luiz Nóbrega sobre o histórico do crescimento das contratações de peritos na Polícia  
2281 Federal e das demandas de laudos. É verdade. Felizmente a Polícia Federal nos últimos  
2282 dez anos e por decisões do governo, felizmente, ela aumentou bastante o quadro de  
2283 Polícias Federais, não só de Peritos Criminais. A vontade Conselheiro.

2284  
2285 **Luiz Carlos Nóbrega Nelson - Departamento de Polícia Federal - DPF**

2286  
2287 Não somente por decisões, você fala como se fosse um ente abstrato do governo. Essa  
2288 pessoa que vos fala presidiu o Grupo de Trabalho e chegou à conclusão das vagas para  
2289 perito que estão aí colocadas. Eu presidi em 2006 o Grupo de Trabalho com dez  
2290 servidores públicos no edifício sede, chegamos a essas vagas e conseguimos o concurso  
2291 e ampliamos o quadro. Então não é simplesmente uma decisão de governo. Foi uma  
2292 decisão nascida interna na Polícia Federal de valorizar o quadro de Perícia e aumentar  
2293 nosso quantitativo e reduzir a demanda de laudos por perito. Muito obrigado.

2294  
2295 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**  
2296 **Criminais Federais**

2297

2298 OK, Conselheiro. Mas quando me referi à decisão de Governo, a Polícia Federal também  
2299 é Governo. A Direção Geral também é governo. Mas minha intenção era simplesmente  
2300 dizer que primeiro para se aumentar tem que aprovar uma Lei e quem tem que  
2301 apresentar o projeto é o Presidente da República, tem toda uma lógica, e aí passa pelo  
2302 referendo do chefe maior da nação que é o Presidente da República. Mas evidentemente  
2303 que isso passa também por uma decisão da instituição Polícia Federal, da sua  
2304 Administração, da sua Direção. E os últimos problemas que temos e foi motivo de citação  
2305 no parecer que o Senhor também deve saber, é que não havia nos últimos três anos essa  
2306 diretriz. A diretriz era outra. Felizmente, agora, conforme colocado em primeira mão a  
2307 diretriz está sendo mudada. Isso é muito bom. Eu até comentava com um colega  
2308 Conselheiro, que só a divulgação desse trabalho que ainda não virou um documento  
2309 oficial do Conselho, felizmente me parece que já está produzindo efeitos positivos dentro  
2310 da instituição Polícia Federal. E é isso que este Conselho precisa. É trazer algo concreto,  
2311 é debater as questões pontuais e importantes da Segurança Pública, debater a ponto de  
2312 que ela produza efeitos, porque ficar decidindo aqui recomendação, moção, parecer que o  
2313 mundo não conhece, que o mundo não debate e que o mundo não se sente implicado por  
2314 essas decisões, não vale nada, é perda de tempo. Então veja o quanto que esse trabalho  
2315 para mim já foi muito gratificante, porque na minha instituição já produziu efeitos  
2316 tamanhos que ela agora se propõe mandar um estafe importante para vir aqui contrapor  
2317 pontos do parecer. Isso é democracia. Isso que a gente precisa. Então não tenhamos  
2318 medo de nos posicionar sobre qualquer ponto da Segurança Pública. E não é porque eu  
2319 sou perito, não. É porque eu sou cidadão. A Perícia tem que ser discutida, tem que ser  
2320 aprimorada, ela tem que ser melhorada, assim como as polícias, todas elas. E a gente  
2321 tem que discutir as polícias aqui também. Eu vou finalizar apenas com duas outras. Tinha  
2322 mais, mas vou pedir permissão para citar duas outras colocações. A do Conselheiro João  
2323 Francisco, a gente também não pede Conselheiro João Francisco, Corregedoria para  
2324 Perito. Nós defendemos sim que a Corregedoria da Polícia seja única, mas nós  
2325 defendemos também que as Comissões de Disciplina que as Corregedorias nos estados  
2326 que elas sejam paritárias, que não se tenha apenas delegados ou peritos ou agentes  
2327 como presidentes de Comissão de Disciplina, porque vira tribunais de exceção. Eu não  
2328 vou aqui citar todos os problemas, mas todas as categorias reclamam da forma de  
2329 atuação da Corregedoria da Polícia Federal, e inclusive os delegados hoje. Então a gente  
2330 tem que ter coragem na Polícia Federal de debater isso e tornar a Corregedoria uma  
2331 instituição democrática que represente todas as categorias. É isso que pede o parecer, é  
2332 isso que fala o parecer. Ela recomenda que essa Corregedoria seja paritária e não que  
2333 seja uma corregedoria própria de perito e delegado. Aliás, de Perito Criminal. É o que  
2334 está escrito.

2335  
2336 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

2337  
2338 Por favor, Conselheiros.

2339  
2340 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**  
2341 **Criminais Federais**

2342  
2343 Por favor, eu acho que isso tem que ser esclarecido. E finalmente, mais uma vez o  
2344 PNDH3, Conselheiro João Francisco, ele fala de forma muito enfática, muito mais  
2345 enfática do que esse nosso parecer, se for referendado por esse Plenário, sobre a  
2346 necessidade de autonomia administrativa dos órgãos, e lá fala de Órgãos de Perícia. Em  
2347 nenhum momento, para a Polícia Federal a gente falou de órgãos de Perícia, fala de

2348 Unidade de Criminalística que é uma Unidade da Polícia Federal. E o PNDH3 que tem  
2349 várias situações dentro do parecer, inclusive *ipsis litteris* ali colocadas, falam de  
2350 necessidade de aprovação de atos formativos que possam ter autonomia administrativa,  
2351 e autonomia administrativa ela engloba autonomia financeira que é diferente da  
2352 autonomia orçamentária. Então, eu espero para finalizar que nós Conselheiros tenhamos  
2353 coragem de se posicionar e o posicionamento nessa questão aqui é sobre a forma de  
2354 parecer primeiro. Depois eu gostaria muito que tudo o que foi colocado aqui pelos  
2355 Conselheiros, as críticas e elogios tivessem sido colocados antes por e-mail. A gente na  
2356 última reunião disse que a Secretaria-Executiva disponibilizou esse parecer com  
2357 antecedência de mais de um mês e eu não recebi uma contribuição para ser debatida.  
2358 Esse é um problema que a gente tem que reconhecer e chegar aqui com um documento  
2359 que levou um ano e meio para ser construído. Eu sei que o debate é aqui, mas a melhoria  
2360 do texto, retirada de expressões, a gente poderia debater antes para chegar aqui e só  
2361 decidir sobre esses pontos. Para finalizar eu agradeço muito a confiança de todos e  
2362 espero que esse Conselho aceite o trabalho da comissão, referente esse trabalho, se  
2363 posicione sobre o tema e melhorias podem ser feitas de várias formas no futuro com  
2364 atuação deste Conselho. Muito obrigado.

2365  
2366 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

2367  
2368 Muito obrigado, Conselheiro. Com a palavra o Conselheiro Nóbrega.

2369  
2370 **Luiz Carlos Nóbrega Nelson - Departamento de Polícia Federal - DPF**

2371  
2372 Eu queria contextualizar algumas questões e peço a mesma deferência que foi dada ao  
2373 Agadeilton, porque eu tenho que estabelecer, e como eu venho pela administração  
2374 explicar ponto a ponto do que está sendo relatado aqui. Primeiramente, não é só com  
2375 relação, peço licença ao Conselheiro Marcos, que não é só com relação à  
2376 fundamentação do parecer, mas a conclusão também tem problemas seríssimos. Nós  
2377 concordamos aqui, ele está fora do áudio, mas concorda com isso também. Porque se  
2378 faz uma construção distorcida, se pega o conceito de autonomia técnica e científica do  
2379 perito, é o perito criminal enquanto isento, independente para produzir a prova pericial  
2380 dele e tenta se trazer para a ampliação de uma estrutura administrativa à parte.  
2381 Independente de ser dentro ou fora que a conclusão fala dentro ou fora, o que se quer  
2382 criar é uma estrutura administrativa, um órgão dentro do órgão ou um órgão fora do  
2383 órgão. Essa conclusão que está expressa aqui no parecer. E para isso se faz uma série  
2384 de conjecturas e ilações que não são verídicas. Quero deixar bem claro que não são  
2385 verídicas. Queria bater ponto a ponto para vocês saberem a realidade da Perícia Criminal  
2386 da Polícia Federal. Eu estou aqui com colegas Peritos Criminais que vieram por conta  
2387 própria, porque estão preocupados com isso, e porque sabem que a Perícia Criminal na  
2388 Polícia Federal ela tem condições de estrutura e tem autonomia para exercer seu mister.  
2389 Isso aí ninguém tem dúvida quanto a isso. Ninguém está aqui por lobby, como foi dito  
2390 pelo Diretor Geral, e quem veio a mando do Diretor Geral foi o doutor Matheus, Perito  
2391 Criminal Federal que explanou, os demais vieram por conta própria e preocupação com o  
2392 tema. Eu queria abordar ponto a ponto saber a realidade de hoje da Perícia Criminal  
2393 dentro da Polícia Federal. Se fala no parecer, e eu queria pedir novamente que  
2394 projetasse de novo a quantidade de vagas e evolução do efetivo. Só para demonstrar  
2395 claramente para vocês como tem avançado o efetivo de Peritos Criminais da Polícia  
2396 Federal e tem diminuído a carga de trabalho. Ótimo. Quem é contra isso? Todo mundo é  
2397 a favor. Seria ideal se tivesse uma quantidade de carga de trabalho até menor, mas são



2398 limitações que nós temos dentro do executivo. Talvez aqui a realidade do estado é bem  
2399 distante da realidade da União, mas você vê a evolução do efetivo de Peritos Criminais  
2400 Federais e a quantidade de laudos e a relação carga de trabalho. O parecer tenta iludir na  
2401 medida em que ele faz um comparativo do nosso quantitativo de peritos com a população  
2402 brasileira. Não tem nenhuma relação de Peritos ou Delegados Federais com o  
2403 quantitativo da população brasileira. Nós temos uma relação de carga de trabalho. Para  
2404 você dimensionar um concurso público, é diferente a realidade estadual da realidade  
2405 federal. Na realidade federal você tem uma carga de trabalho relacionada aos inquéritos  
2406 dos delegados, e você tem uma carga de trabalho assinada aos laudos dos peritos. Então  
2407 esse quadro demonstra a preocupação do Departamento Federal em investir em  
2408 concursos públicos para Peritos. Só terminar, senão vou perder o raciocínio. Fica à  
2409 vontade.

2410  
2411 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**  
2412 **Criminais Federais**

2413  
2414 A citação do número de peritos não foi invenção nossa do Grupo de Trabalho. É  
2415 metodologia da ONU. A ONU é quem faz esse estudo nas polícias do mundo inteiro e  
2416 está colocado no parecer. Foi para informar o Conselho. E, inclusive coloca envolvendo  
2417 todos os Peritos Criminais do Brasil. Não é dizendo que está deficiente na Polícia  
2418 Federal. É no Brasil. Envolve todos os estados, OK Conselheiro? Obrigado pelo aparte.

2419  
2420 **Luiz Carlos Nóbrega Nelson - Departamento de Polícia Federal - DPF**

2421  
2422 Quero só contextualizar que no mesmo parágrafo que ele faz essa relação com a  
2423 população que é baseado nesse estudo da ONU, informado pelo colega que está aqui  
2424 atrás em realidades de outros países que tomam o âmbito federativo de todas as  
2425 unidades sejam contadas e municípios, se conclui no mesmo parágrafo quando faz essa  
2426 relação de que o Órgão Central de Perícia Criminal Federal demonstra a necessidade de  
2427 contratação de novos profissionais em razão da demanda e do elevado número de  
2428 pendências. O dirigente máximo da instituição Polícia Federal tem se negado a demandar  
2429 junto ao Ministério do Planejamento. Isso é inverdade.

2430  
2431 **Aginaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

2432  
2433 Há mecanismos legais para uso da fala, por favor.

2434  
2435 **Luiz Carlos Nóbrega Nelson - Departamento de Polícia Federal - DPF**

2436  
2437 Tudo bem, vamos dizer que esse documento não existe. Só quero apelar para a lógica  
2438 natural. Algum chefe de instituição ia mandar um documento eu não quero concurso para  
2439 os seus servidores? Qual chefe em sã consciência enviaria um documento dizendo não  
2440 me interessa concurso para adaptar servidores. Mas tudo bem. Só queria avançar com  
2441 relação a alguns pontos alertados no parecer que é com relação à ausência de  
2442 autonomia técnica e científica com base em critérios e orçamento mínimo necessário.

2443  
2444 **Aginaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

2445  
2446 Conselheiros, só um instante. Conselheiro Nóbrega está usando a palavra. Vamos  
2447 respeitar o uso da fala.

2448  
2449 **Luiz Carlos Nóbrega Nelson - Departamento de Polícia Federal - DPF**  
2450

2451 É falado no parecer no item 2 da página dez que a ausência da autonomia da Diretoria  
2452 Técnico Científica que é um diretor com o mesmo status de todos os diretores da Polícia  
2453 Federal que são somente 7 para definir com base em critérios técnicos das áreas de  
2454 necessidade o orçamento mínimo necessário para atender demandas de custos e  
2455 investimento. Aqui foi falado com relação à questão de Direitos Humanos, e só queria  
2456 mencionar que 3,7 milhões de reais da Secretaria de Direitos Humanos foram passados  
2457 para a DITEC justamente para localizar crianças e políticos desaparecidos. É um valor  
2458 bem justamente para esta atividade. É falado também no parecer que não se investe na  
2459 pesquisa na área de criminalística. 7 milhões de reais do Ministério da Ciência e  
2460 Tecnologia foram repassados para DITEC de 2008 até hoje para investir justamente em  
2461 pesquisa. Então, é um dado falso. É um dado que não condiz com a realidade. Estou com  
2462 dados oficiais e representantes da Coordenação de Orçamento e Finanças aqui atrás que  
2463 estão me subsidiando e que são peritos. Então é importante que seja dito isso aqui para  
2464 que não fique uma falsa realidade de que a Polícia Federal não investe em pesquisa na  
2465 área de criminalística e não descentraliza recursos para a Diretoria Técnico e Científica.  
2466 Avançando um pouco mais, fala-se no parecer no item cinco da ausência da Diretoria  
2467 Técnico e Científica para definir normas de atuação e padronização de procedimentos  
2468 periciais. Os procedimentos periciais são definidos pela Diretoria Técnico Científica como  
2469 foi bem explanado pelo doutor Matheus aqui um pouco antes. Logicamente que são  
2470 definidos, até porque as demais áreas não teriam condições técnica e científicas de editar  
2471 normas específicas. Só aquele *expert* naquela área tem condição de produzir uma norma  
2472 e enveredar a Direção Geral. Isso aí é outra afirmação do parecer inverídica. E a gente  
2473 não pode esquecer também, indo um pouco mais além, passando a questão dos estados  
2474 que a gente tem que separar a situação dos estados da situação da união, que na  
2475 conclusão do parecer, por isso que tenho uma preocupação não somente no conteúdo,  
2476 mas na conclusão do parecer. Quando o parecer conclui, ele fala da seguinte forma no  
2477 item 2: “A forma com essa autonomia será efetivada e em questão de natureza  
2478 administrativa de cada unidade da federação e da união.” Cada ente da federação lê-se  
2479 estado e união, “dentro dos limites constitucionais vigentes podendo ser dentro dos  
2480 limites ou fora deles. Então, o que se quer é uma autonomia administrativa, criar um  
2481 órgão dentro do órgão ou então que se crie um novo órgão fora da Instituição Polícia  
2482 Federal. Eu quero só pedir a gentileza de vocês para atentarem que a força da Polícia  
2483 Federal, a importância dela é a capacidade da produção da prova. Hoje, nós temos a  
2484 realidade enfática, por exemplo, enquanto o delegado está ouvindo a pessoa que estava  
2485 no local do crime, o perito está coletando o vestígio e o agente está coletando  
2486 informações na rua. Então é essa a grande força da Polícia Judiciária. Ela é autônoma  
2487 em termos de produção de prova. Se você fraciona a Polícia Judiciária você perde essa  
2488 capacidade de produção de prova. E nós estamos aí há dez anos vendo resultado disso  
2489 na Polícia Federal. O investimento que foi feito, a quantidade de operações em todas as  
2490 esferas de poder a Polícia Federal já penetrou sob o ponto de vista de repressão e  
2491 criminalidade. Isso a gente sabe e na história do país é a primeira vez que isso ocorre.  
2492 Historicamente a polícia sempre foi tratada como capataz e é interessante que tem o  
2493 capataz para conter o Movimento Social ou conter uma rebelião e a primeira vez que o  
2494 capataz começa a chegar na casa do Senhorio foi nos últimos dez anos. E, isso se deve  
2495 graças à força de produção de prova que a Polícia Federal teve nos últimos dez anos, e  
2496 temos preocupação tanto com a Criminalística como na área de Direitos Humanos  
2497 fenomenal, como nós conversamos aqui no dia-a-dia. Nós temos divisão de Direitos

2498 Humanos e temos interação muito grande e afirmamos convênio com a Secretaria de  
2499 Direitos Humanos, justamente na atuação e no combate a qualquer violação de Direitos  
2500 Humanos. Só queria concluir um pouco mais rapidamente é que fala no item 3, e a gente  
2501 não pode distorcer, se pega um tema de natureza Autonomia Técnico e Científica do  
2502 Perito enquanto isento na produção da prova e se tenta criar uma estrutura administrativa  
2503 ou em apartheid dentro do órgão ou fora do órgão. Isso está sendo para a União. E no  
2504 item três ele fala na conclusão: “Com dotação orçamentária própria especificada no  
2505 orçamento do órgão e gerida pelo dirigente da unidade de Perícia. A nossa unidade de  
2506 Perícia ela já tem orçamento próprio e é um dos melhores orçamentos da Polícia Federal  
2507 Todo o nosso controle interno e toda a nossa Coordenação de Orçamento e Finanças  
2508 Geral do órgão está nas mãos de Peritos Criminais e muito bem gerida por excelentes  
2509 Peritos Criminais. Então, não existe uma cultura de apartheid da Polícia Federal. Pelo  
2510 contrário, a cultura é de integração.

2511

2512 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

2513

2514 Conselheiro Nóbrega, infelizmente, vou ter que suspender a fala do Companheiro  
2515 Nóbrega e informar à Plenária que nós não temos quorum, então nós vamos ter que  
2516 suspender a reunião agora e vamos dar cinco minutos para que o pessoal retorne. O  
2517 pessoal saiu e agora nós não temos quorum. Há duas alternativas, nós suspendermos  
2518 para o almoço e depois retornamos ou suspendermos cinco minutos para que a Flávia  
2519 possa organizar as idéias ali. De qualquer maneira essa sessão terá que ser suspensa  
2520 agora antes de qualquer encaminhamento. Está suspensa a reunião por falta de quorum.  
2521 Conselheiros, por favor. Tem um Conselheiro que está com a palavra. Em retornando o  
2522 quorum. Confira por favor. Retornou? Deu quorum? Conselheiros, nós ainda não temos  
2523 quorum. Nós ainda não temos quorum. Deu quorum? Está faltando um Conselheiro. Por  
2524 favor, Conselheira, salve o nosso almoço. Conselheiros, a fala da Conselheira Simone é  
2525 realmente relevante. Solicito que os Senhores e as Senhoras aguardem pelo menos para  
2526 a gente concluir essa votação. Só temos a conclusão da fala do Conselheiro Nóbrega, a  
2527 inscrição do Conselheiro Humberto e uma questão de ordem levantada pelo Conselheiro  
2528 Marcos Costa. Concluído isso nós já vamos à votação. É encaminhamento, é outra  
2529 questão. Conselheiro Nóbrega, só uma questão de ordem levantada pelo Conselheiro  
2530 Marcos Costa e o Senhor conclui. Com a palavra o Conselheiro Marcos Costa.

2531

2532 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**

2533

2534 Em outras oportunidades mesmo com quorum nós continuamos a debater e isso sempre  
2535 já ocorreu aqui. A questão de ordem basicamente é essa.

2536

2537 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

2538

2539 Conselheiro, em que pese o histórico, o Conselho não trabalha através de jurisprudência,  
2540 trabalha através do regimento. Conforme a alegação que o Senhor fez quando da  
2541 participação do nosso convidado, a regra regimental continua a mesma, ou seja, a  
2542 necessidade do quorum para o prosseguimento dos trabalhos. Coma palavra o  
2543 Conselheiro Nóbrega.

2544

2545 **Luiz Carlos Nóbrega Nelson - Departamento de Polícia Federal - DPF**

2546

2547 Só retomando, aqui, a conclusão, quero elogiar o parecer do Agadeilton, porque a  
2548 conclusão tem logicidade muito grande com relação ao explanado. Então se  
2549 simplesmente se retira passagens da fundamentação e se aprova a conclusão, o efeito  
2550 pragmático dela é terrível para a instituição. Porque a conclusão ela aborda nos quatro  
2551 itens uma separação ou interna ou externa, ela conclui mais para frente no item 3 quando  
2552 coloca e fala com relação à autonomia técnico científica do perito, defende justamente  
2553 uma dotação orçamentária própria especificada no orçamento do órgão gerida pelo  
2554 diretor do órgão da unidade de Perícia e nosso caso já é dirigido.

2555  
2556 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

2557  
2558 Conselheiro solicito que o Senhor conclua. O Senhor já extrapolou seu tempo sob pena  
2559 de ter que caçar sua palavra novamente.

2560  
2561 **Luiz Carlos Nóbrega Nelson - Departamento de Polícia Federal - DPF**

2562  
2563 E afirma mais abaixo no item três que isso influencia nas teses investigativas da Perícia  
2564 Criminal. Não é o caso da nossa realidade.

2565  
2566 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

2567  
2568 Muito obrigado, Conselheiro Nóbrega. Com a palavra o Conselheiro Humberto.

2569  
2570 **Humberto Jorge de Araújo Pontes - Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do**  
2571 **Brasil**

2572  
2573 Senhores Conselheiros. Quando nós falamos e eu repito dos estados com uma realidade  
2574 completamente diferente. E não poderia deixar de não de parabenizar a Cynthia, mas os  
2575 organismos que todos conhecem bem. Quando nós peritos falamos em autonomia  
2576 técnica que ninguém mexe e ninguém interfere, não é verdade. A autonomia técnica é  
2577 alterada quando você tem um sucateamento dos órgãos periciais, quando você não dá  
2578 verba para que o perito possa se deslocar para fazer suas diligências. Então, na verdade  
2579 nem a autonomia técnica nós temos garantido em função disso. Uma outra coisa  
2580 também, eu não sei se entendi bem sua fala, mas o próprio Plano de Segurança Pública  
2581 do Governo Lula e o PNH3 já fala em autonomia. O plano já fala de autonomia. E eu  
2582 queria dizer aos Conselheiros que se acharem ainda sem condições e se não for votado  
2583 isso hoje, caso não seja votado eu quero fazer um encaminhamento à Mesa para que  
2584 possamos convidar reforçando o Perito Criminal Celso Perioli Presidente do nosso  
2585 Conselho que é o Superintendente da Perícia Técnica de São Paulo que poderá  
2586 esclarecer muito bem o que é uma Perícia dentro da Polícia Civil e o que é uma Perícia  
2587 autônoma. Queria esse encaminhamento. E antes de parabenizar não só Agadeilton,  
2588 quero parabenizar a todo o Grupo Técnico que trabalhou. E encerro, não utilizando os  
2589 meus três minutos até por questão de sensibilidade e respeito aos demais Conselheiros,  
2590 continuo sem entender. Queria que os Senhores entendessem o que estou dizendo.  
2591 Continuo sem entender o porquê de não estar aqui hoje fazendo essas ponderações o  
2592 Diretor do DITEC ou na sua impossibilidade o Diretor do Instituto Nacional de  
2593 Criminalística. Não entendi com todo respeito ao colega Perito Criminal, porque foi  
2594 necessário trazer o colega da Bahia e não trazer aqui o diretor do DITEC ou o Diretor do  
2595 INC. Agradeço a oportunidade que me foi dada e me sinto satisfeito.

2596

2597 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

2598

2599 Conselheiros, como nós já encerramos a palavra, eu solicito a compreensão do  
2600 Conselheiro Benedito Mariano nesse caso. O Conselheiro Sílvio já havia feito  
2601 encaminhamento semelhante ao seu. Eu pergunto se o Senhor está contemplado com o  
2602 encaminhamento que ele fez, no sentido de um possível convite caso não seja aprovado  
2603 um convite ao Diretor de Perícia de São Paulo. Flávia, eu gostaria que você fizesse uma  
2604 apresentação para nós aí de todos os encaminhamentos que foram feitos, para que nós  
2605 possamos verificar se todos os Conselheiros estão contemplados com esses  
2606 encaminhamentos que foram feitos. Caso estejam... Conselheiro Mariano, nós estamos  
2607 com estado avançado da hora. É 12h40 e nós já suspendemos as inscrições. Com a  
2608 palavra o Conselheiro Mariano para encaminhamento.

2609

2610 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
2611 **Municipais de Segurança Pública**

2612

2613 Primeiro queria fazer um apontamento aqui para que à tarde e amanhã nós tenhamos um  
2614 clima menos tenso entre a presidência, a Mesa e os demais Conselheiros. Aqui não tem  
2615 ninguém que é chefe de ninguém e estamos todos aqui fazendo uma função pública. Não  
2616 recebemos para estar aqui, fomos referendados para estar aqui e esse clima... precisa ter  
2617 um clima mais amistoso que não está tendo nessa reunião. Então faço um apelo à Mesa  
2618 e aos Conselheiros para a gente restabelecer um clima mais amistoso entre nós.

2619

2620 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

2621

2622 Esse é o seu encaminhamento, Conselheiro?

2623

2624 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
2625 **Municipais de Segurança Pública**

2626

2627 Não, esse é o preâmbulo. Após ouvir aqui mais de três inscritos, discutir se pode fazer  
2628 encaminhamento. Eu acho que encaminhamento é livre de se fazer, senão a gente  
2629 interrompe e deixa os encaminhamentos para depois. O meu encaminhamento é que  
2630 esse pleno não vote o parecer e que nós aprovemos na linha da fala do Conselheiro João  
2631 Francisco, uma Audiência Pública convocada pelo CONASP aonde fundamentalmente os  
2632 expositores sejam o companheiro Conselheiro Agadeilton, o Conselheiro Nóbrega,  
2633 alguém do Ministério Público Estadual e Federal; e também policiais e representação das  
2634 Polícias Estaduais. E essa Audiência Pública discutir três temas. Autonomia técnica e  
2635 funcional, porque nós estamos misturando tudo aqui. Acho que não há divergências entre  
2636 autonomia técnica e funcional no Conselho e na Sociedade. E não é a mesma coisa que  
2637 autonomia administrativa e orçamentária. Então é outro tema. Deve ter ou não. Órgão  
2638 específico da Perícia é um outro tema, não tem a ver com autonomia funcional. E o  
2639 quarto tema. Perícia na Segurança Pública ou no Poder Judiciário. Inclusive tem duas  
2640 PECs falando sobre isso. Eu pessoalmente acho um absurdo a Perícia sair da Segurança  
2641 Pública. Então, esse é um debate que quero aprofundar. Acho que não tem sentido nós  
2642 termos Perícia fora da área de Segurança Pública, independente da autonomia técnica  
2643 funcional, independente se vai ter órgão específico, é na área de Segurança Pública. E  
2644 me parece que nisso há até divergências no setor, razão pela qual temos duas PECs  
2645 tramitando. Uma para ficar e outra para sair. Então, eu acho que esse debate merece  
2646 uma reflexão maior e o grupo propiciou esse relatório, esse parecer, propiciou que

2647 mobilizasse o Conselho para a gente aprofundar o debate que pode ter repercussão  
2648 agora e no futuro. Então é esse o meu encaminhamento, Mesa, uma Audiência Pública  
2649 proposta pelo CONASP com esses temas e chamando aqueles Conselheiros e outros  
2650 que acabaram monopolizando o debate aqui entre nós.

2651  
2652 **Aginaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**  
2653

2654 Conselheiro, a Mesa se torna obrigada a fazer uma ressalva com relação ao Regimento.  
2655 O Senhor fez na verdade uma nova proposta, não de condução, mas de mérito com  
2656 relação à discussão que foi aqui apresentada. Eu acho que é necessário que a Mesa faça  
2657 essa ressalva, porque o encaminhamento é uma sugestão de condução para andamento  
2658 do trabalho e não apresentação de uma proposta. Eu faço essa ressalva, porque muitas  
2659 vezes nós fazemos uma condução com relação a essas oportunidades que nós temos de  
2660 manifestação. Essa proposta que o Conselheiro Mariano colocou é preliminar à própria  
2661 discussão do mérito. Então, se nós catamos a inserção da proposta dele, eu creio que  
2662 antes de nós entrarmos na discussão propriamente do mérito, nós temos que resolver  
2663 essa questão, porque ela vai mudar o mérito da questão colocada pelo Conselheiro  
2664 Agadeilton. Então Conselheiro Agadeilton, por favor, com a palavra.

2665  
2666 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**  
2667 **Criminais Federais**  
2668

2669 É justamente esse ponto que eu queria ver esclarecido pelo autor da proposta. É se essa  
2670 proposta que ele fez de colocar a Audiência Pública para discutir o tema, que eu acho  
2671 que é muito apropriado e pertinente prejudica a votação desse parecer. Ou seja, se o  
2672 objetivo que ele está trazendo com essa posição é aumentar a discussão antes da  
2673 manifestação do Conselho mediante parecer ou se uma coisa independe da outra. Só  
2674 queria que ele esclarecesse isso para a gente se posicionar adequadamente sobre a  
2675 proposição.

2676  
2677 **Aginaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**  
2678

2679 Na verdade ele está perguntando se vai impedir a discussão do parecer agora.

2680  
2681 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
2682 **Municipais de Segurança Pública**  
2683

2684 Evidente que a idéia da Audiência Pública, Conselheiro, é aumentar o debate e  
2685 esclarecer dúvidas. Eu acho ruim nós debatermos aqui com as situações que foram  
2686 colocadas aqui. Eu penso que depois de uma Audiência Pública e tendo este ou outro  
2687 parecer com adendos e tal, o pleno vai estar em mais condições de aprofundar. Nós não  
2688 vamos deixar de tomar uma posição com relação a esse tema, porque ele já vem fazendo  
2689 parte das últimas reuniões nossas ordinárias, mas acho que se nós aprovarmos  
2690 concordando com a Mesa uma Audiência Pública para levantar essas três ou quatro  
2691 questões, isso implica em não ter votação hoje.

2692  
2693 **Aginaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**  
2694

2695 Senhores Conselheiros, algum esclarecimento? Então, nós temos uma proposta que ela  
2696 é preliminar à própria inserção dos outros encaminhamentos que foram feitos que é a

2697 deliberação do plenário com relação a essa questão do Conselheiro Mariano. O que o  
2698 Conselheiro Mariano coloca é o seguinte. Que nós não deliberemos sobre a aprovação  
2699 ou não deste parecer e que antes de discutirmos o mérito do parecer que nós façamos  
2700 uma ampliação da discussão através de uma Audiência Pública, onde vários setores  
2701 possam participar dessa Audiência Pública promovida pelo CONASP. Algum dos  
2702 Senhores tem alguma questão a ser levantada ou algum esclarecimento com relação a  
2703 isso? Conselheiro Marcos Costa, por favor.

2704  
2705 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**

2706  
2707 Em outros momentos de divergências assim a gente já levantou, saímos um pouco do  
2708 plenário, conversamos um pouco fora e voltamos. Está perto do almoço, as pessoas  
2709 estão preocupadas já com o horário do almoço. Se a gente conversasse durante o  
2710 almoço, fora desse ambiente formal de definição e voltássemos no início com uma  
2711 posição, talvez. Eu acho que ajudaria.

2712  
2713 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

2714  
2715 Tem dois inscritos aqui que são a Cynthia e o Tião. Conselheiro se o Senhor concordar  
2716 que os dois falem antes que deve ser a mesma questão. Conselheira Cynthia primeiro e  
2717 depois Tião inscrito. Conselheira Eliana.

2718  
2719 **Cynthia Maria Pinto da Luz - Movimento Nacional de Direitos Humanos**

2720  
2721 Eu quero reforçar a título de encaminhamento a proposta do Marcos, porque eu acho que  
2722 a gente tem um parecer rico, profundo e que já apontou para algumas convergências aqui  
2723 no CONASP. E ele não pode ser simplesmente abandonado na perspectiva de uma  
2724 Audiência Pública e manter o debate, senão a gente perde o foco do nosso trabalho.  
2725 Então eu acho que seria saudável mesmo a gente interromper, conversarmos durante o  
2726 almoço, porque independentemente de aumentar o debate na Audiência Pública, o  
2727 CONASP tem que ter algum tipo de posição sobre esse parecer, que pode acatá-lo com  
2728 as devidas ressalvas, mas tem que ter algum tipo de definição sobre ele. E essa definição  
2729 pode ser composta neste período do almoço. Porque para mim o encaminhamento do  
2730 Mariano é aquilo que eu falei na minha fala. É barrigar a discussão. É a gente não discutir  
2731 uma questão que tem que ter opinião sobre ela. Até para estar numa Audiência Pública  
2732 com um indicativo. Porque nós podemos estar na Audiência Pública acatando parte  
2733 desse parecer e levantando questões que são divergentes, e que a audiência deve  
2734 aprofundar, compreendeu? Então, eu acho que o encaminhamento do Marcos dá um  
2735 tempo para a gente estar pensando como viabilizar isso.

2736  
2737 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

2738  
2739 Conselheiro Tião com a palavra.

2740  
2741 **Sebastião Santos – Viva Rio**

2742  
2743 Três coisas. A primeira é que acho que temos que resolver agora antes do almoço e não  
2744 entrar em discussão na parte da tarde. Já tem uma Pauta prevista para a tarde e acho  
2745 que já foi suficientemente discutido este tema aqui. Segundo. Eu creio o seguinte. Há  
2746 uma convergência. Há uma convergência por parte dos convidados de que o resultado do

2747 parecer, a Resolução do parecer, há consenso. Então, se houver acordo de que a  
2748 Resolução do parecer é consensual e votamos apenas a Resolução sem os preâmbulos,  
2749 acho que resolvemos isso. Se não há esse consenso, acho que a proposta do Mariano é  
2750 muito bem vinda. Só faço a seguinte proposta. Se houver Audiência Pública não havendo  
2751 consenso nas resoluções que a gente faça em parceria com a Comissão de Segurança  
2752 Pública da Câmara dos Deputados, porque aí também ampliamos o debate para além do  
2753 próprio espaço do Conselho. Transformamos isso numa coisa para a Sociedade.

2754  
2755 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

2756  
2757 Conselheiro Almir pediu questão de ordem. Comissão de Segurança Pública da Câmara  
2758 dos Deputados, Flávia.

2759  
2760 **Almir Laureano dos Santos - Rede Desarma Brasil**

2761  
2762 Eu acho, Presidente que a gente não vai ter condição na hora do almoço. Eu respeito a  
2763 opinião de Cynthia, mas a gente vai almoçar em lugares diferentes e não vamos ficar  
2764 como uma confraria para resolver essa questão agora na hora do almoço. Estou com  
2765 fome mesmo e acho que não há consenso. Eu já tinha um consenso e foi mudado. Essa  
2766 reunião mudou alguns consensos meus e isso é a riqueza não só de um lado como de  
2767 outro. Quando eu ouvi Agadeilton eu reforcei alguns e quando ouvi Humberto, Matheus  
2768 também foram mudados alguns consensos e não dá para decidir agora. Eu acho que o  
2769 mais sensato foi o que Mariano propôs que a gente aprofunde e aí Agadeilton garantiu  
2770 que a Audiência Pública é para fortalecer o trabalho como foi feito pelo GT e acho que  
2771 não dá mais, já estamos ficando doidos da cabeça. Eu não tenho como votar. Se eu votar  
2772 não considere.

2773  
2774 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

2775  
2776 Conselheiro Benedito Mariano.

2777  
2778 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
2779 **Municipais de Segurança Pública**

2780  
2781 Com todo respeito à companheira Cynthia do Movimento Nacional de Direitos Humanos,  
2782 em nenhum momento aqui tem a idéia de barrigar nada. Está claro aqui que esse debate  
2783 ampliou o dissenso e não consenso. Vamos ser objetivos. A gente tem que procurar  
2784 senão o consenso 100%, aquele gradativo. Hoje esse debate ampliou o dissenso. Essa  
2785 Audiência Pública é para ter subsídio para maior compreensão do próprio Conselho. São  
2786 três temas colocados aqui direta ou indiretamente. Objetivamente ou subjetivamente. Em  
2787 alguns há consenso. Ninguém aqui é contra a autonomia técnica e funcional da Perícia.  
2788 Se for só esse ponto o parecer, ele passa aqui por consenso. Mas os próprios  
2789 Conselheiros e o relator, o Grupo de Trabalho trouxeram outros elementos relacionados a  
2790 isso. Então eu queria ponderar que Audiência Pública, ela qualifica as três questões  
2791 fundamentais que foi objeto do debate hoje de manhã.

2792  
2793 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

2794  
2795 Conselheiro Agadeilton com a palavra.

2796



2797 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**  
2798 **Criminais Federais**  
2799

2800 Embora diga isso com muita angústia, mas até pelas posições que foram aqui trazidas,  
2801 inclusive colocando em cheque algumas posições do parecer como se fossem  
2802 inverídicas, eu acho que ter um momento para que se descubra para quem está com a  
2803 verdade, eu me associo à idéia do Conselheiro Benedito de não votar hoje o parece.  
2804 Porque eu acho que não é saudável para meus colegas Conselheiros votarem um  
2805 parecer onde pontos estão sendo questionados como inverídicos, e é bom que isso fique  
2806 registrado, eu exijo que isso fique registrado, que foram questionados por Conselheiros,  
2807 pelo Conselheiro Luis Nóbrega de que parte do parecer são inverídicos. E que a gente  
2808 tenha a oportunidade de de fato saber se tem colocações no parecer que são inverídicas.  
2809 E para finalizar, por conta dessas polêmicas levantadas e de forma muito constrangido eu  
2810 defendo não pela questão da Audiência Pública. Eu acho que é muito salutar, mas eu  
2811 defendo que não votemos o parecer hoje, que a gente promova essa audiência, promova  
2812 o debate e que esclareçamos todos os pontos que foram aqui levantados sobre o parecer  
2813 e que nós Conselheiros todos possamos contribuir de forma efetiva com a redação desse  
2814 parecer, e não só o grupo, para depois a gente poder votar esse documento aqui dentro  
2815 dessa Plenária de forma qualificada, segura, e se não com consenso, mas pelo menos  
2816 com a maioria significativa. Muito obrigado.  
2817

2818 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**  
2819

2820 Conselheiros, a Mesa faz o encaminhamento seguinte: Considerando que o autor da  
2821 proposta, pelo menos representante do grupo autor da proposta fez o encaminhamento  
2822 que não seja deliberado hoje e que há encaminhamento inclusive já acolhido por ele  
2823 nesse sentido, e em razão do adiantado da hora e da fome que nos assola, como bem  
2824 colocou o Conselheiro Almir, a Mesa encaminha no sentido que a gente delibere com  
2825 relação a essa proposta do Conselheiro Mariano e que à tarde a gente possa retornar e  
2826 seguir nossa vida. Logicamente até para que nós não tenhamos isso perdido, que nós  
2827 possamos trazer aí, o Conselheiro Agadeilton, uma proposta de cronograma e data para  
2828 estruturação dessa audiência. A Mesa está encaminhando para que haja quase um  
2829 consenso, se a Conselheira Cynthia também assim entender, que o próprio autor da  
2830 proposta encaminhou para que a gente não defina e não delibere antes da ampliação da  
2831 discussão. Com a palavra Conselheira Cynthia. Microfone, por favor.  
2832

2833 **Luiz Carlos Nóbrega Nelson - Departamento de Polícia Federal - DPF**  
2834

2835 Só para concordar com o Conselheiro Marcos Costa em todos os pontos e acho que  
2836 realmente engrandece o debate fazer uma audiência e discernir exatamente que tipo de  
2837 autonomia, natureza e grau dela e também ratifico tudo o que foi dito aqui, somente com  
2838 relação que não quis dizer com relação a você ter má-fé a algumas propostas. Mas  
2839 vamos discutir mais na frente num debate mais amplo e concordo com vossa Senhoria  
2840 em todos os pontos.  
2841

2842 **Cynthia Maria Pinto da Luz - Movimento Nacional de Direitos Humanos**  
2843

2844 Só a respeito do encaminhamento da Mesa, eu acho que só registrar que para nós da  
2845 Sociedade Civil, dessa Sociedade Civil que é criminalizada, que está nas ruas, que é  
2846 vitimizada nas instituições, na prática, que é muito difícil para a gente. Quando a gente

2847 aprofunda um tema que diz respeito diretamente ao nosso dia-a-dia, à nossa vida e  
2848 quando a gente tem oportunidade de mexer um pouquinho nessa coisa de atestado de  
2849 óbito com causa morte desconhecida e a gente não tem a coragem de fazê-lo, porque  
2850 entende que é necessário continuar discutindo e a vida continua seguindo. Para mim  
2851 efetivamente, me desculpa meu querido Mariano, com todo respeito que eu tenho por ti e  
2852 pela tua história, às vezes algumas estratégias vêm no sentido mesmo de barrigar pode  
2853 ser uma palavra indelicada, mas de se furtar a tomar uma posição mais concreta com  
2854 relação a algumas coisas que mexem diretamente nas esferas de poder. Então, sou  
2855 obrigada a declarar isso, minha insatisfação, a minha frustração com essa tal de  
2856 democracia participativa, que às vezes lhe falta muito efetividade. E como o relator da  
2857 câmara abre mão do enfrentamento no âmbito do CONASP sobre isso, obviamente a  
2858 gente no momento é claro que a gente vai acatar o encaminhamento da Mesa.

2859  
2860 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

2861  
2862 Pois não, Conselheira Tereza com a palavra. Inscrito Conselheiro Marcos Costa.

2863  
2864 **Tereza Cristina Almeida Ferreira - Conselho Nacional dos Defensores Gerais -**  
2865 **CONDEGE**

2866  
2867 Pelo seguinte, se a gente definiu aqui a aprovação da Pauta de um parecer que é  
2868 encaminhado pela Mesa, eu gostaria que todas as Pautas, elas definissem uma  
2869 metodologia de encaminhamento. Por exemplo, a gente definiu, aprovou a Pauta do  
2870 parecer, o grupo de estudo se debruçou e exatamente este Conselho eleito por todas as  
2871 representações pertinentes, na minha opinião tem poder e tem inclusive proposições de  
2872 encaminhamento que no meu entendimento ocorreram vários e que deveriam ser votados  
2873 não este último mas uma série de outros, se este Conselho não tem condição de aprovar  
2874 este parecer hoje, não tem problema. Vamos convidar todos aqueles que foram definidos  
2875 aqui por este Conselho para que falem. Eu só fico preocupada se no porvir, outro parecer  
2876 seja solicitado em proposição da Mesa, para que se discuta por um grupo que se  
2877 debruce, que faz estudos e que depois a gente pense em rever tudo. É melhor então se  
2878 criar uma metodologia. Audiência Pública, etc e tal, para quando se trouxer a proposta já  
2879 definida, esse Conselho aqui... A minha preocupação é nesse sentido, porque eu também  
2880 concordo e se fosse decerrar uma série de informações, como, por exemplo, a grande  
2881 Pauta hoje do Brasil é homicídio. Existem processos que a instrução determinou e que se  
2882 esperam laudos para que o juiz julgue. Por exemplo, no meu estado da Bahia a Perícia  
2883 ela tem um problema com relação à quantidade de substância psicoativa que a gente não  
2884 pode de forma nenhuma imputar ao assistido criminalizado que não teve acesso a nada  
2885 de que ele é ou não culpado, se a gente não tem nem balança para pesar o quantitativo.  
2886 Então na verdade há uma preocupação também, de que se fosse também falar, dada a  
2887 seriedade do que se está colocando. É nesse sentido.

2888  
2889 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

2890  
2891 Conselheiro, com relação à metodologia, eu creio que ela já existe passou pela discussão  
2892 da Câmara Técnica, o Conselheiro Agadeilton circulou, a Secretaria-Executiva circulou  
2893 para todos também. O que eu percebo aqui é que talvez os Conselheiros não se sentiram  
2894 ainda em condições de votar. Eu achei que foi isso. Conselheiro Marcos Costa com a  
2895 palavra.

2896

2897 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**

2898

2899 Em relação ao que foi os consensos estabelecidos em Audiência Pública a gente poderia  
2900 definir o seguinte. Define que um representante do GT mais a Mesa Diretora vão ficar  
2901 responsáveis pela organização da Audiência Pública e dos contatos com a Comissão de  
2902 Segurança Pública e há uma dúvida que eu tenho, se essa Audiência Pública seria para  
2903 todo o Conselho ou não. Se for para todo Conselho a gente já poderia deixar pré  
2904 convocada uma Reunião Extraordinária do CONASP na data da audiência que for  
2905 definida. Então já deixa assim que houve uma decisão de que na data que for definida a  
2906 Audiência Pública haverá uma Reunião Extraordinária, porque aí o Ministério da Justiça  
2907 terá que trazer todo mundo formalmente para participar como ouvintes. Então o  
2908 encaminhamento basicamente é esse. Mesa Diretora e representante do GT,  
2909 organizando e uma pré-convocação da extraordinária.

2910

2911 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

2912

2913 Questão de ordem com o Conselheiro Sílvio.

2914

2915 **Silvio Luiz Ramos Garcez - Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil**

2916

2917 Eu queria só fazer uma colocação rápida. Por quê essa Comissão de Segurança Pública  
2918 participar? Nós não precisamos dela. Eu acho que o debate é nosso interno da Câmara.  
2919 Espera um pouquinho, mas aprovar o quê? Eu discordo. Eu acho que temos que fazer  
2920 isso num outro contexto. Não quero colocar mais brasa. Porque eu acho que isso é  
2921 âmbito do CONASP. A Audiência Pública proposta pelo CONASP? Já existe essa  
2922 representação, para que a gente chamar? Eu acho que é criar problema. Audiência  
2923 Pública é público, eles podem vir como não vir. Mas não formalmente convidar ninguém.

2924

2925 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

2926

2927 Então, parece-me que há um encaminhamento no sentido de que nós então vamos  
2928 colocar em votação o encaminhamento do Conselheiro Benedito Mariano, no sentido de  
2929 que façamos a suspensão dessa discussão, nós não vamos votar o mérito, vamos já  
2930 produzir uma Audiência Pública com os convidados, e aí creio que seria interessante que  
2931 nos informes de amanhã nós já relacionemos aqueles Conselheiros que tenham sugestão  
2932 de convidados que já encaminhem para a Secretaria-Executiva, para que amanhã a  
2933 gente já encaminhe e circule entre os Conselheiros a proposta de quem serão os  
2934 convidados e mais ou menos o formato da Audiência Pública. Pode ser assim? Os  
2935 Senhores Conselheiros que concordam com essa proposta apresentada pelo Conselheiro  
2936 Benedito Mariano casada com a do Conselheiro Marcos Costa, permaneçam como estão.  
2937 Uma abstenção.

2938

2939 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**

2940

2941 Só que a minha proposta é que a organização vai ficar a Mesa Diretora mais um  
2942 representante.

2943

2944 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

2945

2946 Está lá. Gostaria que fosse registrada em Ata a abstenção da Conselheira Cynthia Pinto.  
2947 Senhores Conselheiros, bom almoço à todos e às 14h30 estaremos aqui novamente  
2948 neste mesmo lugar.

2949  
2950 **Almoço**

2951  
2952 **Regina Miki - Secretária Nacional de Segurança Pública**

2953  
2954 Bom, novamente boa tarde a todas e todos. Nós não temos quorum? Nós não temos  
2955 quorum. A proposta é a mesma da manhã. Sem deliberarmos, mas pelo menos  
2956 avançarmos na exposição. Eu pergunto a todos se concordam que prossigamos nessa  
2957 dinâmica? Pois não?

2958  
2959 **Simone de Jesus - Federação dos Profissionais em Papiloscopia e Identificação**

2960  
2961 Como estava na Pauta pela manhã e não deu tempo da gente discutir é a apresentação  
2962 de uma recomendação para o Instituto de Identificação da Bahia, eu gostaria então que  
2963 ficasse para o final da tarde quando tivesse o quorum.

2964  
2965 **Regina Miki - Secretária Nacional de Segurança Pública**

2966  
2967 É bom, porque para deliberar pelo menos já faz de uma vez.

2968  
2969 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**

2970  
2971 Minha questão de ordem é justamente essa questão do quorum. Na parte da manhã teve  
2972 uma interpretação, queria compreender qual é a interpretação da Mesa sobre essa  
2973 questão do quorum de instalação e quando se suspende ou não, porque talvez no  
2974 Regimento não seja aquela da de manhã.

2975  
2976 **Aginaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

2977  
2978 Bom, a interpretação que nós demos de acordo com o Regimento é a seguinte. São duas  
2979 questões que nós temos que tê-la. Em razão da dificuldade nessa reunião específica que  
2980 nós temos 20 Conselheiros confirmados e nós temos infelizmente uma Pauta grande, a  
2981 opção que nós tivemos quando nos tratarmos de questão de deliberação nós  
2982 suspendemos esse ponto de deliberação. O Regimento traz o seguinte, como aconteceu  
2983 de manhã inclusive aqui no artigo 23, inciso segundo, principalmente o segundo e o  
2984 terceiro. “Durante a reunião que deverão estar presentes pelo menos um terço dos  
2985 membros do CONASP.” Então não havendo quorum permite 30 minutos e depois dos 30  
2986 minutos instalar-se-à a sessão com um terço desde que esteja presente um  
2987 representante de cada segmento. A dificuldade que nós tivemos é quando nós estamos  
2988 apresentando, e isso foi feito de manhã, por exemplo, não havia deliberação naquele  
2989 momento nós seguimos a Pauta para que nós pudéssemos não ter uma perda tão grande  
2990 como de fato nós conseguimos. E conhecer o tema. Foi essa.

2991  
2992 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**

2993  
2994 Salvo engano vocês estavam contando quinze, não era isso?

2995

2996 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

2997

2998 Dezesseis para deliberar.

2999

3000 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**

3001

3002 Naquele momento final também eram quinze que estavam sendo contados, né?

3003

3004 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

3005

3006 Dezesseis.

3007

3008 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**

3009

3010 Pois é, a minha interpretação do Regimento é um pouco diferente. É o seguinte, a  
3011 reunião começou no horário indicado e presentes maioria absoluta, aí dá 16. Constatada  
3012 a ausência do quorum mínimo estabelecido os 16, você aguarda 30 minutos. Decorridos  
3013 os 30 minutos a reunião é iniciada para todos os efeitos com um terço, dez, desde que  
3014 tenha um em cada segmento. E aí o que ocorre? A gente não tem duas reuniões em dois  
3015 dias, a gente tem uma reunião única que foi instalada de manhã e que vai até amanhã e  
3016 aí tem os períodos de interrupção. Ou seja, o quorum de instalação precisa seguir essa  
3017 ordem. Durante a reunião deverão estar presentes pelo menos um terço dos membros do  
3018 CONASP. Quer dizer, dez. Baixou de dez, aí você aguarda duas horas. Duas horas sem  
3019 voltar, é interrompida a reunião. E o quorum também é visto no momento da votação.  
3020 Então a Mesa estava trabalhando com quinze, mas não é com quinze que se trabalha,  
3021 trabalha-se com quinze no início, de manhã. Espera meia hora e tem dez, um de cada  
3022 segmento e instalou. E aí, por exemplo, se tem quinze e depois fica dez, aqueles quinze  
3023 foram convocados, sabe que estão aqui, sabe que o plenário vai decidir e se estão  
3024 ausentes assumem o risco de não avaliar e aceitar a decisão da Plenária. Então era um  
3025 pouco diferente do que a Mesa estava fazendo hoje. Eu acho que durante a reunião, a  
3026 gente tem que se preocupar com dez, não com quinze.

3027

3028 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

3029

3030 Na verdade, o que acontece? Cabe interpretações e inclusive o próprio regimento diz o  
3031 seguinte: Se durante a reunião se arrastar e não houver mais quorum a reunião deverá  
3032 ser suspensa por cinco minutos. E então se há essa colocação, a lógica compreendida é  
3033 que logicamente os trabalhos não sejam interrompidos, que eles sejam apenas  
3034 suspensos com a falta de quorum. E que se não houvesse essa ressalva, por exemplo,  
3035 nós poderemos iniciar a reunião, aí que a intenção desse tópico quando diz da  
3036 suspensão da reunião é garantir que haja participação durante as reuniões. O que estou  
3037 querendo dizer com isso? Se, por exemplo, no caso em tela, e aí com relação ao número  
3038 podemos também discutir. Mas no caso em tela que eu coloco, o quorum não é só  
3039 verificado no momento da instalação. Ele é verificado no momento da instalação e  
3040 durante a reunião. Para a tomada de decisão tem determinadas questões que exigem um  
3041 quantitativo mínimo de votantes. Então cabe discussão, nós vamos estar analisando de  
3042 uma forma mais próxima, mas a interpretação da Mesa foi essa. Nós temos que verificar  
3043 o quorum em dois momentos. No primeiro momento da instalação e no segundo  
3044 momento durante o desenvolver da reunião, sob inclusive a lógica que tenha que ocorrer  
3045 como nós fizemos de manhã, em que não havendo quorum mínimo que nós

3046 suspendamos a reunião. Logicamente que merece uma análise mais aprofundada e nós  
3047 vamos fazê-la agora.

3048  
3049 **Celito Cordioli - Associação Brasileira de Criminalística**  
3050

3051 Para quem recorda ainda quando da aprovação do nosso Regimento, exatamente para  
3052 não travar os trabalhos foi que a gente baixou o quorum mínimo de dez com no mínimo  
3053 um de cada entidade. A instalação normal é como em todas as associações. No mínimo  
3054 os 16. Não tendo os 16 e espera-se meia hora e começa-se com no mínimo dez, um  
3055 terço e daí vota e aprova-se. É o que eu me recordo de quando da aprovação e  
3056 discussão desse quorum mínimo. Então acho que o Marcos nesse aspecto estaria com a  
3057 razão.

3058  
3059 **Regina Miki - Secretária Nacional de Segurança Pública**  
3060

3061 A minha tendência que realmente é de acelerar e não travar, a minha tendência é de  
3062 acatar que seja por dez também. Eu acho que sem qualquer prejuízo, mesmo porque a  
3063 nossa intenção aqui é de que não haja travamento nenhum, mas que também não  
3064 percamos a representatividade. Então eu acho que a gente tem que fazer uma  
3065 ponderação nesse sentido. Garantido a Sociedade Civil, garantidos os trabalhadores e  
3066 gestores numa proporção que não traga prejuízo, eu não vejo problema de votar, mesmo  
3067 porque aqueles que aqui estão em Brasília e não se fazem presentes não tem nem o que  
3068 reclamar. E aqueles que disseram não posso ir eu não vejo problema desde que a gente  
3069 garanta pelo menos a proporcionalidade. A proporcionalidade não, me perdoem. Garanta  
3070 a representatividade dos três segmentos, no mínimo de um Conselheiro de cada  
3071 segmento. Não a proporcionalidade, me perdoem, acho que não fui feliz, mas garanta a  
3072 representatividade.

3073  
3074 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**  
3075

3076 Agnaldo não está de todo equivocado. Só explicar. No artigo 48 se fala que a aprovação  
3077 de Resolução, recomendação depende da maioria absoluta.

3078  
3079 **Regina Miki - Secretária Nacional de Segurança Pública**  
3080

3081 Mas você não interrompe os trabalhos. O que foi feito está correto. Mas como tem  
3082 quorum qualificado, aí se for contar neste caso então o Agnaldo está corretíssimo, você  
3083 tem que conferir o quorum antes da votação. Eu acho que então podemos por isso por  
3084 essa posição. Então podemos prosseguir sem problema? Pode seguir? Ela foi qualificar a  
3085 proposta do Marcos para mim. Então vamos lá. Apresentação com a Eliana.

3086  
3087 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**  
3088

3089 Bom, boa tarde, gente. Vamos começar aqui a nossa tarde do primeiro dia de trabalho.  
3090 Então, a gente decidiu que à tarde iríamos discutir a proposta preliminar da apresentação  
3091 da Segunda Conferência e antes de focar nos pontos que a gente vai de fato precisar  
3092 definir, queria só dar uma repassada, porque eu acho que tem alguns Conselheiros que  
3093 não estavam aqui presentes quando a gente fez essa apresentação, e enfim, eu queria  
3094 pedir para a gente tentar ser bastante objetivo e tentar focar para a gente resolver essa  
3095 questão para ela não se arrastar até o ano que vem, a própria discussão do projeto e

3096 cumprir essa agenda nesse mandato que é uma coisa que a gente se comprometeu de  
3097 estar encaminhando à segunda Conferência. Então assim, acho que todo mundo  
3098 recebeu, a Suelen mandou para todo mundo a proposta, e a idéia seria, se não tem  
3099 alguém aqui que queira fazer algum destaque nas partes que a gente identificou que  
3100 precisam ser revistas, mas de repente tem alguém aqui que viu alguma coisa que não é  
3101 nessa parte por exemplo. Assim, só para lembrar, a questão do tema Segurança Pública,  
3102 Direito Humano Fundamental. Isso foi aprovado na última reunião nossa, mas enfim tem  
3103 gente que não estava aqui, tem alguma questão em relação a isso, do lema ser esse,  
3104 para a gente ir justamente definindo e passando para os pontos que são mais polêmicos.  
3105 Eu só estou abrindo para respeitar e quem não teve a oportunidade de falar, quiser  
3106 acrescentar uma palavra.

3107  
3108 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

3109  
3110 Eliana, a gente podia encaminhar uma metodologia da apresentação. Se os Conselheiros  
3111 concordarem a Mesa encaminha o seguinte. Que a Eliana faça toda a apresentação dela  
3112 e cada um anote suas observações, e ao final quando ela esgotar a apresentação a  
3113 gente faz apontamentos texto a texto ou capítulo por capítulo. Pode ser assim?

3114  
3115 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

3116  
3117 É porque na verdade eu não vou apresentar como a gente apresentou para ganhar  
3118 tempo. Eu vou direto para os pontos, mas como alguns não estavam, eu estou dando a  
3119 oportunidade das pessoas se manifestarem ou então anotem. Só queria pedir para o  
3120 Agadeilton e o Humberto para estarmos juntos, porque isso é uma coisa importante para  
3121 o CONASP e a gente sempre deixa para o final e essa é uma agenda de todo mundo.

3122  
3123 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

3124  
3125 O Márcio colocou aqui uma sugestão que eu achei interessante. Até para que a gente  
3126 depois não seja atropelado pelo processo, seria interessante que então você faça o  
3127 desdobramento como você vai colocar e que todos nós já nos preparemos, creio que  
3128 todos têm cópia desse material, para que a gente tenha realmente a seqüência lógica,  
3129 para que a gente encaminhar tópico a tópico.

3130  
3131 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

3132  
3133 Então tá. No projeto a gente vai fazer um antes dente e uma justificativa da necessidade  
3134 da Segunda Conferência, que significa um pouco o resgate da Primeira Conferência e um  
3135 pouco das definições, das prioridades da primeira Conferência, fazer um balanço da  
3136 implementação, já que a Câmara de Mobilização fez um levantamento dentro dos órgãos  
3137 responsáveis para estar implementando as diretrizes da Primeira Conferência e meio que  
3138 a gente vai fazer um resumo aqui, apresentando o que avançou da primeira para a  
3139 segunda. Na verdade, é um texto mais denso, corrido e por isso que não está aqui,  
3140 porque precisa ser melhor elaborado. Mas o conteúdo é o resgate da Primeira  
3141 Conferência do ponto de vista histórico e da importância. E um pouco o balanço do que  
3142 foi implementado de fato. Bom, e aí entrando já na Segunda Conferência, uma questão  
3143 importante é o lema da Segunda Conferência. A gente propôs e foi discutido aqui o lema  
3144 ser: Segurança Pública, Direito Humano Fundamental. Quem tiver algum destaque para  
3145 esse lema, aí no final vai falando. A Comissão Organizadora da Segunda Conferência

3146 seria o Conselho Nacional de Segurança Pública, envolvendo a Câmara Técnica de  
3147 Mobilização e o Pleno do CONASP. É o Ministério da Justiça, obviamente, nesse  
3148 processo. A terceira parte da proposta tem a caracterização das instâncias organizativas  
3149 da Segunda Conferência. Então as instâncias nacionais, o CONASP sendo essa  
3150 instância. No caso dessa instância nacional a gente contaria com o apoio das  
3151 coordenações específicas envolvendo as seguintes áreas da infra-estrutura,  
3152 comunicação, mobilização, metodologia, formação e sistematização. Isso tudo,  
3153 obviamente, junto com o Ministério da Justiça, junto conosco. As instâncias estaduais que  
3154 seriam aonde houver Conselhos Estaduais de Segurança Pública. Seria também um  
3155 momento da gente estar contribuindo, tentando fomentar a criação dos conselhos. Onde  
3156 não tenha de alguma maneira a discussão da Segunda Conferência, ela contribua para  
3157 que esses estados finalmente organizem seus conselhos. E a idéia é promover,  
3158 respeitando aí essa proporcionalidade de 40%. Está pedindo um aparte aqui.

3159  
3160 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**

3161  
3162 Só para dizer para quem tiver destaque, falar destaque. Só para anotar o ponto.

3163  
3164 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

3165  
3166 Nós combinamos que vai ser feito no final. Porque possivelmente sobre esse ponto  
3167 outras pessoas vão ter destaque também.

3168  
3169 **Regina Miki - Secretária Nacional de Segurança Pública**

3170  
3171 Mas eu acho que poderia por em amarelo, porque senão como é que a gente vai saber  
3172 como a gente vai voltar?

3173  
3174 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

3175  
3176 Então no lema tem algum destaque voltando? O lema tem? Estou perguntando para botar  
3177 em amarelo. Tem algum destaque alguém? Nas comissões organizadoras, as instâncias  
3178 organizadoras? Tem destaque?. A gente viu instância nacional, estamos na estadual.  
3179 Nacional tem destaque que é a Regina? Nacional, não. É na estadual. “Então na estadual  
3180 a proposta é ter 40 da Sociedade Civil, 30 de gestores e 30 de trabalhadores da área.  
3181 Estamos respeitando um processo que a gente construiu aqui. Aqui tem tudo o que vai  
3182 fazer, o que essa Comissão Organizadora da instância estadual faria, então está  
3183 explicado aqui um pouco. Do ponto de vista do número de participantes da Segunda  
3184 Conferência Nacional de Segurança Pública, a gente está propondo um número de 600  
3185 representantes da Sociedade Civil, 447 trabalhadores da área de Segurança Pública e  
3186 447 gestores e 100 convidados o que totaliza 1594 participantes.” Tem destaque? Eu sei,  
3187 mas a gente está fazendo primeiro a proposta. Heder tem proposta. “O público a ser  
3188 atingido: Trabalhadores da área de Segurança, Gestores e Sociedade Civil.” Tem  
3189 destaque, porque já tem propostas que eu recebi de ter outros segmentos aí. Eu mesma  
3190 queria pontuar isso na proposta do público a ser atingido. Bom, o Objetivo Geral.  
3191 “Aprofundar a reflexão sobre a Política Nacional de Segurança Pública com participação  
3192 ativa da Sociedade Civil, dos trabalhadores da área e dos gestores públicos, visando  
3193 garantir os possíveis avanços dos princípios e diretrizes já pactuados na primeira  
3194 CONSEG e efetivar o princípio da segurança como direito humano fundamental de todos  
3195 os brasileiros e brasileiras.” Tem algum destaque para o objetivo geral? Marcos tem. Os



3196 objetivos específicos são aqueles que a gente tem que fazer acontecer como objetivo da  
3197 Segunda Conferência. “Proporcionar o encontro e a troca de experiências entre os  
3198 segmentos da Sociedade Civil, Trabalhadores e Gestores Públicos atuantes no campo da  
3199 Segurança Pública e do Sistema Penitenciário. Definir prioridades para a Política  
3200 Nacional de Segurança Pública a partir dos eixos temáticos escolhidos para a Segunda  
3201 Conferência Nacional de Segurança Pública, a fim de subsidiar o plano Nacional de  
3202 Segurança Pública. Mobilizar diferentes órgãos do poder público e a Sociedade de modo  
3203 geral sobre a necessidade se efetivar o conceito de Segurança Pública como direito  
3204 humano fundamental. Fortalecer e qualificar a participação social no debate sobre as  
3205 políticas de Segurança Pública. Fomentar a criação de conselhos municipais e estaduais  
3206 de Segurança Pública. Construir a metodologia sobre as estratégias de implementação,  
3207 monitoramento e avaliação das resoluções da Segunda Conferência Nacional de  
3208 Segurança Pública, de forma que os e as participantes possam deliberar recomendando  
3209 definições para as políticas públicas para serem realizadas nos municípios e estados em  
3210 nível Federal.” Tem destaque para o objetivo específico? É porque isso aqui já é  
3211 contribuição, já foi incorporado. Você deve estar com a versão anterior. Tudo bem. Tem  
3212 destaque para os objetivos específicos? Tem ou não, gente? Então vamos lá. Bom, aí  
3213 tendo em vista o lema que nós aprovamos e os objetivos específicos aqui apresentados,  
3214 a gente vai desenvolver algumas etapas preparatórias e eletivas de caráter mobilizador,  
3215 formativo e propositivo a partir dos seguintes eixos temáticos priorizados no texto base  
3216 que a gente a partir desta aprovação vai discutir uma metodologia de elaborar esse texto  
3217 base. Na realidade esses eixos temáticos foram propostos e aqui a gente precisa, é um  
3218 dos itens que já foram colocados que a gente precisa estar pactuando aqui. Então vamos  
3219 lá. Os eixos temáticos. Inicialmente a Câmara de Mobilização propôs quatro e na  
3220 discussão aqui preliminar houve a proposta de cinco eixos temáticos. Então é a primeira  
3221 questão a se discutir. Se serão quatro ou cinco. A partir dessa decisão a gente vai extrair.  
3222 Se forem quatro, três diretrizes e 12... desculpem. A partir desses eixos serão extraídas  
3223 três diretrizes por eixo que vão totalizar 12 e se forem cinco, serão quinze diretrizes.  
3224 Então vamos lá. O primeiro eixo temático. “Gestão democrática e financiamento da  
3225 política pública de segurança.” Nesse caso a gente teria como conteúdo ou subitem  
3226 compartilhamento da gestão da informação envolvendo a produção o processamento e  
3227 utilização pelos órgãos da Segurança Pública nas três esferas federativas. A  
3228 democratização e publicidade dos dados da Segurança Pública para a Sociedade.  
3229 Financiamento da Segurança Pública a partir de um paradigma que considere uma  
3230 perspectiva preventiva e que priorize as diretrizes da segunda CONSEG. Gestão  
3231 participativa e compartilhada do Sistema de Segurança Pública e fomento da criação dos  
3232 Conselhos Estaduais e Municipais.” O que é importante que eu acho que tem que ser  
3233 observado aqui? Em cada eixo proposto aqui a gente fez um esforço de estar colocando  
3234 quais seriam os conteúdos contemplados nessa discussão. Então o que precisa olhar é  
3235 se a partir da perspectiva de cada um, se esses conteúdos estão contemplados aí, por  
3236 exemplo, no eixo que trataria da questões da gestão democrática do financiamento e da  
3237 política pública de Segurança Pública. Tem destaque para esse eixo? O arquivo está  
3238 diferente. A Heloísa tem esse arquivo, porque foi impresso. Esse que estava dentro das  
3239 pastas. Gente, primeiro eixo temático tem algum destaque ou não? Vou passar, hein? Vai  
3240 ficar como aprovado. Quem cala, consente, hein? Apesar de que vocês falam muito. Eixo  
3241 2.

3242  
3243 **Regina Miki - Secretária Nacional de Segurança Pública**  
3244

3245 Já estão falando aqui que graças a Deus que você não é nem do Exército e nem da  
3246 Polícia Militar, porque se você fosse todo mundo ia pedir para sair. Eu já falei que as  
3247 coisas estão mudando de um jeito tão democrático e tão diferente.

3248  
3249 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

3250  
3251 Vamos lá, eixo dois, posso ir? Vocês permitem? Sistema Prisional, Acesso à Justiça e  
3252 Direitos Humanos. Seria o segundo item e vamos aos conteúdos. Todo mundo está com  
3253 essa folha aqui. Não tem problema, não. Enquanto vocês procuram a gente continua  
3254 aqui. Políticas de Segurança e Mudanças no Paradigma do encarceramento. Sistema de  
3255 Justiça e Segurança e Direitos Humanos. Medidas Alternativas à Prisão. Inserir mais forte  
3256 de acesso à justiça. Destaque para esse. Já tem destaque no eixo 2. Eixo 3. Cultura de  
3257 Paz, Prevenção à Violência e Combate à Discriminação. Conteúdos. Violência e  
3258 Discriminação Étnica e Racial. Inter geracional, de gênero, Identidade de gênero,  
3259 Orientação Sexual, População na Rua, não é de rua não. Povos e Comunidades  
3260 Tradicionais. Redução da Violência Armada, Controle de Armas de Fogo e Munições.  
3261 Enfrentamento das Questões Relacionadas ao contexto das drogas. Mortes violentas no  
3262 Brasil, homicídios e acidentes. Extermínio da Juventude Negra. Mídia, Grupos  
3263 Discriminados de Segurança Pública e Propostas de Desmembramento. Isso aqui é o  
3264 seguinte. Isso aqui é porque como tem muito conteúdo esse eixo, foi feita uma proposta  
3265 de fazer justamente aqui um eixo cinco. Desmembrar esse eixo aqui. Porque são quatro  
3266 que a gente propôs. Fazer o quinto desmembrando esse. Destaque no eixo 3. E já tem  
3267 uma proposta de desmembramento desse eixo. Eixo quatro. Combate à discriminação.  
3268 Essa, só para vocês entenderem, essa aqui era uma proposta original da câmera e  
3269 quando veio naquela discussão, por exemplo, extermínio de juventude foi proposto subir,  
3270 por isso que já está aqui. Então estou repetindo, porque é a proposta original. “  
3271 Extermínio da Juventude Negra, violência e extermínio etnoracial, intergeracional de  
3272 gênero, identidade de gênero, orientação sexual, população na rua, povos, comunidades  
3273 tradicionais, mídia, grupos discriminado de Segurança Pública. A idéia seria, o três e  
3274 quatro, haver uma mudança aqui. Destaque no quatro também, por favor. Eixo cinco.  
3275 “Instituições Policiais, Valorização Profissional e Controle Social. Formação dos  
3276 Operadores da Segurança Pública e sua relação com o cidadão, Qualidade de Vida do  
3277 Operador de Segurança Pública considerando a saúde mental, drogadição e adquirida no  
3278 exercício do trabalho. Combate às práticas discriminatórias institucionalizadas, tais como:  
3279 Racismo, Homofobia e outros. Políticas de Controle a Violência Institucional, Controle  
3280 Social das forças policiais, efetivar o Sistema Único de Segurança Pública e  
3281 estabelecimento do marco legal, Políticas de melhoria das condições de trabalho dos  
3282 operadores da Segurança Pública. Está repetido porque a gente respeitou todas as  
3283 contribuições. Destaque também, né? Vamos para as mais polêmicas. Etapas  
3284 preparatórias e eletivas. Bom, o processo de mobilização envolverá etapas preparatórias  
3285 e eletivas. Quais são as etapas preparatórias? Aquelas em que não seriam eleitos  
3286 delegados para a Conferência. Então as etapas preparatórias não elegem  
3287 representantes, mas enviam propostas diretamente para a etapa nacional. A validade das  
3288 etapas preparatórias estará condicionada à discussão do texto base, observância da  
3289 proposta metodológica da Segunda CONSEG e envio de relatório de acordo com modelo  
3290 e prática estabelecidos. Os métodos devem ser os mais abertos possíveis para favorecer  
3291 a elaboração. Será elaborada uma recomendação que potencialize a territorialização dos  
3292 debates. Isso é uma proposta 1. Proposta 2. Critérios para que as propostas sejam  
3293 enviadas a etapa nacional será de dois terços de aprovação. Esse critério visa reduzir o  
3294 volume e qualificar as propostas que chegarão até a Conferência Nacional. Proposta 3.

3295 Todas as propostas provenientes das etapas preparatórias devem passar pelo crivo da  
3296 etapa estadual. Isso é diferente, tá? Dentre as etapas preparatórias propõe-se a  
3297 realização das seguintes modalidades de atividades. Conferências livres, seminários  
3298 temáticos e etapas municipais livres preparatórias, no caso de cidades com menos de  
3299 200 mil eleitores. Isso é proposta 1 do ponto de vista da questão de quem manda e quais  
3300 seriam as formas de fazer acontecer essa participação. A proposta 2 desse ponto de vista  
3301 aqui é a supressão das etapas municipais preparatórias e todas as conferências  
3302 municipais seriam eletivas. É uma proposta de que também se elejam delegados nas  
3303 municipais. Foi colocada também essa proposta. Então uma proposta é apenas do ponto  
3304 de vista do município, estaria dentro da proposta de preparatória e não elegeriam  
3305 delegados. E a segunda proposta é que haja também no nível municipal delegados  
3306 eleitos. E tem uma outra proposta nesse caso que os municípios com índice mais grave,  
3307 do ponto de vista da violência que sejam considerados independente do tamanho da sua  
3308 população. Então é uma terceira proposta. Aí tem as conferências livres nessa etapa,  
3309 seminários temáticos que tem propostas aqui. Na realidade seminários temáticos  
3310 estariam de alguma maneira em consonância com eixos temáticos, e então não tem  
3311 muita novidade nesse sentido. As etapas municipais preparatórias que dependendo da  
3312 forma que a gente decidir, aí a gente vai ver como elas acontecem para escrever nessa  
3313 etapa como é que ela vai ser. As etapas eletivas. A primeira proposta dessa etapa eletiva.  
3314 Municípios com mais de 200 mil eleitores poderão realizar etapas eletivas. Proposta 2.  
3315 Critério para que o município seja eletivo serão índices de violência, nessa lógica para  
3316 manter número de 1500 participantes na nacional seriam os 77 municípios mais violentos.  
3317 Proposta 3. Todos os municípios devem ser eletivos. Tem destaque aqui, obviamente.  
3318 Tudo isso aqui tem destaque, né? Fluxo de representantes e envio de propostas. Só  
3319 estou rememorando, porque todo mundo já sabe que é onde tem problema. Bom, todas  
3320 as etapas preparatórias, conferências livres, seminários temáticos, conferências  
3321 municipais enviaram propostas diretamente para a etapa nacional. E tem uma proposta  
3322 do fluxo de como isso chegaria na etapa nacional. Nas etapas estaduais e municipais  
3323 eletivas, se por exemplo, a proposta de se vencer por exemplo a proposta de 200 mil, os  
3324 municípios que tiverem 200 mil como população encaminharão propostas e elegerão  
3325 representantes da Sociedade Civil e dos trabalhadores para a etapa nacional. As  
3326 propostas das etapas estaduais também serão encaminhadas para as Secretarias  
3327 Estaduais de Segurança Pública. E aí a metodologia. A metodologia da Segunda  
3328 Conferência, ela tem como princípio priorizar os princípios e as diretrizes, incluindo as  
3329 estratégias que possibilitem equacionar eventuais contradições. Na verdade foi uma  
3330 questão muito levantada na Câmara, que muitas das questões que foram aprovadas na  
3331 primeira CONSEG, algumas delas a gente já aprovou coisas que se contradiziam. E aí  
3332 ficou difícil a própria implementação disso na hora de colocar na prática. Que a gente já  
3333 observe isso na hora que virão de outros estados para apresentar essas contradições  
3334 antes de preparar para as discussões na Segunda Conferência. Aí tem a questão das  
3335 votações do que vai para o relatório final. Na nossa Câmara teve uma discussão de que  
3336 muito do que tem no relatório final da Primeira Conferência, primeiro tem essa questão  
3337 das contradições e segundo muitas das questões que estão ali apresentadas acaba que  
3338 não tem uma indicação de como aquilo que vai ser de fato implementado. Que a gente  
3339 procure fazer um relatório apresentando a viabilidade disso. E aí o outro item tem a ver  
3340 com a eleição dos representantes que eu acho que o Heder tem no projeto uma tabela  
3341 que foi feita a partir da primeira CONSEG com as representações que essa tabela que  
3342 está aí, e o Heder tem uma proposta. Cadê o Heder que ele queria apresentar para  
3343 contrapor essa proposta aqui.  
3344

3345 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

3346  
3347 Ele saiu. Destaca e pode seguir, na hora a gente chama.

3348  
3349 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

3350  
3351 Aí então isso aqui é uma questão muito polêmica, a questão do voto. A gente propôs o  
3352 voto cruzado, tanto a Sociedade Civil quanto trabalhadores que de certa forma já  
3353 aconteceu na primeira em relação ao voto, como o voto seria. E uma coisa que a gente  
3354 queria que também fosse discutido é como seria a avaliação da conferência durante o  
3355 período e entre uma conferência e a outra. Então que houvesse de fato uma discussão  
3356 da conferência, quem desses delegados que participaram na conferência como é que de  
3357 alguma maneira há um acompanhamento e um controle sobre esse processo que  
3358 acontece. Porque o CONASP de alguma maneira está tentando Pautar essa questão do  
3359 que aconteceu da primeira conferência para a segunda, para não ter esse sentimento de  
3360 que a conferência é um investimento muito alto, se mobiliza a Sociedade em temas  
3361 importantes, mas depois disso não se sabe nada. Só na outra conferência é que as  
3362 pessoas voltam a falar dessa questão. A gente queria enfatizar a importância de se  
3363 avaliar esse processo no processo entre uma conferência e outra. Que a gente tivesse  
3364 algum produto que pudesse ser devolvido para esses delegados, para além do relatório  
3365 que é feito. Não é isso, mas depois de um ano o que foi implementado, o que chegou e  
3366 como isso se torna público nos avanços da conferência? A gente de alguma maneira  
3367 prestar contas de uma coisa que é pública e é um dinheiro significativo que é gasto e as  
3368 pessoas não tomam conhecimento. Na conferência decidiu isso, mas entre uma  
3369 conferência e outra, o que acontece? Como as pessoas entram em contato com aquilo  
3370 que foi implementado. Aí foi sugerido a gente usar um sistema que é o SINEC que já foi  
3371 falado aqui para a gente estar acompanhando as diretrizes definidas e que a gente defina  
3372 produtos, não somente relatório, mas o Ministério tem um grupo de trabalho que trabalhe  
3373 junto com o CONASP criando esses produtos para serem divulgados para todo mundo.  
3374 Aí tem os resultados esperados, os produtos e o cronograma financeiro que a Suelen em  
3375 cima da última conferência propôs aqui. Assim, como representante da Comissão de  
3376 Mobilização, o que a gente gostaria muito é que como a Conferência de Segurança  
3377 Pública a gente vai fazer a segunda e tem segmento que já faz essa conferência há  
3378 muitos anos, mas a gente vê e uma coisa que a gente discutiu muito, é que essas  
3379 conferências acabam sendo um momento que as pessoas vêem, discutem agendas  
3380 históricas, e que muitas vezes são discussões eternas que não chegam a absolutamente  
3381 nada. Como a gente está começando esse processo de ter conferência, a gente tentar  
3382 descobrir uma maneira pedagógica e uma metodologia que de fato a gente pudesse estar  
3383 avançando em agendas que fossem importantes para os três segmentos, para a  
3384 Sociedade de maneira geral e que realmente fosse um momento da gente estar  
3385 mostrando, do ponto de vista do CONASP, o trabalho que a gente está tentando levar  
3386 aqui seriamente. Não fosse só um momento, vira um momento que as pessoas vêem, se  
3387 encontram. E, como é que a gente vai de fato acompanhar esse processo? Que a gente  
3388 levasse muito a sério aos estados de onde a gente vem essa questão, para a gente ter  
3389 resultado. Porque senão é um dinheiro público gasto que poderia ser gasto com outra  
3390 coisa. (palmas).

3391  
3392 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

3393

3394 Bom, eu creio então que podemos iniciar a fase de debate com o encaminhamento que  
3395 nós fizemos desde o início da apresentação da Eliana e nós vamos cada um colocando o  
3396 destaque para a gente vencer tópico a tópico. Então, volta por favor no início, Flávia. Põe  
3397 no início que a gente desce tópico a tópico. Eliana, pediria para você estar coordenando,  
3398 porque você fez a apresentação. Passa o microfone para a Conselheira Eliana, por favor.  
3399 Para você ir tocando aí.

3400

3401 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

3402

3403 Tá, vamos lá. O lema ninguém discorda, né? A Comissão Organizadora em nível  
3404 estadual foi o primeiro destaque da Regina.

3405

3406 **Regina Miki - Secretária Nacional de Segurança Pública**

3407

3408 É, meu destaque é o seguinte. Eu acho que o Ministério da Justiça não é Comissão  
3409 Organizadora. O Ministério da Justiça é órgão apoiador da conferência. Veja bem,  
3410 Comissão Organizadora é uma coisa e nós já tivemos experiência aqui. O Ministério é o  
3411 órgão financiador, é o órgão responsável pela política, é tudo isso, só que nós ficaríamos  
3412 no apoio. Então, a minha proposta é a seguinte. A Comissão Organizadora é o Pleno do  
3413 CONASP e o Ministério da Justiça, a Secretaria Nacional de Segurança Pública/MJ é  
3414 responsável e apoiadora de todo o processo, mas a gente não terá qualquer interferência  
3415 sobre o processo. Nós daremos todo o apoio, faremos todas as publicações, tudo o que  
3416 for necessário, mobilização, mas quem vai conduzir o processo é o CONASP.

3417

3418 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

3419

3420 Então eu queria uma sugestão. Que a gente criasse um item de instituições apoiadoras.  
3421 Não sei se o nome é esse, mas depois a gente pode melhorar.

3422

3423 **Regina Miki - Secretária Nacional de Segurança Pública**

3424

3425 É, Comissão Organizadora é CONASP e acho que cabe uma observação. O Ministério da  
3426 Justiça é...

3427

3428 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
3429 **Municipais de Segurança Pública**

3430

3431 Eu não acho que fica bom instituições apoiadoras.

3432

3433 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

3434

3435 Mas então se não é, na Comissão Organizadora, tem que criar um item.

3436

3437 **Abelardo Camilo Bridi - Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil**

3438

3439 Nessa situação eu penso o seguinte. Quem vai convocar a conferência? Será o  
3440 Presidente da República? No Decreto devia estar especificado quem é que vai coordenar  
3441 e quem é o órgão apoiador. Está acima da nossa decisão. Na verdade eu diria, convoca,  
3442 o Ministério da Justiça é o órgão apoiador e financiador e o CONASP ou depois o

3443 Ministério repassa para o CONASP. Nós não temos competência para chamar  
3444 conferência.

3445  
3446 **Regina Miki - Secretária Nacional de Segurança Pública**  
3447

3448 Mas aí é a comissão organizadora. Ninguém está falando em competência. Eu entendo o  
3449 seguinte. O processo já está chamado pela presidenta e tem que se compor uma  
3450 Comissão Organizadora. E quem tem pelo próprio Decreto a competência de compor a  
3451 Comissão Organizadora é o CONASP. Então ali nós não estamos discutindo quem vai  
3452 convocar a conferência. A conferência é óbvio que quem convoca é a presidenta da  
3453 República. Poderia ser a Sociedade Civil, mas nós estamos num processo de  
3454 continuidade será a presidenta. Já ultrapassou a convocação. O meu questionamento é o  
3455 seguinte, nós não teremos uma Comissão Organizadora concorrente. Nós teremos a  
3456 Comissão Organizadora CONASP e onde o CONASP se situa? Dentro da SENASP,  
3457 dentro do gabinete do Ministro, Ministério da Justiça. Então, ele nem precisa constar aí.  
3458 Falando que o CONASP é Comissão Organizadora...

3459  
3460 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**  
3461

3462 Pode botar com apoio, Regina?

3463  
3464 **Regina Miki - Secretária Nacional de Segurança Pública**  
3465

3466 Pode. É apoio logístico, apoio financeiro. Mas a gestão... Executivo, porque quem está  
3467 fazendo a gestão da conferência é o CONASP e quem vai ajudar a auxiliar na execução  
3468 daquilo que o CONASP decidir, quem vai executar é o Ministério da Justiça. Agora, nós  
3469 enquanto Ministério nós não vamos opinar sobre a condução do processo. Ele é um  
3470 processo que está na mão do Conselho.

3471  
3472 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**  
3473

3474 Ficou bom assim, gente?

3475  
3476 **Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras**  
3477

3478 É só uma dúvida. Está colocado que a Comissão Organizadora será formada pelo  
3479 Conselho Nacional de Segurança Pública envolvendo a Câmara Temática e o pleno do  
3480 CONASP, é isso? Eu acredito que seria importante nós inserirmos aí alguns convidados e  
3481 seria bom colocar isso, porque tem várias conferências tem uma série de entidades que  
3482 acabam não fazendo parte dos conselhos, daquele espaço ou de Saúde ou de Mulheres  
3483 ou de Juventude, enfim, e de repente são convidadas algumas dessas entidades que  
3484 ajudam a construir esse processo. É só uma sugestão. Se nós teremos espaço na  
3485 organização da conferência para convidar algumas entidades para nos ajudar.

3486  
3487 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**  
3488

3489 Marcos, eu entendi a colocação do Marcos e de mérito e eu concordo com ela. Eu só  
3490 acho que eles não vão participar da Comissão Organizadora. Eu acho que eles podem  
3491 entrar e pode ser feita alguma ressalva como apoio, porque a Comissão Organizadora  
3492 contempla o que o Marcos colocou. Que a Comissão Organizadora poderá convidar,

3493 poderá solicitar o apoio de outras instituições. Não sei se contempla. Porque o que eu  
3494 vejo que os Conselheiros estão comentando aqui perto de mim é que talvez seja muito  
3495 pesado a eles participarem da Comissão Organizadora. A comissão é a Plenária do  
3496 Conselho. Contempla o seu pedido, Marcos? Ou você acha que não?

3497  
3498 **Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras**  
3499

3500 Eu não senti ainda esclarecida a questão. É porque eu só estou querendo tirar uma  
3501 dúvida mesmo.

3502  
3503 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**  
3504

3505 Quem que você sugeriria no nosso caso?

3506  
3507 **Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras**  
3508

3509 Que nós colocássemos também entidades convidadas, porque, por exemplo, nós temos  
3510 entidades importantíssimas, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, vou dar um  
3511 exemplo para não falar do outro lado de cá, só fala dele. É uma entidade importante que  
3512 desenvolve um trabalho importante e não está mais aqui no meio. E eu acho que eles  
3513 podem ajudar a gente no cotidiano dessa conferência.

3514  
3515 **Regina Miki - Secretária Nacional de Segurança Pública**  
3516

3517 Posso pegar um aparte? Eu acho que nós poderíamos. Então vamos lá, Marcos. Vamos  
3518 tentar buscar aquilo que a gente fez na primeira. Nós tínhamos um Fórum, nós tivemos  
3519 dois fóruns com duzentas entidades cada uma, e daí a gente sacou deste Fórum uma  
3520 Comissão Organizadora. A gente poderia fazer o papel inverso. Nós temos a Comissão  
3521 Organizadora que é o CONASP mas o CONASP pode ouvir Fórum para mobilização. Aí  
3522 você amplia na mobilização que seria excepcional isso. Não pode fechar. E aí aquelas  
3523 entidades que não estão contempladas pelo voto e aqui se fazem presentes, poderia  
3524 estar nesse Fórum, abrindo para que a gente tivesse uma maior mobilização pelo Brasil.  
3525 Um Comitê Nacional abrangendo a todas aquelas entidades. A gente tem aí o registro  
3526 daquelas 200 entidades que tiveram acesso. Por exemplo, você citou o Fórum Brasileiro  
3527 e eu cito a Rede de Altos Estudos, a Universidade. Nós precisamos da Universidade aqui  
3528 para ampliar o debate acadêmico. Então eu acho que tem vários outros que ficaram pelo  
3529 caminho e que podem estar presentes no Fórum aí.

3530  
3531 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**  
3532

3533 Conselheiro Amir.

3534  
3535 **Almir Laureano dos Santos – Rede Desarma Brasil**  
3536

3537 Eu concordo com o que o Conselho que já tem a expertise e a diversidade da própria  
3538 Sociedade Civil e concordo com o Marcos que a gente não deixe de convidar como o  
3539 Marcos Costa já estava aqui elencando alguns outros companheiros, mas que faça parte  
3540 desse grupo e não da Comissão Organizadora decidindo. Porque aí não é querer puxar a  
3541 sardinha, é porque esse fórum aqui é o fórum mais adequado no momento. Agora não  
3542 deixar de convidar, porque realmente é importante.

3543  
3544 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

3545  
3546 Marcos, contemplado?

3547  
3548 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

3549  
3550 É porque tem uma parte lá dos participantes que tem espaço. Mas faz a sugestão que  
3551 você quer ali naquele texto. Você acha que tem alguns que podem passar da Comissão  
3552 Organizadora e vem ralar aqui?

3553  
3554 **Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras**

3555  
3556 Minha proposta é do seguinte tema. Quando a gente fala da mobilização, se eu estivesse  
3557 lá do outro lado, eu estou aqui no Conselho e isso para mim soa legal. Se eu estivesse lá  
3558 do outro lado, para mobilizar eu sirvo. Eu penso muito como Sociedade Civil  
3559 cotidianamente. Eu pensaria: Para mobilizar eu sirvo, mas para decidir, eles que  
3560 mandam. Tem um pouco desse pensamento e a gente sabe que tem. Nós sabemos que  
3561 tem. Então, se a gente convida meia dúzia de entidades ou dez entidades para ajudar a  
3562 construir, porque são entidades importantes. Por exemplo, tem talvez a Associação de  
3563 Moradores ou um grupo aí, o MST. A gente começa a chamar para perto para eles  
3564 perceberem que o nosso cotidiano não é um cotidiano muitas vezes que se pensa de  
3565 quem não está nessa ação e como tem sido feito nas diversas conferências. Na  
3566 conferência de direitos humanos, teve o Conselho Nacional de Direitos Humanos? Teve  
3567 mas teve uma série de entidades que não faziam parte do Conselho, mas que  
3568 entenderam que eram entidades importantes na construção da conferência que  
3569 chamaram para fazer parte do grupo que organizou a conferência.

3570  
3571 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

3572  
3573 Por favor, Conselheiro. Tem alguns Conselheiros inscritos.

3574  
3575 **Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras**

3576  
3577 Não é algo que tem que ser não, só uma sugestão que estou viajando aqui.

3578  
3579 **Almir Laureano dos Santos - Rede Desarma Brasil**

3580  
3581 Só queria concluir, porque é o seguinte. Nós temos se a gente for pensar em entidades  
3582 importantes, tenho certeza que todos nós temos várias instituições para indicar. Não seria  
3583 só o que Marcos visualiza. Marcos visualiza um número e nós visualizamos outro, e isso  
3584 aqui vai ficar inviabilizado. Eu acredito que a proposta da doutora Regina como um Fórum  
3585 e como um comitê que possa ajudar o CONASP, aí sim. Se eu estivesse fora do  
3586 CONASP eu queria participar desse comitê. Seria uma oportunidade de estar junto.  
3587 Agora para contemplar cinco ou seis, a gente vai ter que indicar. Eu tenho uma série de  
3588 instituições que gostaria de estar também participando e decidindo aqui.

3589  
3590 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

3591



3592 Inscrito o Presidente, Benedito e Conselheiro João Francisco inscrito. Pela ordem  
3593 Conselheiro Benedito.

3594

3595 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
3596 **Municipais de Segurança Pública**

3597

3598 Eu acho que o debate aqui da Comissão Organizadora tem que ter como referência que  
3599 este Conselho nasceu na Primeira Conferência. A questão, ela é a representação política  
3600 da conferência. O CONASP tem peso para ser a representação política organizadora da  
3601 Segunda Conferência ou não? Se tem, é o CONASP que tem que organizar. Eu entendi a  
3602 preocupação do Conselheiro Marcos. É sempre difícil até divergir do companheiro, mas  
3603 nessa questão nós vamos abrir um debate aqui e daqui a pouco nós estamos com cem  
3604 entidades para discutir e votar aqui se entra na Comissão Organizadora. Há outras  
3605 formas de chamar essas entidades. Se não é o comitê organizador que vai soar para  
3606 organizar me chama e para outras coisas, não. Que se dê outro nome, Fórum de Apoio à  
3607 Câmara. Sei lá o nome que dê, agora na Comissão Organizadora é a chance do  
3608 CONASP ser o órgão político para preparar a Segunda Conferência. Então, eu acho que  
3609 o debate aí e a Sociedade Civil está aqui representada majoritariamente. Então, eu acho  
3610 que o CONASP é o único órgão organizador, senão vamos abrir um leque infinito de  
3611 debate, respeitando aí a preocupação do Conselheiro Marcos.

3612

3613 **Regina Miki - Secretária Nacional de Segurança Pública**

3614

3615 Bom, na minha opinião eu acho que não se trata nem de um fórum certo. É o Fórum  
3616 legítimo. Gente, as entidades que aqui estão, as instituições que aqui estão, elas foram  
3617 votadas. Elas foram votadas por um Decreto que estava lá muito claro que a condução da  
3618 próxima conferência seria deste pleno. Então o que eu acho que aí eu concordo, é na  
3619 mobilização. E Marcos, quanto mais a gente abrir aqui para debates, mais voto  
3620 divergente a gente vai ter e mais difícil de fechar o processo. Agora, opinião eu acho que  
3621 até o site da própria conferência ou do próprio CONASP tem que ter lá aberto para  
3622 opiniões. Tem que ter um campo lá para quem quiser dar opinião, mas aqui tem que ser a  
3623 decisão, porque senão vamos abrir muito e não vamos conseguir fechar o processo.  
3624 Todo mundo sabe o que é o processo, porque todos que estão aqui passaram por este  
3625 processo. A condução tem que ser muito segura e a gente viu isso. Então assim, o  
3626 Márcio me dizia aqui que poderíamos chamar de um Fórum Construtivo Permanente.  
3627 Então esse Fórum Construtivo pode ser até hoje aberto, pode deixar até agora sugestões  
3628 para a próxima conferência. Já começa agora. Põe no site do CONASP e que a gente  
3629 receba sugestão direta, mas a decisão fica para este coletivo, porque senão vamos abrir  
3630 muito. E é consultivo e construtivo. Porque da próxima vez as entidades vão ter mais  
3631 atenção para concorrer à eleição, porque sabem que deles vai depender o processo.  
3632 Agora, qual é o mérito dos Senhores estarem aqui, se nós abirmos a decisão para  
3633 todos? Então não tem mérito nenhum. Na hora de apanhar é o Conselheiro que apanha e  
3634 na hora de bater o bumbo são os outros que batem. Eu acho que nós temos a condução  
3635 do processo. Se este processo deu certo, Marcos, vai ser o Fórum Construtivo. Se deu  
3636 errado, vai ser o CONASP. Então, nós temos que assumir os ônus e bônus. Se deu certo,  
3637 é o CONASP, se deu errado é o CONASP. Mas não podemos abrir mão de uma  
3638 competência que nos é concedida pelo próprio Decreto.

3639

3640 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

3641

3642 Conselheiro João Francisco com a palavra. Inscrito Conselheiro Marcos Costa.

3643

3644 **João Francisco da Mota Junior - Secretaria-Geral da Presidência da República**

3645

3646 Só para acelerar o processo, aqui também tem propostas gerais. As questões mais  
3647 detalhadas nós podemos colocar no Regimento Interno da CONSEG. Então, se for o  
3648 caso, podemos discutir depois, se houver necessidade de colocar comissões temáticas  
3649 ou grupos. Aqui é uma proposta geral e questões mais detalhadas podemos colocar no  
3650 Regimento Interno da Conferência.

3651

3652 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

3653

3654 Seria interessante e concordo com o João Francisco, mas seria interessante nós  
3655 colocarmos essa ressalva da Comissão Consultiva ou deixamos para essa comissão? Tá,  
3656 Conselheiro Marcos Costa com a palavra e inscrito Conselheiro Tião.

3657

3658 **Sebastião Santos – Viva Rio**

3659

3660 Pessoal, para não reinventar a roda, vamos pescar, e inclusive está na cidade a 14ª.  
3661 Conferência Nacional de Saúde. E relacionado justamente com o Ministério da Justiça.  
3662 No Decreto Presidencial que é um decreto muito pequeno como a 14ª, a Conferência  
3663 Nacional de Saúde Conferência Nacional de Saúde diz: “Será presidida pelo Ministro de  
3664 Estado de Saúde e na sua ausência ou impedimento por um outro secretário. As  
3665 despesas da 14ª. Conferência Nacional de Saúde correrão por conta dos recursos  
3666 orçamentários consignados ao Ministério da Saúde.” Aí você vai para o Regimento e no  
3667 Regimento está lá estabelecido que a responsabilidade pela realização da etapa nacional  
3668 é do Ministério da Saúde e do Conselho Nacional de Saúde. Então, acho que era  
3669 importante dizer que a Segunda Conferência Nacional de Segurança Pública é  
3670 responsabilidade do Ministério da Justiça e do Conselho Nacional de Segurança Pública.  
3671 Esse é um padrão que é adotado e conta com a aprovação da Presidência da República  
3672 e não vai ter porque não ser adotado também aqui. A minha sugestão é essa, que a  
3673 questão do Decreto vai ter que sair o Decreto da Presidente e vai consignar com os  
3674 recursos da etapa nacional é patrocinado pelo Ministério da Justiça, e no nosso  
3675 Regimento, naquilo que a gente vai aprovar internamente estabelecer que é uma  
3676 responsabilidade do Ministério da Justiça e do Conselho Nacional de Segurança Pública.

3677

3678 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

3679

3680 Flávia, esse tópico fica para o Regimento. Se você quiser copiar e salvar e colocar no  
3681 final para que seja discutido no Regimento, para que não seja perdido o assunto. Inscrito  
3682 o Conselheiro Tião com a palavra. Por favor.

3683

3684 **Sebastião Santos – Viva Rio**

3685

3686 Gente, estou preocupado. A gente começou com atraso e esse tema era Pauta para o dia  
3687 inteiro de debate. Se a gente não for muito disciplinado nas coisas que de fato merecem  
3688 uma discussão pontual e objetiva, nós não vamos terminar este ponto hoje, e me parece  
3689 que amanhã já tem uma agenda e Pauta definida. Então, só queria chamar a atenção que  
3690 a gente se concentre fogo nas coisas que são objetivas, e se está contemplado, inscreve  
3691 mais um e não precisa. Vamos ser mais objetivos senão a gente não vai conseguir fechar

3692 essa Pauta hoje e uma coisa que me preocupa é que eu não vi na apresentação uma  
3693 data, uma proposta de data, um período. Já foi votado? É ano que vem? OK. Maravilha.

3694  
3695 **Regina Miki - Secretária Nacional de Segurança Pública**

3696  
3697 As coisas estão mudadas mesmo. A Sociedade Civil pedindo para centrar fogo. Olha só.  
3698 Conselheira Eliana, por favor.

3699  
3700 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

3701  
3702 Vencida essa etapa vamos a uma pequena etapa que são as estaduais que também  
3703 pediram destaque. Quem pediu destaque foi Regina e o Marcos.

3704  
3705 **Regina Miki - Secretária Nacional de Segurança Pública**

3706  
3707 Fui eu, é rapidinho. Eu acho que nós vamos encontrar estados que não temos ainda a  
3708 instância do Conselho Estadual. E, acho que a gente tem que fomentar sem dúvida  
3709 nenhuma, só que nós temos gabinetes de gestão integrados instalados em todos os  
3710 estados. Então na ausência do Conselho usar do Gabinete de Gestão Integrada. E se  
3711 acaso e aí já serve também para os municipais. Se a gente não tiver Conselho Municipal,  
3712 que use da instância dos gabinetes de gestão subsidiariamente. Eu não estou dizendo  
3713 que nós não vamos fomentar, mesmo porque o conceito é completamente diferente de  
3714 um Conselho de Gabinete de Gestão, mas já é uma instância formada. Então para que a  
3715 gente não perca tempo para mobilização, a gente use subsidiariamente.

3716  
3717 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

3718  
3719 É, e todo mundo de alguma maneira participa.

3720  
3721 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

3722  
3723 Conselheiro João Francisco. Só no microfone, Conselheiro. No microfone, por favor, que  
3724 está gravando.

3725  
3726 **João Francisco da Mota Junior - Secretaria-Geral da Presidência da República**

3727  
3728 Só um aparte. Eu queria acrescentar também nós somos responsáveis pela Conferência  
3729 da Juventude e tivemos alguns casos para não denominá-los, alguns estados não  
3730 convocaram as estaduais. E aí o que foi que a presidência fez? Permitiu que a própria  
3731 Sociedade Civil convocasse as estaduais. Então, mesmo não tendo Conselho e mesmo  
3732 não tendo gabinetes, a própria Sociedade Civil que convocou as estaduais, tá?

3733  
3734 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

3735  
3736 Conselheiro Everardo com a palavra. Marcos, você está inscrito novamente? Conselheiro  
3737 Everardo com a palavra e inscrito Conselheiro Marcos. Por favor, microfone lá para o  
3738 Conselheiro.

3739  
3740 **Everardo de Aguiar Lopes - Rede Desarma Brasil**

3741

3742 Eu concordo com a Regina. Hoje não tem Conselhos Estaduais que secretarias ou  
3743 qualquer coisa, mas sempre integrado com os Conselheiros nacionais daquele estado,  
3744 para evitar que o Conselho dos estados não fique fora, porque no GGI a Sociedade Civil  
3745 não participa pela formação. Tudo bem?

3746  
3747 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

3748  
3749 Conselheiro Marcos Costa.

3750  
3751 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**

3752  
3753 Na verdade tenho duas coisas. Eu acho que assim, no caso da Conferência de Saúde  
3754 ficou assim. “A realização da Décima Quarta Conferência de Saúde será  
3755 responsabilidade das três esferas de governo, Secretaria de Saúde e dos respectivos  
3756 Conselhos de Saúde, sendo que a etapa nacional será de responsabilidade do Ministério  
3757 da Saúde e do Conselho Nacional de Saúde que será realizada em Brasília.” E aí tem o  
3758 fato de onde não existir Conselhos Estaduais de Segurança Pública ter uma Comissão  
3759 Organizadora, que eu acho que é importante contemplar CGI, mas que também naquela  
3760 Comissão Organizadora você tem uma paridade dos segmentos que estarão  
3761 representados nacionalmente. Quer dizer, a Secretaria Estadual de Segurança Pública  
3762 ela monta isso e estabelece nos moldes que foi para manter uma segmentação na  
3763 Comissão Organizadora. Quem for organizar. Marcos, não é isso, a minha sugestão é  
3764 justamente para isso. Para que a Comissão Organizadora Municipal e a Comissão  
3765 Organizadora Estadual seja integrada não só com gestores, mas com Gestores,  
3766 Sociedade Civil e Trabalhadores.

3767  
3768 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

3769  
3770 Já está previsto, a simetria está prevista no texto abaixo.

3771  
3772 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**

3773  
3774 Certo, agora em relação à segmentação, depois isso num momento mais oportuno, tenho  
3775 conversado desde sempre aqui, porque acho que na temática de Segurança Pública não  
3776 existem apenas esses três segmentos. Tem o segmento da academia, tem o segmento  
3777 da Sociedade Civil, eu acho que é importante a gente abrir para outros segmentos que  
3778 possam querer se integrar nessa nova rediscussão da coisa. Então é basicamente essa  
3779 questão. Garantir a proporcionalidade dos segmentos que foram definidos nacionalmente.  
3780 Se nacionalmente nós entendermos que temos que ampliar outras entidades e outros  
3781 setores, aí sim, também tem que ser feito isso na estadual e na municipal.

3782  
3783 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

3784  
3785 Pela ordem de inscritos a Conselheira Cynthia pede esclarecimento e inscrito Conselheiro  
3786 Marcos Rezende.

3787  
3788 **Cynthia Maria Pinto da Luz - Movimento Nacional de Direitos Humanos**

3789  
3790 Só um esclarecimento na proposta do Marcos, porque nos casos aonde o poder público  
3791 não convocar a conferência e que está previsto aqui a Sociedade Civil e Trabalhadores

3792 podem fazê-lo, se nós limitarmos ou impusermos a proporcionalidade, podemos não ter a  
3793 conferência. Então, ter ressalvado o direito de qualquer segmento de convocá-la se não  
3794 for feito formalmente.

3795  
3796 **Regina Miki - Secretária Nacional de Segurança Pública**

3797  
3798 Mesmo porque é subsidiário. Então pressupõe-se que todo mundo já abriu mão de fazer  
3799 o processo. Quem era legítimo no caso, abriu mão. Para que não se perca o processo, aí  
3800 eu acho que com qualquer côr ou entidade, claro.

3801  
3802 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

3803  
3804 Secretária eu acho que até no Regimento ou no Decreto seria interessante estabelecer a  
3805 data para que o poder público faça data limite e em não fazendo que a Sociedade Civil ou  
3806 Trabalhadores possam também fazê-lo. Conselheiro Marcos Costa.

3807  
3808 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**

3809  
3810 Era nessa direção. Você estabelece que você tem um prazo até que as Secretarias de  
3811 Segurança Pública comunicarão se elas organizarão ou não. Se elas não organizarem  
3812 você centraliza em Brasília a administração para estabelecer quem é a comissão, porque  
3813 vai ter que ter uma comunicação para o CONAS dizendo assim: Não houve isso e nós  
3814 organizamos essa comissão aqui.

3815  
3816 **Regina Miki - Secretária Nacional de Segurança Pública**

3817  
3818 Vem a comunicação e o CONASP delibera por aceitar aquela entidade reconhecendo  
3819 Legítimo o processo. A Comissão Organizadora reconhece como legítimo. Porque o que  
3820 a gente tem que ter em mente é não travar o processo e abrir cada vez mais para a  
3821 discussão. Se a gente põe muita regra, quando chega para a Sociedade Civil fica muito  
3822 difícil de cumprir essas regras. A regra para a Sociedade Civil tem que ser muito mais  
3823 aberta do que para o Poder Público, é óbvio.

3824  
3825 **Tereza Cristina Almeida Ferreira - Conselho Nacional dos Defensores Gerais -**  
3826 **CONDEGE**

3827  
3828 Deixa-me fazer uma pergunta. Se a Presidenta da República que fez essa convocação,  
3829 isso não teria que ser um processo de comando também para os estados?

3830  
3831 **Regina Miki - Secretária Nacional de Segurança Pública**

3832  
3833 Não, mesmo porque as conferências não são vinculantes, elas são consultivas na  
3834 elaboração da política e então ela não tem esse viés.

3835  
3836 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**

3837  
3838 A Conferência Nacional de Saúde é prevista legalmente, e aí é obrigatória para os  
3839 estados também. Porque tem uma lei obrigando isso. O Sistema Único de Saúde diz  
3840 assim: “Terá que ter uma conferência”. E aí é obrigatório para todo mundo. Então é um  
3841 dever dos estados. Como nós não temos um amparo legal, fica...

3842  
3843  
3844  
3845  
3846  
3847  
3848  
3849  
3850  
3851  
3852  
3853  
3854  
3855  
3856  
3857  
3858  
3859  
3860  
3861  
3862  
3863  
3864  
3865  
3866  
3867  
3868  
3869  
3870  
3871  
3872  
3873  
3874  
3875  
3876  
3877  
3878  
3879  
3880  
3881  
3882  
3883  
3884  
3885  
3886  
3887  
3888  
3889  
3890  
3891

**Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

Conselheiro Marcos Rezende com a palavra e inscrita a título de esclarecimento a próxima Conselheira Analba.

**Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras**

O que eu estava querendo ler era um outro texto que falava do GGI. É que eu estou impressionado com as flores, está tão bonito o jardimzinho que fizeram ali.

**Regina Miki - Secretária Nacional de Segurança Pública**

Eu fui até lá porque estava falando está tão bonito. Está tudo mudado mesmo. Eu pensei que era comigo, mas não era, era o girassol, que pena Marcos.

**Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras**

Qual é a minha dúvida? Não é dúvida, é questionamento. Gente, essa questão dos Conselhos de Segurança Pública, eu acho que é uma Pauta que nós falhamos até o momento. Nós não conseguimos concluir essa missão nos estados. E nós corremos o risco de em vários estados colocar a responsabilidade de se convocar a conferência por conselhos atrasados, esdrúxulos que tem uma configuração que não corresponde à realidade. E eu lembro inclusive de uma correspondência que foi mandada para o Governo do Estado da Bahia e que o Secretário de Segurança Pública respondeu aqui para a Secretaria dizendo: “Olha, nós já temos o Conselho de Segurança Pública e já existe há não sei quanto tempo, ele funciona.” E nós sabemos que não é assim, não funciona. Então se nós colocarmos sob essa responsabilidade desse Conselho retrógrado que tem nós vamos sofrer na conferência do ano que vem as mesmas tensões que nós sofremos na última conferência. Então, nós vamos ter que pensar numa metodologia aqui que urge, que é estabelecermos um prazo para alterar esse processo desses conselhos ou pensarmos numa estratégia que seja diferenciada, sob pena de nós pagarmos aí o preço do que isso representa. É só isso que eu acho que tem que ser pensado.

**Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

Vamos lá, então? Alguma sugestão de texto para essa parte? Só para que a gente possa encaminhar essa ressalva. Flávia, sobe, por favor, o texto. Nós temos ali então a proposta do texto colocada que nas instâncias estaduais haverá proporcionalidade e foi sugerida a inserção de que na ausência do Conselho utilizar-se-á a instância subsidiária dos gabinetes de gestão integrada, o GGI. O Conselheiro Marcos Rezende fez a ressalva de que talvez não seja interessante que ficasse o GGI com esse tema. Sugiro ao Conselheiro Marcos Costa que encaminhe à Flávia, para que ela possa digitar sua proposta. Algum dos Conselheiros gostaria de fazer uso da palavra? Pois não, Conselheiro Márcio Marins.

**Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais – ABGLT**

3892 Márcio Marins da ABGLT. São duas observações. Uma é: Deixar muito bem explícito  
3893 quando a gente fala ali Poder Público que com certeza não vai ser a Secretaria de  
3894 Cultura. Colocar explicitamente Secretaria de Segurança Pública de Defesa Social que  
3895 tem umas que não são de Segurança Pública são de defesa social e de administração  
3896 penitenciária, que também cabe. E tem estados em que ela é desligada, ela é separada.  
3897 Isso tem que ser explícito. Outra coisa é, no caso dos GGI também garantir. Tem que  
3898 estar escrito que o GGI eles têm que ter participação popular. Eu falei isso com a  
3899 Secretária. Ter GGI pode ser até muito bom nesse caso para aproximar a Sociedade Civil  
3900 dos GGI, que não é o que acontece atualmente. Tem que estar previsto e escrito que  
3901 senão vai ser de cima para baixo, como foi o processo no Paraná e foi difícil. Eu sei que  
3902 várias unidades federativas passaram pelo mesmo.

3903  
3904 **Aginaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

3905  
3906 Eu acho que são duas questões que talvez nós tenhamos que ressaltar ali. Uma delas é  
3907 o órgão, diríamos, responsável pela organização. Pelo menos que seria o contato direto.  
3908 A outra, que creio que nos textos esteja já colocado, é de uma composição obrigatória  
3909 nos parâmetros da Comissão Organizadora Nacional. Conselheiro Almir com a palavra.  
3910 Perdão, pela ordem, a Conselheira Analba.

3911  
3912 **Analba Brazão Teixeira - Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos**

3913  
3914 Eu tenho uma dúvida em relação a se o Poder Executivo Estadual não convocar, a  
3915 Sociedade Civil convocar. Em relação ao recurso. Aqui diz que teria apoio do CONASP.  
3916 Se por acaso o Poder Executivo não chamar. Mas a minha pergunta é em relação às  
3917 delegadas e delegados para vir para a Conferência Nacional. Porque na Conferência das  
3918 Mulheres que está próxima a acontecer e já fui duas vezes da Comissão Organizadora e  
3919 a gente teve muitos problemas com os estados. Alguns estados as delegadas da  
3920 Sociedade Civil vêm de ônibus e as delegadas do governo vêm de avião. E em alguns  
3921 lugares, inclusive Roraima, por exemplo, nunca o Governo pagou as passagens e agora  
3922 mesmo estamos nos movimentando para nós mesmos da Sociedade Civil conseguirmos  
3923 recursos para virmos, porque a gente acha que é importante estar. A gente tem que  
3924 garantir isso, ter garantia que delegadas e delegados, principalmente da Sociedade Civil  
3925 que é onde o bicho pega, tenha condição de chegar na conferência. Porque na  
3926 Conferência da Mulher o estado é responsável por isso, está lá. Mas não tem cumprido  
3927 como deveria cumprir. Alguns estados não tem cumprido. Fora que faz essa divisão. A  
3928 Sociedade Civil vem de ônibus lá de Natal para cá, e quem é do governo vem de avião.  
3929 Então, eu acho que é uma coisa que a gente tem que pensar que tem que garantir aqui  
3930 na nossa...

3931  
3932 **Regina Miki - Secretária Nacional de Segurança Pública**

3933  
3934 Bom, eu só vou pedir aos Conselheiros que na hora da gente fixar um número ali a gente  
3935 pondere os nossos gastos, porque todos sabem que arcamos com todas as passagens e  
3936 hospedagem na primeira conferência e faremos o mesmo na segunda. Agora, com um  
3937 número muito reduzido, é óbvio. Porque no primeiro nós tivemos quase quatro, três mil e  
3938 poucos e ali já vi 1500 o que eu acho super compatível, mas temos que tomar cuidado na  
3939 proporcionalidade, na divisão, e acho que temos que temos que ampliar nas etapas  
3940 intermediárias a discussão, chegando com menos gente aqui. Eu acho que tem que  
3941 pulverizar mais na estadual e afunilar mais para vir para cá, porque realmente fica um

3942 gasto imenso. Agora, não tem isso o estado que vai arcar. Somos nós que vamos arcar  
3943 dentro daquele número fixado. Agora, fora do número fixado aí já não posso dizer nada,  
3944 mas dentro do número fixado e aí todos em condição de igualdade, porque para a gente  
3945 já não interessa mais se vem pelos Trabalhadores, se vem pelos Gestores ou se vem  
3946 pela Sociedade Civil, ele passa a ser para a conferência um representante com direito a  
3947 voz e voto. Ele já não tem mais qualquer emblema. Então, nós não fizemos distinção na  
3948 primeira e acho que não devemos fazer na segunda também.

3949  
3950 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

3951  
3952 Conselheiro Almir.

3953  
3954 **Almir Laureano dos Santos – Rede Desarma Brasil**

3955  
3956 Na mobilização da primeira, em vários estados que a gente teve oportunidade de  
3957 colaborar para que se realizasse as municipais e estaduais, nós sentimos uma coisa que  
3958 precisa a gente estar muito bem posicionado. Quando surgiu a primeira Comissão  
3959 Organizadora Nacional e surgiram as Comissões Organizadoras Estaduais, criava-se  
3960 disputa como se fosse instância fora da Secretaria. E aí tinha um mobilizador para fazer o  
3961 elo. Eu, na minha percepção da primeira, de todas as dificuldades, eu acho que nós  
3962 deveríamos sugerir que a Comissão Organizadora fosse formada a origem na Secretaria  
3963 de Defesa Social e Segurança Pública. A Secretaria ia formar dentro dos padrões do  
3964 CONASP, ou seja, com os percentuais de trabalhadores, já vai com regulamento para a  
3965 secretaria. Se a secretaria vai fazer bom Conselho, se vai fazer com GGI, tudo isso ela  
3966 pode fazer. Agora, mandar para a secretaria, porque os secretários hoje já estão um  
3967 pouco mais conscientizados desse processo. Fica mais fácil e caso não haja  
3968 possibilidade disso em algumas secretarias, se tiver o radical que vai aparecer, o  
3969 CONASP que tem as três dimensões que vai ter um Conselho consultivo dessas  
3970 instituições que falaram importantes, o próprio CONASP assume junto com esse  
3971 Conselho consultivo de quase 200 instituições que estarão em todos os estados para nos  
3972 apoiar. A gente faz isso e não fica refém, inclusive trazendo dificuldade para a Sociedade  
3973 Civil que lá não terá condições de bancar, e a gente aqui mesmo assume isso aí, a  
3974 Secretaria ela tem um prazo, e se não for o CONASP - ANASPRA faz.

3975  
3976 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

3977  
3978 Conselheira Eliana, tem convergência?

3979  
3980 **Regina Miki - Secretária Nacional de Segurança Pública**

3981  
3982 Eu só não deixaria o nome da secretaria ali. São as secretarias que cuidam do Sistema  
3983 de Segurança Pública. Porque cada uma dá um nome. A Secretaria a qual está afeta a  
3984 Política de Segurança Pública. Aí seja o nome que quiser lá, já sabe quem é.

3985  
3986 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

3987  
3988 Entendeu? Ao invés de colocar Secretaria de Segurança Pública, colocar secretarias  
3989 afetas ao tema da Segurança Pública. Gente, tudo bem este texto para a gente seguir?

3990  
3991 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**



3992  
3993  
3994  
3995  
3996  
3997  
3998  
3999  
4000  
4001  
4002  
4003  
4004  
4005  
4006  
4007  
4008  
4009  
4010  
4011  
4012  
4013  
4014  
4015  
4016  
4017  
4018  
4019  
4020  
4021  
4022  
4023  
4024  
4025  
4026  
4027  
4028  
4029  
4030  
4031  
4032  
4033  
4034  
4035  
4036  
4037  
4038  
4039  
4040  
4041

Podemos seguir? Conselheiro Marcos Costa. Eliana só uma ressalva. Márcio com a palavra.

**Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais – ABGLT**

Eu acho que chegamos num consenso. A única coisa que estava vendo é o seguinte. As eleições, quem patrocinou as eleições foi o CONASP, certo? Mas nós tínhamos um órgão executivo. Uma Comissão Executiva. Mas eu acho que assim certas questões executivas e tudo o mais, a forma como nós temos uma Mesa Diretora, a gente teria ou a própria Mesa...

**Regina Miki - Secretária Nacional de Segurança Pública**

Também acho, soluções mais rápidas para não ter que reunir o pleno.

**Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**

Então teremos o Plenário e uma Comissão Executiva a ser definida para garantir a representatividade. E aí por exemplo.

Mas não seria aí, Flávia, seria lá em cima na Comissão Organizadora Nacional.

**Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**

Essa comunicação seria aceita pela comissão e tudo o mais executiva, organizacional, alguma coisa assim.

**Regina Miki - Secretária Nacional de Segurança Pública**

Tudo isso para dar mais agilidade ao processo.

**Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

Tem a Câmara também, a Câmara Temática de Mobilização.

**Aginaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

Eu acho que talvez a própria Câmara poderia exercer essa função. Que será exercida pela Câmara Temática, Flávia.

**Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança Pública**

Só uma observação da esfera estadual. Evidente que as Secretarias de Segurança têm que ser responsável pela convocação das Conferências Estaduais. Mas nós tivemos na primeira Conferência alguns problemas que algumas secretarias que têm divergências com Conselheiro, não convocam Conselheiro para participar, não reconhece o Conselho e nem entra na porta da Secretaria. Como esse CONASP é a Comissão Organizadora da

4042 Conferência, a minha sugestão é que aonde houver Conselheiro Nacional do respectivo  
4043 estado, ele é membro nato da Comissão Organizadora, é isso.

4044  
4045 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4046  
4047 Isso.

4048  
4049 **Regina Miki - Secretária Nacional de Segurança Pública**

4050  
4051 Mariano, você está ficando inteligente, hein? Pelo amor de Deus! (risos).

4052  
4053 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

4054  
4055 Bom, isso entraria aqui nessa parte? Não, né? No estado. Então, mas no estado é nesse  
4056 item.

4057  
4058 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4059  
4060 É no próximo item. Pode descer um pouquinho. Isso, instâncias estaduais. Flávia, talvez  
4061 ali na terceira ou quarta linha quando fala da composição, aí sim, você coloca. No ponto  
4062 aí nos estados em que o Conselho...Você põe depois de área, na quarta linha.

4063  
4064 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

4065  
4066 Os estados que tiverem representantes no CONASP, Conselheiros no CONASP, este  
4067 será membro nato da Comissão Estadual.

4068  
4069 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4070  
4071 É isso.

4072  
4073 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

4074  
4075 Bota em negrito para depois a gente melhorar a redação.

4076  
4077 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4078  
4079 O Márcio Marins até colocou um negócio aqui que eu achei interessante. Eliana, o Márcio  
4080 Marins colocou um negócio interessante, que os Conselheiros serão os mobilizadores.

4081  
4082 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

4083  
4084 Com certeza, a gente já falou isso na primeira apresentação.

4085  
4086 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4087  
4088 Que aí eles exercem essa posição já definida. Vocês serão os representantes dos  
4089 estados. Até para que não haja uma imposição nossa com os estados, os estados não se  
4090 sintam impostos.

4091

4092 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
4093 **Municipais de Segurança Pública**

4094  
4095 Eu acho que os Conselheiros dos respectivos estados têm que ser considerado membro  
4096 nato da COE, porque senão eu e o Malta somos Conselheiros, o Estado de São Paulo  
4097 monta uma comissão e a gente não é nem convidado a participar. Nós estamos  
4098 organizando a Conferência. O estado que tem Conselheiro na Paraíba, o Conselheiro  
4099 Valmir é membro nato da COE. Isso não é imposição, isso é uma regra para essa  
4100 participação nossa.

4101  
4102 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4103  
4104 Conselheiro Heder com a palavra.

4105  
4106 **Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**  
4107 **Estaduais**

4108  
4109 Sargento Heder da ANASPRA. Eu acho que vale a pena ressaltar aí e deixar claro os  
4110 Conselheiros titulares e suplentes, porque nesse aspecto da mobilização não podemos  
4111 esquecer o suplente que não vem para a Plenária e ampliaríamos a quantidade de  
4112 pessoas. Então Conselheiros titulares e suplentes.

4113  
4114 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

4115  
4116 Muito bem. Vamos adiante? Em relação ao número de participantes eu queria agora,  
4117 porque a gente mataria dois itens aqui vamos resolver dois itens aqui.

4118  
4119 **Regina Miki - Secretária Nacional de Segurança Pública**

4120  
4121 Eu gostaria só de consultá-los. Só consultá-los. O "coffee break" está servido, está tudo  
4122 quentinho e arrumadinho. Eu só vou pedir licença, vou ter que infelizmente ir para o  
4123 Ministério daqui um pouco, porque tenho uma reunião com o Ministro, mas é o seguinte.  
4124 Marcos, vou ter que deixar pública a sua proposta indecente para mim, mas vou ter que  
4125 deixar público.(risos) Tem uma proposta aqui e enquanto Secretária eu já acato, não tem  
4126 problema nenhum, de que a gente apresente o relatório das atividades desenvolvidas  
4127 pela SENASP, na primeira reunião do CONASP, que a SENASP faça a apresentação.  
4128 Sem problema, a gente está preparando relatório agora de gestão para a Presidência da  
4129 República, não tenho qualquer problema de mostrá-lo aqui e também já de abrir logo no  
4130 começo do ano o nosso orçamento aqui como que vê, também não há problema nenhum.  
4131 Então se depender da SENASP, está acatado e acolhido o que os Senhores estão  
4132 pedindo aqui. E eu vou ter que me ausentar, infelizmente. Vou ficar aqui até a hora que  
4133 me derem o ok lá da agenda do Ministro, mas todos sabem que nós estamos com um  
4134 problema gravíssimo, eu comentava há pouco com o Marcos ali e gostaria de deixar com  
4135 os Senhores uma preocupação que temos. Vários estados, nós estamos enfrentando  
4136 greve da Polícia Militar. E exatamente por isso que estou me retirando, por causa do  
4137 Maranhão, e a gente está muito em contato com a ANASPRA e tem tomado uma posição  
4138 até digna de respeito, porque é uma posição muito boa dentro deste processo como um  
4139 todo, mas tenho uma preocupação grande. Eu tenho uma preocupação grande e aqui  
4140 não tem crítica alguma sobre as Forças Armadas, por favor, não me entendam mal, eu  
4141 tenho o maior respeito pelas Forças Armadas no Brasil e temos trabalhado muito bem

com eles sem problema nenhum, na fronteira, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, temos feito um trabalho excelente nas fronteiras. Mas me preocupa na medida em que é decretada uma GLO, Garantia da Lei e da Ordem, e quem assume o comando da Segurança Pública em estado seja o Exército. Porquê me preocupa? Me preocupa porque nós já tínhamos pacificado neste país na democracia de que Segurança Pública era problema da Sociedade, da polícia e que defesa era problema das Forças Armadas. Na medida em que eles retomam a possibilidade, nós estamos deixando uma brecha muito grande para que venham discutir Segurança Pública e se digam aptos a fazê-lo. Então é uma preocupação que o CONASP tem que se debruçar. Nós temos que nos debruçar, eu não sou contra qualquer manifestação por melhoria de salários, jamais seria. Principalmente de um policial que a gente sabe muito bem o quanto ganha um policial no país. Não vou nem entrar nesse detalhe aqui, não sou contra, mas eu acho que nós temos que ter cuidado nas reivindicações e ter cautela ao fazê-lo. A greve é legítima, mas ela é a última instância e acho que nós temos que ter um alerta muito grande para isso. Isso tem me preocupado, eu tenho dividido isso internamente com a minha equipe, chamei a ANASPRA para uma conversa, para dividir isso com a ANASPRA e quero chamar o CNCG, porque eu acho que eles também têm que se debruçar sobre isso. Porque assim, nós tomamos bem ou mal, se a gente está fazendo bem e a segurança não está, nós estamos num processo democrático. Agora, pegar umas fotos de recrutas de dezoito e dezenove anos dirigindo as viaturas da Polícia Militar do Maranhão com fuzil na mão, isso me preocupa ao extremo. A Força Nacional ontem me ligou que havia uma possibilidade dos grevistas se dirigirem ao Palácio do Governo e aí me perguntaram se por acaso havia qualquer problema da Força Nacional ir para frente do Palácio. Eu falei: Não, eu prefiro que a força vá, porque a força vai ter condição e equilíbrio de não atirar contra um policial. Agora um garoto de dezoito anos com fuzil na mão, ele até mesmo por inexperiência poderia ter dado esse tiro. Essa é minha preocupação e acho que o CONASP tem que se debruçar sobre isso. Obrigado a todos e um bom dia.

#### **Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais**

Eu pedi um aparte na verdade. Eu gostaria de chamar a atenção dos Conselheiros e Conselheiras, porque nem tudo é de tudo ruim. Para dar aqui uma notícia que deixa a nós praças extremamente felizes, porque o processo tende à negociação se resolver e solucionar. Quero citar o caso de Santa Catarina que após longas e difíceis e travados diálogos e conversações, o Governo do estado está assinando uma anistia, mandou para Assembleia Legislativa acordado entre os parlamentares todos, estão anistiando todos os praças de Santa Catarina que participaram do movimento reivindicatório de 2008. Então merece aqui o registro, inclusive ao tenente-coronel Bridi que faz parte da COE naquele estado e que foi um dos interlocutores e entendeu a demanda dos praças. O Governo do estado independente de partido que atendeu os anseios dos praças que foram excluídos por reivindicarem salários. E naquele estado 489 Policiais Militares, dentre eles vários aposentados inclusive com 80 anos de idade que foram para a rua reivindicar salários, haviam perdido sua condição de Policial Militar após mais de 30 anos de trabalho. Então eu não poderia perder a oportunidade diante da secretária, porque isso para nós enquanto ANASPRA, entidade que luta por trabalho com mais dignidade não poderia de deixar de fazer esse registro que para nós também é histórico. Eu gostaria de aproveitar a sua presença, porque como a gente traz demandas a gente traz um anúncio positivo de uma Pauta propositiva que solucionou os problemas. Então esse é um posicionamento da

4192 ANASPRA e fica aqui que a Associação dos Praças de Santa Catarina, ela foi uma  
4193 batalha, colocou isso como prioridade e hoje a gente fica feliz em receber essa notícia  
4194 que este problema está solucionado. Fica o registro da ANASPRA, e obrigada aos  
4195 Conselheiros.

4196  
4197 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4198  
4199 Nós só temos duas falas antes do café que estão inscritos o Conselheiro Tião e Marcos  
4200 Rezende. E aí a gente vai para o café.

4201  
4202 **Sebastião Santos – Viva Rio**

4203  
4204 Só para corroborar com a preocupação da Secretária e dizer que a situação também no  
4205 Rio não é muito diferente. Nós tivemos e temos lá o Exército no Alemão. A princípio era  
4206 por pouco tempo, alguns meses, mas está há quase um ano. Isso realmente é muito  
4207 preocupante. Segundo, eu acho que deve sair daqui algum tipo de Recomendação à  
4208 Presidente da República, porque de qualquer forma em última instância quem manda no  
4209 Exército é a Presidenta. Então tem um comando acima de qualquer general que é a  
4210 própria Presidenta da República. Então se há um caso em que a gente não concorda, o  
4211 Conselho não concorda da maneira que está sendo feito no Maranhão e outros estados  
4212 merece também por parte do Conselho uma moção e algum tipo de manifestação pública  
4213 com relação a essa questão tamanha é a preocupação de todos nós.

4214  
4215 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4216  
4217 Conselheiro Marcos Rezende.

4218  
4219 **Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras**

4220  
4221 Na verdade eu ia encaminhar no mesmo caminho que o Tião colocou e colocando mais,  
4222 que todos nós sabemos que boa parte dessas greves ou desses reclames por parte dos  
4223 praças, está muito ligado aos baixos salários e a baixa qualidade do que eles possuem  
4224 de estrutura para o trabalho. Então é importante primeiro que se faça uma discussão  
4225 séria. Esse país é um país que gasta boa parte do orçamento pagando juros e moratória  
4226 enriquecendo bancos. E, agora, tem uma política desenvolvimentista. E então não  
4227 podemos ficar o tempo todo aqui enxugando gelo sem fazer uma discussão séria com  
4228 relação a salários dos praças e dos policiais, porque isso tem feito com que as pessoas  
4229 venham a ser tratadas ou não tenham tratamento adequado no campo dos Direitos  
4230 Humanos, justamente porque falta formação por faltar salários adequados. Então nós  
4231 entendemos aqui e é bom colocar isso nessa construção, de que é importante  
4232 encaminhar para a presidenta esse entendimento de que ou a gente começa a tratar com  
4233 esse olhar ou vamos passar o resto da nossa história vivendo em crise tanto o Ministério  
4234 da Justiça que passa boa parte do tempo resolvendo essas crises, seja com relação a  
4235 idéia de pacificação que eu até discordo do termo em todos os níveis, ou seja também  
4236 com essas greves que vão acontecer cada vez com mais frequência. Então queria  
4237 colocar também na Recomendação esse tipo de posicionamento por parte do Coletivo de  
4238 Entidades Negras que é necessária uma mudança de comportamento por parte do  
4239 Governo Brasileiro no que diz respeito aos salários dos nossos Trabalhadores da Área de  
4240 Segurança Pública.

4241

**Regina Miki - Secretária Nacional de Segurança Pública**

É, só faço uma observação. A minha Pauta é uma Pauta institucional. A minha preocupação é de uma Pauta institucional. É de como encarar a Segurança Pública e não a Defesa. A Pauta que o Marcos traz é uma Pauta legítima, mas ela é uma Pauta da categoria e aí eu não vou impedir manifestação alguma. Não tenho esse poder. Eu só enquanto secretária me preocupam as faltas institucionais. E, principalmente, porque eu acho que num estado democrático de direito, nós temos que ter os limites de atuação de cada instituição e essa é a minha preocupação um pouco maior. Acho que quando a gente começa a discutir salário, nós teríamos que ir um pouco mais a fundo. E não só discutir salários. Salários, capacitação, jornada de trabalho. Eu acho que a gente tem, já que o Conselho quer discutir e acho que é legítimo também, mas a gente não pode isolar uma Pauta. Porque tem que estar num conjunto. Eu não posso só exigir equipamentos melhores para a polícia, eu tenho que exigir a capacitação. Quando eu falo de salários, eu não posso crer, Marcos, que um policial trabalhe 36 horas. Então, você me engana que trabalha e eu te engano que pago e quem leva é a Sociedade. Já que é para discutir vamos discutir jornada de trabalho com o salários. Não tem problema nenhum. Vamos! Por que um trabalhador normal trabalha 8 horas? Quando a gente fala em 36 horas e descanso não sei o quê. O professor da aula três dias e vai para casa? Não, ele dá aula todos os dias. Então, nós temos que discutir isso, até mesmo porque nós queremos que este policial seja bem capacitado, tenha lazer, usufrua do lazer com sua família. E que horas ele vai fazer isso? Se nós o saturamos com a jornada de trabalho? E ninguém quer discutir isso? Quer discutir os salários. E na hora que você tem um comandante que muda por um acaso a jornada de trabalho, lá vem revolução. E todos nós sabemos o porquê. Porque é a instituição do bico através desses horários malucos. Então vamos jogar na Mesa bonitinho e vamos discutir. Não tem problema nenhum. A gente discute, mas eu acho que a gente não pode discutir parte de uma Pauta, nós temos que discutir total. E acho que o Conselho tinha que botar isso mesmo. Vamos discutir.

**Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

Vamos ao café?

**"coffee-break"**

**Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

Conselheiros, vamos retornar? Vamos lá? Com a palavra a Conselheira Eliana.

**Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

Vamos lá gente. Bom, vamos para o item agora do número de participantes da Segunda Conferência, e aí para a gente eliminar dois itens dessa proposta, eu queria que o Heber apresentasse a proposta que ele trouxe. Marcos, vamos lá? Porque o item depois seriam os eixos temáticos. Tem uma tabelinha com a proposta dos participantes por segmento, só que o Heder tem outra proposta. Então o número de participantes vai depender. Passa para a tabela. Então a gente resolvendo isso aqui... Gente, agora é o seguinte. A idéia é definir o número de participantes e aí vamos pensar na questão já para eliminar essa questão dos segmentos. Quem vai participar, o número final depende dessa definição. Então a gente vai eliminar, porque essa questão é um pouco polêmica e resolvemos logo

4292 ela. Heder tem uma proposta. Seria interessante ouvir a proposta do Heder, porque  
4293 depois a gente vai ter que votar. Pega o microfone e explica sua proposta, por que é  
4294 diferente dessa? Esperar o Marcos Rezende e o Márcio Marins, porque o Marcos  
4295 Rezende ele me provocou na última reunião e gostaria da atenção dele. Flávio, faça o  
4296 favor, no projeto que a gente está discutindo tem uma tabela. Deixa-me começar por ele  
4297 para a gente fazer o resgate.

4298  
4299 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

4300  
4301 Fazer a comparação entre o que foi apresentado inicialmente e que você está propondo  
4302 diferença para as pessoas saberem. Exatamente. Está no texto. Acompanhe pelo texto.

4303  
4304 **Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**  
4305 **Estaduais**

4306  
4307 Essa proposta inicialmente, como dito na reunião passada e a gente reafirma novamente,  
4308 nós partimos dentro daquela idéia de reduzir o contingente de participantes na  
4309 Conferência, partimos de um número que evidentemente quem vai decidir é a plenária e  
4310 a Câmara Técnica discutindo chegou que seria um bom número em torno de 1500  
4311 participantes. Então na reunião passada, e aí a gente já desconsidera como está nessa  
4312 coluna o ouvidor de polícia como sendo trabalhador. Isso foi acordado, está fora. Estou  
4313 só resgatando. E para que a gente fizesse essa tabela, nós estabelecemos cortes  
4314 populacional e o Conselheiro Marcos Rezende chama atenção pela disparidade em razão  
4315 do fato pontuado e apontado por ele, porque aí você teria uma representação de 1494  
4316 representantes na Conferência, distribuído de tal sorte como está o nosso quadro. E a  
4317 linha de corte, ou seja, estados que possuem até 7 milhões de habitantes teriam 40  
4318 representantes. Estados que possuem de 7 a 15 milhões, 63 representantes e estados de  
4319 15 a 40 milhões, 87 representantes, dividido entre segmentos do trabalhador respeitando  
4320 aquela proporcionalidade de 30, 30 e 40. E o Conselheiro Marcos Rezende chamava a  
4321 atenção para o fato da disparidade que as vezes em função de cem, duzentos mil  
4322 habitantes, você perde um quantitativo considerável de representantes. E não é fácil fazer  
4323 esse exercício, então esse é o número apresentado inicialmente. E se a Conferência  
4324 definir que será com 3 mil isso dobra, se for a metade. E aí partindo desse pressuposto,  
4325 aí volta aquela outra tabela e vai na última tabela lá. Olha quantos exercícios nós  
4326 fizemos. Olha, para que a nossa Conferência... Não vou mostrar meu trabalho todo, não.  
4327 Já fui para ele, Tião. Já fui para ele. O que ocorreu? A nossa Conferência diferentemente  
4328 das outras conferências, ela obedece uma proporcionalidade que diretamente afeta na  
4329 quantidade de participantes. E a referência básica são os trabalhadores, porque você tem  
4330 12 categorias e então ele é o número mínimo para se iniciar uma Conferência dentro da  
4331 proporção de 30, 30 e 40. O que nós fizemos para fazer um exercício aqui se quiser  
4332 alterar aqueles percentuais ali? Nós buscamos no site do IBGE a população brasileira  
4333 hoje. O Brasil hoje possui 190 milhões, 772 mil 694 brasileiros. E eu fiz o primeiro  
4334 exercício e a diferença é mínima, vou ler esse aí, porque está mais sintetizado. O outro  
4335 nós buscamos a quantidade de eleitores no Brasil. Porque você pressupõe que acima de  
4336 16 anos é que pode vir e participar e uma série de questões. Eu peguei o número  
4337 absoluto, porque a diferença de um para o outro são de apenas 60 representantes. Então  
4338 esse aí como ficou melhor sintetizado, eu fiz um quadro que fica fácil visualizar, e ali a  
4339 organização ela está por população por estado. O Estado com a menor população é o  
4340 Estado de Roraima com 451 mil 277 habitantes, e o maior estado é o Estado de São  
4341 Paulo com 40 mil e 252, 160 mil habitantes. Os Senhores percebam ali naquela tabela

4342 que está mesclada, nós temos do Estado de Roraima até o estado do Espírito Santo, o  
4343 que nós fizemos para chegar a esses números? Eu gostaria da atenção, porque se tiver  
4344 que derrubar não tem problema nenhum. Quando nós trabalhamos que a Conferência  
4345 terá a quantidade de 1500 representantes, nós usamos uma regra que é utilizada no  
4346 sistema eleitoral que é o chamado coeficiente. Se nós temos uma população com 190  
4347 milhões e queremos ter na nossa Conferência 1500 representantes, você divide os 190  
4348 milhões por 1500 e você vai chegar a um coeficiente. Este coeficiente ele é de 127 mil,  
4349 181. Quando eu divido a população de Roraima pelo coeficiente, eu só teria 3,54  
4350 representantes numa conferência. Trabalhando isso proporcionalmente e respeitando a  
4351 população de cada estado. Como a Conferência ela não pode prescindir do 30, 30 e 40,  
4352 esses números que até a capacidade de 47 que você pode respeitar a população de cada  
4353 estado, você tem um número mínimo. E esse número mínimo ele parte dos  
4354 trabalhadores. Ou seja, são 12 trabalhadores que são 30%, 12 gestores 30%, e a  
4355 Sociedade Civil recebe um número de 14 em razão dos 40%. Então do estado de  
4356 Roraima até o estado do Espírito Santo que tem uma população de 3 milhões e 766 mil  
4357 nós teremos todos estes estados com 36 representantes, sendo 14 da Sociedade Civil,  
4358 12 trabalhadores e 12 gestores. Porque senão você não consegue número mínimo. Então  
4359 esses estados proporcionalmente, independente se Acre ou Roraima tem 451 mil e o  
4360 Espírito Santo 3 milhões, a quantidade mínima de representantes é 36 sendo 14, 12 e  
4361 12. A partir do Estado da Paraíba, aliás, desculpe, não é Espírito Santo, é Bahia. A partir  
4362 de Goiás o coeficiente já nos permite dividir dentro da população de cada Estado. Ou  
4363 seja, o estado de Goiás nós teremos 47. O coeficiente deu 47,52. Santa Catarina 49 e 14,  
4364 e assim sucessivamente de ordem crescente em razão da população. Nestes Estados  
4365 você teria, por exemplo, o Estado de Goiás. Agora move um pouquinho para a nossa  
4366 esquerda de quem está assistindo. Veja que eu tenho aquela coluna onde ela está  
4367 posicionada e a última coluna da direita uma diferença que eu vou explicar o porquê. Veja  
4368 qual é o coeficiente do estado? 47,52. Então não existem 47 pessoas e meia pessoa.  
4369 Então é necessário que se fizesse um arredondamento ou para baixo, porque senão você  
4370 teria que aumentar proporcionalmente também os trabalhadores. Então há uma  
4371 compensação que pode ser de um ou de outro, mas a compensação é mínima. O  
4372 coeficiente para dividir no estado de Goiás eram 47, mas como é que você divide 47  
4373 respeitando 30 e 30, daria dízimo. E então ficou dezoito, por exemplo, ali no caso, 18  
4374 representantes da Sociedade Civil, 14 trabalhadores, 14 gestores e nós teríamos no final  
4375 46 e assim sucessivamente. Onde é que nós encontramos uma disparidade em relação à  
4376 tabela apresentada anteriormente? O Estado de São Paulo em razão da sua população e  
4377 respeitando os 40, 30 e 30, nós teríamos 324 representantes com o Estado de São  
4378 Paulo, sendo 129 da Sociedade Civil, 97 Trabalhadores e 97 Gestores. O que nós  
4379 fizemos? Achar um coeficiente e multiplicar pela população local. A outra tabela não  
4380 obedece essa regra. Ela obedece à regra de um limitador de até x tanto e então ele  
4381 aproxima-se mais à realidade do que essa discrepância. Por exemplo, São Paulo você  
4382 tem 324, Minas Gerais 154, e Rio de Janeiro 125. 110 é a Bahia. Então o que está posto  
4383 aqui agora? Se for respeitar a proporcionalidade eu acredito que já havia sido vencida  
4384 que é 30, 30 e 40, nós temos essas variáveis. Ou a gente estabelece um corte, na  
4385 primeira tabela nós temos 3 cortes de participação, que é até 7 milhões, de 7 a 15 e de  
4386 15 a 40. Essa aí está por estado e por coeficiente. Então do ponto de vista da  
4387 representação, esta é uma matemática que prevalece em cada Estado, e ela garante o  
4388 mínimo proporcionalmente. Não é número absoluto, não se discute isso, não está  
4389 interferindo em regra, não tem o que se dizer. Posso não concordar com essa lógica, mas  
4390 é a lógica da representação proporcional, o que acontece em todas as outras  
4391 conferências. Se a gente abrir ali aquela outra tabela, vocês vão ver que as metodologias



4392 utilizadas em outras tabelas, todas elas utilizam a proporcionalidade da população de  
4393 cada Estado. Mas eles não trazem trabalhadores, gestores, não tem que ter essa  
4394 proporcionalidade. Então é fácil trabalhar com isso e traz um número mínimo. A nossa,  
4395 em razão de que o ponto de partida é no mínimo os trabalhadores, porque nós somos os  
4396 problemáticos, porque a partir do contingente a ser prestigiado que é dos trabalhadores  
4397 que se estabelece o restante da divisão da participação. E aí nessa questão ao invés de  
4398 1500 proposto, nós teremos 1796. Olha a diferença que deu por conta do  
4399 arredondamento. Se for número absoluto, se a gente tiver que usar o coeficiente dado  
4400 nós teríamos 1796, com o arredondamento por conta da proporcionalidade esse número  
4401 aumenta para 1828. Então, esse é um número que a gente tem condições de fechar.  
4402 Evidentemente que isso é um processo que vai trazer a eleição de cada. 1828. A gente  
4403 respeita a proporcionalidade, os estados com menor coeficiente estão garantidos com um  
4404 mínimo necessário e os outros representam sua proporcionalidade. Então essa é o que  
4405 está aí e acho que a presidência deve colocar em votação e discussão, são dois quadros  
4406 que a gente tem, e confesso para vocês são n outros quadros, são muito mais difíceis  
4407 trabalhar do que esse que a gente chegou. Então essa é a capacidade que a gente teve  
4408 de dialogar e fica à plenária qual o modelo ou se sugerirão outro modelo.  
4409

4410 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4411  
4412 Vamos dar um tempo para não demorar demais. Questão de ordem para o Conselheiro  
4413 João Francisco, por favor.  
4414

4415 **João Francisco da Mota Junior - Secretaria-Geral da Presidência da República**

4416  
4417 A proposta do Conselheiro Heder teria viabilidade para o Ministério da Justiça, já que  
4418 aumentaria em 300 pessoas e teria orçamento?  
4419

4420 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4421  
4422 Olha, estava até conversando isso aqui com a Suelen. Sendo franca, como nós sempre  
4423 buscamos ser aqui no Conselho, eu acho que são dois momentos diferentes. Estava até  
4424 conversando com ela que não devemos interferir nesse processo aqui. É legítimo que o  
4425 Conselho discuta no seio do Conselho e na plenária as perspectivas que o Conselho tem,  
4426 apresente sua proposta e esse é o momento. Outro momento que não será decidido aqui,  
4427 logicamente é o momento da análise da viabilidade orçamentária e financeira por parte do  
4428 Ministério da Justiça. Então nesse momento eu creio que é interessante que o Conselho  
4429 e isso que o Conselheiro Heder colocou muito bem aqui que o Conselho construa sua  
4430 proposta de ideal para um evento deste tamanho. E em outro momento o Ministério fará  
4431 avaliação da viabilidade financeira e orçamentária, logicamente com devolução  
4432 obrigatória ao Conselho.  
4433

4434 **João Francisco da Mota Junior - Secretaria-Geral da Presidência da República**

4435  
4436 Justamente porque vamos pensar não tem e teríamos que cortar 200 cabeças. Aí  
4437 teríamos que voltar um exemplo. (risos) No bom sentido, gente. Vocês entenderam!  
4438 (risos). Conselheiro se me permite, para ilustrar, por exemplo, a Conferência Nacional de  
4439 Saúde que está ocorrendo agora ela tem 3986 participantes. Nós estamos cortando  
4440 contingente. Aí agora pela Secretaria-Geral nós estamos fazendo agora dia nove a

4441 Conferência de Juventude e tem pouco mais de mil, em torno de 1500, não pode passar  
4442 disso.

4443  
4444 **Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**  
4445 **Estaduais**

4446  
4447 Existe um limitador, o pleno tem que definir o seu tamanho se definir que é três mil, que é  
4448 seis mil, a presidência e o Ministério vai dizer não, você tem que cortar. Mas também  
4449 acho que não devemos partir do pressuposto que não tenha dinheiro. Acho exeqüível, a  
4450 gente já está fazendo dentro de uma racionalidade mínima, acho que é um contingente,  
4451 mas aí é um posicionamento pessoal que a plenária que vai decidir.

4452  
4453 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4454  
4455 Pela ordem das inscrições o Conselheiro Benedito Mariano e Conselheiro Marcos Costa  
4456 com a palavra. Perdão, Conselheiro Márcio também inscrito.

4457  
4458 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
4459 **Municipais de Segurança Pública**

4460  
4461 Eu acho boa a proposta apresentada pelo companheiro Heder. Talvez ela representa  
4462 com mais clareza a representatividade populacional dos estados e as diferenças e isso  
4463 tem que levar em conta e acho que 1800 participantes não é muito. É metade do que  
4464 está sendo hoje a Conferência da Saúde. Então, não tem nada de princípio contra a  
4465 proposta. Talvez ela é a que seja mais ampla e politicamente correta. Agora, a diferença  
4466 dessa proposta para a anterior que está aqui na nossa pastinha para o Estado que eu  
4467 faço parte, São Paulo, passa de 96 representantes para 324. É muito grande. Então você  
4468 vai ter Estado com 20%, 18% de todo o plenário. Então estou falando aqui com a  
4469 representação maior. Eu acho que isso, essa reforma nós temos que pensar pelo  
4470 Congresso, mas ela ainda não veio, porque essa proporcionalidade não existe no  
4471 Congresso Nacional. E nessa história não tem paulista ou não paulista, eu acho que o  
4472 problema da proposta é que dá uma distância muito grande entre um estado e o outro. O  
4473 mínimo pelo o que o Conselheiro colocou é 36. Ninguém vai ficar com menos de 36, mas  
4474 o estado que tem 324 é dez vezes, é muito maior a representação. Então, eu tendo a  
4475 acreditar, como essa questão de representatividade não está resolvida na esfera mais  
4476 política do Brasil que é o Congresso Nacional e não está. 70 Deputados e precisava ter  
4477 uns 140 só o Estado de São Paulo. Eu não sei se criaria um tensionamento essa  
4478 representação muito grande.

4479  
4480 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4481  
4482 O Senhor me permite um aparte? É interessante a solução que foi dada pelo Congresso  
4483 eu acho que talvez não resolva ainda, mas eles têm um limitador mínimo e máximo no  
4484 Congresso. Não sei, mas a gente poderia tentar fazer isso. Porque quando você limita o  
4485 mínimo, você estabelece um paradigma para que ninguém saia tão prejudicado.

4486  
4487 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
4488 **Municipais de Segurança Pública**

4489

4490 Eu acho que pode ser o caminho, Presidente. Quer dizer, nós já estabelecemos o  
4491 mínimo. Nenhum estado terá menos de 36, mas acho que pode pesar em flexibilizar um  
4492 pouco essa representação, para que não chegue dez vezes a diferença entre o mínimo e  
4493 o máximo. No meu entendimento, 200 representantes de São Paulo já é o número  
4494 significativo numa Conferência que vai ter 1800 e 12%, mais de 12%. Trezentos passa de  
4495 20. Aí eu acho que a gente pode acender um debate que não está colocado de que São  
4496 Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, esses três estados representam mais de 50% da  
4497 Conferência. Então, me sinto tranquilo de dizer isso que é o Estado de maior  
4498 representação na proposta que foi colocada aí. Acho que nós temos que ver o meio  
4499 termo e talvez a proposta da Mesa seja boa, respeitando aí o coeficiente, mas  
4500 estabelecer um corte mínimo. Um corte máximo também de se não ultrapassar 10%,  
4501 então seria 180 ou 200, enfim. Eu queria fazer essa preocupação do tamanho da  
4502 representação do Sudeste, não só de São Paulo, mas Rio de Janeiro e Minas Gerais.

4503  
4504 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4505  
4506 Se o Senhor me permite. Só para a gente ver essa situação do Sudeste. Coloca o nome  
4507 do estado e puxa a barra para a esquerda. Se nós pegarmos o Sudeste ali só o Sudeste.  
4508 Tem que ser daquele tamanho mesmo. Só o Sudeste. Colocando ali os três maiores. São  
4509 Paulo, Minas Gerais, Rio e Espírito Santo. Daria 600, mais de 600.

4510  
4511 **Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**  
4512 **Estaduais**

4513  
4514 Aos Conselheiros, e compreendendo, eu também achei desarrazado, mas o que eu não  
4515 queria era que quem estava elaborando a proposta no caso que eu pensei algo que eu  
4516 estabelecesse essa linha de corte. Primeiro quem sou eu para estabelecer uma linha de  
4517 corte e trazer à plenária? Eu trouxe problema. Tenho toda essa percepção, mas tinha que  
4518 seguir um trabalho lógico para que eu não me sustasse, porque eu também, por mais que  
4519 eu compreenda as linhas de corte e quando nós discutimos a primeira proposta por que 7  
4520 milhões, por que não 8, e por quê não dez? Então isso é muito subjetivo e tem que ter um  
4521 recorte. Então, esses números estão aí para que a gente promova esse debate se tiver  
4522 que cortar nos estados de Minas, de Rio, de São Paulo, se a plenária decidir isso a gente  
4523 reduz o número dentro da proporcionalidade. Mas o que está ali é aquilo que eu não me  
4524 senti em condições de cercear o debate, para que todos nós agora construamos juntos o  
4525 coeficiente necessário. Nós sabemos qual é a lógica de coeficiente, se nós vamos  
4526 quebrar a lógica agora, a plenária quebra a lógica e todo mundo consciente que saiu do  
4527 princípio da igualdade.

4528  
4529 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4530  
4531 Inscritos Márcio Marins inscrito, Conselheiro Celito inscrito.

4532  
4533 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**  
4534 **Transexuais**

4535  
4536 Bom, eu não sei se me perdi aqui, Heder e Eliana. É o seguinte. Duas coisas eu não sei  
4537 se me perdi se me perdi, se me perder me situem. Nós temos uma decisão mais lá à  
4538 frente depois dessa aqui, se os municípios com mais de 200 mil eleitores vão eleger seus

4539 delegados e delegadas, e se essas delegadas e delegados já estão dentro desse  
4540 número. Para não criar enfrentamento dentro dos estados.

4541  
4542 **Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**  
4543 **Estaduais**

4544  
4545 Já, porque a Conferência está trabalhando os 1500. E a gente vai definir qual o  
4546 percentual...

4547  
4548 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**  
4549 **Transexuais**

4550  
4551 Aí nos estados vai definir os critérios.

4552  
4553 **Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**  
4554 **Estaduais**

4555  
4556 Exatamente, porque o tamanho é fechado. Ou dos 1900, o que for.

4557  
4558 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**  
4559 **Transexuais**

4560  
4561 E uma outra é se por acaso a gente muda, os critérios também mudam, o apoio aos  
4562 estados os convênios para repasses aos estados. Porque mudam os números dos  
4563 estados. Porque nós temos aqui 600 mil, 200 mil, 150 mil e cem mil dependendo da  
4564 população. Tem outra tabelinha que tem que ser considerada se esses números mudam.  
4565 Que é repasse para convênios de acordo com as conferências nos estados.

4566  
4567 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

4568  
4569 É porque depois que definir, vai definir o orçamento.

4570  
4571 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**  
4572 **Transexuais**

4573  
4574 É exatamente isso que estou perguntando.

4575  
4576 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

4577  
4578 Com certeza. É conseqüente.

4579  
4580 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4581  
4582 Conselheiro Celito com a palavra e inscrita Conselheira Cynthia.

4583  
4584 **Celito Cordioli - Associação Brasileira de Criminalística**

4585  
4586 Depois da fala do Benedito, me sinto mais à vontade a falar. Era exatamente essa análise  
4587 que eu tinha feito. Quer dizer, a representatividade eu não vejo que você ter 324  
4588 representantes de São Paulo vai significar realmente uma representação maior de uma

4589 Sociedade toda, se tiver cento e poucos representantes. Eu acho que é um número  
4590 significativo que traz a problemática principal do estado. É claro que a divisão ideal seria  
4591 exatamente manter talvez essa proporcionalidade. Mas eu acho que não é exequível.  
4592 Para mim, em termos de representação é como a gente vê então essa seria praticamente  
4593 uma Conferência do Sudeste. Seria praticamente uma Conferência do Sudeste e acho  
4594 que isso não dá para ser. Nós precisamos da representação significativa dos outros  
4595 segmentos. Então não vamos estender ainda mais depois do que o Benedito falou, eu  
4596 acho que temos que sim colocar um limite máximo assim como é feito no Congresso.  
4597 Resolver essa questão de representação vai ser impossível, mas é isso.

4598  
4599 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4600  
4601 Conselheira Cynthia com a palavra e inscrito Conselheiro Benedito Mariano.

4602  
4603 **Cynthia Maria Pinto da Luz - Movimento Nacional de Direitos Humanos**

4604  
4605 Eu acho que é um elemento que a gente tem que ter bem claro é que a disputa em torno  
4606 dos princípios e diretrizes da CONSEG, ela não vai acontecer por estado e sim por  
4607 segmento e por interesses que se alinham em nível nacional. Então não me preocupa  
4608 essa questão de que tem mais em São Paulo ou menos num Estado menor. Porém, eu  
4609 acho que é uma proposta antipática para o conjunto das entidades de forma geral, porque  
4610 vai se compreender pela ótica daquilo que o Celito falou, é uma convenção do Sudeste. E  
4611 como sempre, tendo os estados com maior nível de população ou de desenvolvimento  
4612 beneficiados em detrimento daqueles que são menores e tem maior dificuldade de  
4613 acessibilidade. Então, eu acho que a proposta do Mariano é coerente no sentido de  
4614 limitar ao máximo o teto e garantir um mínimo num teto melhor.

4615  
4616 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4617  
4618 Conselheiro Benedito Mariano.

4619  
4620 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
4621 **Municipais de Segurança Pública**

4622  
4623 Eu acho que para o nosso debate, primeiro que a solução encontrada pelo Heder é boa.  
4624 A gente precisa flexibilizá-la para não ter distorções, mas eu acho que a solução de  
4625 coeficiente é boa. A minha sugestão é que estados como São Paulo, Rio de Janeiro,  
4626 Minas Gerais e Bahia, cai 50% do número que está lá. Nós vamos chegar a uns 1650 no  
4627 máximo, no máximo 1700 delegados, não 1800. Caíram 50% e aí continua com as  
4628 mesmas referências de no mínimo 36, e então aí no máximo, por exemplo, de São Paulo  
4629 ao invés de 324 delegados seria no máximo 180 delegados e proporcionalmente os  
4630 outros diminuindo 50%. Porque daria menos tensão com os estados menores e já  
4631 representaria o dobro do que é hoje a representação no Congresso Nacional. Já é uma  
4632 proposta bem diferente do que é a representação formal política no Congresso.

4633  
4634 **Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**  
4635 **Estaduais**

4636  
4637 Mariano, eu não sei, porque a gente está estabelecendo exatamente partindo de uma  
4638 lógica e estamos construindo, não é nada de impor, não. Por que não podemos pensar

dentro do que a Cynthia propôs ali, se a proposta é retirar do Sudeste por que não aumentar o coeficiente daqueles que tem, por exemplo, quando a gente fala de trabalhadores nós é que somos o problema. Se tirar esse aí a gente aumenta, por exemplo, tira desse contingente aqui, por exemplo, você está trazendo um trabalhador de cada área só. Se a gente fizer um exercício e posso tentar fazer daqui a pouco, será que daria ao invés de perder o contingente, aumentar para dois trabalhadores de cada área, que não interferisse no resultado final. Essa é uma proposta, mas o Agadeilton, agora se for para perder, se perder no sentido de minimizar, eu concordo plenamente, porque eu acho que o Sudeste ali não pode ficar desse jeito, não tenho dúvida disso.

**Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais**

Vou tentar aproveitar a boa lógica desenvolvida pelo trabalho da Câmara Técnica representada pelo Conselheiro Heder para tentar resolver essa justa polêmica trazida pelo Conselheiro Mariano. Eu entendo que é relativamente fácil. Se a gente pegar até o Estado do Rio Grande do Sul, dá para manter o critério adotado da proporcionalidade. Porque estaria o Rio Grande do Sul com 84. Eu defendo que seria o ponto de que até 10 milhões e incluindo os arredondamentos que não chegue a 11 milhões, que você adote esse critério e acima de dez milhões, qualquer milhão de habitantes um representante a mais para cada estado. Por exemplo, o Estado da Bahia ficaria com 84 mais quatro. O Estado do Rio de Janeiro, 84 mais cinco. O Estado de Minas gerais, 84 mais nove. E o Estado de São Paulo, 84 mais 31. Eu acho que manteria a objetividade.

**Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais**

Sim, mas quando a gente fala em 84 mais quatro. Quem serão esses quatro? Nós temos 12 trabalhadores. Você tem de pensar nos doze trabalhadores, nos doze gestores e 40% a mais da Sociedade Civil. Então o quatro é que eu não consegui compreender.

**Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais**

84 é um número que representa a proporcionalidade para quem tem até dez milhões, para depois dividir a proporcionalidade em outro momento. Aí é o número total. Fazendo esse recorte de limitador máximo que resolve o problema do super dimensionamento da representação dos estados que tem população muito grande, aí se parte para discutir especificamente quais os ajustes necessários na questão da representação por segmentos. Eu acho que tem que superar por parte cada um dos problemas que diz respeito a definição do número de delegados na Conferência.

**Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais**

Eu só gostaria de chamar a atenção que existe aquela outra tabela. O que eu estou entendendo, nós desprezamos aquela outra tabela. Porque se está desenvolvendo nesse, porque se fosse o caso retomariamos a outra tabela, só porque a gente tem outra tabela que faz parte do projeto também.

4688  
4689  
4690  
4691  
4692  
4693  
4694  
4695  
4696  
4697  
4698  
4699  
4700  
4701  
4702  
4703  
4704  
4705  
4706  
4707  
4708  
4709  
4710  
4711  
4712  
4713  
4714  
4715  
4716  
4717  
4718  
4719  
4720  
4721  
4722  
4723  
4724  
4725  
4726  
4727  
4728  
4729  
4730  
4731  
4732  
4733  
4734  
4735  
4736  
4737

**Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

Mais alguém? É isso. Quanto dá o total com essa perspectiva que o Agadeilton colocou? Número final? Conselheiro Benedito Mariano. Pessoal, só um instante, pessoal. Sobre esse fato tem alguém que tem mais alguma posição a colocar sobre a tabela? Ficamos com essa tabela com a perspectiva colocada pelo Conselheiro Agadeilton? Inscrição então Conselheiro Benedito Mariano com a palavra e peço à Mesa a Anita e a Heloísa que ajudem a somar qual o número total com essa perspectiva. Só por uma questão de justiça o Conselheiro Marcos Costa estava inscrito antes, pode ser?

**Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança Pública**

Só dizer que é interessante apresentar para o pleno a proposta. A idéia nós já aceitamos aqui do que veio da Câmara Técnica que precisa flexibilizar essa proporcionalidade. Eu queria que a Mesa apresentasse a proposta do Agadeilton e a que eu fiz de diminuir 50% de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

**Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

Ótimo. Então nós temos duas propostas lançadas e a primeira proposta aquela na qual a Flávia está trabalhando e a segunda uma diminuição pontual dos Estados de São Paulo, Minas e Rio, diminuindo em 50% o número total de cada estado. Flávia, depois você coloca em outra cor nessa mesma coluna, uma proposta do Conselheiro Benedito Mariano diminuindo em 50% esse número que está à esquerda. De 125, abaixa Rio de Janeiro, Minas e São Paulo só. Bahia não vai mexer. Então 125 ficaria 62,5, 72 e 162. Conselheiros, vamos só lançar a proposta do Conselheiro Benedito Mariano que ele encaminhou? Conselheiros. Por favor, Heder só um instante. Só lançar ali a proposta do Conselheiro e aí já vai revendo. Só lança para a gente ter um paradigma para que a gente possa mudar e a última de São Paulo ficaria com 162. Surgiu uma primeira questão levantada pelo próprio Conselheiro, que aí a Bahia ficaria maior que o Rio.

**Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança Pública**

Exatamente. Quero refazer a proposta mantendo a proposta de São Paulo diminuir os 50% de 324 e ficar lá com 162 e proporcionalmente ir alterando nos outros sem atingir evidente aquele que é o mínimo. Porque o número vai ser menor, vai continuar garantindo uma representação, mas ela não é tão distante uma da outra. Essa é a idéia.

**Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

Você me permite um aparte nessa colocação que você fez? Eu estava fazendo a conta aqui com o Heder e pensei que quando a gente mitiga muito o número, eu acho que fica uma questão meio nebulosa. Uma regra prática e objetiva vai ficar mais fácil para as pessoas entenderem. Eu fiz uma conta aqui matrimônios o Heder. O estado com maior número teria 10% do percentual. O estado com menor número teria 2% e entre eles haveria um encaminhamento de acordo com a população. O número máximo 10%. Estado nenhum pode ter mais de 10% da Conferência. E nenhum Estado pode ter menos

4738 de 2% da Conferência. Critério objetivo. Todo mundo viu, a regra objetiva é essa e  
4739 ninguém tem dificuldade de compreender. Aí proporcionalmente de acordo com essa  
4740 perspectiva clara e única para todo mundo. Então Flávia, lança embaixo aí essa proposta  
4741 que a Mesa faz. Coeficiente máximo, 10%. Mínimo de 2%. Nem o Estado tem menos aí  
4742 no caso de 1800 de 36 e nem o estado tem mais de 180. Tem mais, perdão, tem mais de  
4743 180. Se for 1800 o número. O escalonamento aí teria que fazer o exercício de conta aí  
4744 proporcionalmente de acordo com a variação de população.

4745

4746 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
4747 **Municipais de Segurança Pública**

4748

4749 Eu retiro a minha pela proposta da Mesa. Qualificou a proposta.

4750

4751 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4752

4753 Conselheiro Bridi com a palavra.

4754

4755 **Abelardo Camilo Bridi - Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil**

4756

4757 Eu fiquei com uma dúvida. Lá para os trabalhadores vai também usar esse tipo de regra?  
4758 Nós teremos um mínimo e máximo para trabalhadores também? Porque aí eu estou  
4759 vendo na tabela de trabalhadores que tem uma desproporção e me parece que esse é  
4760 um número absoluto.

4761

4762 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4763

4764 Esse é o número absoluto. Dentro do número absoluto, dentro dos 180 é isso. 30, 30 e  
4765 40.

4766

4767 **Abelardo Camilo Bridi - Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil**

4768

4769 Não, mas dentro da classificação de só trabalhadores agora. Nós temos um número geral  
4770 de trabalhadores. O critério aqui é um por um. É por categoria.

4771

4772 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4773

4774 Você diz dentro dos trabalhadores a distribuição das vagas entre policial militar, civil,  
4775 rodoviário. É isso?

4776

4777 **Abelardo Camilo Bridi - Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil**

4778

4779 Nós estamos trabalhando com a lógica de população para a Sociedade Civil?

4780

4781 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4782

4783 Não, são duas coisas diferentes. Nós estamos trabalhando aqui com a lógica número  
4784 universal da Conferência, todo mundo.

4785

4786 **Abelardo Camilo Bridi - Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil**

4787



Delimitando o número de participantes por estado, não importando o tamanho do estado.

**Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

Isso.

**Abelardo Camilo Bridi - Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil**

Mas mesmo assim o número de população do estado vai influenciar, não vai?

**Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

Essa discussão é outra. Não chegamos ainda na sua discussão. Nós ainda estamos no número total. A lógica inicial que está sendo feita aqui é 40% Sociedade Civil, 30 e 30. Isso não está sendo posto agora. A única questão que estamos vendo é número por estado. A sua perspectiva está além da sua discussão. Não chegamos nela ainda. Com a palavra o Conselheiro Marcos Costa.

**Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**

Essa questão de segmentos desde quando na época da composição transitória, eu tenho mencionado que é importante que não só os segmentos hoje representados no CONASP participassem dessa discussão do controle social sobre política de Segurança Pública. Deveria ter o setor acadêmico, deveria estar o setor econômico, deveria estar adequadamente representado o Sistema Judicial Criminal, carreiras jurídicas e públicas e tal. Eu acho que é importante. Na outra CONSEG teve participação do Poder Judiciário, da Justiça Estadual, teve juízes federais, teve Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal. E então assim aparentemente a gente está distribuindo as vagas e mantendo a nossa atual composição, quando eu acho que a gente deveria ter garantido, é claro, a representação reflete a nossa divisão atual, mas estabelecer também um percentual de vagas para outros segmentos que nós entendemos que podem se incorporar nessa discussão e que amanhã podem pleitear uma reforma que pode ser resultado da Conseg da própria composição da CONASP. Então isso influencia. Talvez não seja agora o momento, mas isso influencia no quantitativo e talvez já antecipe uma situação. Nós temos limitador econômico, financeiro econômico. Eventualmente no caso do Ministério Público e Poder Judiciário, você poderia garantir os próprios órgãos do Poder Judiciário de assumir, mas eles teriam garantidas aquelas cadeiras como representantes dentro da Conferência. Então é algo que o setor acadêmico tem que estar aqui e o setor econômico a gente precisa trazer o setor bancário para cá, porque eles são os fornecedores em termos de recursos organizados e eles têm muito mais conhecimento das tendências do que muitos órgãos do Sistema Judicial Criminal e Sistema de Segurança Pública. Só queria pontuar que essa questão dos segmentos que serão convidados para debater não fique fechado só no atual segmento.

**Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

Como o Conselheiro Benedito Mariano colocou aqui, acho que essa fala é extremamente importante, mas está atrelada à fala do Conselheiro Bridi. Acho que a gente podia caminhar com essa discussão agora para encerrar essa participação de estado, qual o parâmetro que nós vamos utilizar para que haja quantidade global. A próxima discussão

4838 que nós faremos, aí eu qualificadamente Conselheiro Marcos e Conselheiro Bridi tem  
4839 razão com essa discussão que é uma discussão mais profunda. Eu encaminho para que  
4840 a gente termine e conclua essa discussão de número total, número absoluto, para que a  
4841 gente possa caminhar e aí sim a gente discutir.

4842  
4843 **Celito Cordioli - Associação Brasileira de Criminalística**  
4844

4845 Porque fazendo uma conta simples aqui, exatamente no critério, mas estabelecendo  
4846 aquele parâmetro inicial, qual é a composição mínima que nós teríamos que ter de um  
4847 estado? Seriam 38 participantes. 36? Errei minha conta aqui. Porque 12, 12 e 14 dá 38,  
4848 né? Então, a segunda composição teria que ser o dobro disso, 76 para manter a  
4849 proporcionalidade em cada estado. A terceira composição seria já 114. Então o estado  
4850 teria que ter dessa composição que está aqui, trabalhadores, gestores e Sociedade Civil,  
4851 fazendo uma conta simples. A partir daquela que nós temos no mínimo 38. Então, para  
4852 eu manter essa proporcionalidade, o próximo número vai ser 76. Aí eu teria dois para  
4853 cada segmento. E o próximo número seria 114, teria 3 para cada segmento, e assim eu  
4854 poderia ir a 152, 190. Então, talvez deveríamos estabelecer para ver que número dá isso,  
4855 e então se nós tivéssemos agora, voltaríamos, na verdade.

4856  
4857 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**  
4858

4859 Aí o Senhor está dobrando, estão colocando mais doze na conta.

4860  
4861 **Celito Cordioli - Associação Brasileira de Criminalística**  
4862

4863 Sim, mas qual é a proporcionalidade que você vai manter com menos de 12?

4864  
4865 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**  
4866

4867 Na verdade se você colocar 13, 13 e 19, você não está mantendo a mesma  
4868 proporcionalidade. Na verdade você está dobrando. Eu sugiro para a gente ganhar tempo  
4869 que o Heder desenhasse, porque é mais importante então que o Heder faça a conta com  
4870 a equipe e se todos concordarem com a metodologia e fica definido a metodologia e ele  
4871 apresenta o número para a gente amanhã. Conselheira Cynthia? Imprimir cópia para  
4872 todos, ótimo. Podemos seguir? Aí é outra discussão. Conselheira Eliana, vamos seguir?

4873  
4874 **Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**  
4875 **Estaduais**  
4876

4877 Só para esclarecimento para que eu possa compreender e a gente trabalhar os números.  
4878 Então nós estamos trabalhando com mínimo de dois e máximo de dez da população  
4879 brasileira, dos 190 milhões. Então, dentro dos 190 milhões o menor terá 2% que será 38  
4880 e o maior coeficiente será de 10% que terá 190 representantes no máximo. E eu ainda  
4881 tenho que criar uma regra entre 2 e 10 dividindo os estados. Vocês são bacanas comigo.

4882  
4883 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**  
4884 **Criminais Federais**  
4885

4886 Eu vou manter a proposta que eu fiz. Acho que tem duas propostas aí.

4887

4888 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4889

4890 Nós vamos deliberar com relação à metodologia ou já vamos votar a proposta do  
4891 Conselheiro Agadeilton e do Conselheiro Heder? Vamos votar então? Nós temos duas  
4892 propostas estabelecidas.

4893

4894 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
4895 **Municipais de Segurança Pública**

4896

4897 Por que não prepara em números as duas?

4898

4899 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4900

4901 Ótimo então, os dois preparem para a gente decidir no final. Conselheira Eliana com a  
4902 palavra.

4903

4904 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

4905

4906 Hoje ainda, hein? Bom, vamos a outro ponto polêmico que é a questão dos eixos  
4907 temáticos.

4908

4909 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4910

4911 Quanto por cento nós já caminhamos, Conselheira?

4912

4913 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

4914

4915 Eu acho que a questão mais importante agora são os eixos temáticos e depois são  
4916 detalhes. Eu estou falando do ponto de vista de coisas mais polêmicas, vamos aos eixos  
4917 temáticos que isso é importante para definir o texto base e todo o outro. Então, o  
4918 primeiro, gestão democrática e financiamento da política de segurança. Houve destaque  
4919 é um destaque super rápido do Marcos.

4920

4921 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**

4922

4923 É que eu acho que gestão democrática e controle social, controle social o próprio  
4924 CONASP está sedimentando e então gestão democrática e controle social estaria nesse  
4925 eixo com financiamento ou separa gestão democrática e controle social num eixo  
4926 específico e financiamento no outro. Porque tem controle social lá embaixo no outro eixo.

4927

4928 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

4929

4930 A gente vai limpar depois, mas você está pedindo para tirar no subo item? É outra coisa?

4931

4932 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

4933

4934 Vamos seguir? Há concordância com relação à proposta do Conselheiro Marcos?

4935

4936 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

4937

4938 Você está pedindo para suprimir do subitem?  
4939  
4940 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**  
4941  
4942 Não, é porque tem lá embaixo.  
4943  
4944 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**  
4945  
4946 Seja retirado daí e colocado em outro local. Não é isso?  
4947  
4948 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**  
4949  
4950 Então, deixa eu chegar nele. Exatamente, aí a gente joga no primeiro. Então, quando for  
4951 limpar esse a gente joga aonde tem que ser. Então o primeiro, vamos para o segundo.  
4952  
4953 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**  
4954  
4955 Esse eixo então, esse eixo 1 não há dúvidas, vamos seguir.  
4956  
4957 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**  
4958  
4959 O que ele está falando é que pode ser que tenham sub-itens que joguem para outro.  
4960 Tirou o que? Tá, então tá. Eixo 2. Sistema Prisional, Acesso à Justiça e Direitos  
4961 Humanos. Você tirou o destaque? Sistema prisional.  
4962  
4963 **Tereza Cristina Almeida Ferreira - Conselho Nacional dos Defensores Gerais -**  
4964 **CONDEGE**  
4965  
4966 Políticas de segurança e depois tem sistema de justiça e segurança. Como é isso?  
4967  
4968 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**  
4969  
4970 Conselheira, lá no texto ele está corrigindo. Sugere Tereza.  
4971  
4972 **Tereza Cristina Almeida Ferreira - Conselho Nacional dos Defensores Gerais -**  
4973 **CONDEGE**  
4974  
4975 Sistema prisional de Direitos Humanos e acesso à justiça. Mas no eixo 2 está sistema  
4976 prisional e acesso à justiça.  
4977  
4978 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**  
4979  
4980 Tira o e e coloca vírgula. Medidas de alternativa à prisão não está dentro do sistema  
4981 prisional? Pode tirar isso. Tudo bem? Tem mais alguma coisa para ser acrescentada aí?  
4982 Cynthia, na questão de Direitos Humanos não tem que acrescentar subitem, não?  
4983  
4984 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**  
4985  
4986 Conselheira, por favor, nós temos limitador de tempo para utilizar essa sala. Não teremos  
4987 condição de trabalhar nessa sala até 18h30 de hoje.

4988  
4989  
4990  
4991  
4992  
4993  
4994  
4995  
4996  
4997  
4998  
4999  
5000  
5001  
5002  
5003  
5004  
5005  
5006  
5007  
5008  
5009  
5010  
5011  
5012  
5013  
5014  
5015  
5016  
5017  
5018  
5019  
5020  
5021  
5022  
5023  
5024  
5025  
5026  
5027  
5028  
5029  
5030  
5031  
5032  
5033  
5034  
5035  
5036  
5037

**Tereza Cristina Almeida Ferreira - Conselho Nacional dos Defensores Gerais - CONDEGE**

Porque quando se fala da questão do sistema prisional, está incluso também?

**Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

Também, condição de trabalho. E vai estar lá embaixo também na hora dos trabalhadores, tá? Eixo 3. Cultura de paz, política penitenciária. Pronto, vamos lá, eixo 3.

**Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

Inscrito o Conselheiro Mariano.

**Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança Pública**

Eu queria propor uma mudança no nome do eixo e propor mais um subitem que eu não vi contemplado aqui que eu acho importante. Primeiro, só lembrando que a Primeira Conferência Nacional de Segurança Pública estabeleceu como diretriz que o município é co-gestor da Política Nacional de Segurança Pública. No meu entendimento onde mais pode entrar o papel do município é nesse eixo 3, e cultura de paz, prevenção à violência e eu acho que só tem que ficar aí eu defendo que o combate à discriminação seja outro eixo, não diz muito sobre o papel do município. Então a minha proposta, Eliana e Conselheiros, é que o eixo 3 se chame: Política integrada de prevenção à violência e cultura de paz. Aí o combate à discriminação é um outro item. É um outro eixo. Eu defendo que seja o eixo quatro como já está aí.

**Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

Olha só, espera aí. Segura isso aí porque é lá embaixo. Vamos só definir o eixo 3 primeiro.

**Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança Pública**

Então só para terminar aqui a proposta. Então é política integrada e prevenção à violência e cultura da paz. Se o plenário definir que o combate à discriminação fique aí, é um subitem. Eu prefiro que seja um eixo próprio. E aí a sugestão, as colegas aí da digitação, colocar o município como co-gestor da política de Segurança Pública que é a diretriz aprovada na primeira Conferência.

**Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

O Conselheiro Everardo está pedindo um aparte. Concede?

**Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança Pública**

5038 Lógico.

5039

5040 **Everardo de Aguiar Lopes - Rede Desarma Brasil**

5041

5042 Só explicitar o item do Mariano. Política de Segurança Pública Integrada, é importante  
5043 frisar o que nós estamos tratando por causa da questão do município. Porque está só  
5044 política integrada de prevenção à violência. Mas tem que ficar Política de Segurança  
5045 Pública Integrada. Tudo bem?

5046

5047 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

5048

5049 Lá no tópico, política de Segurança Pública integrada.

5050

5051 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

5052

5053 Olha só, quero voltar aí ao subitem do 3 para fechar, se todo mundo concorda com a  
5054 mudança do nome do eixo proposto pelo Mariano.

5055

5056 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
5057 **Municipais de Segurança Pública**

5058

5059 Eu acho que pode ficar, porque o nome ficou muito grande agora. Política de segurança  
5060 integrada de prevenção à violência e cultura de paz. Porque é Conferência de Segurança  
5061 Pública, eu acho que já está mais do que... OK? Política de segurança integrada de  
5062 prevenção à violência e cultura de paz, e o subtítulo já foi colocado lá, o município co-  
5063 gestor da política integral de Segurança Pública. Me coloco a disposição do grupo a  
5064 preparar um texto relacionado a esse subo item que eu estou sugerindo com base num  
5065 parecer que esse foi o primeiro parecer que esse CONASP aprovou sobre o papel do  
5066 município. Lá tem conteúdo para a gente trabalhar esse subsídio.

5067

5068 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

5069

5070 Então, agora vamos ler os sub-itens, porque como vai dividir a questão da discriminação,  
5071 vai ter que tirar alguns sub-itens ali. Vamos lá. Sub-item. O município como co-gestor da  
5072 Política Integrada de Segurança Pública. A violência, discriminação isso tem que tirar aí e  
5073 botar lá embaixo para o outro eixo proposto. Redução dos efeitos sociais da violência  
5074 armada.

5075

5076 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
5077 **Municipais de Segurança Pública**

5078

5079 Desculpa, Eliana, é que vai mexendo e parece que são dois temas. Política integrada de  
5080 prevenção à violência e criminalidade. Ficou Política Integrada de Segurança e  
5081 Prevenção à Violência. Parece que é um outro tema e a prevenção à violência que é o  
5082 tema. Você entendeu?

5083

5084 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

5085

5086 Se você me permitir, Mariano? Política integrada de Segurança Pública para prevenção à  
5087 violência e cultura da paz? Não, né? De prevenção? Aí contempla e amplia. Isso se tirar o

5088 segurança, tudo aí é segurança mesmo. Política Integrada de Prevenção a Violência e  
5089 Cultura da Paz. Até porque, se a gente colocar política integrada de segurança parece  
5090 que vão ser só órgãos públicos de segurança que vão trabalhar. Não envolve Sociedade  
5091 Civil e a população também.

5092  
5093 **Everardo de Aguiar Lopes - Rede Desarma Brasil**  
5094

5095 É justamente isso. Gestão integrada tem por princípio sua formação porque trata da  
5096 questão de segurança por princípio, por exemplo, a participação da Sociedade Civil. Esse  
5097 debate vamos fazer daqui dois anos sobre a importância da Sociedade Civil participar do  
5098 GGI, mas não vamos tratar disso. Neste caso, é importante que frise a questão de  
5099 Segurança Pública porque nós estávamos acostumados com Segurança Pública a partir  
5100 da prevenção e criminalidade, o que não cabe em momento nenhum para a Sociedade  
5101 Civil estar enfrentando a questão da criminalidade neste aspecto. Por isso no debate  
5102 sobre as cidades que foi a Câmara Temática que participamos eu e Mariano discutiu-se a  
5103 questão da prevenção no que diz respeito às políticas integradas de Segurança Pública e  
5104 prevenção em cultura de paz por causa da integração dos municípios, da participação do  
5105 município na qual é a política mais próxima ali. Estou falando isso porque onde você tem  
5106 município funcionando isso é correto, o problema é que só tem 150 municípios que fazem  
5107 isso. Os outros 4200 não fazem isso, porque eles não entenderam ainda essa questão da  
5108 política de Segurança Pública e integrada na prevenção.

5109  
5110 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**  
5111

5112 Mas Conselheiro está contemplado lá no subitem. Em verde. O destaque em verde, acho  
5113 que contempla sua demanda. Mariano, sabe qual é o problema que eu vi ali? Se colocar  
5114 segurança ali parece que é uma questão só de estado, só do governo.

5115  
5116 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
5117 **Municipais de Segurança Pública**  
5118

5119 O município como co-gestor da política integrada de Segurança Pública com estado e  
5120 união. Pode acrescentar, para mim é.

5121  
5122 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**  
5123

5124 Gestão compartilhada entre união, estado e municípios de Segurança Pública.

5125  
5126 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
5127 **Municipais de Segurança Pública**  
5128

5129 Eu acho que fica melhor como está. Não põe segurança que fica muito estranho. Coloca  
5130 segurança depois de política em cima. Só para ver. Política de segurança integrada de  
5131 prevenção. Fica muito de Everardo, eu entendi sua preocupação, mas até esteticamente  
5132 o nome lá, o que vale é o subtítulo.

5133  
5134 **Cynthia Maria Pinto da Luz - Movimento Nacional de Direitos Humanos**  
5135

5136 Tem que colocar ali que é Segurança Pública porque se não colocar que é Segurança  
5137 Pública de fato remete às forças de segurança exclusivamente. E esse não é o conteúdo

5138 do eixo. Tem que colocar Segurança Pública para que se entenda como uma coisa  
5139 coletiva, de todas as pessoas.

5140  
5141 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

5142  
5143 Mas isso no nome do eixo?

5144  
5145 **Cynthia Maria Pinto da Luz - Movimento Nacional de Direitos Humanos**

5146  
5147 No eixo. Colocar Segurança Pública. Política de Segurança Pública integrada de  
5148 prevenção à violência e cultura da paz. Tem que colocar que é pública.

5149  
5150 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

5151  
5152 Política de Segurança Pública integrada de prevenção à violência e cultura de paz. Então  
5153 sub-item. O município como co-gestor da política integrada de Segurança Pública, gestão  
5154 compartilhada entre união, estados e municípios, redução dos efeitos sociais da violência  
5155 armada, violência armada, controle de armas de fogo e munições, enfrentamento das  
5156 questões relacionadas ao contexto das drogas, mortes violentas no Brasil, homicídios e  
5157 acidentes. Extermínio da juventude negra, mídia, grupos discriminados... Esse aí vai para  
5158 o outro. Tira a proposta de desmembramento e apaga a proposta de novo eixo.  
5159 Pela ordem das inscrições aqui a Conselheira Cynthia foi contemplada? Conselheiro  
5160 Celito e Conselheiro Marcos Rezende.

5161  
5162 **Celito Cordoli - Associação Brasileira de Criminalística**

5163  
5164 Ali está mortes violentas. Mortes violentas no Brasil. Homicídios e estes acidentes é que  
5165 eu não quero. É mortes no trânsito. É só aí. Homicídios e mortes no trânsito. Porque  
5166 chamar de acidente para morte no trânsito eu não aceito mais.

5167  
5168 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**

5169  
5170 Crimes violentos. Vamos mudar de homicídios. Escrever ali crimes violentos. No lugar de  
5171 homicídios, continua mortes violentas no Brasil. Crimes violentos letais intencionais e  
5172 mortes no trânsito.

5173  
5174 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

5175  
5176 Eixo quatro. Combate à discriminação.

5177  
5178 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**

5179  
5180 Conselheiro Marcos Rezende.

5181  
5182 **Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras**

5183  
5184 Na verdade, nós queremos colocar a questão da intolerância religiosa no eixo. Não é a  
5185 mesma coisa. Porque você pode ter intolerância com o evangélico, com o espírita, com o  
5186 católico.

5187



5188 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**  
5189  
5190 Combate à intolerância religiosa. Combate é ruim, né? Política de Enfrentamento à  
5191 Intolerância Religiosa. Cynthia com a palavra.  
5192  
5193 **Cynthia Maria Pinto da Luz - Movimento Nacional de Direitos Humanos**  
5194  
5195 Ali é o que nós estamos lembrando aqui. Tem a questão da violência contra a mulher que  
5196 está esquecida.  
5197  
5198 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**  
5199  
5200 Ótimo. Conselheiro Marcos Rezende quer falar?  
5201  
5202 **Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras**  
5203  
5204 Só queria solicitar alteração ali no nome depois. Política de respeito à liberdade religiosa.  
5205  
5206 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**  
5207  
5208 Ótimo. Política de respeito à liberdade religiosa. Senhores e Senhoras, com a palavra o  
5209 Conselheiro Almir.  
5210  
5211 **Almir Laureano dos Santos - Rede Desarma Brasil**  
5212  
5213 Eu queria só sugerir na violência armada, controle de armas de fogo e munições entre  
5214 parênteses, estatuto do desarmamento, porque aqui contempla.  
5215  
5216 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**  
5217  
5218 Conselheira Analba a Senhora tinha se inscrito? Foi contemplada nessa questão da  
5219 mulher.  
5220  
5221 **Analba Brazão Teixeira - Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos**  
5222  
5223 Violência contra a mulher, mas também tráfico de pessoas.  
5224  
5225 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**  
5226  
5227 A Senhora acha que é nesse item aí?  
5228  
5229 **Analba Brazão Teixeira - Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos**  
5230  
5231 Acho que em outro item. Tráfico de pessoas.  
5232  
5233 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**  
5234  
5235 Era isso, Conselheira? Conselheira Eliana com a palavra. Peço Conselheiro Nóbrega que  
5236 não atrapalhe a Conselheira Eliana. Senhores e Senhoras.  
5237

5238 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**  
5239  
5240 O eixo quatro virou combate à discriminação. Vai ficar só esse nome? Combate à  
5241 discriminação?  
5242  
5243 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**  
5244  
5245 Conselheira, se a Senhora me permite, o Conselheiro Marcos Costa tem uma questão  
5246 com relação ao item 3, a Senhora permite só que antes ele faça uso da palavra?  
5247 Conselheiro Marcos.  
5248  
5249 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**  
5250  
5251 Eu acho que crime organizado e grupos de extermínio, entendeu?  
5252  
5253 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**  
5254  
5255 Eu acho que está no item de instituições policiais.  
5256  
5257 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**  
5258  
5259 Não, mas as instituições policiais vão olhar a estrutura, mas não essa questão de crime  
5260 organizado e grupos de extermínio.  
5261  
5262 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**  
5263  
5264 Flávia, vê o título desse item. É aí mesmo. É o último item. Abre mais um subitem.  
5265 Política de enfrentamento ao crime organizado e aos grupos de extermínio. Palavra com  
5266 o Conselheiro Mariano.  
5267  
5268 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
5269 **Municipais de Segurança Pública**  
5270  
5271 Eu acho que a proposta é boa, combate ao crime organizado e política de enfrentamento  
5272 aos grupos de extermínio, mas tem que ir para o último eixo, não para esse. Esse vai  
5273 discutir política de prevenção no município, com a Sociedade. Não é aí que vai combater  
5274 o crime organizado.  
5275  
5276 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**  
5277  
5278 Por favor, Marcos. Marcos com a palavra.  
5279  
5280 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**  
5281  
5282 Mas o eixo tem intenções policiais, valorização profissional. Então é aí mesmo, eu acho.  
5283  
5284 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**  
5285

5286 Há algum encaminhamento? Conselheiros, mais alguém gostaria de fazer uso da palavra  
5287 com relação a esse ponto. Inscritos Conselheira Cynthia e Conselheiro Sílvio.

5288  
5289 **Cynthia Maria Pinto da Luz - Movimento Nacional de Direitos Humanos**

5290  
5291 Eu proponho que deste item destacado para que a gente discuta o quinto que vai sofrer  
5292 modificações e se reanalise a colocação da questão do crime organizado.

5293  
5294 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

5295  
5296 Ótimo. Vamos seguir Eliana. Item quatro. Com a palavra a Conselheira Analba.

5297  
5298 **Analba Brazão Teixeira - Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos**

5299  
5300 Eu gostaria de acrescentar aí nesse eixo, eu acho que é nesse eixo mesmo o combate ao  
5301 racismo institucional.

5302  
5303 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

5304  
5305 Conselheira, só uma dúvida, perdão a minha ignorância, mas a Senhora me poderia  
5306 explicar o que é racismo institucional? A discriminação da instituição, como é que é?

5307  
5308 **Analba Brazão Teixeira - Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos**

5309  
5310 Está bom. Quando a gente está colocando extermínio da juventude negra, uma das  
5311 grandes questões é o racismo institucional, o fato de você ser negro e ser discriminado.  
5312 Por exemplo, eu vou dar um exemplo pessoal. Há um mês atrás eu estava no aeroporto e  
5313 estava numa fila do fidelidade vermelho e chegou uma pessoa da TAM e disse assim:  
5314 Você não é aqui, não. Você é ali. O que é isso? É racismo institucional. Isso é um  
5315 pequeno exemplo. Então fora isso, você entra no banco, um negro como já aconteceu  
5316 várias vezes e você é confundido com marginal, isso é uma coisa que a gente tem visto  
5317 diariamente.

5318  
5319 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

5320  
5321 Então uma prática comum da instituição, não só daquele atendente, mas uma prática  
5322 geral da instituição.

5323  
5324 **Analba Brazão Teixeira - Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos**

5325  
5326 Não só da instituição pública, mas também do órgão. Nas saúde, por exemplo, as  
5327 mulheres que tem anemia falsiforme que vão no posto de saúde e que não conseguem  
5328 ser atendidas, porque anemia falsiforme é uma doença específica da população negra e  
5329 não há estudos, não há investimento. Isso é racismo institucional.

5330  
5331 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

5332  
5333 Na verdade eu entendi que é uma questão coletiva, não é só daquele servidor, é regra  
5334 daquela entidade.

5335

5336 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

5337

5338 Muitas vezes depende. Às vezes sim e às vezes não. O funcionário da TAM que fez isso  
5339 com ela não necessariamente é uma orientação da TAM.

5340

5341 **Analba Brazão Teixeira - Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos**

5342

5343 Só um adendo para isso aí ficar para essa Conferência, é relativo ao estado.

5344

5345 **Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras**

5346

5347 Tem um programa da ONU, do PNUD inclusive que a atual Ministra é inclusive a  
5348 coordenadora desse programa no Brasil que é o PCRI, Programa de Combate ao  
5349 Racismo Institucional que isso funcionou nos Ministérios, em vários cantos. E eu inclusive  
5350 fui vítima disso e acabei colocando no Conselho e acabou gerando essa carteirinha  
5351 desses debates com relação a que todo mundo entrava e quando eu fui perguntaram  
5352 para mim: Você vai entrar porquê? Cadê seu crachá? Você não está pedindo para  
5353 ninguém, só porque é para mim. Então racismo institucional. E nesse caminho quero  
5354 deixar aqui meio que colocado. Eu sei que não é a mesma coisa, mas vou deixar  
5355 colocado o seguinte. Foi colocado para o grupo essa viagem por parte de alguém da  
5356 Juventude Negra com relação a Washington que é um programa que está tendo acerca  
5357 do Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Justiça e SEPPIR. Inicialmente,  
5358 prontamente me coloquei conversando com a Suelen, e como tinha colocado a figura de  
5359 um jovem, eu fui um dos primeiros colocando a importância do nome do Elder. E ele  
5360 conversou comigo dizendo que não tinha passaporte e essas coisas todas e que o  
5361 Ministério está trabalhando para resolver. Eu quero colocar inclusive nesse campo hoje  
5362 desde já, que caso o Hélder não viaje rejeito porque disse que não deu tempo para mim é  
5363 mais uma ação de racismo institucional. Estou colocando isso desde já, porque desde  
5364 muito cedo estava colocando de todas as dificuldades disso acontecer. E ainda ontem  
5365 Elder conversou comigo que ele não tem o passaporte que não chegou nas mãos dele.  
5366 Nós temos sete dias para ter passaporte para ter o visto dos Estados Unidos e para isso  
5367 acontecer. Então, se não for nenhum Conselheiro desse CONASP para essa atividade  
5368 em Washington, para mim é uma ação deliberada do Governo Brasileiro para que a gente  
5369 não participe. Quero pontuar isso na reunião, porque eu acho que é importante. Porque  
5370 eu já conversei inclusive com a Suelen e todas as pessoas que assim eu trouxe até o  
5371 meu documento. Qualquer coisa me deixo em *stand by*, mas não vi nenhum caminho.  
5372 Então, se tiver alguma dor de cabeça eu entendo que talvez haja interesse para que isso  
5373 não aconteça. Pelo tempo que foi colocado, dava tempo.

5374

5375 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

5376

5377 Conselheira Cynthia com a palavra.

5378

5379 **Cynthia Maria Pinto da Luz - Movimento Nacional de Direitos Humanos**

5380

5381 Eu só quero levantar que a gente tem que definir bem aqui a questão do institucional.  
5382 Porque se nós temos em um eixo racismo institucional, institucional é aquele que é  
5383 praticado pelo estado, pelo agente do estado. Não tem nada a ver com a questão da  
5384 cultura, com o viés racista, a prática da mídia, por exemplo, que valoriza o ator branco e  
5385 não valoriza o ator negro. Quando valoriza é só para mostrar que tem um negro na mídia

5386 e pronto. Então, são duas coisas diferentes. Então, eu acho que se a gente vai tratar da  
5387 questão institucional, ele tem um viés. Vai tratar da questão da prevenção com relação à  
5388 cultura de maneira geral é outra. Agora, com relação a essa questão que o Marcos  
5389 Rezende levanta da viagem do Elder, eu acho que não pode ser tratada assim como o  
5390 Marcos está colocando. O meu passaporte está aqui de reserva. Não é assim. A gente  
5391 indicou um Conselheiro a tempo na lista para ser o nosso representante. Nós estamos  
5392 indicando outro, porque não indicamos um reserva. Não pode ser tratado assim, não pelo  
5393 fato de quem vai e quem não vai, mas porque desresponsabiliza o Ministério,  
5394 desresponsabiliza aqueles que teriam que dar conta dessa tarefa e não deram. Então  
5395 temos que ter um pouquinho de cuidado com o encaminhamento disso. E se está  
5396 havendo problemas no sentido de que a Juventude Negra se represente no evento, aí a  
5397 gente tem que saber por que, e socializar isso e ver qual a posição que se vai tirar.  
5398

5399 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

5400  
5401 Gente, vamos tentar fechar o eixo, porque senão não dá tempo de fechar.  
5402 O eixo quatro é: Combate à discriminação. E aí vai ficar: Violência e discriminação étnica  
5403 racial, mídias e grupos discriminados de Segurança Pública, extermínio da juventude  
5404 negra. Também está lá em cima, não está? Pode apagar isso aí. Violência e  
5405 discriminação também apaga. Está no prevenção à violência. Gente, tem que estar aí  
5406 nesse eixo e tem que estar no outro. Lá é violência contra extermínio dos negros.  
5407 Extermínio da juventude negra está no eixo 3? Eu acho que tem que ser sub-item no eixo  
5408 quatro. Política de Enfrentamento contra a Mulher; Política de enfrentamento ao tráfico de  
5409 pessoas. Combate ao racismo Institucional, Combate aos grupos discriminados. Recorta  
5410 aí e cola no quatro. Realmente o Conselheiro tem razão. Vamos seguir, Conselheiro.  
5411 Combate ao racismo institucional, mídia e grupos discriminados. Volta lá em cima só um  
5412 pouquinho, por favor. Tudo bem. Pode descer mais agora. Gente, só um minutinho.  
5413 Vamos ao cinco ou tem mais alguma questão no quatro?  
5414

5415 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

5416  
5417 Só uma situação colocada aqui que há de se fazer uma ressalva. Combate ao racismo  
5418 institucional por parte de órgãos públicos, é isso que está colocando?  
5419

5420 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

5421  
5422 Eu acho que é geral.  
5423

5424 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

5425  
5426 A Conselheira fez ressalva que é órgãos públicos.  
5427

5428 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

5429  
5430 Então é redundante. É qualquer instituição.  
5431

5432 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

5433

5434 Vamos seguir. Perdão, Conselheira. São duas questões diferentes. Uma questão é  
5435 realmente é o adiantado da hora, mas também não podemos atropelar. Conselheiro  
5436 Márcio está inscrito.

5437  
5438 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**  
5439 **Transexuais**

5440  
5441 Bem rapidamente no quatro é o seguinte. Existem algumas situações que estão todas  
5442 num item só. Violência, discriminação, ética racial, intergeracional de gênero e tudo  
5443 misturado e algumas outras com destaque. Não é uma questão de vitimismo ou de  
5444 privilégio para um e para outro. Acho que é bom colocar geracional, a homofobia e ali  
5445 está orientação sexual e entidade de gênero. Parece que está dando mais importância a  
5446 uma situação do que a outra.

5447  
5448 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

5449  
5450 Isso.

5451  
5452 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**  
5453 **Transexuais**

5454  
5455 Dá mais visibilidade para o eixo.

5456  
5457 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP - ANASPRA**

5458  
5459 O Conselheiro Mariano acabou de se inscrever.

5460  
5461 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
5462 **Municipais de Segurança Pública**

5463  
5464 Eu já tinha levantado. Eu acho que nós precisamos qualificar melhor o eixo cinco. Uma  
5465 parte contraditória ou não, mas a primeira Conferência tratou de várias questões  
5466 relacionada à reformas. Nós vamos achar que isso não existe, ela vai cair da mesma  
5467 forma. Então eu acho que faltou o essencial desse eixo que é debater as reformas nas  
5468 instituições. Então a minha proposta é instituições policiais: Reforma, valorização  
5469 profissional, controle social, política de enfrentamento ao crime organizado e de grupos  
5470 de extermínio. Para mim é esse o tema ou temos um sub-item específico de  
5471 enfrentamento ao crime organizado e grupos de extermínio. Porque não dá. Marcos, se  
5472 não é aí, pior é colocar na prevenção e achar que a Sociedade Civil e os municípios vão  
5473 enfrentar o crime organizado. Aquilo ali é política municipal. Fundamental!

5474  
5475 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

5476  
5477 Conselheiros. Só para a gente encaminhar, porque está complicado. Nós temos já um  
5478 inscrito. Conselheiro Benedito esgote sua fala.

5479  
5480 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
5481 **Municipais de Segurança Pública**

5482

5483 Reforma, valorização profissional e controle social. E aí como subitem política de  
5484 enfrentamento ao crime organizado e grupos de extermínio.

5485  
5486 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

5487  
5488 Palavra com o Conselheiro Bridi e inscrito o Conselheiro Marcos Costa.

5489  
5490 **Abelardo Camilo Bridi - Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil**

5491  
5492 Vou falar como trabalhador. Se colocarmos reforma, valorização profissional, controle  
5493 social e política de enfrentamento ao crime organizado e grupos de extermínio. O que  
5494 mais interessa para os trabalhadores é que nós tenhamos uma valorização profissional e  
5495 controle social não vai ser discutido. Novamente nós vamos passar numa Conferência  
5496 sobre Segurança Pública sem discutir a valorização profissional. E aí vamos ficar  
5497 discutindo que nós queremos uma Segurança Pública de qualidade, mas ninguém pensa  
5498 na valorização dos profissionais da Segurança Pública. É muita coisa num eixo só.

5499  
5500 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

5501  
5502 Com a palavra, inscrito o Conselheiro Marcos Costa.

5503  
5504 **Marcos Costa**

5505  
5506 Primeiro um esclarecimento. A gente está debatendo com cinco. Por que cinco? Por que  
5507 não pode ser seis. Eu queria ouvir um esclarecimento do grupo.

5508  
5509 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

5510  
5511 A gente recebeu uma orientação para tentar tirar coisas realmente importantes do ponto  
5512 de vista porque fica um monte de eixo e acaba que alguns não são tão... Entendeu?

5513  
5514 **Marcos Costa**

5515  
5516 Tendo esse esclarecimento a gente poderia realocar essa situação, o sistema judicial  
5517 criminal não está aí. Não tem como você funcionar um sistema operacional, Polícia,  
5518 Ministério Público, Judiciário, Sistema Prisional, tudo isso está conjugado na área de  
5519 Segurança Pública. É provável que a resposta do Sistema Judicial, quanto mais pessoas  
5520 são processadas e aquelas que são culpadas são condenadas, isso tem uma resposta  
5521 em diminuição de violência. Isso é comprovado. Sobre a questão do município, não estou  
5522 dizendo que o município vai enfrentar o crime organizado, mas as estratégias municipais  
5523 sobre desenvolvimento econômico social em certas comunidades, isso transforma a  
5524 possibilidade de você chegar e o crime organizado dominar. O que vai ser feito da UPP  
5525 ultimamente? Você está substituindo o poder do crime com o que? Para dar certo, não  
5526 basta construir as unidades pacificadoras, tem que vir depois as políticas sociais que vão  
5527 ser executadas pelo Governo Federal, Estadual e Municipal. Então assim quando você  
5528 tem essas estratégias abrangentes. Agora se nós tivermos, por exemplo, Sistema Judicial  
5529 Criminal, Sistema Policial e você colocar lá dentro crime organizado, as atividades de  
5530 repressão, investigação de qualidade, tudo bem.

5531  
5532 **Eliana Sousa Silva - Redes de Desenvolvimento da Maré**

Eu queria fazer uma sugestão.

**Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**

Conselheiros, questão de ordem da Mesa. Infelizmente nós vamos ter que suspender agora, já deu 18h37 e daqui a pouco o pessoal vai desligar as coisas aqui e fica ruim. Então nós vamos retomar amanhã as 8 horas da manhã esse tema específico para a gente encerrar o mais rápido possível. Infelizmente nós vamos ter que suspender. É bom inclusive que esse tema como o Conselheiro colocou, eu acho que é um tema que cabe a discussão e a gente está exaurido pelo tempo. O compromisso que nós temos aqui e é bom que se ressalte, aqueles que têm alguma sugestão para esse ponto, inclusive eu tenho algumas também, que a gente já traga isso pronto pelo compromisso assumido com o Conselheiro Márcio Marins. Quem tiver as sugestões se puder mandar via e-mail para a Suelen é melhor. Muito obrigado a todos e todas e até amanhã às 8 horas. .

**BRASÍLIA, 02 DE DEZEMBRO DE 2011**

**Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

Bom, bom-dia a todos e todas. Nós vamos retomar o nosso trabalho de ontem no local onde paramos. Cynthia, por favor. Flávia? Cadê a Flávia? No final lá, no ponto cinco, do ponto quatro e cinco. Só o pessoal se organizar ali. Só com aquela ressalva que a gente fez ontem. Heder, você já tem aquela tabela pronta? No final, para todo mundo, né? Nós temos quorum já para tocar o item quatro e item cinco. Flávia, não foi isso que fizemos ontem? Paramos no quatro. Eliana, quer tocar? Vamos lá. Não sou de sacanear ninguém, mas informo que a Suelen trouxe um lanchinho aqui, a marmita do almoço está garantida. (risos).

**Eliana Sousa – Associação Redes de Desenvolvimento da Maré**

Bom, a gente parou no eixo quatro. O eixo quatro está resolvido. Está tudo bem com o eixo quatro? O eixo cinco tinha uma questão que era separar porque.

**Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

Permita-me? Vou me inscrever. Em que pese, eu acho que está sendo encaminhado mas acho que só para pontuar vai ser interessante. Acho que são dois temas diferentes aqui. E esse amarelo que você colocou aí, Flávia, Enfrentamento. O segundo amarelo, Enfrentamento, eu acho que o eixo cinco, a gênese dele é a questão da valorização, da qualificação do profissional de Segurança Pública e aí eu tiraria instituições policiais. Eu acho que seria alguma coisa mais relacionada à valorização e qualificação do profissional de Segurança Pública. Eu trago para essa discussão também os guardas municipais.

**Eliana Sousa – Associação Redes de Desenvolvimento da Maré**

Podia colocar, não sei se você concorda.

**Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**



5583 E acho que esse ponto a gente deveria focar aí, não que os outros assuntos não sejam  
5584 importantes mas que sejam discutidos em outro ponto, a gente deveria focar aí a  
5585 valorização do profissional. O resgate da dignidade do profissional, o resgate da  
5586 qualificação do profissional, da valorização pontual do profissional. Esse ponto a gente  
5587 tinha que ter elam específico para isso. Outros assuntos que estão dentro merecem outro  
5588 eixo, mas esse aí eu sugiro que tenha esse encaminhamento e tenha esse foco, sob  
5589 pena de nós colocarmos a coisa um tanto quanto nublada e isso não ficar claro e parecer  
5590 que o Conselho não dá atenção a isso.

5591  
5592 **Eliana Sousa – Associação Redes de Desenvolvimento da Maré**  
5593

5594 Aí seria o quê? Valorização dos profissionais da área de Segurança Pública.

5595  
5596 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**  
5597

5598 Exatamente. A questão de reforma não caberia aí, o controle seria outra coisa. Controle  
5599 social é em outro lugar. Na minha opinião. Está inscrito o Bridi antes, conselheira. Na  
5600 minha opinião, só concluindo, esse eixo reforma é um tema muito peculiar dos militares e  
5601 aí reforma não abrangeria outros profissionais. Creio que o texto que a ...Você poderia  
5602 sugerir novamente o seu texto, Eliana? Pois casa com o que eu sugeri.

5603  
5604 **Flávia – Secretaria-Executiva do CONASP**  
5605

5606 Valorização dos profissionais da área de Segurança Pública.

5607  
5608 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**  
5609

5610 Só isso o resto aí eu tiraria. Bridi inscrito e conselheira Cynthia.

5611  
5612 **Abelardo Camilo Bridi - Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil**  
5613

5614 Com relação as considerações da Presidência, eu me sinto contemplado.

5615  
5616 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**  
5617

5618 Conselheira Cynthia.

5619  
5620 **Cynthia Maria Pinto da Luz – Movimento Nacional de Direitos Humanos**  
5621

5622 Duas questões. Eu sou dessa Câmara Técnica. Eu acho que sou eu e o Tião. O Tião não  
5623 está. Eu acho que só sobrou eu aqui, pelo menos por enquanto. De fato, essa Câmara,  
5624 nós tivemos o cuidado de tratá-la com foco na atividade policial no profissional da  
5625 Segurança Pública, na valorização, nos seus problemas, a gente não tem a exposição do  
5626 conteúdo da Câmara Técnica, mas vocês verão que ela caminha toda pela questão do  
5627 salários, das condições de trabalho e inclusive da reforma que é necessária. Porque a  
5628 gente não trata de reformas em nenhum outro ponto. E esse é um ponto que pelo debate  
5629 na Câmara Técnica interessa aos policiais. Então eu acho que ela tem que ser mantida.

5630  
5631 **Eliana Sousa – Associação Redes de Desenvolvimento da Maré**  
5632

5633 Então eu sugiro que mantenha reforma e valorização dos profissionais.

5634  
5635 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

5636  
5637 Se me permite uma aparte, Conselheira, a reforma eu acho que a gente....

5638  
5639 **Cynthia Maria Pinto da Luz – Movimento Nacional de Direitos Humanos**

5640  
5641 Não, eu gostaria de concluir meu pensamento porque eu sou contrária a tirar a reforma  
5642 desse eixo. Eu acho que.

5643  
5644 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

5645  
5646 Me permite um aparte?

5647  
5648 **Cynthia Maria Pinto da Luz – Movimento Nacional de Direitos Humanos**

5649  
5650 Não vou te permitir, só vou concluir, desculpa. Eu acho que a questão da reforma tem  
5651 tudo a ver com a valorização profissional. São duas coisas que caminham casadas. É  
5652 necessário rever esse contexto. Há um interesse de todos os trabalhadores na área da  
5653 segurança no sentido de rever o contexto como ele se dá nesse momento. Como que se  
5654 contextualiza a atividade profissional no dia-à-dia. Hoje há atualização necessária para  
5655 isso. Com relação à valorização, eu acho que tem que ser mantido como está ali,  
5656 valorização dos profissionais da área de Segurança Pública é muito importante que fique  
5657 muito claro nesse eixo porque ele vai se desdobrar em itens que falam de todas as  
5658 questões das condições de trabalho dos profissionais da área e a questão do controle  
5659 social, porque aí que entra também o olhar da Sociedade e a parceria, a integração que  
5660 tem que haver entre a Sociedade, a instituição e o profissional. E acho que mais o  
5661 controle social, ele não vem imbuído só da necessidade da Sociedade de que haja  
5662 mecanismos de controle social, mas também das polícias porque a maioria das polícias  
5663 são bons policiais e querem que haja valorização da instituição e que se retire aquilo que  
5664 não é bom do sei das instituições policiais. Eu acho que o eixo como está ali, reforma,  
5665 valorização profissional da área de Segurança Pública e controle social está perfeito.

5666  
5667 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

5668  
5669 Conselheiro João Francisco.

5670  
5671 **João Francisco da Mota Junior – Secretaria-Geral da Presidência da República**

5672  
5673 Eu concordo *in totum*, na totalidade, com as palavras da colega Cynthia e entendo  
5674 também, Augusto, para não ficar uma palavra pesada para essa reforma então seria  
5675 talvez manter como estava originalmente instituições policiais e apenas acrescentar  
5676 valorização profissional da área de Segurança Pública e controle social. Da minha parte  
5677 também sou contra retirar a questão do controle social porque eu me lembro que discuti  
5678 isso na Câmara e vários sub-itens justamente essa questão que a Cynthia falou sobre a  
5679 questão do controle social. Então talvez seria manter instituições policiais e valorização  
5680 dos profissionais da área de Segurança Pública e controle social.

5681  
5682 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

5683

5684 Você me concede uma aparte?

5685

5686 **João Francisco da Mota Junior – Secretaria-Geral da Presidência da República**

5687

5688 Sim.

5689

5690 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/**

5691

5692 Muito obrigado. Na verdade a minha opinião com relação a isso é a seguinte. Não que a  
5693 reforma das instituições ou controle social não sejam importantes. Eu acho que são  
5694 assuntos de extrema importância. A minha preocupação é que quando a gente agrega,  
5695 por exemplo, reforma das instituições de Segurança Pública são uma discussão ampla e  
5696 muito grande. Quando a gente agrega aí o controle social talvez nós tenhamos um campo  
5697 muito amplo de discussões que não que os temas não sejam importantes. Eu acho que  
5698 eles têm que ser discutidos, mas talvez teriam que ser discutidos em outro campo. Nesse  
5699 campo a sugestão que eu encaminhei é no sentido que talvez seria interessante a gente  
5700 focar na valorização dos profissionais de Segurança Pública porque esse ponto ainda não  
5701 está discutido. A minha sugestão seria no sentido que tivéssemos um campo só para  
5702 valorização dos profissionais de Segurança Pública e a preocupação que eu coloquei foi  
5703 no sentido que talvez se a gente agregasse outras posições nesse ponto essa discussão  
5704 se pulverizaria e não conseguiríamos alcançar um desiderato. Obrigado pelo aparte,  
5705 Conselheiro. Celito inscrito e pela ordem Conselheiro Heder inscrito e Benedito Mariano.

5706

5707 **Celito Cordiolo - ABC - Associação Brasileira de Criminalística**

5708

5709 Não, a colocação do Augusto, eu acho que foi pertinente, mas a minha dúvida ficou na  
5710 hora que retira as instituições e o controle social, aonde é que vai ser colocado? Porque  
5711 eu acho que é fundamental e passa pela... O termo reforma não é o melhor, mas passa  
5712 por uma nova adequação das instituições policiais, eu acho que é necessário, não só a  
5713 militar. Aí, eu acho que as instituições militares carecem, mas a instituição de Polícia Civil  
5714 também carece de uma nova reestruturação, porque eu acho que é fundamental. O  
5715 controle social é aquilo que a gente busca através deste Conselho e que se buscou na  
5716 CONSEG e acho que temos que manter, sim. Agora, não sei, entendi, quando você  
5717 coloca que se nós misturarmos aí a valorização com a instituição, mas para mim também  
5718 perpassa nessa adequação melhor das instituições, a valorização passa por isso  
5719 também. Quer dizer, nós tratarmos só da valorização sem mudarmos a instituição na qual  
5720 eles trabalham não vai chegar a lugar nenhum, porque passa necessariamente por isso.  
5721 Aí, eu até concordo que principalmente nas instituições militares, mas eu acho que a  
5722 instituição civil existe uma, pelo o que eu sinto no Brasil, dicotomia que existe entre o  
5723 comando e o pessoal da investigação, quer dizer, delegados vem numa luta nacional pelo  
5724 reconhecimento como carreira jurídica enquanto que esquece toda a parte investigativa  
5725 que é o principal, acho, da polícia judiciária. Aí é que eu vejo uma dificuldade. Se isso não  
5726 for discutido, não sei.

5727

5728 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

5729

5730 Conselheiro Heder inscrito, Conselheiro Benedito Mariano.

5731

5732 **Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**  
5733 **Estaduais**

5734  
5735 Sargento Heder da Associação Nacional dos Praças. Bom-dia a todos e todas. Eu  
5736 gostaria de trazer aqui uma discussão talvez um pouco mais ampla, em que pese  
5737 estarmos prejudicados, que nós teríamos no dia de hoje uma apresentação para  
5738 conhecimento evidentemente da PEC 102. A PEC 102, ela reformula todo o sistema  
5739 policial, criando uma polícia única nos estados. Aí, Cynthia, a preocupação que eu tenho  
5740 também e entendo a de todos, eu acho que aqueles textos todos, a valorização, por  
5741 exemplo, a PEC 102 contempla a reforma quando desmilitariza, unifica, ela estabelece  
5742 um piso nacional de salários, ela estabelece a criação de um fundo Nacional, ela prevê o  
5743 controle externo. Então ela abrangeria nos seus pontos centrais todas aquelas definições.  
5744 Se a gente focar por outro viés, nós vamos ter duas propostas, ou seja, uma Conferência  
5745 discutindo o modelo e o Congresso Nacional, discutindo possivelmente outro modelo. O  
5746 que eu quero dizer, independente do que seja aprovado no Conselho, a Associação  
5747 Nacional dos Praças, eu acredito até que o próprio coronel Bridi também fará uso da  
5748 palavra, apoiado pela FENEME, que é uma associação dos oficiais, apoiado pela  
5749 ADEPOL, apoiado pela COBRAPOL, de que essa batalha, vamos chamar nesse  
5750 contexto, para reforma do sistema policial no país, ela estará envolvendo as grandes  
5751 bases que são os praças, os agentes, os delegados e os oficiais. A gente tem notícia, em  
5752 que pese eu utilizar sem que eles estejam aqui para se manifestar, mas nós temos  
5753 informações e notícias de que contrário a essa PEC o CNCG e salvo engano o  
5754 posicionamento de uma corrente dentro da M Brasil que são instituições que representam  
5755 também os policiais. Mas eu não tenho dúvida até porque a ANASPRA, ela representa,  
5756 pode ter ou não legitimidade, 700 mil praças. E a desmilitarização, a valorização  
5757 profissional e o piso nacional, isso é uma bandeira da ANASPRA, que agora também  
5758 começa a ser incorporada pela ADEPOL, pela COBRAPOL, pela própria FENEME. E,  
5759 então, eu penso e lá, Cynthia e aos demais da Sociedade civil, estabelece o controle  
5760 social. Então, eu acho que se utilizássemos o termo reforma do sistema do aparato  
5761 policial que achássemos, isso tudo vai estar sendo discutido, porque nós estaremos  
5762 discutindo ao mesmo tempo dentro do Congresso e da Câmara dos Deputados a PEC  
5763 102, que prevê tudo isso e não perderíamos o foco, porque senão você tem na  
5764 Conferência discutindo um tema ou eu corro risco de não mobilizar o meu pessoal para a  
5765 Conferência ou então eu mobilizo para a Conferência e desmobilizo no Senado. Por que  
5766 como é que eu vou participar enquanto trabalhador de uma Conferência Nacional que  
5767 estaria em tese? Não estou dizendo que isso está o contrário, porque eu entendi o  
5768 posicionamento de todos, mas acho que pormenorizar agora é dizer que nós vamos tratar  
5769 isso excludente do outro. Eu acho que a desmilitarização é Ponto fundamental , a polícia  
5770 cidadã é necessária, já passou da hora. Essa percepção nossa de que não funciona. A  
5771 reforma que traz a PEC 102, eu entendo que ela não poderia deixar de estar sendo  
5772 contemplada nesse aspecto porque ela diz tudo aquilo ali sem ir no pormenor. Então, ou  
5773 seja, a valorização do aspecto salarial está lá porque ela estabelece um piso,  
5774 desmilitariza, cria uma polícia única nos estados, ela prevê uma carreira única e o  
5775 controle social é exercido inclusive pela Sociedade Civil. Inclusive, na reunião que nós  
5776 tivemos com o senador Blairo Maggi, ele considerava a Sociedade civil a Ordem dos  
5777 Advogados do Brasil e nós dissemos que não pode ser a Ordem dos Advogados do  
5778 Brasil. E o Almir estava conosco. E o Almir falou que pode ser a OAB mais a Sociedade  
5779 civil. O que, nós, inclusive, defendemos com ele lá nos moldes do Conselho. Porque  
5780 falamos para ele que se você colocar, com todo respeito que a gente tem com a Ordem  
5781 dos Advogados do Brasil, se você colocar como controle social a participação só da  
5782 Ordem dos Advogados do Brasil, você está excluindo a Sociedade Civil e ela não vai  
5783 defender essa proposta porque ela quer uma polícia cidadã mais próxima e ela quer

5784 exercer o controle externo dela. Eu penso que a reforma, colocar uma reforma mais  
5785 ampla as discussões que tiverem que ser aprofundadas nos debates, elas aparecerão. O  
5786 meu receio é que a base vai discutir uma coisa e a gente propõe uma outra na  
5787 Conferência e ela não vai estar em consonância.

5788  
5789 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

5790  
5791 Conselheiro Benedito Mariano. Inscritos: Conselheiro Bridi, Conselheiro Joel, Conselheiro  
5792 Agadeilton.

5793  
5794 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
5795 **Municipais de Segurança Pública**

5796  
5797 Bom-dia a todos. Eu vou na linha do Conselheiro Heder. Na verdade, a sugestão que eu  
5798 fiz que foi fruto aí de conversa ontem no final da noite, inclusive, por alegria minha, com o  
5799 do coronel Bridi de Santa Catarina, que é mudar esse eixo na reforma nas instituições de  
5800 segurança. E aí entraria a valorização profissional, controle social, modelos ou modelo de  
5801 instituições, integração e outras questões. Eu acho que a proposta, João Francisco, como  
5802 estava, ela é muito frágil para um debate desse tamanho. Você ir para uma segunda  
5803 Conferência sendo que na primeira foi o contrabando que entrou as reformas. Inclusive  
5804 algumas patrocinadas por quem não queria a reforma, mas levou. Então ao invés de ir no  
5805 contrabando, vai com uma proposta objetiva. Não dá para ir para uma Conferência  
5806 discutir instituições policiais e não discutir reforma. Ela vai aparecer, nós gostemos ou  
5807 não. E acho que é uma posição conservadora desse Conselho não assumir o tema  
5808 reforma. Porque é só ver o que se votou na primeira Conferência. Pelo menos quatro  
5809 grandes questões relacionadas à reforma. A PEC 102 ela vira o debate do eixo. Não é  
5810 que o eixo é a PEC, mas é o debate, tem outras propostas relacionadas à reforma. Mas  
5811 estou concordando com o Heder que o eixo central do debate instituições é reforma.  
5812 Então ir para uma Conferência só para discutir valorização profissional, aí é um encontro  
5813 de associações de polícia para discutir questão salarial. É muito pouco. E como disse  
5814 aqui muito bem o Celito, valorização profissional, piso nacional, tudo é importante  
5815 vinculado à reforma. Porque não adianta elevar o piso e não mudar o modelo de polícia  
5816 que é anacrônico e não muda há muito tempo. Esse foi, no meu modo de ver, o principal  
5817 erro do nosso texto base da primeira Conferência. Era proibido discutir reforma. Então era  
5818 um texto genérico, com todo respeito de quem o produziu, mas era um texto genérico que  
5819 não dizia nada com relação às instituições policiais. O que aconteceu? O debate foi para  
5820 dentro do Plenário querendo ou não o texto base. Então, eu acho que é um avanço nós  
5821 levarmos para a Segunda Conferência que talvez não decida efetivamente no modelo,  
5822 mas abre o espaço formal de debate sobre a necessidade de reforma nas instituições. A  
5823 Saúde está na 14ª. Se nós conseguirmos na quarta ou quinta Conferência ter um novo  
5824 modelo, mas você precisa começar a construir. Não dá para ir para Conferência para  
5825 discutir só valorização profissional e achar que isso vai resolver o problema geral do  
5826 quadro de Segurança Pública do Brasil. Então quero reforçar aqui minha proposta de o  
5827 eixo se chamar reforma nas instituições de Segurança Pública.

5828  
5829 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

5830  
5831 Espera um pouco, Conselheiro. Anota a proposta do Conselheiro.  
5832

5833 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
5834 **Municipais de Segurança Pública**

5835  
5836 Já está lá, querido.

5837  
5838 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

5839  
5840 A , já?

5841  
5842 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
5843 **Municipais de Segurança Pública**

5844  
5845 É aquela azul. Sugestão do Conselheiro Benedito Mariano. Reforma nas instituições de  
5846 segurança. Aí subtítulo. Ali é subtítulo. Só coloca subtítulo que é para não confundir.

5847  
5848 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

5849  
5850 Isso. Vai corrigindo. Aí. Não, não esses. O azul. Aí abaixo de reforma das instituições o  
5851 resto é valorização, modelo, isso é subtítulo.

5852  
5853 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
5854 **Municipais de Segurança Pública**

5855  
5856 Exato, conteúdo ou subtítulo. Não, subitens. Valorização profissional, modelo das  
5857 instituições, controle externo e social das instituições de Segurança Pública, integração. E  
5858 aí nós podemos ter quantos itens forem, mas o eixo central é nós discutirmos reforma,  
5859 senão nós vamos ser atropelados pela própria Conferência. Obrigado mesmo.

5860  
5861 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

5862  
5863 Com a palavra o Conselheiro Joel e inscritos Agadeilton, Bridi e Augusto. Ótimo, já estão  
5864 todos aqui, fazendo até uma correção de um erro aqui da mesa, nós gostaríamos de  
5865 apresentar o novo Conselheiro que agora compartilha a cadeira com o Conselheiro  
5866 Benedito Mariano, o Conselheiro Joel do Conselho Nacional de Comandantes de  
5867 Guardas Municipais. Conselheiro Joel. Antes de sua fala gostaria que você se  
5868 apresentasse.

5869  
5870 **Joel Malta de Sá – Conselho Nacional das Guardas Municipais**

5871  
5872 Bom-dia a todos. É uma grande honra e prazer. Meu nome é Joel Malta de Sá e  
5873 atualmente exerço o cargo de Comandante Geral da Guarda Civil Metropolitana de São  
5874 Paulo, capital. E sou oficial da Guarda Municipal de carreira, tenho 25 anos de Guarda  
5875 Municipal. Ingressei desde o começo da Guarda Civil em São Paulo e sou o primeiro  
5876 comandante geral de carreira. A Guarda Municipal de São Paulo tem um efetivo atual de  
5877 sete mil homens e um efetivo fixado (...) de quinze mil homens. Estamos abrindo  
5878 concurso para mais dois mil e para chegar em quinze mil ainda vai demorar. É uma  
5879 grande honra, Senhor Presidente. E agradecer aqui SELAMIC, ao CONASP e ao  
5880 Secretário Mariano de estar aqui pela primeira vez compartilhando uma cadeira no  
5881 Conselho Nacional de Segurança Pública. Para as guardas municipais isso realmente é  
5882 um marco muito importante e é um início de uma nova fase. Nós temos hoje cadastradas

no Brasil 755 guardas municipais e nós estamos criando um cadastro nacional informatizado e não tenho dúvidas que depois da implantação deste cadastro nós vamos chegar a mais de mil guardas municipais cadastradas. A questão da discussão desse eixo, concordo com o Secretário Mariano, eu acho importantíssimo não só discutir a valorização profissional, dos profissionais de Segurança Pública, mas também da reforma das instituições. E eu falo aqui sobre as Guardas Municipais. Hoje, eu, como Presidente do Conselho Nacional das Guardas Municipais, nós temos encontrado muitas dificuldades e estamos trabalhando naquela Portaria número 16 da SENASP, que criou um Grupo de Trabalho e que está trabalhando ali, cuidando para apresentar uma proposta de Marco Regulatório das Guardas Municipais. O que é esse marco? Estaremos padronizando no Brasil inteiro a atuação das Guardas Municipais. É o currículo mínimo, é a formação mínima, idade mínima e máxima, atribuições, quais são os mecanismos de controle externo para essas Guardas Municipais que atuam, como se dá a questão do porte funcional de arma de fogo, o porte particular de arma de fogo. Por quê? Nós temos na questão de guardas municipais uma disparidade muito grande no Brasil. Em São Paulo mesmo nós temos guardas ali no Estado de São Paulo que querem atuar como verdadeiras polícias repressivas e nós estamos brigando ali no Grupo de Trabalho para que as guardas trabalhem nas posturas municipais. As guardas trabalhem na filosofia do policiamento comunitário, mas nas posturas municipais para aquilo que elas foram criadas constitucionalmente. Há necessidade de reforma, sim, de todas as forças policiais e forças de Segurança Pública e trago essa experiência das guardas. Temos dificuldade no Brasil inteiro. Quando a gente vai discutir reforma de guarda e marco regulatório muitos comandantes de guardas e muitos secretários querem que a gente coloque no marco que a guarda vai atuar como polícia repressiva, como mais uma polícia. E há essa dificuldade, principalmente, aí em algumas guardas e a gente vê no próprio Estado de São Paulo. A discussão que nós tivemos ali na minha eleição para Presidente do Conselho Nacional, a primeira discussão que vem é que o pessoal quer barrar esse marco, quer barrar que as guardas atuem realmente nas posturas municipais. Essa é minha primeira fala e acho extremamente importante não só discutir, como disse o Secretário Mariano. Se a gente for discutir só valorização profissional, nós temos uma experiência muito grande de São Paulo, cada vez que a gente vai reunir para discutir valorização profissional a gente acaba tendo discussões e reuniões de associações e sindicatos para brigar pelos salários.

**Aginaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

Muito obrigado, Conselheiro. Seja bem-vindo ao CONASP. Pela ordem dos inscritos, Conselheiro Agadeilton.

**Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes – Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais**

Bom-dia a todos os Conselheiros e Conselheiras. Meus votos de boas-vindas ao Conselheiro que a partir de hoje passa a integrar este Conselho e até tentar durante o dia de hoje, eu, particularmente, ser um pouco mais descontraído porque para mim o dia de ontem foi muito pesado. Aí neste tom de tentar me descontraír lembrar ao nobre Conselheiro que chegou que vou sair em nome do Movimento Feminista e lembrar também das mulheres da guarda de São Paulo. Certamente as feministas já estavam aí querendo fazer essa defesa. Eu entendo a colocação. É um dos paradigmas da polícia, mas hoje já são muito bem vindas a qualquer instituição de Segurança Pública. Eu sei

5933 que a intenção não foi essa de excluir as mulheres certamente, mas aqui o Conselho tem  
5934 muito essa preocupação de respeitar todas as correntes de gênero, etnia, sexo e tudo o  
5935 mais. Bem, em relação à proposta.

5936  
5937 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

5938  
5939 Se me permite, o Conselheiro Joel está me dizendo que tem comandante geral de guarda  
5940 feminino. Conselheiro Joel, com essa sintá-se bem-vindo ao CONASP. (risos)

5941  
5942 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes – Associação Nacional dos Peritos**  
5943 **Criminais Federais**

5944  
5945 Bem, mas acho que conseguimos o objetivo de descontração. Esse é o principal objetivo,  
5946 especialmente para mim. Em relação à proposta acho que foi muito objetivo as  
5947 colocações do Benedito e também do Conselheiro Benito. E certamente os peritos  
5948 criminais federais, em nome dos quais eu posso falar aqui nesse Conselho até que não  
5949 venha um batalhão aqui para me contrariar, eles apóiam e há muito tempo clamam por  
5950 essa reforma das instituições policiais. Não porque seja melhor para perito ou melhor  
5951 para qualquer categoria, mas porque a gente sente a necessidade. O sistema de  
5952 Segurança Pública precisa, sim, ser repensado, não é porque se briga por espaço de  
5953 poder, não. Porque também existe briga por espaço de poder. É porque ele está falido.  
5954 Ele é ineficiente, ele é injusto e é feito para alcançar apenas uma classe que todos sabem  
5955 qual é. Aquela que não tem acesso digno à justiça. É isso que precisa ser mudado. Isso  
5956 envolve evidentemente as polícias e envolve também o Poder Judiciário, envolve o  
5957 Ministério Público porque esses paradigmas não é só na polícia. A polícia apenas produz  
5958 algo que já vai distorcido para o Ministério Público e para o Judiciário e eles infelizmente  
5959 também mantém essas distorções. E, então essa reforma é urgente e necessária. E  
5960 certamente o passo mais importante para que a gente venha a ter um sistema de  
5961 Segurança Pública e de justiça criminal adequado e que alcance de forma positiva e  
5962 negativa todos os cidadãos brasileiros de forma igualitária. É por isso que defendo e  
5963 apoio essa proposta.

5964  
5965 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

5966  
5967 Com a palavra o Conselheiro Bridi e inscrito a Conselheira Cynthia.

5968  
5969 **Abelardo Camilo Bridi - Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil**

5970  
5971 Para continuar com a descontração é só nos tratar como gente, então são quinze mil  
5972 pessoas, está fácil. Nesse sentido de nos tratar como gente, ontem houve uma discussão  
5973 com o Conselheiro Mariano em que eu gostaria que a valorização profissional fosse um  
5974 item separado para ver se trata os profissionais de Segurança Pública como gente. Eu  
5975 venho da Polícia Militar e já fui tratado de muita coisa, minha mãe também. O mais  
5976 comum é me chamarem de pé de porco. É, por causa da garrucha que tem aquele  
5977 formato. Entre outras coisas, meganha. E o resto todo. Por isso eu acharia, Conselheiro  
5978 Mariano, que a valorização dos profissionais de Segurança Pública mereceria um item  
5979 em separado, um eixo, para que a gente tenha direitos e garantias. É isso que nos falta.  
5980 Nós não somos contra a reforma do sistema. Sugeriria também nesse mesmo item lá em  
5981 cima nas instituições de Segurança Pública a gente começar na 144 e descer. Começar  
5982 lá na constituição. Porque não adianta mexer na PM, PC, Polícia Civil, Polícia Federal, na



5983 Perícia, se nós não atacarmos o sistema como um todo. Enquanto a Segurança Pública  
5984 for tratada só em campanha política, vai ficar só na campanha política. Saúde, Segurança  
5985 e Educação. Nunca vi verba reservada para a Segurança. O primeiro corte é na  
5986 Segurança. Chega de mandar viatura e arma para a PM. Não é isso que a gente precisa.  
5987 Precisamos de qualificação de profissional. Nós da PM, os policiais da Civil, acho que nós  
5988 temos um pouco de conhecimento acumulado suficiente para decidir o que nós  
5989 precisamos e no que nós vamos empregar o dinheiro. Chega de dizer goela abaixo o que  
5990 vão nos dar. Eu preciso de tecnologia. Não de tecnologia em armamento. Preciso de  
5991 tecnologia de informações e não consigo dinheiro para isso. Preciso de meios para  
5992 trabalhar. E, então, nós temos que reformar o sistema como um todo e não só nas  
5993 instituições. Então solicitaria o Conselho a trocar por reforma no Sistema de Segurança  
5994 Pública e que a valorização dos profissionais do Sistema de Segurança Pública tenha um  
5995 eixo em separado. Obrigado.

5996  
5997 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

5998  
5999 Muito obrigado, Conselheiro. Conselheira Cynthia inscrita.

6000  
6001 **Cynthia Maria Pinto da Luz – Movimento Nacional de Direitos Humanos**

6002  
6003 Eu vou fazer um apelo para que a gente mantenha a palavra valorização profissional e  
6004 controle social no eixo. O eixo é o que chama e o que vai chamar os delegados do  
6005 CONASP para participar dele. Ele tem a importância de fazer o Marketing daquilo que a  
6006 gente quer discutir naquele eixo. Eu não tenho problemas que se mantenha a questão da  
6007 reforma. Eu acho que ela é procedente e ontem o Mariano falou sobre isso e achei que  
6008 ele tinha razão. Precisa-se discutir como é que se faz, como se atualiza essa situação.  
6009 Agora a questão da valorização, se nós tirarmos, nós descaracterizamos todo o debate  
6010 da Câmara Temática que infelizmente só estou eu aqui hoje.

6011  
6012 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
6013 **Municipais de Segurança Pública**

6014  
6015 Me dá um aparte? Como o companheiro Bridi propôs um eixo valorização dos  
6016 profissionais de segurança, se a companheira concordar, poderia trabalhar de valorização  
6017 dos profissionais de segurança e controle social como eixo e um outro de reforma do  
6018 sistema, porque ali para mim é questão semântica, Bridi. Pode ser a proposta de reforma  
6019 no sistema de Segurança Pública como outro eixo.

6020  
6021 **Cynthia Maria Pinto da Luz – Movimento Nacional de Direitos Humanos**

6022  
6023 Propõe mais um eixo.

6024  
6025 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
6026 **Municipais de Segurança Pública**

6027  
6028 Ele sugeriu mais um eixo de valorização profissional. Estou propondo à companheira de  
6029 acrescentar no eixo dele, se você concordar, controle social. Aí ficaria valorização  
6030 profissional e controle social como eixo e um outro eixo com reforma no sistema de  
6031 segurança. Eu acho que essa história de que tem que ter quatro ou cinco eixos. A do ano  
6032 passado teve sete ou oito, porque não podemos chegar a ter sete ou oito eixos se

entendermos pertinentes. E eu quero propor ainda mais um eixo, não agora, mas mais para para frente, junto com o companheiro Marcos Costa.

**Cynthia Maria Pinto da Luz – Movimento Nacional de Direitos Humanos**

Não tem problema, eu só acho que o eixo tem que ser bem claro para chamar o público correto para o eixo correto. Eu não vejo problema em discutir as três questões no mesmo eixo. Porque a gente já tem dois eixos que trata de discriminação quando, no meu entendimento, eles deveriam estar conjuntos, mas eu não me oponho, Mariano. Estou de acordo com a tua proposta desde que a gente deixe no eixo as questões de valorização profissional que interessa diretamente à Sociedade Civil da mesma forma que interessa aos profissionais da Segurança Pública e a questão do controle social. Porque se nós não colocarmos no eixo, nós vamos enfrentar uma dificuldade muito séria com a Sociedade Civil porque ela vai querer discutir isso e ela vai cobrar do CONASP que ela não está pautado como um ponto importante. Eu concordo com a tua proposta.

**Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

Conselheiro João Francisco.

**João Francisco da Mota Junior – Secretaria-Geral da Presidência da República**

Na verdade, eu estou tentando agora como eu já falei que concordo com a Cynthia e agora também acolho sua opinião, sua sugestão, Mariano. Talvez seria a questão de colocar vários eixos eu acho que é uma questão de operacionalização e na questão de viabilidade da própria Conferência, já que tivemos alguns problemas e eu não participei, mas pelo menos pelo estudo tivemos alguns, podemos ser mais efetivos se houver menos eixos. Então talvez seria unir tudo num eixo só. Reforma das instituições, valorização das instituições de Segurança Pública, valorização dos profissionais e controle social. Talvez então poderíamos unir e aí atenderia Mariano, Bridi, todo mundo contemplado. O fato, Mariano, veja se alguém pode me corrigir ou acrescentar. A questão de ter vários eixos é uma questão de efetividade e operacionalização da própria Conferência. Como também eu acho muito importante, como você falou desde o início, que tem que colocar valorização e principalmente controle social. Talvez, colocaríamos num eixo só reforma, valorização e controle social.

**Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança Pública**

Ontem, eu fiz exatamente essa sugestão. Nas instituições policiais, valorização profissional, controle social incluía a palavra reforma. Não passou. Porque achava que aí misturava muito. Eu entendo que o Bridi e a Cynthia está falando, que o nome do eixo dá peso para o tema. Por isso que eu fiz uma sugestão diferente. Que a reforma, ela tem um peso político tão grande que ela vai engolir os outros eixos. É isso que o Bridi falou. Reforma do sistema é muito mais amplo do que controle social e valorização, do ponto de vista do debate. Razão pela qual nós podemos trabalhar valorizando a valorização profissional e controle como eixo, porque aí dá mais visibilidade para as propostas que saem disso. A reforma, eu acho que ela permeia e a praticamente toda a Conferência e daria. Eu estive, fui da coordenação da Conferência e não acho que o problema da Conferência foi ter sete ou oito eixos. O problema da Conferência é ter sete, oito eixos e

6083 alguns não tinham a ver com o debate ou com a conjuntura e que o texto base era muito  
6084 genérico. Para mim esses são os grandes problemas. Eu acho que uma Conferência ter  
6085 sete ou oito eixos dependendo da importância do eixo não cria problema na Conferência.  
6086 Obrigado pelo aparte.

6087  
6088 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6089  
6090 Palavra aberta. Conselheira Eliana, por favor, para sintetizar aí. Com a palavra  
6091 Conselheira Eliana.

6092  
6093 **Eliana Sousa – Associação Redes de Desenvolvimento da Maré**

6094  
6095 Vamos tentar consensuar aí, vai ter que votar. Está bom. Hein Bridi? Então vamos lá,  
6096 reforma no sistema de Segurança Pública. Sobe conteúdo e subitens.

6097  
6098 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6099  
6100 Conselheiro Mariano. Por favor, microfone para o Conselheiro Mariano.

6101  
6102 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
6103 **Municipais de Segurança Pública**

6104  
6105 Reforma no sistema e aí como subitens só pega o valorização. Fica modelos de  
6106 instituição, política integrada... lá do eixo cinco. Então é modelo de instituições, política  
6107 integrada. E aí nós podemos nesse eixo colocar órgãos periciais. Entra basicamente  
6108 polícia integrada, órgãos periciais e aí outros eixos. Mas, principalmente, política  
6109 integrada e órgãos sociais... é que está junto...

6110  
6111 **Eliana Sousa – Associação Redes de Desenvolvimento da Maré**

6112  
6113 Mariano, vamos ler o que estava previsto antes. Sobe o eixo 6 e bota Conteúdo também  
6114 para a gente ir dividindo ali. Porque, por exemplo, Controle Externo da Segurança Pública  
6115 das Instituições. Ficaria no 6 ou no cinco? No 6. Não, Controle Social. Não, já está em  
6116 cima. Então tira o azul. Bom. Formação dos Operadores da Segurança Pública fica  
6117 aonde?

6118  
6119 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
6120 **Municipais de Segurança Pública**

6121  
6122 Formação? Aí, valorização profissional!

6123  
6124 **Eliana Sousa – Associação Redes de Desenvolvimento da Maré**

6125  
6126 Qualidade de Vida do Operador?

6127  
6128 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
6129 **Municipais de Segurança Pública**

6130  
6131 Aí.

6132

6133 **Eliana Sousa – Associação Redes de Desenvolvimento da Maré**  
6134  
6135 Combate às Práticas Discriminatórias, Política de Controle da Violência Institucional.  
6136 Controle Social das Forças Policiais.  
6137  
6138 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
6139 **Municipais de Segurança Pública**  
6140  
6141 Aí, é o olho do eixo. O efetivar o Sistema Único aí é para cima, é no cinco. Esse é para  
6142 cima.  
6143  
6144 **Eliana Sousa – Associação Redes de Desenvolvimento da Maré**  
6145  
6146 Depois tem políticas de melhoria das condições de trabalho. Isso aí já está. Pode apagar  
6147 isso.  
6148  
6149 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**  
6150  
6151 Eliana, só um instante. Tem um inscrito aqui. Conselheiro João Francisco.  
6152  
6153 **João Francisco da Mota Junior – Secretaria-Geral da Presidência da República**  
6154  
6155 Só para complementar na questão do controle social, não sei se entra aí em controle  
6156 social ou em reforma; Seria criação do Sistema Nacional de Conselhos de Segurança.  
6157  
6158 **Eliana Sousa – Associação Redes de Desenvolvimento da Maré**  
6159  
6160 Não entendi.  
6161  
6162 **João Francisco da Mota Junior – Secretaria-Geral da Presidência da República**  
6163  
6164 Seria Fomentação do Sistema Nacional de Conselhos de Segurança Pública.  
6165  
6166 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**  
6167  
6168 No item debaixo do Controle Social, ele está sugerindo subitem Criação do Sistema  
6169 Nacional.  
6170  
6171 **Eliana Sousa – Associação Redes de Desenvolvimento da Maré**  
6172  
6173 A questão das ouvidorias.  
6174  
6175 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
6176 **Municipais de Segurança Pública**  
6177  
6178 Eu acho que tem que deixar claro aí além dessa proposta as ouvidorias de polícia que  
6179 existem hoje em 18 estados. É como uma das referências do controle social. Pode ser  
6180 uma regra nacional de conselhos, mas não perder as experiências de ouvidorias.  
6181  
6182 **João Francisco da Mota Junior – Secretaria-Geral da Presidência da República**

6183  
6184  
6185  
6186  
6187  
6188  
6189  
6190  
6191  
6192  
6193  
6194  
6195  
6196  
6197  
6198  
6199  
6200  
6201  
6202  
6203  
6204  
6205  
6206  
6207  
6208  
6209  
6210  
6211  
6212  
6213  
6214  
6215  
6216  
6217  
6218  
6219  
6220  
6221  
6222  
6223  
6224  
6225  
6226  
6227  
6228  
6229  
6230  
6231  
6232

Na verdade, é Fomentação do Sistema Nacional de Conselhos de Segurança Pública. E Incentivo e criação de ouvidorias.

**Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

Inscritos Conselheiro Marcos Costa e Conselheira Cynthia.

**Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

Salvo engano no eixo 6 quando Cynthia ter mencionado controle, é o controle sobre a atividade dos profissionais. Quando você tem falado nesse eixo que fala da valorização e do controle social, é o controle social efetivado sobre os profissionais de Segurança Pública. Quer dizer, já o controle social sistemático que é este que o CONASP faz é mais orgânico e sistêmico. Estão interligados, mas são coisas diferentes. Se o eixo é de valorização e desse controle sobre a atividade, quais são os mecanismos de controle que a Sociedade tem sobre a atividade dos profissionais de Segurança Pública? Esse é o eixo 6 e era a perspectiva que eu captei de Cynthia. Então essa sugestão que João Mariano fez de colocar o Sistema Nacional de Órgãos de Controle de Segurança como CONASP, Conselho Estadual de Segurança Pública fica talvez melhor no eixo cinco que é a Reforma das Instituições. Lá, colocaria Política Nacional de Segurança Pública porque tem o SUSP, Sistema Único de Segurança Pública que tem uma Política Nacional de Segurança Pública. E essa Política Nacional tem um sistema de controle social dessa política. É melhor dessa forma. Tem uma coisa que eu esqueci. Nessa questão da valorização e do controle, eu acho que a valorização passa...

**Eliana Sousa – Associação Redes de Desenvolvimento da Maré**

Marcos o que você sugeriu?

**Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

Aí na reforma do sistema de Segurança Pública, essa reforma passa pelo sistema único de Segurança Pública.

**Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

Está nos conselhos, embaixo, no último item. Isso.

**Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

Porque aquele controle social é o controle social sobre a atividade dos profissionais. Não sistemáticos. E no caso, eu acho interessante também colocar que você tem o sistema, tem a política e você tem um órgão de controle. Então, eu acho que é importante colocar Política Nacional de Segurança Pública, porque aí você vai estar.

**Voz Masculina Não Identificada (fora do microfone)**

Isso pode ou não ser uma referência. Política Nacional de Segurança ainda no eixo cinco.

6233 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

6234

6235 Não, não. E no caso da valorização e do controle social, eu acho que é um tema  
6236 diretamente ligado à valorização que eu acho que é a outra face da valorização, nós  
6237 precisamos realmente valorizar cada vez mais os profissionais de Segurança Pública,  
6238 mas há de ter um compromisso interno das corporações no combate à corrupção interna.  
6239 A corrupção no seis...

6240

6241 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
6242 **Municipais de Segurança Pública**

6243

6244 Eu não acho que é no seis. Aí é no cinco. Aí, é mudar a concepção dos órgãos  
6245 Corregedorias independentes. Eu até sugiro Eliana que no item cinco nós coloquemos  
6246 como subsídios Corregedorias e Ouvidorias Autônomas e Independentes.

6247

6248 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

6249

6250 Mas aí era importante talvez colocar a palavra corrupção também, entendeu? Eu acho  
6251 que corrupção é importante lidar com isso. Como lidar com corrupção dentro das  
6252 corporações. Porque existe. Em todas as corporações existem. Sistemas, Juiz, Ministério  
6253 Público, Policiais.

6254

6255 **Eliana Sousa – Associação Redes de Desenvolvimento da Maré**

6256

6257 Está falando de controle social.

6258

6259 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
6260 **Municipais de Segurança Pública**

6261

6262 Com certeza está falando de combater fundamentalmente corrupção. Mas pode  
6263 acrescentar a palavra.

6264

6265 **Eliana Sousa – Associação Redes de Desenvolvimento da Maré**

6266

6267 Você quer que coloque corrupção?

6268

6269 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
6270 **Municipais de Segurança Pública**

6271

6272 Corregedoria Autônoma independente como elemento de combate à corrupção  
6273 institucional ou policial.

6274

6275 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6276

6277 Conselheira Cynthia com a palavra. Já foi contemplada. Eliana, Eliana. Senhores e  
6278 Senhoras. Só um instante, por favor. Nós fizemos ontem um compromisso com o  
6279 Conselheiro Márcio. E ele e Heder já até me cobraram aqui um posicionamento. Vamos  
6280 encaminhar a votação. Podemos então?

6281

6282 **Eliana Sousa – Associação Redes de Desenvolvimento da Maré**

6283  
6284 Ali é policial não é institucional, não. Está terminando gente.

6285  
6286 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6287  
6288 Conselheiros, conselheiros. Só um instante, por favor. Temos uma ordem regimental.  
6289 Conselheira Cynthia, por favor. Quem quiser fazer uso da palavra inscreva-se e seja  
6290 objetivo para que a gente possa seguir com Pauta. Em relação aquilo que eu já disse  
6291 quem ainda quer fazer uso da palavra, por favor, se inscreva e seja objetivo para que  
6292 possamos dar prosseguimento à Pauta. Conselheiro Bridi com a palavra. Conselheiro  
6293 Heder inscrito.

6294  
6295 **Abelardo Camilo Bridi - Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil**

6296  
6297 Só para combater um ato de discriminação de novo. Combate à corrupção dos  
6298 trabalhadores e no sistema. Porque não é só policial, não. É perito, é no sistema.

6299  
6300 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6301  
6302 Conselheiro Heder com a palavra. Já contemplado. O Conselheiro Celito. Com a palavra  
6303 o Conselheiro Celito, por favor.

6304  
6305 **Celito Cordiolo - ABC - Associação Brasileira De Criminalística**

6306  
6307 Era só, ao invés de órgãos periciais, instituições periciais criminais ou de natureza  
6308 criminal. Porque quando se fala Perícia.

6309  
6310 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6311  
6312 Aonde o Senhor está falando?

6313  
6314 **Celito Cordiolo - ABC - Associação Brasileira De Criminalística**

6315  
6316 O primeiro item lá em cima.

6317  
6318 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6319  
6320 Pode falar o texto.

6321  
6322 **Celito Cordiolo - ABC - Associação Brasileira De Criminalística**

6323  
6324 Seria instituições periciais criminais. Porque oficiais tem do INSS, tem de vários. Eu acho  
6325 que tem que se tratar de natureza criminal que é o que está na Lei. Contemplado.

6326  
6327 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6328  
6329 Mais alguém? Eliana. Vamos votar então? Os Senhores Conselheiros que concordam  
6330 com o item eixo cinco e seis, por favor, permaneçam como estão. Aprovado? Eliana, mais  
6331 algum ponto da pauta aí?

6332

6333 **Eliana Sousa – Associação Redes de Desenvolvimento da Maré**

6334

6335 Tem. Tem uma proposta de um outro eixo.

6336

6337 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6338

6339 Quem vai fazer a proposta?

6340

6341 **Eliana Sousa – Associação Redes de Desenvolvimento da Maré**

6342

6343 Mariano.

6344

6345 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6346

6347 Conselheiro Benedito Mariano.

6348

6349 **Eliana Sousa – Associação Redes de Desenvolvimento da Maré**

6350

6351 Porque tem outra questão importante aqui do projeto que precisa ser discutida. Tem mais  
6352 um item.

6353

6354 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
6355 **Municipais de Segurança Pública**

6356

6357 Retomando o que o companheiro Conselheiro Marcos Costa falou ontem que levantou o  
6358 tema e tentava nos colocar como subtítulo, entendemos que esse também pode ser um  
6359 eixo talvez de maior visibilidade externa da opinião pública sobre a nossa Conferência,  
6360 que é a proposta do eixo política de enfrentamento ao crime organizado e grupos de  
6361 extermínio. Isso não pode estar numa palavra solta na Conferência como teve *an passant*  
6362 no nosso texto base da primeira. São dos grandes temas do Brasil. Houve uma pesquisa  
6363 nacional do Ibope CNI, em outubro, nacional sobre Segurança Pública. Antes do tema  
6364 específico perguntaram quais são os três principais problemas do Brasil. Primeiro Saúde,  
6365 segundo Segurança Pública e terceiro Droga. E é impressionante como esses temas se  
6366 articulam. Droga pode ser uma questão de Saúde Pública, mas Droga pode ser combater  
6367 o crime organizado. E aí é uma questão muito mais voltada à segurança. Então como a  
6368 população compreende quais são os grandes temas que hoje afetam o conjunto da  
6369 população. Então, eu defendo que nós tenhamos esse eixo política de enfrentamento ao  
6370 crime organizado e grupo de extermínio e tenha como subitens alguns UPP's, milícias,  
6371 grupos de extermínio e grupo especial de combate ao crime organizado. Porque nós  
6372 podemos abrir espaço inclusive para o Ministério Público Estadual e Federal participar  
6373 para ver se o que tem de organizado hoje institucionalmente para combater o crime  
6374 organizado está dando conta ou não ou se precisa ampliar, não ser só alguns promotores  
6375 mais bem intencionados ou com mais coragem para enfrentar determinadas questões  
6376 mais difíceis e que fica falando em nome da instituição e às vezes pode não ter o devido  
6377 respaldo. Então, eu acho que esse tema é um dos temas que pode nortear. Lavagem de  
6378 dinheiro e aí vai. Obrigado.

6379

6380 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6381



6382 Conselheiro Marcos Costa. Aquele item acima lá, grupo especial de combate ao crime  
6383 Organizado. Conselheiro Marcos Costa com a palavra. Perdão, inscrito o Conselheiro.

6384  
6385 **Luiz Carlos Nóbrega Nelson – Departamento de Polícia Federal - DPF**

6386  
6387 Só um aparte simples. Então uma contribuição, Mariano. É tão intrincada a questão de  
6388 droga com a Saúde Pública que o bem jurídico com relação às drogas é a Saúde Pública.  
6389 Não é que é interligada a questão da droga com a Saúde Pública. É a Saúde Pública.

6390  
6391 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6392  
6393 Conselheiro Marcos Costa.

6394  
6395 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

6396  
6397 Na linha do que falou Mariano, talvez, eu só mudaria o título para chamar atenção da  
6398 seguinte forma. Sistema de Segurança Pública, Sistema Judicial Criminal e Crime  
6399 Organizado. Certo. A gente tinha lembrado da política de fronteira.

6400  
6401 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
6402 **Municipais de Segurança Pública**

6403  
6404 Você está falando de subitem, né? Política de fronteira.

6405  
6406 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

6407  
6408 Se falarmos de droga também eu acho que é importante falar da Política Nacional de  
6409 Combate às Drogas.

6410  
6411 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
6412 **Municipais de Segurança Pública**

6413  
6414 O que é isso aí ? Eu vou chegar lá no bar e vou falar o que é substâncias psicoativas?  
6415 Vamos trabalhar no popular, gente.

6416  
6417 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP**

6418  
6419 Marcos, política de enfrentamento às drogas.

6420  
6421 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

6422  
6423 Eu acho que não gosto muito dessa palavra.

6424  
6425 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6426  
6427 João Francisco.

6428  
6429 **João Francisco da Mota Junior – Secretaria-Geral da Presidência da República**

6430

6431 Marcos, eu entendo essa importância das drogas, mas só queria que pensássemos  
6432 melhor, porque nós temos o Conselho Nacional de Drogas, eles têm as conferências  
6433 deles e inclusive vai ser agora e também eles tratam muito desse tema, eles tratam  
6434 basicamente sobre esse tema. Ainda que esse tema das drogas esteja relacionado ao  
6435 nosso Conselho, eu não sei se nós colocarmos assim de forma Política de Enfrentamento  
6436 às Drogas, estaremos entrando diretamente na finalidade que é o Conselho Nacional de  
6437 Drogas que também é um Conselho participativo e paritário.

6438  
6439 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6440  
6441 Conselheiro, na verdade, o que a gente discute, nós estamos discutindo isso agora na  
6442 SENASP e com a Casa Civil e nós participamos inclusive do Grupo de Trabalho lá, é o  
6443 viés da Segurança Pública. Então, o que nós estamos discutindo aqui é a nossa política  
6444 de enfrentamento às drogas aqui é o viés da Segurança Pública. Esse viés, ele perpassa  
6445 pela Saúde, pela assistência social. No nosso caso aqui, nós vamos discutir como o  
6446 Sistema de Segurança Pública e Justiça Criminal pode atuar e se organizar e inteirar com  
6447 os demais órgãos nessa política de enfrentamento às drogas. Por isso que cabe aqui  
6448 nesse sentido. Só respeitando a ordem dos inscritos aqui, estão inscritos o Conselheiro  
6449 Marcos Costa que tem que incluir a fala, Mariano, João Batista, Agadeilton e Everardo.

6450  
6451 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

6452  
6453 Eu acho que como subitem era importante colocar Sistema Judicial Criminal e Crime  
6454 Organizado. UPP na realidade é o seguinte, UPP é uma sigla, mas precisa de um termo  
6455 para dizer o que é isso. Polícia de proximidade. Experiências de Polícia de Proximidade,  
6456 ou não?

6457  
6458 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6459  
6460 A polícia de proximidade vai além da polícia comunitária. Só que a polícia de proximidade  
6461 a gente fala que é um conceito maior. Ela abrange outras atividades além da polícia  
6462 comunitária. Hoje fala se em Polícia de Proximidade.

6463  
6464 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
6465 **Municipais de Segurança Pública**

6466  
6467 Experiência de Polícia de Proximidade, de UPP, de proximidade, não comunitária, quem  
6468 vai com força para ocupar o território... O conceito de polícia comunitária é outro.

6469  
6470 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6471  
6472 Perdão, perdão. Conselheiro João Batista, Agadeilton e Everardo.

6473  
6474 **João Batista de Barros Junior - Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**  
6475 **Federais**

6476  
6477 Por favor, dá para baixar, só ver o eixo 7. Lá foi colocado política de enfrentamento ao  
6478 crime organizado e aos grupos de extermínio. Aí com o subitem está: grupos de  
6479 extermínio. E eu entendo que esse eixo podia ficar política de enfrentamento ao crime  
6480 organizado. E aí vamos trabalhar os eixos. Grupo de extermínio é um dos eixos. Política

de enfrentamento às drogas. Eu acho que assim, crime organizado, eu acho que o subtema melhor ficaria combate ao tráfico de entorpecentes, que isso tem diretamente a ver com o crime organizado. Enfrentamento às drogas já levanta a questão que ele pontuou. Eu acho que seria combate ao tráfico de entorpecentes que tem a ver com o crime organizado que é o nosso eixo. Eu queria que você acrescentasse aí, por favor, crimes contra a administração pública. Um subitem que tratasse diretamente com a corrupção. Coincidentemente o Ministério Público no Rio Grande do Norte tem atuado com duas grandes quadrilhas lá e que teve até um desdobramento em São Paulo e realmente assim tem tudo a ver e leva muito dinheiro da população.

**Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança Pública**

Mesa, um aparte aqui. Volta, por favor, eu queria contextualizar e debater com o colega e defender políticas de enfrentamento ao crime organizado e grupos de extermínio seja o nome do eixo, porque necessariamente grupos de extermínio está relacionado à crime organizado. Pode ter grupos de extermínio que é mais ligado à formação de quadrilha, ao grupo de policiais, por exemplo, que passa a fazer grupo de extermínio. E isso no debate mais amplo do crime organizado não tem a ver. Então, eu acho que a gente perde de debater um tema importante que ainda existe em muitos centros a questão do grupo de extermínio. Eu acho que o tema principal é o crime organizado, mas grupo de extermínio pode ou não ter vinculação com o tema principal. Por isso a sugestão e trazer aqui para o companheiro de manter o eixo.

**João Batista de Barros Junior - Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais**

OK, a gente vai para votação e vou continuar discordando, porque até onde tenho conhecimento, eu sou policial também, Eu nunca vi um grupo de extermínio que mata só por matar. Sempre tem droga, sempre tem corrupção. Se eles não estão extorquindo... Então, eu nunca vi um grupo que sai de casa de manhã para matar porque é grupo de extermínio. Eu entendo que eles estão ligados ao crime organizado. É a minha posição. Eles sempre têm por trás das matanças um interesse pecuniário, um interesse financeiro. Pelo menos é o meu conhecimento. Então, era isso que eu tinha que acrescentar. A questão do crime contra a Administração e deixar o grupo de extermínio como um tópico no grupo.

**Aginaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

Conselheiro Agadeilton inscrito, Conselheiro Everardo e Conselheira Cynthia.

**Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes – Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais**

Acho muito oportuna a proposição do Conselheiro Mariano desse eixo específico para tratar da posição do enfrentamento ao que nós denominamos de crime organizado. E aí tudo o que foi colocado como subitem eu entendo como relevante e acrescenta o que pela nossa experiência de atuação na Polícia Federal é, talvez, um dos segmentos mais organizados do crime organizado que é a corrupção no setor público. E aí envolve as diversas esferas do governo, não só Governo Federal mas Governos Estaduais e

6531 Municipais e que digo com toda a experiência de quinze anos atuando nesse setor. É  
6532 certamente o crime mais organizado que temos na Sociedade Brasileira, é a corrupção  
6533 do Setor Público.

6534  
6535 **João Batista de Barros Junior - Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**  
6536 **Federais**

6537  
6538 Só um aparte, porque como ela está acrescentando eu entendo que a corrupção está  
6539 contemplada na política de crimes contra a administração pública. Porque esses crimes  
6540 contra a administração justamente entra na questão da corrupção. Eu acho que poderia  
6541 ficar, que é para diminuir a quantidade de subitens.

6542  
6543 **Aginaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6544  
6545 Conselheiro Agadeilton para concluir, Conselheiro Everardo e Conselheira Cynthia  
6546 inscritos.

6547  
6548 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes – Associação Nacional dos Peritos**  
6549 **Criminais Federais**

6550  
6551 Eu acho que o subitem corrupção, na mesma linha do pensamento de quem lançou o  
6552 item dá um chamamento social mais relevante. Pode até se manter o item política de  
6553 crimes contra a administração pública e colocar entre parênteses corrupção para dar  
6554 ênfase à questão da corrupção, porque tem vários crimes contra a administração pública  
6555 que são de menor valia para a Sociedade, mas o crime específico de corrupção, ele é  
6556 certamente o que mais interessa à Sociedade que se tenha um debate e política concreta  
6557 de combate a essa forma. Sim, Política de Enfrentamento. E aí para concluir a minha  
6558 fala,.

6559  
6560 **Aginaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6561  
6562 No Corrupção, Flávia. Política de Enfrentamento à Corrupção do Setor Público.

6563  
6564 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes – Associação Nacional dos Peritos**  
6565 **Criminais Federais**

6566  
6567 Eu acho que na mesma linha o item Lavagem de Dinheiro da forma como está, não diz  
6568 muita coisa; tem que ser também Política de Enfrentamento aos Mecanismos de  
6569 Lavagem de Dinheiro no Estado Brasileiro.

6570  
6571 **Aginaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6572  
6573 Conselheiro Everardo com a palavra e inscritos Conselheiro Joel e Conselheira Cynthia.

6574  
6575 **Everardo de Aguiar Lopes - Rede Desarma Brasil**

6576  
6577 Francisco, no que diz respeito à questão do combate às drogas que é um debate interno  
6578 e grande e inclusive é uma questão da área de Saúde e etc. Na política de fronteira  
6579 definir o que a Conferência deve discutir. Aí, trata-se da questão do tráfico de drogas. Aí  
6580 sim, é o tráfico exclusivo de drogas da fronteira e tráfico de armas e munições que trata e

6581 diz respeito à questão das fronteiras. E a questão dos termos de cooperação entre a  
6582 relação Brasil e estados, os países, que fazem fronteira conosco. E essas são questões  
6583 específicas da Segurança Pública. Então, eu penso que se nós deixássemos o ponto de  
6584 vista do Agadeilton isolado, combate às drogas e lavagem de dinheiro, nós não estamos  
6585 tratando da questão específica e concreta no que diz respeito à política de enfrentamento  
6586 e das fronteiras que o estado brasileiro vem se colocando.

6587  
6588 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6589  
6590 Talvez para não ficar uma questão muito repetitiva, Políticas de Enfrentamento. Aí a  
6591 gente segue com os itens e depois a gente sintetiza. Flávia. É para a gente não alongar  
6592 nossa discussão. Conselheira Cynthia com a palavra e inscrito Conselheiro Joel.

6593  
6594 **Cynthia Maria Pinto da Luz - Movimento Nacional de Direitos Humanos**

6595  
6596 Nós não fizemos em nenhum grupo referência a questão da Força Nacional e a questão  
6597 do Exército no papel de ações de Segurança Pública. E que são duas realidades que a  
6598 gente está vivendo. Eu acho que a gente pode colocá-los aí na medida em que são duas  
6599 forças que estão sendo utilizadas em virtude da existência do tráfico de drogas e o crime  
6600 organizado. Então a gente tem que incluir o papel da Força Nacional e o papel do  
6601 Exército nas ações de Segurança Pública.

6602  
6603 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6604  
6605 Para encaminhar, Flávia, como último item você dá enter e coloca como último subitem  
6606 Atuação da Força Nacional na Segurança Pública e Atuação das Forças Armadas na  
6607 GLO, que é uma legislação específica de Garantia da Lei e da Ordem. Essa GLO, essa  
6608 situação é uma Lei e há necessidade sempre de atuação das forças armadas de um  
6609 Decreto Presidencial pontual. Nesse caso do Maranhão, que foi citado aqui, ontem, e  
6610 do... Lei Federal. Lei Federal que regula essa atuação e que permite que as forças  
6611 armadas atuem na Segurança Pública em nome da Garantia da Lei e da Ordem. Por isso  
6612 que a pessoa fala GLO. Eu gostaria só que separasse as duas coisas, Flávia, porque a  
6613 gente tem que tratar como assuntos diferentes. O paradigma do Ministério da Justiça com  
6614 a criação das forças armadas foi exatamente isto: Evitar ou deixar que a atuação das  
6615 forças armadas na Segurança Pública ou em atuações internas fossem tidas em casos  
6616 específicos ou como exceção, porque havia uma questão de eleição.

6617  
6618 **João Francisco da Mota Junior - Secretaria-Geral da Presidência da República**

6619  
6620 Augusto, se você me permite essa questão de atuação de forças armadas e da GLO, é a  
6621 questão que nós estamos dentro do eixo que é de Crime Organizado. Seria a atuação de  
6622 Forças Armadas e a Força Nacional dentro desse eixo ou não seria em um outro eixo?

6623  
6624 **Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças Militares  
6625 Estaduais**

6626  
6627 Eu acho que isso aí é instituições.

6628  
6629 **João Francisco da Mota Junior - Secretaria-Geral da Presidência da República**

6630

6631 Nós estamos no eixo sete, não?

6632

6633 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
6634 **Municipais de Segurança Pública**

6635

6636 Nós temos que colocar isso no eixo cinco, não nesse eixo porque discute-se sistemas e  
6637 reformas, o papel das instituições. Bem lembrado pelo João Francisco.

6638

6639 **João Francisco da Mota Junior - Secretaria-Geral da Presidência da República**

6640

6641 Presidente, poderia me dar um minuto só?

6642

6643 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6644

6645 Sim, tem inscritos. Tem dois inscritos. Eu solicito a gentileza dos dois. Só para (...). Pois  
6646 não.

6647

6648 **João Francisco da Mota Junior - Secretaria-Geral da Presidência da República**

6649

6650 Conselheiros, eu vou ter que me ausentar deste Conselho agora porque tenho um  
6651 compromisso na presidência e gostaria de fazer um apelo a vocês que, se possível, em  
6652 face da minha ausência, eu queria antecipar um encaminhamento meu, que seria, na  
6653 verdade, um encaminhamento da Secretaria-Geral da Presidência. Tem a questão que  
6654 faz parte da minha Câmara, nós estamos enfrentando a questão da mortalidade da  
6655 juventude negra que nós chamamos de enfrentamento à violência letal aos jovens  
6656 negros, nós utilizamos com outro tema. A Presidência da República tem uma sala de  
6657 situação no Fórum de Cidadania. E aí nós queremos apresentar este Conselho aqui  
6658 sobre essa questão de quais são as atividades, as operações que estão sendo realizadas  
6659 por parte da Secretaria-Geral em relação a esse tema. Então, eu gostaria de saber se já  
6660 poderia pedir a vocês a antecipação desse encaminhamento e se esta Plenária estaria de  
6661 acordo para a próxima reunião a Secretaria-Geral da presidência viesse apresentar esse  
6662 tema aqui a vocês.

6663

6664 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6665

6666 Senhores, os que concordam com a proposta de encaminhamento permaneçam como  
6667 estão. A mesa registra esse encaminhamento para deliberação.

6668

6669 **João Francisco da Mota Junior - Secretaria-Geral da Presidência da República**

6670

6671 Gostaria de pedir desculpas pela minha ausência agora. Bom-dia para todos.

6672

6673 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6674

6675 Obrigado, João Francisco. Com a palavra o Conselheiro Joel.

6676

6677 **Joel Malta de Sá - Conselho Nacional das Guardas Municipais**

6678

6679 Acrescentaria mais um item ligado diretamente ao Crime Organizado que é o Combate ao  
6680 Contrabando e a Pirataria. Participei na terça-feira num Fórum Nacional de Combate à

6681 Pirataria e a ilegalidade em Foz do Iguaçu. E os números são bastante alarmantes. Na  
6682 cidade de São Paulo através do nosso GGI, nós participamos com todas as forças  
6683 integradas e também a Guarda Civil Metropolitana e estamos mantendo ali a guarda de  
6684 alguns depósitos e das mercadorias apreendidas. E só para os Senhores terem idéia de  
6685 números só na cidade de São Paulo, em um ano, nós fizemos 36 grandes operações de  
6686 combate à pirataria e ao contrabando. Tem tudo a ver, porque o que desencadeou essas  
6687 operações? Prisões de várias pessoas, as Corregedorias das Polícias atuaram, tanto da  
6688 Polícia Civil, Militar, até profissionais da própria Guarda Civil Metropolitana foram presos  
6689 pela própria guarda. E nós prendemos três guardas que estavam desviando Mercadorias  
6690 e as outras Corregedorias também atuaram. E então, na verdade, foram 37 grandes  
6691 operações. Nós apreendemos ali 36 milhões de itens de produtos pirateados, avaliados  
6692 em 1,9 bilhão de reais. Então são números bastante assustadores. E a questão também  
6693 do tráfico de pessoas. Só de ilegais chegaram perto aí de mil pessoas entre chineses e  
6694 outros que foram ou deportados ou presos e pessoas que moravam inclusive nos  
6695 depósitos. Para se ter uma idéia só num shopping e é o Shopping 25 de Março, nós  
6696 vistoríamos ali 922 lojas. E nós achamos chineses morando em verdadeiros cubículos em  
6697 fundos falsos ali das lojas. Então, eu colocaria assim o combate ao contrabando e a  
6698 pirataria que tem tudo a ver com corrupção, com sonegação de impostos, empregos,  
6699 crime organizado, direto aí.

6700  
6701 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6702  
6703 Muito obrigado, Conselheiro. Conselheira Eliana. Então, mais alguma sugestão para esse  
6704 tópico? Conselheiros, vamos para a deliberação então? Deliberação do eixo 7. Nós  
6705 temos duas propostas de nome do eixo. Algum dos Senhores que sugeriram nome retira  
6706 a sua para a gente encaminhar? Creio que elas são, mais ou menos, que não tem uma  
6707 diferença de conteúdo muito grande. Conselheiro Benedito Mariano? O Extermínio. A  
6708 primeira. O Senhor mantém?

6709  
6710 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
6711 **Municipais de Segurança Pública**

6712  
6713 Mantenho.

6714  
6715 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6716  
6717 Quem propôs a segunda, mantém ou retira? Mantém. Então, os Conselheiros que, por  
6718 favor, concordam com a primeira, por favor, levantem o braço. Conselheiros, estamos em  
6719 regime de votação. Conselheiros que concordam com o primeiro nome, por favor,  
6720 levantem o braço. Oito votos. Conselheiros que concordam com o título segundo lá,  
6721 política de enfrentamento ao crime organizado, por favor, levantem o braço. Dois votos.  
6722 Então venceu, apaga o de baixo, Flávia, e permanece o de cima. Eliana, vamos seguir.  
6723 Com a palavra a Conselheira Eliana.

6724  
6725 **Eliana Sousa - Redes de Desenvolvimento da Maré**

6726  
6727 O outro item que precisa ser definido eu acho que é o item mais importante agora é a  
6728 questão dos municípios. O outro item polêmico é a questão dos municípios. Se eles vão  
6729 para a etapa eletiva e o critério, se serão os municípios mais violentos, os não violentos,

6730 o critério da população. Porque eles estão na etapa preparatória. Vocês se lembram  
6731 disso, como é que Era a proposta inicialmente? Tem que ir para as Etapas. Volta aí...

6732  
6733 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6734  
6735 Está lá, Etapa Preparatória Eletiva, Etapa Preparatória... Ali?

6736  
6737 **Eliana Sousa - Redes de Desenvolvimento da Maré**

6738  
6739 Isso. Porque teve uma proposta aqui que todos os municípios elegeram e mandar para...  
6740 Tinha essa proposta. Essa era uma proposta.

6741  
6742 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6743  
6744 Conselheiro inscrito. Conselheiro Mariano...

6745  
6746 **Eliana Sousa - Redes de Desenvolvimento da Maré**

6747  
6748 A outra proposta era pegar os municípios mais violentos e esses também elegeram para  
6749 a etapa nacional para serem delegados. Na verdade, é essa a questão.

6750  
6751 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6752  
6753 Benedito Mariano com a palavra.

6754  
6755 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
6756 **Municipais de Segurança Pública**

6757  
6758 Eu queria sugerir à Câmara Técnica que com relação aos municípios e evidentemente ao  
6759 Pleno, nós mantivéssemos a regra da primeira Conferência. Municípios com mais de 200  
6760 mil habitantes elege delegado direto para a nacional. Eu acho que essa regra é a melhor.  
6761 Essa regra de municípios mais violentos indicar candidato, com base em que índice? Os  
6762 índices nossos não são confiáveis. Eu acho que aí vira um debate sem fim. Eu acho que  
6763 aí nós temos que tentar procurar uma regra mais universal como foi o esforço do Heder  
6764 ontem quando trouxe lá uma representação coeficiente. E a partir daí nós estabelecemos  
6765 o mínimo e máximo e chegou a uma regra melhor. Então, criar muitas regras para a  
6766 participação dos municípios, eu acho que vai criar mais dificuldade que solução. Aparte  
6767 Heder.

6768  
6769 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6770  
6771 Mais algum Conselheiro Palavra com a Conselheira Eliana, inscritos Conselheiros Heder,  
6772 Márcio e Agadeilton.

6773  
6774 **Eliana Sousa - Redes de Desenvolvimento da Maré**

6775  
6776 Só para esclarecer aqui, Mariano. A proposta que a Câmara Técnica de mobilização  
6777 trouxe foi a proposta de a partir de 200 mil, eleje. Manter a proposta. Eleitores. Aí teve  
6778 uma prévia na última reunião e foi sugerido isso. Na verdade, é a segunda proposta.

6779



6780 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6781

6782 Com a palavra Conselheiro Márcio.

6783

6784 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**  
6785 **Transexuais**

6786

6787 Márcio Marins da ABGLT. Só queria o seguinte, gente, fazer uma observação. Eu  
6788 concordo com o método que foi utilizado na primeira CONSEG, que Municípios com mais  
6789 de 200 mil habitantes, eleitores, é isso. Mas não dá para deixar de observar que tem  
6790 municípios muito pequenos, por exemplo, Tabatinga, lá na fronteira, de um lado  
6791 Tabatinga do outro lado Letícia, lá em outro país. Tem uma situação com a Segurança  
6792 Pública que é ímpar, que é diferente de grandes centros urbanos. E que deve ser  
6793 observado. E que numa região como a amazônica sempre há reclamações que os  
6794 municípios afastados do interior não tem acesso, não participam. Dificilmente vai ter  
6795 representantes numa Conferência que vai acontecer em Manaus. De uma forma, Eliana,  
6796 conselheiros e conselheiras, assegurar no regulamento nacional que os estados  
6797 assegurem a participação desses municípios que tem o índice de violência e tem  
6798 problemas com Segurança Pública. Colocar assim. Tem que ter no regulamento, assim  
6799 como outras conferências colocaram lá regras bem específicas para a eleição de  
6800 delegadas e delegados, ter essa garantia de que o estado vai dar atenção àquele  
6801 município que tem uma situação complexa que está lá distante.

6802

6803 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6804

6805 Conselheiros, o encaminhamento da mesa até para a gente ganhar tempo em razão do  
6806 próprio Márcio que é o maior interessado, eu sugiro que fique a questão como o  
6807 Conselheiro Mariano colocou de 200 mil eleitores e no regulamento seja criado  
6808 instrumento. Isso pode ser feito no regulamento. Por exemplo, realização de Conferência  
6809 livre ou alguma situação incluindo esses municípios que a gente julga que sejam  
6810 importantes. Inscritos Conselheiros Joel. Nóbrega, tinha pedido a palavra antes? Não.  
6811 Então, Almir.

6812

6813 **Almir Laureano dos Santos - Rede Desarma Brasil**

6814

6815 Eu queria só saber o impacto porque a gente estava falando aí no quadro e agora a gente  
6816 está acrescentando os municípios com 200 mil eleitores. Já estava? Então, está  
6817 contemplado.

6818

6819 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6820

6821 A proposta, algum dos Senhores tem dúvida com relação a essa proposta? Participação  
6822 dos municípios com mais de 200 mil eleitores. Todos em condição de votar? Senhores  
6823 Conselheiros que concordam com a proposta apresentada, por favor, permaneçam como  
6824 estão. A regra de participação dos municípios com mais de 200 mil eleitores, é isso? Os  
6825 Senhores concordam com essa proposta, por favor, permaneçam como estão. Aprovada.  
6826 Eliana, vamos tocar. Eram essas as questões. Conselheiro Heder e Agadeilton com a  
6827 palavra para apresentar o quadro. Terminou? Conselheiro Marcos com a palavra.

6828

6829 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

6830  
6831  
6832  
6833  
6834  
6835  
6836  
6837  
6838  
6839  
6840  
6841  
6842  
6843  
6844  
6845  
6846  
6847  
6848  
6849  
6850  
6851  
6852  
6853  
6854  
6855  
6856  
6857  
6858  
6859  
6860  
6861  
6862  
6863  
6864  
6865  
6866  
6867  
6868  
6869  
6870  
6871  
6872  
6873  
6874  
6875  
6876  
6877  
6878  
6879

Provavelmente a gente ainda vai voltar a esse tema, porque voltará ao CONASP o Regimento Interno, detalhado e tudo o mais e tal. Algo que a gente poderia antecipar já, é o que consta já no Regimento Interno da Conferência Nacional de Saúde. Lá, você tem uma comissão organizadora e existe uma comissão, um comitê executivo. E esse comitê executivo, ele é nomeado pelo Ministro da Saúde com profissionais de próprio Ministério da Saúde. Porque aquilo dali, isso sinaliza o comprometimento do Ministério da Saúde com a Conferência. Então, eu acho que era importante para a gente ganhar tempo que fosse definido aqui a constituição de um comitê executivo.

**Aginaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

Flávia, anota , por favor. Foi definido isso ontem, já.

**Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

Não, o comitê executivo tem que ser nomeado com a Portaria do Ministério da Justiça e tudo mais e tal, junto com a Câmara Técnica.

**Aginaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

Servidores Públicos do Ministério da Justiça. Designação pelo Ministro da justiça através de Portaria de um comitê executivo composto de servidores do Ministério da Justiça para apoio a execução da Conferência junto com a Câmara Técnica. Isso.

**Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

Deixa eu só dar uma lida como ficou aqui.

**Aginaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

Tá, Portaria do Ministro da Justiça designando.

**Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

Está aqui. A comissão organizadora contará com o comitê executivo designado pelo Ministério da Saúde e composto por representantes dos seus órgãos para dar apoio administrativo, financeiro, técnico e da infraestrutura para a execução de suas atividades e das deliberações do Pleno do Conselho Nacional de Saúde à realização da 14ª. Conferência Nacional de Saúde.

**Aginaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

Isso, Flávia, depois você copia. O Conselheiro Marcos vai encaminhar para você. Alguém tem alguma objeção com relação a isso? Aprovado, então. E o Conselheiro Marcos depois encaminha. Com a palavra o Conselheiro Agadeilton e o Conselheiro Heder para apresentar o quadro. Tem como projetar lá, Agadeilton?

**Eliana Sousa - Redes de Desenvolvimento da Maré**

6880 Gente, só para fechar... Só para fechar essa questão da segunda Conferência, eu vou  
6881 fazer com a Câmara a revisão de tudo o que foi acordado aqui, fazer uma versão para a  
6882 Secretária-Executiva mandar. E a gente vai fazer a proposta do Regimento para mandar  
6883 por e-mail para os Conselheiros para adiantar isso. E aí pauta na primeira reunião do ano  
6884 ou extraordinária, porque senão vai ficar muito em cima para contratar.

6885  
6886 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6887  
6888 Tranqüilo, vamos tocar. Agadeilton com a palavra. Flávia, pode projetar a tabela aí.

6889  
6890 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**  
6891 **Criminais Federais**

6892  
6893 Aumenta um pouquinho a fonte aí, Flávia. Bem, pessoal, eu e o colega Heder nos  
6894 reunimos ontem em reservado com a nobre intenção de conciliar as duas idéias que  
6895 foram ontem colocadas para se definir a questão da distribuição das cadeiras dos  
6896 delegados tanto para os segmentos como para... Então, tanto para os delegados de cada  
6897 segmento como para as unidades da federação.

6898  
6899 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6900  
6901 Conselheiros, Conselheiros, Flávia, Flávia. Por favor, só um instantinho, depois a gente  
6902 termina esse texto. Conselheiros. Conselheira Cynthia. Flávia, aguarda só um minutinho,  
6903 depois a gente faz isso. Conselheiros, eu peço a gentileza dos Senhores, só para a gente  
6904 terminar esse quadro e concluir. O trabalho pelo o que o Heder me adiantou ficou muito  
6905 bom. E concluindo o quadro nós vamos ter um intervalo de dez minutos para que o  
6906 Márcio possa se organizar ali e possa resolver alguma questão pendente, inclusive a  
6907 Presidência.

6908  
6909 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**  
6910 **Criminais Federais**

6911  
6912 As duas propostas que haviam, uma da minha autoria e outra do colega Benedito  
6913 Mariano que foi, salvo engano, aprimorada pela Mesa, pelo Presidente deste Conselho,  
6914 estabelecia parâmetro mínimo de 2% de participação para a unidade que tivesse menor  
6915 participação no quantitativo de vagas tivesse 2% e a maior, parâmetro máximo, seria de  
6916 10%. A maior unidade da federação com cadeiras teria no máximo até 10%. E  
6917 aproveitando todo o trabalho também feito pelo colega Heder, nós adaptamos esses dois  
6918 parâmetros à idéia da distribuição antes feita pelo colega Heder de alguns estados ter o  
6919 mínimo. E aí mantidos todos os estados da Paraíba, de Roraima até a Paraíba e os  
6920 demais estados relacionado à população de cada estado. E aí foi aproveitada aquela  
6921 idéia que lancei de que até 10 milhões de habitantes teria aquele quantitativo de 84  
6922 cadeiras. Acima de dez milhões, uma cadeira a mais a cada milhão de habitantes. Com  
6923 base nesse número nós chegamos ao número de 1472 vagas. E para alcançar as 1500,  
6924 nós pegamos esses estados que tiveram esse limitador, no caso São Paulo, Rio de  
6925 Janeiro, Minas Gerais, Bahia. E aí também incluímos Pernambuco, Ceará e até o estado  
6926 de Santa Catarina, aliás, até o Estado de Goiás. E fizemos uma distribuição dessas  
6927 vagas até alcançar mil e quinhentos (1500).

6928  
6929 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6930  
6931  
6932  
6933  
6934  
6935  
6936  
6937  
6938  
6939  
6940  
6941  
6942  
6943  
6944  
6945  
6946  
6947  
6948  
6949  
6950  
6951  
6952  
6953  
6954  
6955  
6956  
6957  
6958  
6959  
6960  
6961  
6962  
6963  
6964  
6965  
6966  
6967  
6968  
6969  
6970  
6971  
6972  
6973  
6974  
6975  
6976  
6977  
6978  
6979

Totalizou em quanto?

**Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais**

Mil e quinhentos.

**Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

Então, eu sugiro o seguinte, que nós agreguemos mais três por estado, o que deve dar em torno de mais cento e cinquenta, sendo esses três, um representante do Ministério Público, um do Judiciário e um da Assembléia Legislativa. A gente tem que verificar esse agregado que tem que agregar. Esse, talvez, seria interessante a gente agregar nominal com a vaga já delimitada para cada um deles.

**Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais**

Se me permitem. Agadeilton, você me concede? Porque o que ocorre ali é o seguinte. Nós fechamos em mil e quinhentas o estabelecido. O que ocorre é que o parâmetro para que façamos o cálculo são os trabalhadores. Olha o que ocorre, vamos pegar o primeiro exemplo. Santa Catarina. Você tem lá vinte da Sociedade civil; não é problema. Mas você tem quinze trabalhadores. Sobram três. A sobra, porque aí o que acontece? Nós temos cinquenta vagas sobrando para que haja um equilíbrio entre os trabalhadores. Por exemplo, Santa Catarina sobram dois. Eu vou começar com o primeiro lá. Goiás, sobram dois, o próximo estado sobram três, o outro quatro. E assim sucessivamente. E ao final nós temos cinquenta vagas, porque essa foi a regra de distribuição. O que não dá para eu dizer agora, por exemplo, o estado que tem quatorze, qual trabalhador terá outra vaga? Penso que seria prudente dentro dessa perspectiva essas cinquenta vagas. Ou então ela sai fora dessa matemática, a gente já sabendo que esses estados alguns dentro da regra matemática um perdeu dois e uma hora o estado perdeu nove. Paraná, por exemplo, ele perdeu nove trabalhadores, porque se você tem vinte e cinco... Não é Paraná, não. O Paraná perdeu um só. Porque lá é um número absoluto. E como nós temos doze trabalhadores para você ter o dobro você tem que ter vinte e quatro. Então, sobra um. Para ter o triplo, trinta e seis. Então, sobram cinquenta vagas das mil e quinhentas e não sei se aí colocaríamos com os trabalhadores.

**Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

Só para a gente encaminhar. Flávia, desce além da tabela e sai da tabela, para que a gente relacione as entidades. Talvez não tenha no Excel, talvez no outro arquivo. Para a gente relacionar quais são as entidades convidadas, Agadeilton. E aí a gente estabelece como regra para a gente encaminhar o remanescente que você e o Heder fizeram muito bem e essas que entrariam como convidadas. Você quer relacionar, por favor?

**Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais**

Você fala o que? As entidades...

6980  
6981 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6982  
6983 Ministério Público, Defensoria, Judiciário, Assembléia. Entra na sobra.

6984  
6985 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**  
6986 **Criminais Federais**

6987  
6988 Então vamos lá, Ministério Público, Federal e Estadual? Ministério Público Federal e  
6989 Estadual. Defensorias Públicas Federal e Estadual. Judiciário também? Judiciário Federal  
6990 e Estadual.

6991  
6992 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

6993  
6994 Poder Judiciário Estadual e Federal.

6995  
6996 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**  
6997 **Criminais Federais**

6998  
6999 Tem mais algum?

7000  
7001 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

7002  
7003 Poder Legislativo Estadual. A Assembléia Legislativa, um representante? Não, não, mas  
7004 essa perspectiva que é garantia de vaga. Nós vamos pegar os dois remanescentes.

7005  
7006 **Cynthia Maria Pinto da Luz - Movimento Nacional de Direitos Humanos (fora do**  
7007 **microfone)**

7008  
7009 Mas, por exemplo, o legislativo já não vai estar naqueles cem convidados? Não está se  
7010 utilizando mal essa sobra? Porque.

7011  
7012 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

7013  
7014 Não, na verdade, nós temos... Conselheiros.

7015 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**  
7016 **Criminais Federais**

7017  
7018 Eu só queria fazer o encaminhamento, por favor. Eu queria concluir o raciocínio da  
7019 tabela, explicar como foi e é uma tabela que agora está num modelo dinâmico, Excel,  
7020 qualquer mudança a gente pode inserir coluna para chegar ao número final. Então assim,  
7021 finalizando a proposta da tabela, a gente uniu as duas idéias e fechamos o número de mil  
7022 e quinhentos. Eu, particularmente, defendo a manutenção dessa tabela. Para resolver os  
7023 problemas que o colega Heder levantou de como nós iremos ocupar as cadeiras  
7024 excedentes em cada estado para cada segmento. E como eu acho que a escolha dos  
7025 delegados será um processo de mobilização e processo democrático. Eu acho que essas  
7026 cadeiras devem ser ocupadas pelo segmento. Aí já é uma proposta para finalizar a  
7027 questão da tabela de forma democrática a partir de eleições conforme serão. Agora, as  
7028 doze vagas restritas a cada segmento terão que ser do segmento. As vagas excedentes  
7029 entre todos os segmentos dos trabalhadores mediante eleição. E aí o segmento que

7030 conseguir mobilizar vai ter mais representante. Essa é a idéia para esse problema. E a  
7031 questão dos convidados eu acho que é uma coluna à parte, ver o número, ver quantos  
7032 são e adicionar esse número de mil e quinhentos (1500).  
7033

7034 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**  
7035

7036 Para que possamos encaminhar essa discussão em razão do compromisso que  
7037 assumimos com o Conselheiro Márcio e Heder, eu pergunto o seguinte: Tem alguém que  
7038 tem alguma questão a ser levantada com relação a essa tabela ou podemos encaminhar  
7039 para aprovar essa tabela? Perdão, só porque o Marcos estava inscrito antes.  
7040

7041 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**  
7042

7043 Eu estou sempre pescando assim. O Marcos Rezende me disse que sou da área de  
7044 Saúde. Mas o pessoal da área de Saúde fez o seguinte. Eles pegaram, na lógica de  
7045 Agadeilton e Heder, houve uma distribuição também equitativa, 30% das vagas foram  
7046 distribuídas de forma igual entre os estados. Aí eles fizeram um ajuste com os 70%.  
7047 Esses são os eleitos e fizeram uma proporção. E tem uma coluna de ajuste para poder  
7048 compatibilizar a proporcionalidade do segmento. Tem uma coluna de ajuste que eles  
7049 colocam ajuste. Além desses eles colocaram que também você tem os participantes  
7050 eleitos nas etapas estaduais. Aqui vai ser eleito nas etapas estaduais e municipais. Além  
7051 desses, também farão parte os próprios Conselheiros do Conselho Nacional de  
7052 Segurança. Então no nosso caso nós também teremos que estar lá. Além disso, eles  
7053 colocaram instituições convidadas. Aí indicadas assim entidades nacionais dos  
7054 profissionais de Saúde, que tem lá um percentual que essas entidades nacionais  
7055 indicariam. Então, existe esse de mesclar um pouco. Os eleitos trabalharam com algo  
7056 parecido com essa tabela de proporcionalidade. Os próprios Conselheiros e mais os  
7057 convidados e aí chegou lá a Três mil e tanto. Então, eu acho que dá para seguir nessa  
7058 lógica. A gente vai ter uma distribuição proporcional, eles garantiram um mínimo igual  
7059 entre todos os estados e variaram conforme a população e fizeram o ajuste para dar  
7060 proporcionalidade. Além disso, tem outros convidados que seriam convidados, aí seriam  
7061 os natos e mais entidades nacionais e aí entidades nacionais dos segmentos  
7062 representados. Entendeu?  
7063

7064 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**  
7065

7066 É, na nossa lógica aqui, nós temos a questão de gestores, dos trabalhadores e da  
7067 Sociedade civil. Essa lógica nós estamos resolvendo o problema de outra forma, mas  
7068 estamos resolvendo também contemplando todos os atores. Esse pessoal que eles  
7069 colocaram e essa possibilidade dos convidados com vagas remanescentes e com este  
7070 que a gente está colocando acho que vamos alcançar também a proporcionalidade e a  
7071 participação ampla e geral.  
7072

7073 **José Lopes Hott Junior - Departamento de Polícia Rodoviária Federal**  
7074

7075 A minha questão é mais de um esclarecimento. Não quanto à tabela, eu acho que ficou  
7076 justo, mas se em seguida a gente vai discutir como será o critério de escolha dentro dos  
7077 segmentos. Porque a nossa preocupação é que as forças da União nos estados em  
7078 termos quantitativos são bem inferiores às forças estaduais. E a gente corre o risco de  
7079 ficar representação só estadual.

7080  
7081 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

7082  
7083 Eu acho que ficaria bom no Regimento.

7084  
7085 **José Lopes Hott Junior - Departamento de Polícia Rodoviária Federal**

7086  
7087 Só deixar registrada essa ressalva.

7088  
7089 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**  
7090 **Criminais Federais**

7091  
7092 Aproveitando o questionamento do colega, eu acho que já tem na distribuição da cadeira  
7093 dos trabalhadores, tem cadeiras reservadas especificamente para segmentos federais.  
7094 Embora eu, particularmente, como representante do segmento da Perícia me sinta ali  
7095 prejudicado porque a Perícia é um dos segmentos que está junto com o segmento  
7096 estadual da Perícia. Fato que não ocorre com a PRF, porque não tem segmento estadual.  
7097 Os delegados têm uma vaga reservada para delegados federais e delegados estaduais.  
7098 Os agentes da mesma forma. Os Papiloscopistas e Peritos não tem esse mesmo critério.

7099  
7100 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

7101  
7102 Vai no regimento, no regimento a gente pode regular.

7103  
7104 **Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**  
7105 **Estaduais**

7106  
7107 Conselheiro Hott, dentro do que nós estabelecemos que foram os doze, estão  
7108 contemplados: da Polícia Civil, o agente; da Polícia Civil, o delegado; da Polícia Militar, os  
7109 praças; da Polícia Militar, os oficiais; da PF, os delegados; da PF, os agentes; PRF; as  
7110 Guardas Municipais; os Bombeiros oficiais; os Bombeiros praças; os Agentes  
7111 Penitenciários; Peritos. Esses são os que nós Trabalhamos. Evidentemente se tiver  
7112 ficado algum trabalhador fora tem que se rediscutir todo o modelo. Aí interfere em todo o  
7113 trabalho em todo o quadro. Então talvez seja assim por ser levantado o dado agora até  
7114 para que conclua o trabalho e depois fazê-lo. Ora, tem algum trabalhador de fora? Então  
7115 refaça-se toda a lógica e aumenta-se o coeficiente porque se não tiver fecha-se nisso ou  
7116 então disputam todos os trabalhadores vaga. Porque esses são os que nós  
7117 contemplamos, tá?

7118  
7119 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

7120  
7121 Conselheiro Almir.

7122  
7123 **Almir Laureano dos Santos - Rede Desarma Brasil**

7124  
7125 Na primeira, os Secretários de Segurança tinham uma vaga nata. Os Comandantes  
7126 também. Isso vai ocorrer nessa? Os convidados. Porque vai alterar o número de 1500.  
7127 Vão ser convidados?

7128  
7129 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

7130  
7131  
7132  
7133  
7134  
7135  
7136  
7137  
7138  
7139  
7140  
7141  
7142  
7143  
7144  
7145  
7146  
7147  
7148  
7149  
7150  
7151  
7152  
7153  
7154  
7155  
7156  
7157  
7158  
7159  
7160  
7161  
7162  
7163  
7164  
7165  
7166  
7167  
7168  
7169  
7170  
7171  
7172  
7173  
7174  
7175  
7176  
7177  
7178

Já está feita a conta como gestores.

**Almir Laureano dos Santos - Rede Desarma Brasil**

Já está dentro dos gestores?

**Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais**

Aí Almir para cada praça você está entendendo um gestor. Praça, não. Para cada trabalhador, um gestor correspondente.

**Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

Deixa eu tentar esclarecer um pouco.

**Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais**

Essa tabela é a da passada, tá?

**Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

Deixa-me tentar esclarecer a proposta de como foi feita a Conferência Nacional de Saúde. Eles têm três categorias de participantes. A primeira categoria são os delegados eleitos nas etapas deles. A segunda categoria são delegados eleitos pelos segmentos representados dentro do Conselho Nacional de Saúde, os órgãos nacionais, certo? E uma terceira categoria que são Delegados Natos do Conselho Nacional de Saúde. Quer dizer, aqueles que integram o próprio Conselho são delegados natos na conferência. Então, na eleição eles pegaram e fizeram o seguinte. Divisão equitativa de 30% do total de delegados entre 37 estados, 30% igual. Distribuição de 70% do total de delegados. Aí tem uma fórmula que eles aplicam. Mas aí eu acho que isso é bem interessante. Você tem o conceito de delegados que são eleitos nas etapas que precedem à Conferência Nacional e tem delegados que são indicados pelas entidades nacionais. Então, você tem aqui delegados eleitos por órgãos de governo e entidades de abrangência e representação nacionais no total de 10% dos participantes na décima Conferência. Reservaram 10% do total e ali dentro desses 10 vai ter delegados eleitos por entidades nacionais de prestadores de serviços de Saúde, delegados eleitos por entidades de trabalhadores de Saúde, delegados eleitos por entidades de movimento dos usuários. Essa formula eu acho interessante. Eles trabalham com a eleição nas etapas anteriores, porque é uma Conferência Nacional. Então, é importante, por exemplo, que tenha uma representação...E aí o que nós faríamos é o seguinte, se seguirmos isso, nós definiríamos quais as entidades nacionais que teriam representação aqui. E essa aqui é a questão. Por exemplo, se nós definirmos o seguinte, que o nosso teto é dois mil, é mil e quinhentos, a gente vai adaptar isso daí.

**Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**



7179 Olha só, diante de todas as discussões que estão acontecendo aqui, eu acho que essa  
7180 discussão é mais complexa do que a gente está pensando agora. Eu sugiro que a gente  
7181 faça aqui, até para a gente não atrapalhar a pauta que está seguindo e da necessidade  
7182 dessas sugestões que o Marcos colocou que é interessante, até para que uma coisa que  
7183 não aconteceu na passada e que me parece muito legítima, que cada segmento e cada  
7184 classe, cada categoria, exatamente, individualmente eleja o seu representante nacional  
7185 para a Conferência. Coisa que não aconteceu na passada. Estou percebendo, não sei se  
7186 os Senhores e se as Senhoras concordam, que essa discussão é um pouco mais ampla .  
7187 E que talvez se fizermos alguma discussão aqui vamos engessar o Regimento. Então  
7188 sugiro, Eliana, que você como relatora que, talvez, esse tópico a gente guarde para  
7189 discutir com o Regimento. Nós temos um parâmetro de número que é mil e quinhentos a  
7190 mil e oitocentos. Mas que esse detalhamento que a gente faça casado com o Regimento,  
7191 mesmo porque surgem alternativas como essa que o Marcos falou que me parecem  
7192 muito razoáveis. De repente a complexidade pode ser um pouco mais abrangente que só  
7193 a gente definir aqui uma tabela e engessar o resto do nosso processo. Concordam com  
7194 esse encaminhamento? Se concordarem, Eliana, se você concordar a gente aprova como  
7195 está e passa para o próximo tema. Todos concordam? Concordam? Que a gente  
7196 aprofundo um pouco mais. Algum ponto mais, Eliana?

7197  
7198 **Eliana Sousa - Redes de Desenvolvimento da Maré**

7199  
7200 Tem a questão do voto. A questão do voto cruzado.

7201  
7202 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

7203  
7204 Eu acho que isso também é Regimento. É isso? Podemos aprovar o texto? Tem mais  
7205 alguma coisa? .

7206  
7207 **Eliana Sousa - Redes de Desenvolvimento da Maré**

7208  
7209 Eu queria que a gente aprovasse para o final de janeiro uma reunião extraordinária para  
7210 discussão do Regimento.

7211  
7212 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

7213  
7214 Encaminhamento, final de janeiro, uma extraordinária para o Regimento. Todos  
7215 concordam? Por favor, pessoal. Nós, infelizmente, temos um problema com tempo que  
7216 está realmente corrido. E nós não vamos conseguir resgatar o compromisso assumido.  
7217 Conselheiros, pela ordem, Conselheiro Agadeilton com a palavra.

7218  
7219 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**  
7220 **Criminais Federais**

7221  
7222 Eu concordo com a idéia da Reunião Extraordinária para discutir Regimento, mas ontem  
7223 foi também pontuada a necessidade de uma Reunião Extraordinária para discutir a  
7224 questão da Audiência Pública com posterior Reunião Extraordinária. A não ser que se  
7225 adapte aí. Podia casar as duas. Não sei se o nosso Regimento permite duas pautas para  
7226 uma Reunião Extraordinária.

7227  
7228 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

7229  
7230  
7231  
7232  
7233  
7234  
7235  
7236  
7237  
7238  
7239  
7240  
7241  
7242  
7243  
7244  
7245  
7246  
7247  
7248  
7249  
7250  
7251  
7252  
7253  
7254  
7255  
7256  
7257  
7258  
7259  
7260  
7261  
7262  
7263  
7264  
7265  
7266  
7267  
7268  
7269  
7270  
7271  
7272  
7273  
7274  
7275  
7276  
7277  
7278

Uma é Audiência Pública e outra será Reunião Extraordinária.

**Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais**

Nós temos que casar Audiência Pública num dia e Reunião Extraordinária no outro para economizar recursos aí para a união.

**Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

Conselheira Tereza. No microfone, Conselheira, por favor.

**Tereza Cristina Almeida Ferreira - Conselho Nacional dos Defensores Gerais - CONDEGE**

O tema não cabe, mas só para aproveitar a decisão, nós também temos uma necessidade em função de não ter tido a presença de todos os consultores na nossa Câmara Técnica, haveria a possibilidade de casar uma reunião da nossa Câmara nesse dia?

**Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

Não vai acontecer, Conselheira. Porque esse tema é um tema muito grande.

**Tereza Cristina Almeida Ferreira - Conselho Nacional dos Defensores Gerais - CONDEGE**

A gente tem uma necessidade a nossa Câmara, aproveitando o ensejo.

**Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

O problema é que nós já temos dois assuntos que devem gerar muita polêmica.

**Tereza Cristina Almeida Ferreira - Conselho Nacional dos Defensores Gerais - CONDEGE**

Mas é separado. A gente não já vem?

**Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

Sim, aí é questão que a gente pode discutir. Senhores e Senhoras então ficam aprovadas as duas demandas. A questão que a Conselheira apontou foi uma reunião anterior da Reunião Extraordinária da Câmara Técnica que não ocorreu nesse evento. E, nós teríamos então três eventos diferentes. Para eles, eles vão ter essa reunião do grupo. Para o restante a Audiência Pública e a Reunião Extraordinária. Todos concordam? Então vamos encaminhar?

**Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras**

7279 Um esclarecimento. A Audiência Pública seria com todo mundo, é isso?

7280  
7281 **Aginaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

7282  
7283 Só um instante, pessoal. Só esclarecendo o Conselheiro. A Câmara Técnica da  
7284 Conselheira Tereza que não se reuniu nesse evento.

7285  
7286 **Tereza Cristina Almeida Ferreira - Conselho Nacional dos Defensores Gerais -**  
7287 **CONDEGE**

7288  
7289 Reunimos e não acusamos porque os consultores faltaram...

7290  
7291 **Aginaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

7292  
7293 Sim, então teve duas pessoas que não vieram. Vão se reunir, só eles um dia antes.  
7294 Todos os Conselheiros vão se reunir para a Audiência Pública e Reunião Extraordinária  
7295 definida pelo Regimento. É isso. Mais alguma questão? Conselheira Eliana.

7296  
7297 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

7298  
7299 Tem Audiência Pública, certo? A extraordinária do outro dia eu acho que a prioridade vai  
7300 ser definir o Regimento. Pode ser que nessa extraordinária do outro dia não dê para a  
7301 gente analisar os resultados da Audiência Pública. Mas coloca na pauta da outra.

7302  
7303 **Aginaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

7304  
7305 Isso.

7306  
7307 **Eliana Sousa - Redes de Desenvolvimento da Maré**

7308  
7309 Eu queria sugerir pegar o calendário de 2012 para definir a data.

7310  
7311 **Aginaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

7312  
7313 Conselheira, a gente encaminha porque senão daqui a pouco nós vamos começar a  
7314 discutir data. Então vamos para o intervalo e daqui a dez minutos a gente retorna com o  
7315 Conselheiro Márcio Marins. Dez minutos.

7316  
7317 **Cynthia Maria Pinto da Luz - Movimento Nacional de Direitos Humanos**

7318  
7319 Só preciso me despedir por causa do meu vô e dizer que o nosso trabalho da Câmara  
7320 Técnica que era instituições policiais foi por e-mail e nós não vamos ter ninguém aqui  
7321 disponível para estar apresentando. O texto de qualquer forma já é de conhecimento do  
7322 coletivo. Então, um bom final de reunião para todos os Conselheiros e Conselheiras e um  
7323 bom fim de ano para todos nós.

7324  
7325 **Aginaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

7326  
7327 Muito obrigado, intervalo de dez minutos.

7328

7329 (intervalo).

7330  
7331 **Aginaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

7332  
7333 Senhores e Senhoras, Conselheiros e Conselheiras vamos retomar. Com a palavra o  
7334 Conselheiro Márcio.

7335  
7336 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**  
7337 **Transexuais**

7338  
7339 Bom, novamente bom-dia a todas e todos. Conselheiras e Conselheiros, iniciar dizendo  
7340 que essa pauta foi sugerida desde a reunião de maio e só hoje em respeito aos outros  
7341 temas que foram discutidos aqui no Conselho só hoje que nós estamos trazendo, que é  
7342 um pouco da homofobia no Brasil. Eu mudei um pouco a apresentação. Nós discutimos lá  
7343 na reunião da mesa diretora que precisamos aqui, neste Conselho, espaços de formação.  
7344 Falei com a doutora Suelen, com o Conselheiro Heder que Conselheiros e Conselheiras  
7345 devem se conhecer melhor o trabalho do outro e da outra, como é que a associação  
7346 funciona. E então eu mudei um pouco a apresentação que eu teria para fazer aqui hoje  
7347 até em razão do e-mail do companheiro Marcos Dias que mesmo sem saber do que ia  
7348 ser tratado, eu vou ler a carta dele depois, ele se pronunciou de maneira ofensiva  
7349 atacando sendo que ele nem sabia o que ia ser feito aqui. Então, com a modificação que  
7350 eu fiz aqui, eu trago um pouco do que é o movimento LGBT, o que é que lésbicas, gays,  
7351 travestis e transexuais passam no Brasil e pelo que nós trabalhamos. É uma forma de  
7352 nos conhecermos melhor. Assim como temos que conhecer o trabalho que é feito na  
7353 Maré, como é que são os trabalhos feitos nas comunidades, nas associações de classe  
7354 que temos aqui, como é que está funcionando todas as áreas. A sugestão da mesa  
7355 diretora é que inclusive no planejamento para o ano que vem pelo menos 40 minutos de  
7356 início de cada reunião ordinária, nós tenhamos esse espaço formativo numa agenda fixa.  
7357 Vamos conhecer o trabalho da ANASPRA, conhecer o trabalho. Não ver uma situação  
7358 específica. O que é a ANASPRA, como ela funciona, quais são seus objetivos e assim  
7359 com todos os segmentos e com todos os componentes aqui do CONASP. Bom, a  
7360 homofobia no Brasil, avanços e perspectivas. Sou representante aqui, não dá para deixar  
7361 de apresentar da associação brasileira de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e  
7362 transexuais que foi fundada em 1995 com 31 organizações e hoje nós temos 253  
7363 organizações formais avaliadas em todos os estados e regiões do Brasil. Temos como  
7364 missão promover a cidadania e defender os direitos de LGBT's, contribuir para uma  
7365 democracia sem discriminação, defender a liberdade de orientação sexual e identidade  
7366 de gênero. Vamos falar um pouquinho sobre princípios, alguns conceitos, a situação  
7367 problema, avanços e desafios da comunidade LGBT. Bom, como princípios norteadores  
7368 nós temos a declaração universal dos direitos humanos que diz que todas as pessoas  
7369 nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Todas são iguais perante a Lei e tem  
7370 direito sem qualquer distinção e igual proteção da Lei. Também norteadas pela  
7371 Constituição Federal no artigo primeiro, artigo terceiro e artigo quinto que creio que todos  
7372 e todas aqui conhecem, não preciso fazer uma leitura aprofundada. E na laicidade do  
7373 estado, que o Decreto 119 A de 7 de janeiro de 1990 e legislações subsequentes  
7374 confirmam e afirmam que o Brasil é um estado laico. Quando a gente está falando do  
7375 estado laico, não estamos falando de ausência de religião, estamos falando inclusive em  
7376 respeito à liberdade religiosa mas essa nação é regida pela Lei e Constituição Federal e  
7377 não pelo credo, pela ideologia religiosa de qualquer setor da Sociedade. Pode ir. Direitos  
7378 sexuais. Entre os direitos do cidadão convém lembrar que estão os direitos sexuais que

7379 incluem o direito de controlar e decidir a liberdade com responsabilidade os assuntos  
7380 relacionados com sua sexualidade, livre de coerção, discriminação e violência. Alguns  
7381 conceitos que eu acho que é muito importante. A gente brinca, esquecem das mulheres.  
7382 Enfim, o politicamente correto está aí e faz toda a diferença no final das contas. LGBT é  
7383 de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Ah! Essa sigla muda muito. Tem  
7384 sempre alguém falando isso. Nunca foi GLS que era um rótulo comercial para  
7385 empresários que ganham dinheiro com esse segmento da população. Era GLBT, sim, por  
7386 uma questão de respeito à invisibilidade pelo que passavam mulheres lésbicas e  
7387 bissexuais, nós resolvemos na primeira Conferência Nacional colocar o L na frente para  
7388 dar visibilidade ao movimento de mulheres lésbicas. Orientação sexual. São três  
7389 orientações sexuais principais. Não existe o certo ou errado, nem cientificamente. A gente  
7390 fala de principais até porque a Ciência acredita que isso não é limitado. Heterossexual  
7391 que são pessoas que tem atração afetiva e sexual por pessoas do sexo oposto. Bissexual  
7392 por ambos os sexos e homossexual que é aquele indivíduo que tem atração afetiva e  
7393 sexual por alguém do mesmo sexo. A orientação sexual segundo Kinsey, Dr. Kinsey, que  
7394 fez as únicas pesquisas que nos dão qualquer tipo de indicador foram feitas na década  
7395 de 40 e 50 que existe uma escala de orientação sexual variando desde heterossexual  
7396 exclusivo até homossexual exclusivo. Também é possível que a pessoa não permaneça a  
7397 vida toda em um só lugar nessa escala. Claro, vai da vivência, da compreensão, do meio  
7398 social em que ela vive, dela se aceitar ou não que ela vai se identificar em alguma etapa  
7399 dessa escala. Ainda sobre orientação sexual, compreendemos que a orientação sexual  
7400 como uma referência à capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração  
7401 emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente ou do mesmo gênero ou  
7402 de mais de um gênero até, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas  
7403 pessoas. Isso aí, gente, não é frase do movimento LGBT, são os princípios de Yosyarta  
7404 que são assinados pelo Brasil. Orientação sexual. Não é recomendado referir-se à opção  
7405 sexual ou escolha sexual. É lógico que creio que ninguém ia escolher ou optar como  
7406 orientação sexual por uma orientação sexual que é achincalhada e covardemente tem  
7407 seus direitos violados no dia-à-dia. Então é orientação sexual. E essa Orientação  
7408 também... Eu sei que estamos em um meio que não tem pessoas sem informação ou  
7409 pessoas totalmente ignorantes, mas esse orientação não é de orientar ninguém como  
7410 algumas lideranças falam. É para onde você direciona apenas. Exatamente. Identidade  
7411 de gênero é a percepção da pessoa de ser de gênero masculino ou feminino  
7412 independentemente do sexo biológico. A identidade de gênero como um profundo sentir  
7413 experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não  
7414 corresponder ao sexo biológico ou sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso  
7415 pessoal do corpo que pode envolver, por livre escolha a modificação da aparência ou  
7416 função corporal por meios médicos, cirúrgicos e outros. E outras expressões de gênero,  
7417 inclusive na vestimenta Pode falar como nos manifestamos. Isso também está previsto  
7418 nos princípios de Yogyakarta. E a gente fala muito da transexualidade e da travestilidade  
7419 e, por exemplo, a transexualidade e a travestilidade se não fosse algo biologicamente  
7420 comprovado e que merece atenção, não teríamos inclusive tratamento e atenção do  
7421 Sistema Único de Saúde para as pessoas trans. Homossexualidade e homossexualismo.  
7422 Isso aí também existe muita discussão mas o sufixo “ismo” geralmente não é regra é  
7423 utilizado para significar manias ou doença comumente ligado a algumas perversões. E o  
7424 sufixo “dade” é de um modo de ser. Tipo, exemplo: tranquilidade; um modo tranquilo da  
7425 pessoa ser. Bondade. Ou seja, homossexualidade é apenas um modo diferente de ser.  
7426 Então não utilizamos o termo homossexualismo. É homossexualidade. A homossexualidade  
7427 não é doença. Desde o dia 17 de maio de 1990, muito tarde por sinal, a Organização  
7428 Mundial de Saúde retirou homossexualidade do rol de doenças, da classificação

7429 internacional de doenças, a CID. A homofobia que também utilizam lesbicofobia e  
7430 transfobia para não inviabilizar parte do movimento é em suma a rejeição, aversão, medo  
7431 ou ódio irracional a gays, lésbicas, travestis e transexuais e bissexuais. Aí uma definição  
7432 do querido Rogério Junqueira que diz que a homofobia é um conjunto de emoções  
7433 negativas tais como aversão, desprezo, ódio, desconfiança, desconforto ou medo que  
7434 costumam produzir ou vincular-se a preconceitos e mecanismos de discriminação e  
7435 violência contra pessoas homossexuais, bissexuais e em especial as travestis e  
7436 transexuais que estão mais visíveis, é claro. E mais genericamente contra pessoas cuja  
7437 expressão de gênero não se enquadra nos modelos hegemônicos de masculinidade e  
7438 feminilidade. A homofobia portanto transcende a hostilidade e a violência contra LGBT e  
7439 associa-se a estruturas hierarquizantes e relativas a padrões relacionais e identitários de  
7440 gênero e a um só tempo sexista e heteronormativo. Heteronormatividade, aí pela  
7441 Berenice Bento. Por heteronormatividade entende-se a capacidade da Heterossexualidade  
7442 apresentar-se como norma, a Lei que regula e determina a impossibilidade de vida fora  
7443 daquilo que é tido como marco para a Sociedade, como comum e como normal que é a  
7444 heterossexualidade. Situação problema. Pela história, nós LGBT's passamos de  
7445 pecadores, antinaturais, a criminosos. Alguns países de colonização britânica até a  
7446 década de 60 ainda consideravam homossexualidade crime. E doença até 17 de maio de  
7447 1990 quando a Organização Mundial de Saúde tira. Fomos pecadores, antinaturais,  
7448 criminosos e doentes até a gente caminhar um pouquinho rumo à cidadania. Efeitos  
7449 sobre a Sociedade atual. Nesse mapa aí nós temos o map da ILGA, International  
7450 Lesbian, Gays Association, a maior organização internacional LGBT, é uma rede  
7451 internacional. Esse mapa aponta 7 países onde a homossexualidade ainda tem como pena  
7452 a morte por enforcamento ou decaptação. Em 75 países. É o Sudão, Lagos, Arábia  
7453 Saudita, Uganda não entrou no mapa. Então, é bem fácil de achar no ILGA. Foi a  
7454 mobilização e inclusive muita interferência brasileira. 75 países ainda punem a  
7455 homossexualidade com prisão e apenas 58 países tem leis antidiscriminatórias ou união  
7456 homoafetivas em 34. Os que tem prisão são alaranjados e o vermelho é pena de morte.  
7457 E pasmem, aqui, nas Américas nós temos Belize, Guiana Francesa e Guatemala que  
7458 punem homossexualidade com a prisão. A apresentação está disponível, é pesada mas  
7459 está disponível aqui. Leis antidiscriminatórias, o verde e azul, com algumas diferenças  
7460 entre uns e outros. O cinza não tem nenhum tipo de legislação específica. Depende do  
7461 entendimento de cada um. Exatamente. Nós temos ali países que estão na Organização  
7462 dos Estados Americanos que não deveriam, que tem tratados internacionais  
7463 antidiscriminatórios. Mas olha ali. E o Brasil tem algumas legislações. Nós temos aqui no  
7464 Brasil 17 estados que punem a homofobia, que consideram a homofobia crime em seus  
7465 estados mas são só sanções administrativas. Dependemos de Lei aqui do Congresso,  
7466 Leis nacionais. Nós temos 110 municípios também com Leis antidiscriminatórias  
7467 específicas para LGBT's. Antidiscriminatória. E temos Bolsonaro. Algumas pesquisas  
7468 para ilustrar um pouquinho. Essa aí é da Fundação Rosa Luxemburgo e da Perseu  
7469 Abramo, creio eu. 92% das pessoas entrevistadas, uma pesquisa chamada diversidade  
7470 sexual e homofobia no Brasil, intolerância e respeito às diferenças sexuais, 92% das  
7471 pessoas entrevistadas afirmaram que outros tem algum tipo de preconceito em relação a  
7472 homossexuais e 28% reconhecem e declara o próprio preconceito contra LGBT. É  
7473 estranho. Eu acho que nem bate, porque 92% afirmam que tem algum preconceito e só  
7474 28% declara o próprio preconceito. Alguém esconde o seu preconceito no armário. Todo  
7475 mundo acha que os outros tem mas só 28% reconhecem. Ou seja, a sua homofobia fica  
7476 guardada no armário também. A pesquisa Juventudes e Sexualidade da Unesco  
7477 realizada em 14 capitais é da Educação, mas ela serve de parâmetro para a Segurança  
7478 Pública até porque o desdobramento acaba sendo a falta de segurança. Mais de quatro

7479 mil e quinhentos pais e mães de alunos e de três mil educadores. Foi publicada em 2004,  
7480 mas continua sendo muito emblemática essa pesquisa. Ela diz que 39,6% dos alunos do  
7481 sexo masculino não gostariam de ter um colega de classe LGBT. 35,2 % dos pais não  
7482 gostariam que seus filhos estudassem com gay, lésbica, travesti ou bissexual. E 59,5%  
7483 dos professores não sabem como lidar com homossexualidade dentro de sala de aula.  
7484 Isso aí justifica 97% de evasão escolar das travestis e transexuais que não conseguem  
7485 acabar o ensino fundamental, são rejeitadas na escola, não conseguem conviver no  
7486 ambiente escolar, acabam na rua tendo como único meio de sobrevivência a prostituição.  
7487 E a mesma Sociedade que tira travesti da escola é aquela que quer tirar travesti da  
7488 esquina e condenar travesti a cadeia, prisão e morte porque ela está na esquina se  
7489 prostituindo. É a mesma Sociedade que tira ela da escola é a que quer tirar ela da  
7490 esquina também. Ainda sobre preconceito nas escolas, a discriminação no ambiente  
7491 escolar, de 2009. Esse é da FIPE. 87,3% dos entrevistados tem preconceito com relação  
7492 à orientação sexual. Isso é uma amostra nacional. Dezoito mil e quinhentos alunos, pais e  
7493 mães, diretores, professores e funcionários. Há uma variante, mas vocês vêem que os  
7494 números são sempre muito altos. As consequências da homofobia na Educação. Afeta a  
7495 definição nas carreiras profissionais, dificulta a inserção no mercado de trabalho. E com  
7496 isso aumenta a falta de segurança, a vulnerabilidade do indivíduo. Desfavorece a  
7497 integração com as famílias homoparentais e aumenta outras formas de preconceito e  
7498 violência. Mais alguns exemplos, mas pode passar. Fundamentalismo religioso. Deixando  
7499 muito explícito aqui que o movimento LGBT não é adversário de nenhuma religião. Pelo  
7500 contrário. Em todas elas e em todos os credos nós temos tendências e facções, eu acho  
7501 que é uma palavra estranha, mas temos tendências ideológicas dentro dessas religiões.  
7502 Algumas que convivem muito bem com a questão da homossexualidade, da orientação  
7503 sexual e outras que não. Não são frases nossas, tive cuidado de não colocar nenhuma  
7504 visão do movimento LGBT, não são frases nossas, são frases do Dom Scheider, de Silas  
7505 Malafaia, do arcebispo de Fortaleza, do José Antônio. Vejam bem. Pérolas. “O  
7506 homossexualismo é um defeito da natureza humana, como o orgulho, a tendência ao  
7507 roubo, a cleptomania o homicídio ou qualquer coisa assim”. Outra pérola. “O  
7508 homossexualismo é uma tragédia. Gays são gente pela metade, se é que são gente.” Só  
7509 migrou a desgraça. E ali a pérola do querido pastor Silas Malafaia. “A homossexualidade é  
7510 uma rebelião consciente contra o que Deus estabeleceu na criação. A Bíblia diz que Deus  
7511 criou o ser humano como macho e fêmea.” Isso aí é o Silas Malafaia, que é um dos  
7512 maiores incentivadores da violência contra LGBT. Ele incentiva a violência uma vez que  
7513 ele fala em rede nacional que os homossexuais tem que ser banidos da face da terra.  
7514 Para mim ele é pior do que o cara que dá 77 facadas ou puxa o gatilho porque ele  
7515 incentiva de maneira covarde que façam isso. Violência e discriminação. Pesquisas nas  
7516 paradas, só para verem que existe uma discrepância também. 72% dos travestis e  
7517 transexuais já sofreram qualquer tipo de violência física. 22% dos gays e 9% das  
7518 lésbicas. Não estou falando de violência física... Nenhuma violência física é gratuita, mas  
7519 estamos falando de violência física motivada pela orientação sexual ou identidade de  
7520 gênero. Ali do lado tem um cartaz, duas campanhas grandes lá de Curitiba: “Faça o seu  
7521 dia feliz, acabe com o homossexualismo” da Resistência 88. E acho que as pessoas  
7522 sabem que 88 é Heil Hitler, “h” duas vezes, a letra número oito. E foi seguido de outra  
7523 campanha que eu não consegui fotografia que era: “Limpe Curitiba, mate um negro e um  
7524 homossexual por dia”. A violência. 3446 homossexuais assassinados no Brasil de 1980 a  
7525 2010. A fonte é o GGB do grupo gay da Bahia. Essa pesquisa informal é alimentada  
7526 pelos grupos LGBT do Brasil e vale à pena ressaltar que esse é um número extra-oficial.  
7527 Só são os casos notificados. E notificados como? Não tem nem no boletim de ocorrência  
7528 no formulário. Notificados pela família, notificados por amigos ou recorte de jornal,

7529 clipping, nós conseguimos levantar 3446. Acreditamos que esse número possa ser cinco  
7530 ou seis vezes maior, até porque, até a família quando o filho foi vítima de homofobia e foi  
7531 assassinado que era gay. Ela esconde por vergonha. Perdi meu filho e ainda vou ter que  
7532 assumir que ele era gay? Tem vergonha de dizer que o filho morreu porque era  
7533 homossexual.

7534  
7535 **Luiz Carlos Nóbrega Nelson - Departamento de Polícia Federal - DPF** (fora do  
7536 microfone)

7537  
7538 Em sua fala anterior você falou sobre a evasão da escola e prostituição. Isso tem algum  
7539 motivo?

7540  
7541 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**  
7542 **Transexuais**

7543  
7544 Elas estão mais visíveis. Aquilo tudo que eu identifiquei antes. A travesti evadiu-se do  
7545 ambiente escolar. A travesti não consegue permanecer e por isso tem como meio de  
7546 sobrevivência se prostituir nas ruas. Nem o subemprego. Ninguém quer travesti como  
7547 balconista do barzinho do bairro porque pode espantar cliente e causar confusão. Nem  
7548 subemprego ela consegue. Acaba na rua e fica mais vulnerável a qualquer tipo de  
7549 ataque. Companheira?

7550  
7551 **Analba Brazão Teixeira - Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos**

7552  
7553 Antes disso aí, eu só queria acrescentar que ali aparece 9% da violência em relação às  
7554 lésbicas. E eu quero colocar que em relação à violência sexual isso acontece e é um  
7555 número enorme de situações que acontecem com as lésbicas e em alguns países muito  
7556 fortes, por exemplo, como na África do Sul que é a questão do estupro corretivo. Existe  
7557 isso, muito estupro corretivo, os homens pegam a lésbica para dizer que elas nunca  
7558 experimentaram um outro homem para mudarem de orientação.

7559  
7560 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**  
7561 **Transexuais**

7562  
7563 O pior é que estupro corretivo é incentivado pela família na maioria das vezes. É o irmão  
7564 ou pai que incentiva.

7565  
7566 **Analba Brazão Teixeira - Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos**

7567  
7568 Isso tem algumas situações, mas na África do Sul a comunidade incentiva bastante isso.  
7569 Então é uma coisa muito forte em relação às lésbicas. Muitas não acontecem, é um  
7570 número muito pequeno de matar, mas o estupro corretivo para os casos de mulheres que  
7571 não são lésbicas já é uma questão difícil de ser comprovada, tem a questão das mulheres  
7572 que não querem aparecer. Tem vários outros elementos para isso. E na questão das  
7573 lésbicas é pior ainda, porque elas são violentoadas para mudar de opção sexual. Opção,  
7574 não, de orientação sexual.

7575  
7576 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**  
7577 **Transexuais**

7578



Um pouco dos avanços nas políticas públicas com a interferência do movimento LGBT. Em 2004 é lançado o primeiro programa oficial, um programa de governo chamado Brasil sem homofobia com ações previstas em dez Ministérios. Pouco saiu do papel. O plano Nacional de políticas para as mulheres que prevê políticas direcionadas às mulheres lésbicas e bissexuais. E recentemente, em 2009, o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT lançado ainda com o Presidente Lula. E o PNDH3 que tem uma série de ações que são dirigidas à situação de LGBT no Brasil. Isso aí, nós temos como um grande marco a Conferência de Saúde. Estamos aí acho que na 14ª. Conferência Nacional de Saúde. A Conferência de Segurança, estamos indo para a segunda, mas é um grande marco para o movimento LGBT ter uma Conferência Nacional chamada para discutir políticas públicas e direitos para população LGBT. E gosto muito da segunda frase do Lula, na abertura da Conferência: “Ninguém pergunta a orientação sexual de vocês quando vão pagar Imposto de Renda, ninguém pergunta quando vai pagar qualquer tributo neste país. Por que discriminar na hora em que vocês livremente escolhem o que querem fazer com o seu corpo?” É uma frase que para mim ficou para a história aqui nesse país. E enfim, nesse grande marco que foi a chamada da primeira Conferência LGBT. Acho que nunca antes nesse planeta foi feita uma Conferência de Políticas Públicas para LGBT. Estamos às vésperas da segunda que é de quinze a dezoito. A Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos de LGBT também uma conquista e um avanço, está na SDH, Secretaria de Direitos Humanos, que é Secretaria mas tem status de Ministério. O Conselho Nacional LGBT que foi empossado este ano. E o GT - LGBT da SENASP que já tem dois anos e meio embora não esteja funcionando. Chamamos uma reunião neste ano, agora. Esse disque 100 antigamente era para criança e adolescente. Ele agora é disque direitos humanos e ele tem um módulo especializado em atendimento a crimes de homofobia. E o termo de cooperação técnica de articulação e implementação de políticas públicas de enfrentamento da homofobia no Brasil, assinado pelo Ministro José Eduardo Cardoso, a Secretária Regina Mikki e a Ministra Maria do Rosário com Secretarias de Segurança, Secretarias de Defesa Social de vinte e um estados, sendo que dos vinte e um estados onze assinaram e dez já aprovaram o termo e estão para assinar. Foi agora no último dia 22. Alguns outros avanços. A Resolução 1 de 99. A companheira nova do CRP não veio? A Resolução 1 de 99 do Conselho Federal de Psicologia que proíbe profissionais da área de Psicologia de tratarem homossexualidade como se fosse doença com vistas a curar. É muito comum a mãe levar o filhinho e a filhinha, eu acho que ele tem alguma tendência à homossexualidade. E leva para psicólogos fazerem tratamento com vistas a curar a criança. Esse psicólogo ou psicóloga pode inclusive perder o direito de exercer sua profissão. Do Conselho Federal de Serviço Social que também estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo no exercício profissional da assistente social e do assistente social, regulamentando o princípio escrito no código de ética profissional. A Lei Maria da Penha que para mim é muito moderna e um grande avanço, falando sobre a família compreendida como comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados por laços naturais, por afinidade ou vontade expressa. As relações pessoais anunciadas neste artigo independem de orientação sexual. A Lei Maria da Penha, ela serve inclusive para relações homoparentais. Isso é um reconhecimento de que é muito comum quando se está falando algo sobre orientação sexual e identidade de gênero, “nós não somos contra homossexuais, nós somos a favor da família”. Mas homossexuais e LGBT são famílias e formam novas constituições familiares. Afinal de contas mesmo quem é concebido *in vitro* por inseminação artificial tem um pai e uma mãe. Essa história de proteção da família, eu não sei de que modelo de família Ocidental Judaico Cristã que

7629 estão falando, mas enfim. Visibilidade LGBT. Nós conseguimos avançar muito com a  
7630 visibilidade que o movimento tem através das paradas que apesar de parecerem grandes  
7631 carnavais fora de época tem um cunho reivindicatório de direitos e principalmente de  
7632 dizer para a Sociedade que nós existimos. Segundo o relatório Kinsey, somos pelo  
7633 menos 10% exclusivos da população. Ou seja, no Brasil, nós temos ao menos quatro  
7634 Uruguais de LGBT, inteiros. Partindo do princípio que somos 10% da população. O  
7635 monitoramento das paradas. Esses movimentos que dão visibilidade são mais de 250  
7636 eventos. 1999 paradas e 51 seminários, eventos culturais LGBT e a parada de São Paulo  
7637 que reúne mais de três milhões de pessoas em um só dia. É o maior movimento LGBT do  
7638 planeta. A Marcha Mundial contra a Homofobia e pela Cidadania LGBT. E para não  
7639 perder um pouco do tom político, anualmente, estamos fazendo uma marcha aqui na  
7640 Esplanada dos Ministérios. E, na última, nós tivemos a assinatura do Presidente Lula de  
7641 um Decreto que instituiu em 17 de maio, aquele dia que a Organização Mundial de Saúde  
7642 deixou de considerar homossexualidade como doença, como o Dia Nacional de Combate  
7643 à Homofobia. A Resolução da OEA, 2435, sobre orientação sexual e identidade de  
7644 gênero. Bem rapidamente, a declaração conjunta da ONU que fala sobre orientação  
7645 sexual e identidade de gênero. Grande participação brasileira para que isso fosse  
7646 aprovado. Violação dos direitos humanos de LGBTs. Foi aprovado no dia 17 de junho de  
7647 2011. A decisão do Supremo Tribunal Federal de cinco de maio que conferiu, concedeu a  
7648 união estável de pessoas do mesmo sexo os mesmos direitos à união estável de  
7649 heterossexuais. E muito recentemente a conversão dessa união civil em casamento. A  
7650 campanha do nome social das travestis e transexuais nas escolas. Uma forma de  
7651 diminuir a evasão escolar e de manter a travesti na escola, foram esses Decretos e  
7652 Portarias em 19 estados que permitem, respeitem o nome social das travestis e  
7653 transexuais para que não chegue uma aluna loira com aparência feminina e identidade de  
7654 gênero feminina e seja chamada de João, de Batista ou Sebastião. O que segundo as  
7655 travestis e transexuais acaba doendo mais do que levar pancada na rua, não ter sua  
7656 identidade de gênero respeitada. Esse é um anteprojeto ainda da Ordem dos Advogados  
7657 do Brasil. A Ordem dos Advogados do Brasil escreveu o estatuto da diversidade sexual.  
7658 Está sendo discutido dentro da Ordem dos Advogados do Brasil mas só de ser discutido  
7659 dentro da Ordem dos Advogados do Brasil, parceira histórica do movimento LGBT, a  
7660 gente já crê que isso é um avanço extraordinário. Até porque existem advogados e  
7661 advogadas, advogadas e advogadas. O princípio de direitos e garantias. O Superior  
7662 Tribunal de Justiça agora dia 25 de outubro julgou que a união estável de pessoas do  
7663 mesmo sexo pode ser convertida em casamento. Então, parcialmente aí reconhecida  
7664 pelo Superior Tribunal de Justiça, nós já podemos quizer que o Brasil é um país que  
7665 reconhece o casamento de pessoas do mesmo sexo. Gente, ninguém quer ir de véu e  
7666 Grinalda para dentro de uma igreja. Só queremos direitos iguais. Nem menos nem mais  
7667 do que isso. Pesquisa de opinião pública do Ibope. Mudou um pouco a opinião pública de  
7668 1993 para 2011. Pessoas que não mudariam a conduta com um colega se soubessem  
7669 que era homossexual. Eram 44%, hoje são 65%. Ainda é muito pouco. 35% rejeitariam o  
7670 colega e mudariam sua conduta em saber que a pessoa é LGBT. Não trocariam de  
7671 médico se descobrissem que ele era gay. De 55% a 67%. A diferença é um pouco Menor.  
7672 E que aceitam a união estável entre casais homoafetivos. De 7% para 45. Esse foi o  
7673 maior avanço. Ninguém admitia a união entre pessoas do mesmo sexo e hoje já temos  
7674 ainda menos de 50% da população mas um número muito maior do que em 1993. Alguns  
7675 desafios. Um pouco mais de 20 anos de constituição cidadã e nós não conseguimos  
7676 aprovar no Congresso Nacional nenhuma Lei que garanta direitos das pessoas LGBT's.  
7677 Volto a falar. Não queremos privilégio nenhum. E não queremos tirar o direito de ninguém  
7678 principalmente. Só queremos garantir os nossos. Temos uma bancada religiosa

7679 fundamentalista que está muito bem posicionada, está muito bem articulada com alguns  
7680 outros setores que são fortes como os ruralistas. Eles votam assim. Vota contra LGBT  
7681 que a gente fica com vocês lá contra o Código Florestal. É desse tipo. Inclusive para  
7682 chantagear a presidenta como aconteceu em um último episódio com o Projeto Escola  
7683 Sem Homofobia. E não podemos perder de vista, o que nós falamos lá atrás, que  
7684 estamos num país que tem como princípio ser um estado laico. E que, com todo respeito  
7685 a qualquer denominação religiosa, isso deve ser exercido dentro do seu lar e dentro da  
7686 sua comunidade religiosa e não dentro do Congresso Nacional. Dentro do Congresso  
7687 Nacional o que tem que prevalecer, qualquer tipo de ideologia que tem que prevalecer,  
7688 tem que ser do estado democrático de direito e não de princípios religiosos dentro de  
7689 uma casa que é para fazer Lei para todos e todas. Como prioritário ainda temos o projeto  
7690 que criminaliza a homofobia que é esse citado pelo Conselheiro Marcos Dias num e-mail  
7691 que ele enviou para alguns e algumas Conselheiras selecionadas a dedo. E já identifiquei  
7692 oito Conselheiros que receberam esse e-mail. Ele não mandou com cópia para mim, é  
7693 claro. Ele sabe para quem ele mandou. Marcos Dias.

7694

7695 **Aginaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ – ANASPRA**

7696

7697 O Conselheiro está pedindo para você ler.

7698

7699 **João Batista de Barros Junior - Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**  
7700 **Federais**

7701

7702 Só um momento. Eu recebi o e-mail. Quando você diz que ele sabe para quem ele  
7703 mandou, eu queria que você explicasse.

7704

7705 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**  
7706 **Transexuais**

7707

7708 Eu vou refazer. Ele sabe para quem ele não mandou. Para pessoas que se  
7709 posicionariam.

7710

7711 **João Batista de Barros Junior - Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**  
7712 **Federais**

7713

7714 Quando você diz que sabe para quem mandou você está supondo que a gente... está  
7715 entendendo?

7716

7717 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**  
7718 **Transexuais**

7719

7720 Me desculpe, Conselheiros e Conselheiras mas ele sabe para quem não mandou. Faço a  
7721 leitura? Eu acho que é importante porque ele fala Conselheiros e Conselheiras. "É com  
7722 lamento que comunico que não participarei da reunião mas quero aproveitar a ocasião  
7723 para manifestar minha preocupação com o movimento pela aprovação do PL 122. Longe  
7724 de mim defender a discriminação por aquelas pessoas de orientação LGBT. O que me  
7725 assombra é o sacrifício da liberdade de expressão que é uma afronta direta à  
7726 Constituição Federal. Nenhum projeto de Lei ousou tanto. Estão dando aos LGBT's aquilo  
7727 que não foi dado aos negros, índios, políticos, juizes, militares e etc, que é a proibição de  
7728 que se faça qualquer crítica às suas opções ou manifestações. Imaginem um fiel líder ou

seguidor de qualquer credo religioso sendo prezo em flagrante e sem direito a fiança por expressar de acordo com sua convicção religiosa opinião contrária ao homossexualismo, lesbianismo ou bissexualismo! Pense, nós, pais que não trocam certas relações afetivas como aquele beijo tipo novela das nove em frente aos filhos por justificado recato, tendo que assistir junto com seus rebentos uma cena dessas ao vivo na praça de alimentação de um shopping. Eles não poderão fazer nada, pois correm o risco de serem presos acusados de discriminação. Se o PL 122 é exatamente isso, o que vai acontecer ? Não é uma questão que implica apenas católicos ou evangélicos como se tem propalado, é um problema que interfere no comportamento de toda a Sociedade fragilizando inclusive a família. O Senador Magno Malta”, que não é exemplo para ninguém, diga-se de passagem, “preside a CPI da pedofilia e argumenta no Plenário no Senado Federal”. E aí ele anexa um vídeo, [click aqui](#), “sobre outros absurdos que a Sociedade estará sujeita caso o projeto logre êxito. Sabemos que a luta contra a discriminação é pertinente e uma causa deve ser defendida por todos entretanto sobre essas bandeiras que alguns tem movido sobre praticamente a escalada do ódio contra a família, a igreja e a maioria heterossexual”. Ele fala da hegemonia heterossexual! “É muito importante que se leia a PL 122 e as diversas argumentações pró e contra o texto que se propõe. Este e-mail está sendo enviado por causa da inclusão do tema homofobia desta semana. Procurei inteirarme do que seria tratado com a Secretária-Executiva e até agora não obtive resposta. Por isso venho me manifestar pedindo cautela a...” todos e todas as Conselheiras. Não a todas. Ele não incluiu o genero, não. “a todos os Conselheiros antes de defender um projeto de Lei que não foi adequadamente discutido no seio da Sociedade. Acredito que o remédio para poucos não pode ser o veneno para a maioria. Portanto quero reiterar meu apoio na luta contra qualquer forma de discriminação, o que necessariamente não precisa sacrificar a liberdade de consciência e de expressão.” Alguns comentários.

**Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

Por favor, Conselheiros, a manifestação no microfone. Aqueles que queiram se manifestar, para a gente continuar.

**Analba Brazão Teixeira - Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos**

Tudo bem, é que é uma coisa que está incomodando tanto essa leitura.

**Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

Conselheiros, vamos encaminhar então. O Conselheiro conclui a apresentação e vamos abrir debate.

**Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais**

Bom, o PL 122 é tão somente um projeto de Lei complementar. Ele é complementar à Lei antiracismo, que ele prevê que ninguém deve ser discriminado no mercado de trabalho e ninguém pode induzir à violência por motivação. Nem só para orientação sexual, a redação é a seguinte, por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, sexo, orientação sexual ou identidade de gênero. Não é nem uma coisa só para LGBT's. Tem a questão geracional, regional, de etnia, raça, além da orientação sexual e

7779 identidade de gênero. Se outros setores não trabalham tanto a Lei, desculpa. Cada um  
7780 sabe a dor que sente e como ela é. Por isso que o movimento LBGT tem aparecido como  
7781 protagonista mas não é apenas para LGBT. E enfim, ninguém vai ser preso em flagrante  
7782 por estar discriminando qualquer pessoa. Não vai ser diferente da Lei de racismo. Pode  
7783 até ser preso, pode ser inafiançável, mas existem situações e situações. E não existe  
7784 nada aqui contra liberdade de expressão. Instar a violência ou o ódio e até mesmo  
7785 homicídios, eu acho que não seja liberdade de expressão. Nunca foi para mim. Falar que  
7786 homossexual ou pessoa LGBT é um endemoninhado, é sem alma, sem espírito, é  
7787 pecador, é alguém que não tem espírito, que não é gente, que deve sumir da face da  
7788 terra. Isso não é liberdade de expressão. Isso é incentivo à violência, é indução à  
7789 violência. Então, tem que prestar atenção. Ele diz que se informou, mas ele se informou  
7790 muito mal e pelas piores fontes. E ligar a pedofilia à questão da homossexualidade. Uma  
7791 simples pesquisa no Google, se você coloca pedofilia heterossexual você vai ter 45 mil  
7792 resultados em média, mas se você botar homossexual você não vai ter seis mil. Só para  
7793 você fazer um parâmetro. E ainda tem um monte de pessoas que erroneamente ligam  
7794 pedofilia à homossexualidade. Pelo amor de Deus, né? Nem preciso falar mais sobre isso.  
7795 Pode passar. São desafios genéricos para a gente não sacrificar o tempo da próxima  
7796 pauta. Alguns outros desafios que são internos do movimento de LBGT. E enfim, fica os  
7797 contatos, está disponível. Ela foi modificada em razão dessa carta a que tive acesso  
7798 ontem apenas. Um Conselheiro que recebeu me encaminhou porque eu não recebi. E  
7799 creio que em fim era o que eu tinha para apresentar. Estou disponível para tirar dúvidas  
7800 nos próximos dez minutos e agora, sim, diante do que eu vi aqui, eu não sou o Márcio, o  
7801 Senhor não é o Geraldo e a Senhora não é a Tereza. Nós somos representantes de uma  
7802 categoria e de um segmento. E nós temos que ter cautela para certos tipos de  
7803 pronunciamento. Porque preconceito todo mundo pode ter. Direito de discriminar é que é  
7804 outra coisa. E dessa forma eu solicito. Nós temos que ter algum tipo de encaminhamento,  
7805 não sei como é, uma advertência ao Conselheiro. Porque esse tipo de comportamento  
7806 não pode existir dentro de um Conselho desse. Não pode. Isso é uma posição baseada  
7807 em ideologia religiosa e que tenho certeza que não representa a opinião da associação.  
7808

7809 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

7810  
7811 Só um encaminhamento da mesa. Solicito ao Conselheiro E aqueles que tenham  
7812 sugestão a este encaminhamento que preparem para que ao final do debate a gente faça  
7813 esse encaminhamento. E em razão do adiantado da hora, a mesa faz um  
7814 encaminhamento já acordado com o Conselheiro Heder que a pauta do Conselheiro  
7815 Heder fique como primeiro tema do retorno para que a gente não prejudique esse  
7816 intervalo do almoço, para que a gente não se sacrifique mais ainda. Está aberta a fala.  
7817 Inscrito o Conselheiro João Batista. Questão de ordem Conselheiro Marcos?  
7818

7819 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

7820  
7821 É porque assim teve apresentação de Márcio Marins e não ficou claro qual é a proposta,  
7822 o que a gente vai discutir. Porque tem essa questão da carta e tem a questão de fundo  
7823 que foi apresentada.  
7824

7825 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

7826  
7827 Vou explicar. São duas questões diferentes. A apresentação do Conselheiro é uma  
7828 apresentação sobre o tema, é um esclarecimento que ele traz Para todos os

7829 Conselheiros para conhecer a realidade para que a gente não tenha a ignorância quando  
7830 tratar do assunto. Essa é a proposta da apresentação.

7831

7832 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**  
7833 **Transexuais**

7834

7835 Até para embasar os Conselheiros e Conselheiras na possível decisão de qualquer tipo  
7836 de recomendação dirigida ao segmento. Já conhecemos melhor e sabemos do que se  
7837 trata.

7838

7839 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

7840

7841 Só para a gente encaminhar, se me permite, são duas questões diferentes, esclarecendo  
7842 o posicionamento do Conselheiro. Uma questão é essa, que é o tema do debate inicial.  
7843 Esclarecimento sobre o tema que é muito importante e extremamente enriquecedora, a  
7844 apresentação do Conselheiro. Essa é a pauta que nós vamos iniciar a discussão. E um  
7845 outro tema que surgiu durante o processo e que aí disso solicito ao próprio Conselheiro e  
7846 aqueles que tem interesse de fazer que a gente discuta um encaminhamento para isso.  
7847 Se vamos fazer ou não um encaminhamento. Mas, se você me permite aí, Márcio, até  
7848 que a gente possa encaminhar as discussões tendo aí essas duas visões.

7849

7850 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**  
7851 **Transexuais**

7852

7853 É bom separar.

7854

7855 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

7856

7857 Então com essa proposta façamos primeiro a apresentação e aqueles que tem inclusive  
7858 já redigida para esse ponto específico e nós vamos discutir isso depois. Está aberta a  
7859 palavra primeiro ao Conselheiro João Batista. E solicito o socorro da Suelen. O Senhor  
7860 me permite só um instante? Estão inscritos aqui pela ordem João Batista, Marcos Costa  
7861 já falou. Não, nós vamos falar da apresentação.

7862

7863 **Voz Feminina Não identificada (fora do microfone)**

7864

7865 Então vamos deixar claro porque eu acho que o João vai falar da carta.

7866

7867 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

7868

7869 Então primeiro da apresentação o João está inscrito no final para a carta.

7870

7871 **João Batista de Barros Junior - Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**  
7872 **Federais**

7873

7874 Eu vou aproveitar que estou inscrito. Vou querer a fala na hora da carta. Eu achei muito  
7875 interessante sua apresentação porque ela trouxe uma informação e alguns detalhes que  
7876 a gente nem sempre tem e como você falou. Cada um representa um segmento e cada  
7877 um tem maiores informações na nossa área. Eu acho que se você conseguir passar por  
7878 e-mail, talvez, tirar algumas fotos e passar. Eu acho muito interessante para o grupo

7879 porque pelo menos eu faço assim, embora eu seja suplente, eu acompanho todos os e-  
7880 mails e faço um arquivo de tudo o que é enviado até para quando vir para uma reunião  
7881 estar mais ou menos por dentro. Eu acho interessante e acho muito louvável a sua  
7882 posição, a sua defesa e a maneira como você trabalha com o seu segmento. E gostei  
7883 muito da apresentação.

7884  
7885 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

7886  
7887 Com a palavra Marcos. Já falou, quer falar novamente? Conselheiro Everardo.

7888  
7889 **Everardo de Aguiar Lopes - Rede Desarma Brasil**

7890  
7891 Vou falar com relação apresentação mas também quero me manifestar com relação à  
7892 carta do Conselheiro Marcos Dias. Com relação à apresentação é isso. É importante que  
7893 todos nós, eu não me coloco na mesma posição do Conselheiro João Batista, porque  
7894 como ativista e como militante na área de direitos humanos há anos eu sou um dos  
7895 defensores de que este segmento humano cada vez mais se coloque na Sociedade  
7896 brasileira de forma clara. Infelizmente, nós contamos hoje, eu acompanho a comissão de  
7897 segurança da Câmara. E aproveito o Bolsonaro que não só no que diz respeito à questão  
7898 da violência letal das armas, raríssimas vezes não se manifesta com relação aos gays e  
7899 lésbicas na comissão de segurança da Câmara Federal e nenhum parlamentar tem  
7900 coragem de enfrentar esse Deputado Federal que tem posturas facistas na Câmara  
7901 Federal inclusive com relação à presidenta na última semana. Então, eu acho que para o  
7902 CONASP a apresentação é importante porque reforça a nossa compreensão no que diz  
7903 respeito à militância do movimento. E, por último, quero dizer, Márcio, eu coordeno aqui e  
7904 faço a parte pedagógica no programa chamado Saúde Ativa. E nós tentamos incluir na  
7905 questão da Saúde Ativa no Ministério da Justiça. E no debate, no que diz respeito à  
7906 questão de LGBT, nós não conseguimos aprovar a metodologia, por incrível que pareça.  
7907 Porque o tema que nós queríamos colocar, afetividade e responsabilidade, nós não  
7908 conseguimos incluir na metodologia essa parte para que pudéssemos discutir nas  
7909 escolas esse tema junto com a questão da Saúde, do respeito ao corpo e toda a sua  
7910 relação por causa da evasão escolar que você citou aqui. Infelizmente. Então conte com  
7911 nossa participação e total apoio no que diz respeito ao tema.

7912  
7913 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

7914  
7915 Inscrito o Conselheiro Benedito Mariano.

7916  
7917 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
7918 **Municipais de Segurança Pública**

7919  
7920 Na verdade, eu tenho uma dúvida e queria perguntar para a mesa se o nosso Conselho  
7921 já encaminhou alguma moção de recomendação com relação aos projetos de Lei citados.  
7922 Não? A carta a gente vai discutir depois, mas acho fundamental que este Conselho tem  
7923 posições diferentes. Cada um aqui representa setores diferentes ou do governo ou da  
7924 Sociedade civil ou de gestores, mas é fundamental para a opinião pública e para  
7925 crescimento deste Conselho nós nos posicionarmos com relação a esses projetos de Lei.  
7926 Então, é a minha proposta e peço aí aos que tem mais facilidade de redação, Marcos  
7927 Costa, da gente preparar uma moção, uma recomendação de que o Conselho apóia os  
7928 projetos de Lei que tramitam no Congresso Nacional relacionado à criminalização da

7929 homofobia. Porque enquanto isso não for crime, o poder de inibir as agressões e  
7930 violência vai ser pequeno. Então, é essa a proposta e nós no final deste debate aqui...  
7931 permito.

7932  
7933 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**  
7934

7935 Me permite um aparte? Moções assim de apoio a projetos, eu não gosto muito de  
7936 moções. Eu gosto de saber o que a gente está apoiando, porque um projeto tem várias  
7937 coisas. Então, é um tipo de ... porque é muito fácil. Vamos apoiar o projeto tal e você nem  
7938 sabe o que está no projeto. Só para terminar o aparte aqui. Só um minutinho...

7939  
7940 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**  
7941

7942 Mas é na sua linha. Estou combinando aqui com o Márcio e ele vai passar a cópia e nós  
7943 vamos fazer cópia para todos os Conselheiros. E o encaminhamento que a mesa faz é  
7944 que a gente discuta essa proposta e no final, hoje, que todos tem condições de ler e  
7945 saber do que se trata.

7946  
7947 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**  
7948

7949 Só para terminar o aparte de Mariano. Eu tenho essa...eu acho que não é bom a gente  
7950 apoiar. Tem que ser assim, nós apoiamos esse ponto, essa coisa assim e tal.

7951  
7952 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**  
7953

7954 Mais um aparte pedido ali Benedito. O Nóbrega.

7955  
7956 **Luiz Carlos Nóbrega Nelson - Departamento de Polícia Federal - DPF**  
7957

7958 Eu acho bem interessante, primeiro, que é uma pauta importantíssima do ponto de vista  
7959 social. Enquanto o Márcio estava explanando, eu estava procurando aqui ler um pouco  
7960 mais sobre o PL 122. E já notei aqui que passou pela comissão de assuntos sociais e  
7961 está na comissão de direitos humanos. Então, eu acho que era mais interessante ter um  
7962 olhar mais aprofundado e sei que a apresentação até para nós que não temos Tanto  
7963 conhecimento da causa mas é interessante ter um olhar mais aprofundado. Eu acho que  
7964 vale à pena estudar um pouco mais o projeto porque é uma questão social hoje relevante.  
7965 Eu ia sugerir junto com o Márcio que a gente pudesse dar um olhar mais aprofundado  
7966 com relação a esse tema para que depois pudessemos tirar uma manifestação. Pode ser  
7967 que a redação original seja a redação mais interessante. Pode ser que seja da comissão  
7968 de assuntos sociais, da comissão de direitos humanos. Então tem às vezes uma pequena  
7969 alteração num projeto gera uma disparidade muito grande e um efeito prático muito  
7970 distinto. Só essa sugestão.

7971  
7972 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
7973 **Municipais de Segurança Pública**  
7974

7975 Eu queria a partir das partes feitas pelos Conselheiros, eu queria refazer minha proposta.  
7976 Primeiro concordando com o Marcos. Não só a mesa tendo cópia dos textos, mas  
7977 burocratizar esse debate e ficar lendo aqui artigo por artigo, todos os projetos de Lei. A  
7978 preocupação, eu quero refazer minha proposta. Que independente de projeto de Lei que



7979 o CONASP se manifeste claramente à criminalização da homofobia e colocando essa  
7980 preocupação para o Congresso Nacional, para o Governo Federal e aí é um texto nosso.

7981  
7982 **Aginaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

7983  
7984 Produza, por favor, e no final do debate o Senhor apresenta o texto. Inscrito o  
7985 Conselheiro Agadeilton.

7986  
7987 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**  
7988 **Criminais Federais**

7989  
7990 Primeiro parabenizar o Conselheiro Márcio pela pertinente, esclarecedora, didática e diria  
7991 brilhante apresentação. Eu acho que para nós que somos leigos nessa matéria. Isso foi  
7992 de uma riqueza impressionante. Depois de tudo o que aconteceu ontem, eu reputo o dia  
7993 de ontem para mim como um dos dias mais infelizes dentro deste Conselho. E, hoje,  
7994 ouvir a leitura deste e-mail também me trouxe uma certa tristeza. Embora respeite muito.  
7995 A gente tem que respeitar as posições de qualquer Conselheiro aqui sobre qualquer  
7996 tema. Mas como ele bem falou, a liberdade de expressão. E aí é nessa linha que esse  
7997 projeto que eu acho muito feliz em criminalizar a homofobia, ela não pode ser usada para  
7998 incentivar a violência qualquer que seja e por qualquer motivo. Inclusive esse projeto tem  
7999 o condão de enquadrar parlamentares que usam a condição de parlamentar seja na  
8000 esfera Federal, estadual ou municipais para incentivar a discriminação e para incentivar a  
8001 violência contra as pessoas que pensam diferente sobre qualquer tema. Então assim, eu  
8002 acho que é muito feliz e acho que a gente não deve só neste Conselho e aqui as  
8003 entidades todas que representam vários segmentos da Sociedade organizada apenas  
8004 pensar uma moção de apoio e de repúdio a qualquer tema. Não, vamos pensar em nos  
8005 mobilizar e ir para dentro do Congresso para fazer com que essa aspiração tão legítima e  
8006 tão necessária do movimento, que não pode ser só do movimento, tem que ser da  
8007 Sociedade, vire realidade, vire uma Lei, porque assim que a gente amplia a participação.  
8008 É assim que a gente constrói a democracia e não deixa que o Congresso se arvore no  
8009 direito de decidir só ele o que vai fazer conosco e com nossas vidas. Eu apresento aqui a  
8010 vocês e suscito a todos os Conselheiros para fazer alguma coisa, fazer algum movimento  
8011 para pressionar o congresso para isso se tornar uma Lei em curto espaço de tempo.

8012  
8013 **Aginaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

8014  
8015 Conselheira Simone.

8016  
8017 **Simone de Jesus - Federação dos Profissionais em Papiloscopia e Identificação**

8018  
8019 Bem, Márcio, aí a gente sempre tem se colocado como trabalhadores e principais  
8020 operadores de Direitos Humanos. Sempre gosta de usar essa expressão e a gente fica  
8021 muito triste porque na teoria a gente tem essa posição de opero dor de direitos fauns mas  
8022 a gente vê como isso está pouco internalizado dentro das nossas instituições policiais.  
8023 Então, nós temos um tratamento completamente desrespeitoso dentro das nossas  
8024 instituições policiais, delegacias, presídios, a PM. Então, isso acontece o tempo inteiro.  
8025 Esses promotores de direitos humanos não conseguiram até hoje internalizar nada em  
8026 relação aos gays, lésbicas e essas pessoas que eles consideram de alguma forma  
8027 diferentes. Eu não sei qual a proposta e o que a gente poderia como Conselho orientar.  
8028 Não sei se as academias de polícia e secretarias que fizessem algum movimento para

8029 que você pudesse sensibilizar esses trabalhadores de Segurança Pública para ter  
8030 realmente um tratamento respeitoso e digno com essas pessoas. Eu não sei que  
8031 instrumento a gente poderia usar em relação a isso mas deixar que esse registro como  
8032 trabalhador na área de Segurança Pública que alguma coisa precisa ser feita. E é  
8033 inadmissível que nos espaços de Segurança Pública, sejam eles quais forem a gente  
8034 continuar tratando essas pessoas de forma tão desrespeitosa.

8035  
8036 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

8037  
8038 Conselheiro José Lopes Hott.

8039  
8040 **José Lopes Hott – Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF**

8041  
8042 Bom, queria inicialmente parabenizar o Márcio. A apresentação realmente é  
8043 enriquecedora. Deixar registrado para a mesa que acho importante tanto a causa LGBT  
8044 quanto as outras causas que a gente não tem a possibilidade de conhecer mais  
8045 profundamente que sempre se inclua na pauta iniciativas dessa natureza um espaço para  
8046 isso. Não vou entrar ainda na questão do e-mail, mas tenho que registrar em razão da  
8047 entidade que o colega que mandou o e-mail representa, embora ele represente entidade  
8048 de classe e não o órgão, mas que não reflete a posição da polícia no Governo Federal.  
8049 Nós temos uma nova diretora desde primeiro de abril desse ano e essa é uma  
8050 preocupação grande dela. Por carência de uma área especificamente voltada para a  
8051 matéria, ela determinou que nossa Comissão Nacional de Direitos Humanos abraçasse  
8052 esse tema. Não sei se a área temática é mais afeta e queria fazer um pedido da gente  
8053 colocar o pessoal dessa nossa comissão em contato com a tua entidade para  
8054 eventualmente colher mais subsídios e propostas do que pode ser aplicado, porque  
8055 realmente essa é uma preocupação muito grande da nossa diretora. Então, quero deixar  
8056 esse registro aí e quanto à mensagem me manifesto em seguida.

8057  
8058 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

8059  
8060 Só fazer um aparte rápido e acho que é muito importante dar uma abordagem não de  
8061 poucas horas, mas uma abordagem mais profunda do tema porque isso pode ter reflexos  
8062 no campo prático. Como foi coloca do aqui são desrespeitados em delegacias, e, por  
8063 exemplo, uma política pública de você criar delegacias específicas, estou dando um  
8064 exemplo, ou não criar. Eu acho que você tem que abordar o que seria mais interessante  
8065 sob o ponto de vista pragmático do movimento. Quais as iniciativas. Se a gente puder  
8066 abordar isso aqui e não ficar numa discussão de três ou quatro horas, eu acho que isso  
8067 geraria muito mais efeito. É só uma contribuição. .

8068  
8069 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

8070  
8071 Estão inscritos Tereza, Celito, Heder e Analba. Eu gostaria de pontuar, eu acho que  
8072 primeiro estamos discutindo a apresentação que o Márcio muito bem fez e parabenizo  
8073 pela apresentação especial e o conteúdo que você nos traz. Um conteúdo técnico,  
8074 realmente uma apresentação qualificada e dentre os vários aspectos que você colocou,  
8075 dois deles me chamaram a atenção. Primeiro os conceitos que como ele muito bem frisou  
8076 não são conceitos de instituições LGBT, ao contrário são conceitos científicos dado por  
8077 pessoas que pesquisam que são pesquisadores da área. Segundo, um viés que sempre  
8078 preocupou a mim pessoalmente, que é a postura de grupos religiosos com relação às

8079 orientações sexuais. Eu, principalmente na qualidade também de religioso, sempre me  
8080 causou espécie o posicionamento que determinados líderes religiosos, em especial  
8081 católicos e evangélicos têm com relação ao tema. Muitos deles inclusive dizem que o  
8082 lugar onde eles labutam é chamado de a casa de Deus, mas o grupo LGBT não tem  
8083 acesso a isso. Então, todos podem entrar menos as pessoas que tem essa orientação  
8084 sexual. Eu nunca entendi muito bem essa posição. Eu nunca entendi porque antes de  
8085 tudo todos nós somos seres humanos, todos nós somos "filhos de Deus" para aqueles  
8086 que assim acreditam. Pois não.

8087  
8088 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**  
8089

8090 Me permite um aparte. Só para aproveitar sua pertinente colocação, para dizer que no  
8091 passado que está relacionado também a uma frase que o Conselheiro Márcio fez, no  
8092 passado aqueles que se arvoram no direito de definir quem é Deus, e o que é certo para  
8093 se crer em Deus, diziam que as mulheres também não tinham alma e já disseram  
8094 também no passado que negros não tinham alma. Já disseram também que os índios  
8095 não tinham alma, tudo isso para justificar pensamentos equivocados e atrocidades e  
8096 violência contra essas pessoas. É tão verdade que quem tem opção sexual diferente não  
8097 tem alma quanto é verdade que as mulheres não têm, que negros não têm e índios não  
8098 têm. Ou seja, é uma verdade mentirosa.

8099  
8100 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**  
8101

8102 Então assim, esse assunto em especial me causou estranheza, porque isso continua em  
8103 debate e continua acontecendo, porque como o Conselheiro Agadeilton colocou isso é  
8104 um assunto do passado. Logicamente como aconteceu nesses casos citados é um  
8105 processo de conquista. O Márcio colocou ali um parâmetro, uma seqüência de evolução e  
8106 de conquistas que retratam muito bem esse posicionamento da Sociedade. E  
8107 principalmente quando nós estamos tratando com uma pessoa que “fez opção diferente  
8108 da nossa”. Particularmente eu entendo que com o processo que a religião traz, seja ela  
8109 qual for realmente o viés religioso, ao contrário, essas pessoas teriam uma obrigação  
8110 maior, elas teriam uma clareza maior e teriam uma aproximação maior com o  
8111 conhecimento e isso deveria trazer uma quantidade menor de preconceito. E,  
8112 infelizmente o que a gente nota é que talvez elas, por defesa de questões dogmáticas, de  
8113 compreensões que não lhes possibilita sair do espaço onde estão elas têm atitudes tão  
8114 preconceituosas como essas que nós vimos aqui expostas. Creio que a Sociedade está  
8115 evoluindo neste caso. Não vejo com desesperança a nossa posição atual. Vejo sim com o  
8116 trabalho muito grande que está sendo feito e já disse isso algumas vezes, inclusive aqui,  
8117 que dos grupos hoje mais organizados da Sociedade Civil, talvez o LGBT seja o mais  
8118 organizado pela necessidade de sobrevivência. Então, essa necessidade de  
8119 sobrevivência fez com que houvesse uma organização maior. O citado aqui GT da  
8120 SENASP, eu tive uma surpresa pessoal, uma grata surpresa pessoal, que desse grupo  
8121 participa o capitão de Polícia Militar de Minas Gerais. Inclusive nós conversamos,  
8122 participei da abertura e depois nós conversamos. Para mim foi grata surpresa, porque eu  
8123 tenho amigos na Polícia Militar do Estado de Goiás que são homossexuais. E  
8124 acompanhei inclusive alguns colegas de faculdade que nós fizemos curso de  
8125 especialização juntos, eu acompanhei o processo de discriminação que eles sofreram  
8126 dentro da instituição, onde não era avaliada a capacidade profissional e a capacidade de  
8127 trabalho daquele indivíduo, e sim a sua orientação sexual. Então quando eu vi que o  
8128 capitão se manifestou na reunião como capitão, inclusive me tratando como militar da

8129 forma “regulamentar” que os militares se tratam. Para mim isso foi uma grande evolução  
8130 porque é uma conquista de espaço como eu disse que a sobrevivência trouxe em que o  
8131 grupo participa. E para mim particularmente, eu fiquei muito satisfeito com isso porque na  
8132 verdade as pessoas têm que se relacionar pelo que elas são. Pelas conquistas que elas  
8133 tem e não por esse condão, eu tenho opção de trabalho essa e você vai ser isso, você ou  
8134 aquilo. Os rótulos são prejudiciais em todos os momentos. Nós estivemos trabalhando no  
8135 serviço operacional da Polícia Militar desde a época de tenente. Eu convivi aí no início  
8136 dos anos 90, com profissionais que trabalharam comigo nas noites de Goiânia, com  
8137 profissionais da Polícia Militar e da Polícia Civil que simplesmente tinham visão de  
8138 estranheza e ojeriza. A minha fala com relação a essas pessoas sempre foi no sentido  
8139 seguinte. Isso é um testemunho que eu faço aqui, no sentido de que todos nós somos  
8140 cidadãos. Todos nós somos. O direito que assiste é comum, era comum e era uma luta  
8141 institucional muito grande naquela época. Hoje já houve um avanço. Creio que a grande  
8142 dificuldade que nós temos ainda no Brasil é a hipocrisia, porque nós não encaramos isso  
8143 de frente. Nós sempre entendemos que essa perspectiva que o Márcio muito bem  
8144 colocou, a grande dificuldade dela na nossa Sociedade brasileira é primeiro a hipocrisia e  
8145 segundo é pensar que o problema está longe da gente, que a discussão está longe da  
8146 gente e que nós não temos que participar do processo. O problema que eu vejo com  
8147 relação a isso é que a escola ainda vê isso, a polícia talvez ainda veja isso de alguma  
8148 forma, a Sociedade como um todo ainda vê isso de alguma forma. A grande questão que  
8149 eu vejo, a grande virada que eu vejo, e aí o Agadeilton colocou muito bem que esse deve  
8150 ser um processo do CONASP e deve ser um processo de cada instituição que aqui  
8151 representa. Nós tivemos um excelente profissional da Segurança Pública que trabalhou  
8152 conosco até meados do ano, um excelente profissional com 20 e poucos anos de serviço  
8153 que foi inclusive dirigente regional do seu órgão que tinha essa orientação e não por isso  
8154 trabalhou conosco e representou muito bem lá sua instituição. Então, eu vejo com  
8155 otimismo essa questão. Otimismo pelo sofrimento do passado, otimismo pela dureza do  
8156 trabalho que está sendo realizado agora, mas principalmente otimismo porque eu vejo  
8157 que o nosso futuro ele próximo será melhor. Será melhor porque hoje nós já encaramos  
8158 de frente esse tema. Com a palavra a Conselheira Tereza. Conselheira enquanto a  
8159 Senhora se organiza, só ler aqui para que as pessoas se organizem. Inscritos  
8160 Conselheira Tereza, Celito, Heder, Marcos Rezende, Silvio, Almir. Alguém não está  
8161 inscrito? Podemos estabelecer que encerraremos esse tema com esses inscritos. Então o  
8162 último a falar será o Conselheiro Almir. Três minutos mais 1?

8163  
8164 **Tereza Cristina Almeida Ferreira - Conselho Nacional dos Defensores Gerais -**  
8165 **CONDEGE**  
8166

8167 Tentarei ser objetiva. Nesse diapasão queria também de verdade parabenizar o trabalho  
8168 apresentado por Márcio, principalmente porque eu tenho refletido e tenho até dialogado  
8169 dentro desse diapasão a nossa presença de construção de uma política neste Conselho.  
8170 E a responsabilidade que a gente tem enquanto Conselho que representamos as nossas  
8171 entidades é de sair daqui e às vezes as pessoas me perguntam o meu estado, e aí o que  
8172 o CONASP pensa a respeito? E sempre fica uma avaliação vaga que efetivamente  
8173 existem até dificuldades por conta de se colocar essas moções para o final quando nunca  
8174 se tem quorum e quando o debate é forte, e acho que a partir dali talvez até pela grande  
8175 dificuldade, tendo em vista as densas arguições que são colocadas aqui. Então eu achei  
8176 que foi extremamente explicativo e didático, de uma importância fundamental para esse  
8177 Conselho, e eu gostaria de recomendar que o Conselho recomendasse para todos os  
8178 Conselhos Estaduais, porque há uma angústia e acho que se a gente conseguir finalizar

8179 pelo menos a possibilidade que todos os estados tenham um perfil de Conselho igual ao  
8180 do CONASP, para que as representações da Sociedade civil lá estejam presentes para  
8181 que a gente possa a partir daí quem sabe recomendar as escolas a todos os ambientes,  
8182 as polícias, as entidades públicas onde as pessoas, porque a gente falou agora á pouco,  
8183 inclusive quando a gente estava trabalhando a nova Conferência, do crime organizado.  
8184 Esse grupo de extermínio que mata sem a gente saber, como foi colocado pelo Márcio,  
8185 acontece destitua diuturnamente. A gente não sabe do que está acontecendo. E a  
8186 Defensoria Pública que atua com pessoas que estão na linha da miséria, e que não tem  
8187 nenhum tipo de garantia, porque as vezes não tem condições no meio da noite, pela  
8188 própria estrutura das instituições, de ter acesso a essa possibilidade de defesa, aparecem  
8189 mortas. E posso garantir a vocês que aquelas mortes de pessoas negras e com todas  
8190 aquelas discriminadas, a gente não consegue terminar o julgamento, porque o laudo,  
8191 aquele da Perícia, não termina, porque a gente não sabe da arma, a gente não sabe de  
8192 nada. Então, eu também fiquei triste ontem porque eu pelo menos achava que deveria  
8193 haver algum encaminhamento, no sentido de fortalecer essas preocupações. E acho, só  
8194 para efeito de encaminhamento de que deveria sair sim desse Conselho, e se houver  
8195 possibilidade de se preparar logo que no início um documento de moção a tudo aquilo  
8196 que seja discriminação a essa questão, e que seja encaminhado sim para o Congresso  
8197 Nacional como pensamento desse Conselho Nacional de Segurança Pública. E o  
8198 encaminhamento de que a gente possa estar colocando à disposição dos Conselhos  
8199 Estaduais essa preocupação de que chegue lá apresentações como esta e de que você  
8200 faça contato com as entidades dos estados para que possam sim recomendar uma  
8201 explicação tão didática. Tem gente que não sabe disso e não tem noção disso. Eu vi  
8202 informações aí, porque a gente já tem conhecimento de estar convivendo com isso nas  
8203 nossas instituições, mas a gente sabe que tem muita gente, inclusive da área acadêmica  
8204 que não tem essa informação. É a minha colocação e parabéns a um trabalho tão bem  
8205 elaborado com o cuidado técnico que foi, mas que não fique vago só parabéns e que saia  
8206 daqui uma opção concreta deste Conselho com relação a essa apresentação.

8207  
8208 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**  
8209 **Transexuais**

8210  
8211 Vou fazer uma proposta de redação e creio que a maioria das aspirações do Movimento  
8212 LGBT aqui neste Conselho e representado por mim, estão em algumas recomendações e  
8213 propostas. No termo de cooperação técnica recém assinado que se for cumprido já é  
8214 muito. Elas são relacionadas a subregistros e subnotificação de violência e homicídios.  
8215 Elas são relacionadas à capacitação e informação das polícias e agentes de segurança  
8216 que falam, inclusive eu ouvi um comandante falar aqui da “teoria dentro da academia  
8217 para a prática na rua tem uma distância muito grande.” Não fui eu que falei, foi o  
8218 Comandante que inclusive agora é o Comandante Geral o Baldaruque, ele reconheceu  
8219 que a distância que existe entre a teoria da formação na academia e a ação lá na rua lá  
8220 na ponta. Eu creio que tudo isso fora que este Conselho recomenda não a aprovação do  
8221 PLC 122, mas de proposições legislativas que defenda e garanta direitos de lésbicas  
8222 gays, bissexuais, travestis, heterossexuais, seja de criminalização da homofobia ou não,  
8223 mas sem tocar direto na redação de um determinado projeto que pode ser polêmico,  
8224 ressaltando que quem é contra a aprovação do PLC 122 é contra a Lei antiracismo,  
8225 porque é a mesma. Só incluiu lá LGBT, religião e procedência nacional. É o mesmo  
8226 projeto. Colocar em cheque a redação desse projeto é colocar em cheque a Lei Cão, a  
8227 Lei antiracismo. Mas enfim, eu vou fazer uma proposta de redação, vou conversar com  
8228 Mariano, porque e com a Tereza, se tiverem qualquer tipo de colaboração, porque parece

8229 que eles já estavam escrevendo e a gente apresenta junto com as recomendações no  
8230 final.

8231  
8232 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
8233 **Municipais de Segurança Pública**

8234  
8235 Se for possível escrever agora terminando a discussão aqui a gente já delibera.

8236  
8237 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

8238  
8239 Conselheiros. Conselheiro Celito com a palavra, por favor.

8240  
8241 **Celito Cordioli - Associação Brasileira de Criminalística**

8242  
8243 Posso falar, Mariano? Então, primeiro, eu acho que essa questão é uma questão cultural  
8244 e muito forte. Para todos os que tiveram educação religiosa e que passaram, isso é muito  
8245 pesado, e a gente só muda quando tem uma experiência prática dentro da própria casa  
8246 ou dentro da própria família. Isso não é fácil, é complicado, eu vejo que o grupo está  
8247 avançando e muito pelo o que ele colocou. Mas eu quero parabenizar o Márcio pela  
8248 colocação, porque veio muito equilibrada, muito didática e foi muito bom, aprendi muito.  
8249 Então agradeço por esse ensinamento e essa colocação, mas vejo que temos ainda um  
8250 longo caminho pela frente e que a gente não vai resolver. Essa questão de companheiros  
8251 de trabalho, infelizmente eu em Santa Catarina tive bons companheiros e excelentes  
8252 profissionais, independente da orientação sexual que eles têm, foram e são grandes  
8253 amigos ainda hoje que eu tenho admiração até pela capacidade profissional deles. Então,  
8254 eu acho que isso tudo, esse preconceito é muito forte. E a questão da igreja, eu lembrei  
8255 aqui um texto do filósofo Spinoza que eu acho assim muito bonito. Embora eu também às  
8256 vezes me sinto discriminado, porque quando eu digo que não acredito em Deus também  
8257 sou discriminado. Não é possível você não acreditar. Essa é a primeira reação que a  
8258 gente tem. Mas mesmo isso ainda o texto que ele coloca é como se fosse Deus refletindo  
8259 sobre o comportamento dos humanos, então ele vai colocando várias coisas e quando  
8260 ele vem nessa parte sexual ele diz: “Pára de me culpar de tua vida miserável. Eu nunca  
8261 te disse que há algo mal em ti e que eras um pecador ou que tua sexualidade fosse algo  
8262 mal. O sexo é um presente que eu te dei e com o qual podes expressar teu amor, teu  
8263 êxtase, tua alegria. Assim não me culpe por tudo o que te fizeram crer.” Eu acho que é  
8264 um pensamento muito bonito e acho que coloca, independente da orientação de cada  
8265 um, eu acho que é realmente importante. E aqui, Márcio, eu acho que você vê uma  
8266 mudança muito grande aqui. Eu disse isso várias vezes e digo: Quando é que alguém do  
8267 grupo LGBT estaria sentado com profissionais da Segurança Pública com Comandantes  
8268 da Polícia Militar, a oportunidade que temos aqui? Então não estranhe alguma  
8269 manifestação às vezes de pensamento de alguns que ainda não assimilaram, mas isso  
8270 eu disse várias vezes para vários amigos e acho que isso é importante e é muito  
8271 produtivo e tem sido muito produtivo. Muito obrigado pelos teus ensinamentos e continue  
8272 a luta.

8273  
8274 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

8275  
8276 Coadunando com o que o Celito colocou, é um aprendizado para nós. Conselheiro Heder.  
8277

**Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais**

Bom, acho que primeiramente parabenizar o Márcio, porque nos trouxe realmente um tema que só quem está por dentro e está no chão de base conhece e consegue passar com tanta tranquilidade, mesmo sabendo da dor que sofre pela discriminação, passar com tranquilidade, com seriedade a busca de um direito de uma cidadania. E dizer também Márcio que você disse e isso é a mais pura verdade. Para nós que somos profissionais da Segurança Pública, principalmente aos Policiais Militares, existe um distanciamento muito grande entre o ideal e o real. Para nós as coisas se resumem nas resoluções, memorandos, notas instrutivas que são discutidas na cúpula e nos chegam no frio do papel. Quem tem o interesse busca, compreende, entende e pratica. As relações internas, quando vocês citam o capitão Duane que é um grande amigo que eu tenho o maior respeito e participei com ele recentemente na Academia da Polícia Militar de Minas Gerais numa palestra com a doutora Rosa Maria Grossi foi sobre os direitos humanos, e lá esteve presente o Deputado Estadual Durval Ângelo que é um dos defensores dos Direitos Humanos naquele estado, e ele só cobrou uma coisa lá existem seis cadernos temáticos voltados para direitos humanos aplicado a Sociedade, e ele cobrou o verso, mas voltado para os Policiais Militares daquele estado. Porque muitas vezes indo um pouco na linha do que a Simone disse, somos sim os profissionais, e aí notadamente o contingenciado é maior, porque é o maior contingente de profissionais da Segurança Pública que estão direto em contato com a Sociedade que são os Policiais Militares. Eles não são só os algozes, mas os que estão mais próximos. Mas muitas vezes nas grades curriculares enfocam apenas um aspecto de abordagem, direito ao uso da letalidade ou não, mas não abordam essas questões que elas têm que ser entendidas e compreendidas. O respeito, no caso apresentado pelo Márcio, da orientação sexual. Isso não acontece. Ele acontece que você tem que abordar seu nome, como é que você faz, mão na cabeça, respeita, etc, e não sabe. Isso não é abordado. E interna corpos nós sabemos que tem. São homens, seres humanos com orientações sexuais distintas e que também se escondem, porque são vítimas e criminalizados na própria instituição. Então para nós foi muito enriquecedor e evidentemente em se tratando de praças a ANASPRA sempre faz reuniões de diretoria e coloca a ANASPRA à disposição para que possamos fazer essa apresentação, porque queiramos nós bem ou mal, nós temos, sim, uma representatividade no Estado todo, o estado é nação e união. Para concluir, porque seria de extrema importância para todos esses atores que são formadores e atuam na frente de suas instituições que pudessem conhecer esse projeto. E, então a ANASPRA está à sua disposição e assim querendo farei o convite, e se houver possibilidade da sua agenda estaremos à disposição. E agora para jogar a bomba na mão de um amigo, eu gostaria que para a próxima reunião que o Marcos Rezende fizesse a apresentação de um tema que em conversa informal quando tomávamos um vinho que ele nos disse, e você estava Mariano naquele dia, ele veio dizer da origem das religiões de matrizes africanas, e eu fiquei encantado Marcos e disse a você aquele dia que o Conselho precisava te ouvir e gostaria de te dar essa missão para a próxima. Foi ou não foi fantástico? Então fica aqui o registro e o pedido, porque você terá o tempo que o Márcio teve e este Conselho precisa disso.

**Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

Com a palavra a Conselheira Analba

**Analba Brazão Teixeira - Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos**

Eu concordo muito com o que Tereza Cristina colocou, com todas as colocações e propostas dela. E parablenzo o meu colega e companheiro Márcio Marins, eu acho que foi muito bom e acho que isso é um exemplo para outras temáticas aqui que possa ser apresentada e essa da matriz das religiões de matriz africana seria muito interessante que fosse apresentada. No movimento feminista existe um grande grupo de mulheres organizadas como mulheres de Terreiro que também traz bastante esse debate nós outras que também tem essa dificuldade. Uma coisa que me chamou atenção que eu estava dizendo que não difere muito da questão do racismo é a pesquisa. Porque 90%, se não me engano diz que existe, mas 28% se considera homofóbico, e isso aconteceu também na pesquisa que foi feita em relação ao racismo. E aí a gente dizia o seguinte: Não existe racismo sem racista. Um número imenso, se não me engano 80% afirmava que o Brasil era um país racista, mas um número muito pequeno dizia que se considerava racista. E aí a gente fez uma grande campanha nacional “Aonde você guarda o seu racismo?” Foi essa a pergunta que se fazia. Porque se a gente vive isso no dia-a-dia no nosso cotidiano, então para a gente sofrer um racismo tem racista que está fazendo com que nós mulheres e homens negros, passemos por essa experiência de sofrer o racismo. Então era isso.

**Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

Conselheiro Marcos Rezende.

**Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras**

Gostaria de parabenizar primeiro o Márcio Marins e também a ABGLT por tê-lo designado como Conselheiro e pela seriedade, compromisso e responsabilidade com que você tratou essa questão. Mas talvez eu siga um pouco o caminho do meu amigo Heder que é sobre se ao mesmo tempo nós ficamos felizes com as falas que nós ouvimos aqui e com a solidariedade, sabemos que a solidariedade por si só não resolve. Não resolve. O Criança Esperança da globo não resolve, ações reformistas não resolvem. Pequenos projetos sociais não resolvem, e eu tenho conversado aqui com os meus vizinhos muito mais do que falado no microfone da minha insatisfação e da minha tristeza com o Conselho. Por que tem muitas pessoas aqui sérias e comprometidas, todos aqui são. Mas existe um descolamento entre o que a gente discute aqui e o que está na base das nossas associações. De qualquer uma delas. Tanto da Sociedade civil como do governo, como da classe dos trabalhadores. Então assim aqui nós não temos uma expressão midiática ao ponto de colocar esses debates no seio da Sociedade. Aqui se discute, se sonha aqui, se morre aqui e se briga aqui. Não existe força de lei maior e soube que ontem de manhã o negócio foi sério. Foi uma pena eu não poder ter estado aqui, mas a gente percebe essas coisas e acaba morrendo aqui. Porque muitas vezes não chega nem no seio do nosso próprio grupo. Então isso é doloroso. As nossas resoluções que são adotadas aqui não servem para ninguém. Se servem, talvez pela minha ignorância, falta de experiência, não sei, talvez por ser leigo. Eu não tenho visto percorrer caminhos nenhum nem para nada. Então não quero fazer uma fala de desalento, mas estou fazendo uma fala da verdade. Porque o que foi apresentado aqui e já foi falado sobre a questão da intolerância religiosa, vamos fazer um grupo para fazer a revolução religiosa deste país. Que nada. Foi falado aqui sobre a questão do racismo. É um absurdo e vamos fazer não sei o quê, mas já tem um grupo na SEPPIR que está se reunindo e você



8378 vai fazer parte. Que nada! Nem sonho! Nunca fui nem sequer contatado. Ninguém nunca  
8379 da secretaria dignou-se a fazer uma ligação sequer para falar: Conselheiro Marcos  
8380 Rezende, segundo a Resolução que foi aprovada aqui e aquelas discussões que estavam  
8381 tendo naquele grupo da SEPPIR junto com a Presidência da República, o Senhor foi  
8382 convidado para participar da reunião tal, até para não ficar de tal forma. Então nem isso  
8383 aconteceu. Estou falando isso para a gente saber em que nível esse Conselho está  
8384 colocado. Então quando o Marcos Costa vai buscar sempre na Saúde as soluções para  
8385 os nossos problemas, é porque ele entende que a Saúde é um outro nível. Quando eu  
8386 fico pensando aqui no Conselho Nacional de Justiça, é porque é outro nível, e aqui tem  
8387 gente de nível, mas este Conselho não tem nível. Essa é a bem da verdade. E por isso  
8388 eu incomodo, porque esse soco no estômago a gente não quer receber. A gente só quer  
8389 ouvir conversa bonita e não tem conversa bonita. Está faltando nível. E falo isso porque  
8390 tem me deixado em estado de choque, porque desde o dia que entrei neste Conselho até  
8391 hoje eu enterrei quatro amigos. Digo enterrei porque eu ajudei a pagar o caixão. E tem  
8392 gente que é da Sociedade civil que é do governo que também sofreu. Mas eu vi os tiros  
8393 na cabeça do meu amigo. Eu fui lá pegar ele no chão. A mãe foi falar comigo. Então, eu  
8394 sei o que é perder o jovem no meio desse negócio aqui. Então, está me doendo muito  
8395 isso. Está me incomodando muito. E aí para concluir.

8396  
8397 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

8398  
8399 Me permite aparte?

8400  
8401 **Aginaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

8402  
8403 Por favor, Conselheiro.

8404  
8405 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

8406  
8407 Esse é um retrato claro do que nós somos e acho que essa fala de Marcos deve ser  
8408 pinçada e depois do almoço a gente retomar, porque se vocês forem visitar hoje a  
8409 Secretaria-Executiva, o espaço onde a Secretaria-Executiva foi alocada recentemente  
8410 dentro do Ministério da Justiça, vocês vão ver qual o tamanho da importância deste  
8411 Conselho. Então isso é grave. Queria só pontuar como uma questão de ordem que na  
8412 abertura da tarde a gente abra um espaço para a gente ver o que nós queremos para  
8413 2012 e retomar isso na pauta.

8414  
8415 **Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras**

8416  
8417 Concluindo em dez segundos. Todo o trabalho que demais Conselheiras e Conselheiros  
8418 fizeram para fazer a Conferência. Para quê? A gente pergunta para quê. O relatório  
8419 demonstra do que foi aplicado das diretrizes da última Conferência? Nadica de nada.  
8420 Qual foi o projeto do Ministério da Justiça no campo da Segurança Pública para este  
8421 ano? Nós pedimos o ano todo para mostrar aqui. Nadica de nada. E apresentar para a  
8422 presidenta Dilma dar resposta? Nada. Então, aqui concluindo, nós somos aqui um grande  
8423 picadeiro no meio desse circo que tem virado a Política de Segurança Pública Brasileira.  
8424 Essa é a bem da verdade. É por isso que o Deputado Marcelo Frecho tem que se  
8425 esconder em outros países para poder permanecer vivo, porque está mostrando as  
8426 mazelas da nossa Sociedade, e é isso que acontece com os que lutam contra o que a  
8427 gente vive aqui. Só isso.

8428  
8429 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

8430  
8431 Conselheiro Sílvio. Inscrito o nosso último Conselheiro é o Conselheiro Almir.  
8432

8433 **Silvio Luiz Ramos Garcez - Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil**

8434  
8435 Eu quero parabenizar o meu irmão em fé que há pouco tempo descobri que ele também é  
8436 um orixá como eu e ele vai falar mais sobre isso na apresentação da Câmara Técnica. A  
8437 apresentação é extremamente didática. Ela foi didática, pedagógica, ela instruiu e  
8438 mostrou coisas realmente que eu sugiro que se faça um encaminhamento até de  
8439 disponibilizar no site do CONASP essa apresentação. Eu acho que ela tem que ficar lá  
8440 para que todo mundo possa ter a noção de que nós do CONASP não temos pelo menos  
8441 a maioria preconceito. Neste país nós temos preconceito com velho, com gordo, com  
8442 careca, e lamentavelmente isso está enraizado no inconsciente coletivo desse país. E  
8443 este Conselho precisa quebrar dentro do contexto de Segurança Pública que talvez seja  
8444 o viés mais forte que “combate” essas questões, nós temos que trabalhar em cima disso.  
8445 Não vou falar da carta agora, mas parabéns pela coragem e tenha certeza que estamos  
8446 juntos.

8447  
8448 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

8449  
8450 Conselheiro Almir.

8451  
8452 **Almir Laureano dos Santos - Rede Desarma Brasil**

8453  
8454 Antes de sair e o Everardo ficar aqui, tive a sorte de ver a apresentação do Márcio, mas  
8455 pedi ao Márcio que pudesse disponibilizar o material para poder pelo menos eu ter noção  
8456 do que foi, concordando assim com as palavras de Marcos Costa sem a veemência.  
8457 Tirando as coisas, a gente sente que há uma necessidade da gente e talvez o nosso  
8458 trabalho de fazer uma nova conferência. Ele está se municiando sempre da Saúde, a  
8459 Saúde está com a 14ª. Se ela é modelo para qualquer coisa na vida, a primeira e a  
8460 segunda já não tinha a mesma qualidade da 14ª. Essa é uma noção que temos que ter.  
8461 Então, muitas vezes a gente está aqui na primeira e na segunda e achando que não vai  
8462 valer nada, mas estamos nos valendo de quem já chegou na 14ª. Isso é uma  
8463 desvisualização ou auto desvalorização. Eu não concordo com isso, respeito  
8464 profundamente, mas estou empenhado desde o momento com meus colegas e falei com  
8465 cada um, vamos aprovar a conferência. Concedo o aparte.

8466  
8467 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

8468  
8469 Veja bem, a Conferência eu acho que ela é fantástica. A gente tem que separar  
8470 Conferência do Conselho. O Conselho é que é o problema. Mas assim, o Conselho é o  
8471 problema hoje.

8472  
8473 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

8474  
8475 Conselheiro, por favor, só um instante. Por favor.

8476  
8477 **Almir Laureano dos Santos - Rede Desarma Brasil**

8478  
8479  
8480  
8481  
8482  
8483  
8484  
8485  
8486  
8487  
8488  
8489  
8490  
8491  
8492  
8493  
8494  
8495  
8496  
8497  
8498  
8499  
8500  
8501  
8502  
8503  
8504  
8505  
8506  
8507  
8508  
8509  
8510  
8511  
8512  
8513  
8514  
8515  
8516  
8517  
8518  
8519  
8520  
8521  
8522  
8523  
8524  
8525  
8526  
8527

Vou terminar meu aparte, Presidente, só um minuto que é um aparte muito rápido. Da prática que tenho em conselhos, os conselhos que não são agasalhados pelo Poder Executivo, eles patinam e não decolam. E este Conselho continua dessa forma. Estava conversando com o Heder a respeito disso e pensando a respeito disso eu não vejo isso como um problema que possa afetar até a minha auto-estima de não estar aqui falando nada, não servir para nada. Pelo contrário, respeitando todas as opiniões, eu acho que estou fazendo alguma coisa, no meu tamanho evolutivo eu estou fazendo muito, me doando ao tamanho que eu posso e vejo como um trabalho com vários companheiros aqui para que a gente pudesse aprovar a Conferência para a gente trabalhar. Não é para a gente ficar coordenando, é para a gente trabalhar mesmo e fazer exatamente valer essas propostas que a gente sente que tem um vazio, um vácuo. Mas eu acredito que a gente tem cumprido com o nosso papel e com essa qualidade tamanha e disse a Heder hoje que a gente durante essa conferência poderia propor, mobilizar que a gente tem condição para isso, nós temos condições para isso. Mobilizar o Congresso Nacional para que já possa no final da Conferência, ou seja, além da eleição do novo CONASP, já apresentar a Lei tornando o CONASP uma Lei. Nós podemos fazer isso, é só querer. Precisamos estar no trabalho. Então é parabenizar o Márcio pelo trabalho, eu sei que antecipadamente ele trouxe aquilo que está nas questões nacionais. E queria só como religioso que sou, porque eu também carrego uma religiosidade, a religião é coisa de fôro íntimo. Religião é de fôro íntimo. Nós temos uma cultura de impor nosso pensamento religioso para os outros. Isso é percepção e um ponto de vista. Hoje nós estamos nos especializando muito. Eu fui fazer um exame e queria dizer que a especialização chegou a tal ponto que eu fui fazer um exame de vista que meu olho esquerdo tem miopia maior que o direito. O olho esquerdo quem vai tratar é outro médico, o médico que está tratando dos meus olhos ele está tão especialista que só trabalha com o direito, não trabalha com o esquerdo. Não é brincadeira, não. Parece brincadeira, mas nessa questão da especialização encontra-se a cultura e as tradições e as crenças que tem uma percepção e especialização e pensa que é a visão. Não é a visão, é apenas um ponto de vista. Então por isso o preconceito continua. Vou parar por aqui.

**Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

Conselheiro muito obrigado. Eu gostaria de fazer algumas pontuações em relação ao que foi dito pelo Conselheiro Marcos Rezende e pelo Conselheiro Marcos Costa, só para concluir e passo para o Senhor. Só concluir para que o Senhor possa falar. Eu creio logicamente que a mesa tem que pontuar algumas questões. Nós temos uma pauta que é a apresentação do Conselheiro Heder para o primeiro assunto. Me parece que muitas vezes a gente banaliza e talvez até desrespeita os Conselheiros que aqui estão atuando quando a gente, inscrito o Conselheiro Marcos Rezende também, quando a gente diminui as coisas. O próprio Conselheiro Marcos Rezende, a passagem dele estava marcada para 16 horas da quarta-feira. Ele chegou em Brasília as 16 horas da quarta-feira e ele não compareceu na reunião de ontem de manhã para a discussão que ele mesmo viu que era importante que fosse discutida. Então assim, nós precisamos também cada um de nós fazer uma análise do trabalho do Conselho como foi dito aqui desse desenvolvimento do Conselho, da nossa responsabilidade com isso. Eu sinceramente falando com os Senhores, eu acho que o Conselho esse ano trabalhou e trabalhou muito. Cada um de nós abriu mão do seu tempo para estar aqui como foi a apresentação do Conselheiro Márcio Marins. Eu acho que ele se empenhou para fazer o trabalho e esteve aqui realmente fazendo uma coisa séria e honesta. Não me parece que o que ele fez aqui

8528 foi uma coisa vazia. Não me parece que nós perdemos o nosso tempo aqui quando  
8529 ouvimos a fala do Conselheiro Agadeilton ontem na discussão que nós tivemos aqui  
8530 ontem. Eu acredito que as pessoas que ficam trabalhando aqui, e aí eu peço que a gente  
8531 faça uma reflexão, nós estamos trabalhando. Logicamente que é um Conselho e há aqui  
8532 uma dialética posta e várias questões são colocadas de forma diferente. Tem pessoas  
8533 que tem engajamento muito grande com este Conselho. Nós estamos trabalhando. Eu  
8534 entendo e em nome da mesa e da presidência que eu faço essa pontuação que esse  
8535 trabalho não é fácil. Como aqui foi colocado, não sei bem por quem, algumas  
8536 conferências erraram mais do que nós estamos errando. Alguns conselhos erraram mais  
8537 do que nós estamos errando. Eu participo de um Conselho no Ministério na Secretaria de  
8538 Direitos Humanos que eles não estão ainda onde nós estamos aqui. A Suelen também  
8539 está me dizendo. As dificuldades que nós enfrentamos aqui, alguns dos Senhores  
8540 participam de outros conselhos, ela é replicada em outros conselhos também. O  
8541 diferencial disso não são as dificuldades que nós temos. Elas são comuns a todos os  
8542 conselhos. O diferencial disso é que nós aqui, ao contrário de outros conselhos que são  
8543 um pouco mais homogêneos e tem grupos mais identificados, aqui há uma  
8544 heterogeneidade muito grande. Todos nós aqui, se nós formos analisar, cada um trás a  
8545 sua concepção e que ela muitas vezes ela não é comum. Então, acho que na minha  
8546 visão aqui o grande diferencial desse Conselho é essa capacidade de reunião e  
8547 discussão e também de crítica. O Ministério da Justiça, em que pese todas as  
8548 dificuldades que teve esse ano, ele está investindo no Conselho, tanto é que nós estamos  
8549 aqui. Eu estou aqui, a Secretária está, cada um dos Senhores abriu mão do seu tempo  
8550 para estar aqui. Eu acho que talvez nós não alcançamos ainda os resultados que nós  
8551 queremos, mas acho que estamos buscando esse resultados e buscando, inclusive, e eu  
8552 peço a reflexão de cada um dos Senhores e Senhoras Conselheiros, buscando inclusive  
8553 com o nosso sacrifício pessoal. Cada um de nós está abrindo mão do seu tempo e da sua  
8554 expertise, como tivemos exemplo muito bom do Conselheiro Márcio Marins, e ontem nós  
8555 tivemos exemplo muito bom do Conselheiro Agadeilton, que com certeza fora do seu  
8556 horário de trabalho a custo zero se debruçou para trazer um trabalho altamente  
8557 qualificado aqui. Teve a humildade de ouvir uma opinião diferente. Então, nós estamos  
8558 trabalhando aqui com seriedade e este Conselho está produzindo sim. Eu vejo empenho  
8559 da Conselheira Eliana para tratar cada um dos pontos que foram aqui colocados. E,  
8560 sinceramente eu entendo que não estamos deixando o Conselho de lado. Ao contrário, o  
8561 Conselho está trabalhando. No nosso caso do Ministério da Justiça também é uma  
8562 experiência nova no Ministério da Justiça. Ao modo com as capacidades e possibilidades  
8563 o que Ministério tem nós estamos fazendo. Para os Senhores terem idéia a Secretaria  
8564 Nacional de Segurança Pública abriu mão de um DAS 4 para que a Suelen estivesse na  
8565 função que ela está. Para os Senhores terem uma idéia disso, o DAS do Superintendente  
8566 da Polícia Federal nos estados é DAS 3. Função comissionada. O cargo que ele tem,  
8567 parâmetro no Governo Federal o cargo do Superintendente da Polícia Federal nos  
8568 Estados, em qualquer um deles, o Superintendente da Polícia Federal no Estado de São  
8569 Paulo é DAS 3, a Suelen é DAS 4. Secretária Executiva daqui. Então o Ministério da  
8570 Justiça está investindo no Conselho sim. Dificuldades, Senhores e Senhoras, nós  
8571 enfrentamos. Essas dificuldades elas são comuns. Os Senhores nos vê em aqui, tanto eu  
8572 quanto a secretária. Nós saímos daqui ontem e isso posso dizer para cada um dos  
8573 Senhores e das Senhoras, nós saímos ontem às 18H30, 19 horas. Eu pessoalmente saí  
8574 por volta de 1H30 dessa madrugada, porque o meu expediente não pára. O expediente  
8575 de cada um aqui também não pára. Então dizer que o Ministério da Justiça não está se  
8576 empenhando para isso, sinceramente. Para mim que particularmente percebo e vejo o  
8577 que nós fazemos. Para os Senhores terem uma idéia, esse ano nós cortamos como a

8578 Polícia Federal cortou muitas operações. A Polícia Federal está cortando muitas  
8579 operações e está cortando inclusive o pessoal da fronteira estão fazendo inclusive  
8580 movimentos lá porque não estão recebendo recursos. Então, eu precisava pontuar isso.  
8581 Conselheiro Marcos Costa e Marcos Rezende.

8582  
8583 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**  
8584

8585 A minha proposta é que a gente, como eu já tinha feito a proposta anterior, que esse  
8586 tema sobre o funcionamento do CONASP e a relação do CONASP com o Ministério da  
8587 Justiça a perspectiva dessa influencia maior que estão sendo gestadas dentro do  
8588 CONASP e dentro do Ministério da Justiça, que a gente retenha isso como um ponto de  
8589 pauta à tarde. E deixar claro basicamente o seguinte que cada um dos Conselheiros que  
8590 estão aqui estão apostando, é por isso que estão aqui. Nós apostamos. Ninguém aqui  
8591 está falando dos Conselheiros individualmente. O que nós estamos falando é que o  
8592 Conselho não conseguiu ainda influenciar efetivamente e diretamente as políticas que  
8593 estão sendo gestadas e estão saindo do Ministério da Justiça. Nós não conseguimos  
8594 isso. E o que eu falo, a minha tese e sempre falei desde sempre que quando o Executivo  
8595 não agasalha, não tem uma proximidade muito forte, porque não é só ter apoio material.  
8596 Então encerrando. Está concedido. Era essa minha comunicação.

8597  
8598 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**  
8599

8600 Para o Senhor ter idéia do que o Ministério da Justiça investe, os Senhores se lembram  
8601 que nós tivemos aqui a apresentação da estratégia Nacional de Fronteiras, pelo Major  
8602 Aragão. Foi aberto prazo de dez dias para que o Conselho apresentasse suas sugestões.  
8603 Flávia, vocês receberam alguma sugestão de Conselheiro lá no Conselho? Nós não  
8604 recebemos. Eu não estou fazendo uma cobrança do Conselho não, mas estou dizendo  
8605 que as dificuldades elas acontecem mesmo. É processo da vida, Benedito Mariano. O  
8606 espaço que o LGBT está tendo hoje, não é porque alguém achou que são bonitos,  
8607 agradáveis e gentis, não. Eles disputaram o espaço. Nós estamos lutando, é isso.

8608  
8609 **Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras**  
8610

8611 Presidente, eu acho que o Senhor tem que ter muita responsabilidade com o que fala, o  
8612 Senhor é uma pessoa responsável, nós somos, mas o que o Senhor me colocou agora  
8613 me preocupou muito, porque eu não costumo ver o Senhor colocar com outros  
8614 conselheiros que faltam ou que não vieram ontem pela manhã. O Senhor citou outros?  
8615 Eu não vi. Então, quando a gente muitas vezes fala dessas pequenas questões,  
8616 demonstra tratamento diferenciado que a gente tem com as pessoas. O Senhor nem  
8617 sequer ou em nenhum momento alguém sequer questionou, ou eu não sei se tem crime  
8618 não poder vir num momento e vir em outro, mas ainda sem ninguém ter questionado eu  
8619 fiz questão de dizer para algumas pessoas aqui o porquê da minha ausência. Não falei  
8620 para o Senhor, mas falei para algumas pessoas, inclusive do Ministério. Eu tenho um  
8621 problema crônico de saúde que ontem se agravou e não pude vir para cá. Mas eu  
8622 também não tenho que dar satisfação disso. Eu tenho até que explicar para o Conselho,  
8623 não do meu problema de saúde, mas apesar de saber que tem muitos aqui que não vêm  
8624 e não dão, inclusive do Ministério da Justiça.

8625  
8626 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**  
8627

8628 Quem tem e não vem tem o ponto cortado.

8629  
8630 **Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras**

8631  
8632 É difícil a gente conversar, porque o Senhor fala 20 minutos e eu não interrompi. Eu falo 2  
8633 e o Senhor corta, se mete, entra no meio. É difícil. Isso não é uma conversa civilizada.  
8634 Quando um lado o tempo todo se defende o outro lado o tempo todo ouve. Eu respeito o  
8635 trabalho de cada Conselheiro aqui. O que o Senhor colocou que eu disse. Eu não disse.  
8636 O Senhor falou de um jeito, como se eu tivesse dito que as pessoas aqui não têm  
8637 compromisso, como se os Conselheiros aqui não sejam pessoas sérias; como se o  
8638 Márcio não esteja trabalhando. Eu não disse isso. Eu não disse nada disso. Ou o Senhor  
8639 está entendendo errado ou tem mal ouvir ou estou entendendo que tem alguma coisa  
8640 errada aqui, companheiro. Porque o que eu coloquei aqui, unicamente coloquei aqui é  
8641 que é uma pena que tantos excelentes trabalhos não consigam sair desse círculo. Foi o  
8642 que eu coloquei aqui. Mas não foi o que o Senhor entendeu daí.

8643  
8644 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

8645  
8646 O Senhor me permite um aparte?

8647  
8648 **Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras**

8649  
8650 Não permito. Isso está me incomodando, porque eu tenho falado uma coisa e as pessoas  
8651 têm entendido outra. Ou eu estou com uma dificuldade imensa de comunicação e aí eu  
8652 tenho que fazer uma revisão pessoal, porque o racismo enlouquece. É por isso que o  
8653 Conselho Federal de Psicologia demonstra que a maior parte das pessoas que estão nos  
8654 manicômios são negras, e é por isso que o Márcio também sabe que a maior parte das  
8655 pessoas que têm morrido por conta da homofobia ou lebosfobia, também são negras. E  
8656 todos os espaços da Sociedade são todos negros e negras, todos, em qualquer lugar.  
8657 Então, meu companheiro, quando eu digo que as pessoas enlouquecem por isso é  
8658 porque enlouquecem mesmo, e tem pessoas que ajudam a enlouquecer sem sequer  
8659 saber. Nem sabe que está enlouquecendo o outro, mas está. Eu falei aqui com todas as  
8660 palavras que todo mundo aqui tem feito apresentações sérias, que os Conselheiros aqui  
8661 são pessoas honradas e têm trabalhado muito para levar esse Conselho a sério, eu disse  
8662 tudo o que o Senhor colocou, absolutamente tudo igual. Agora, que as resoluções deste  
8663 Conselho não saem daqui para lugar nenhum. Não temos assessoria de imprensa que  
8664 divulgue essas informações para o mundo. Porque o Conselho Nacional de Justiça se  
8665 reúne, imprensa para todo mundo tomar contato. Isso não contamina a Sociedade, isso  
8666 não contamina as instituições. Foi o que eu coloquei aqui. Agora, se o Ministério está  
8667 entendendo que eu coloquei outra coisa, aí o Ministério tem que fazer uma análise e  
8668 inclusive ler o que estou falando nas gravações ou nas cópias que estão sendo feitas,  
8669 porque eu não estou entendendo. Outra coisa. O Ministério colocou um DAS 4 para tratar  
8670 disso e o Superintendente da Polícia Federal recebe DAS 3, claro que se soma ao salário  
8671 que tem, que talvez seja diferente do DAS 4 daqui, não é isso? Quando junta os valores,  
8672 dá uma diferença inclusive no salário. E eu acredito que o Senhor saiba disso ou eu estou  
8673 enganado e quero aí assim que o Senhor me explique.

8674  
8675 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

8676  
8677 É igual, a simetria é a mesma.

8678  
8679  
8680  
8681  
8682  
8683  
8684  
8685  
8686  
8687  
8688  
8689  
8690  
8691  
8692  
8693  
8694  
8695  
8696  
8697  
8698  
8699  
8700  
8701  
8702  
8703  
8704  
8705  
8706  
8707  
8708  
8709  
8710  
8711  
8712  
8713  
8714  
8715  
8716  
8717  
8718  
8719  
8720  
8721  
8722  
8723  
8724  
8725  
8726  
8727

**Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras**

Estou falando de salários. A simetria ou é o salário? Porque a simetria é o quanto sobe no salário.

**Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

Concede um aparte?

**Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras**

Claro.

**Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

Só esse ou nos outros pontos que o Senhor citou?

**Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras**

Só esse, porque os outros o Senhor já respondeu tudo, eu fico com medo.

**Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

Nós concordamos, inclusive vou acatar sua sugestão com relação à assessoria de imprensa. Nós concordamos em tudo o que o Senhor disse. Com relação aos salários, vou explicar para todo mundo que a diferença é o vínculo. Determinados servidores públicos tem vínculo, tem cargo público, foram submetidos a concurso público de provas e títulos, foram aprovados no concurso e tomaram posse no concurso. Esses servidores têm vínculo. Os servidores comissionados que não tem vínculo, por não terem se submetido ao processo público do concurso, eles não tem direito a cargo público, é isso.

**Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras**

Pronto. Mas do jeito que o Senhor coloca parece o seguinte, para as pessoas que não tem muitas vezes o entendimento é que um delegado da polícia, o Superintendente da Polícia Federal está ganhando com DAS três e quem tem DAS quatro está ganhando 8 mil.

**Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

Só para completar, porque não ficou cortado. A questão que eu disse não foi dos salários, não citei salários. A questão que eu disse é a representatividade. Da minha parte o Senhor tem a questão. Só o Conselheiro concluir a fala dele para que não se sinta cerceado.

**Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras**

Toda vez que eu vou falar vira debate, é assim. Eu faço uma fala a reunião toda, a reunião inteira eu fico aqui, uma fala que eu faço vira um debate, vira uma discussão.

8728 Marcos brigando com o Ministério. É parece, né? Mas é o cotidiano, companheiro.  
8729 Presidente, eu imagino, mas é o cotidiano.

8730  
8731 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**  
8732 **Transexuais**

8733  
8734 Eu reconheço e apoio até o que você está falando, só que nós precisando acabar o tema.  
8735

8736 **Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras**  
8737

8738 Eu gostaria de concluir minha fala em um minuto para a gente acabar. Porque me  
8739 incomodou, eu fui citado e em incomodou. Porque tem ficado no cotidiano deste  
8740 Conselho o entendimento não do Conselho, mas do Ministério este. Então, primeiro o  
8741 Delegado da Polícia Federal soma o salário que recebe e mais o cargo. Então dá um  
8742 valor completamente diferente do que o DAS 4 de quem não tem vínculo. Isso é  
8743 importante salientar para não parecer que é um negócio de outro mundo que não é,  
8744 apesar de saber que isso é o mínimo. O que nós estamos colocando é que a Secretaria-  
8745 Executiva, as contribuições da fronteira, não contribui em nada inclusive, porque até  
8746 quando se fez o debate da fronteira para mim não dizia muita coisa. Até parabeneizei o  
8747 Aragão, mas eu quero discutir aqui dentro. Foi o que falei naquele dia. Muitas vezes na  
8748 ata ou na pauta e na reunião eu não tenho colocado as discussões, porque quando  
8749 coloquei, inclusive com relação ao racismo não tive oportunidade de apresentar.  
8750 Lembrem-se que duas vezes foi para a pauta e foi aprovado sem apresentação nenhuma.  
8751 É outro fato. E disso que foi aprovado nada andou. Então assim, peço também um pouco  
8752 de cuidado comigo, respeito. Eu não vejo falar assim de quem chegou tarde. A Regina  
8753 Mikki já falou uma vez que tem pessoas que estão vindo e não vêm para cá e vão fazer  
8754 incursões em outros lugares. Mas nunca vi, meu presidente em exercício, o Senhor fazer  
8755 isso. Então, vamos pelo menos em respeito que eu tenho a vocês é necessário que se  
8756 tenha comigo para não ficar parecendo que eu estava ontem de manhã brincando ou não  
8757 fazendo nada, quando eu estava cuidando da minha saúde. Outra coisa, a minha crítica à  
8758 Secretaria-Executiva é real. A Secretaria-Executiva desse CONASP não tem funcionado  
8759 como outra funcionou em outro momento. Nós que estivemos aqui em outro momento e  
8760 estamos nesse sabemos disso. Podemos não falar, mas sabemos disso. Então, quero  
8761 reiterar o respeito a todos os Conselheiros, entendo também o que o Senhor colocou,  
8762 Conselheiro Almir, parabéns quando o Senhor fala da Conferência é verdade, e talvez  
8763 minha ansiedade seja demais, mas em tempo eu gostaria de também dizer ao Márcio  
8764 Marins que você faz um papel mais uma vez fundamental e importantíssimo, e,  
8765 entretanto, continuo reafirmando, daqui não vai para lugar nenhum, porque o que eu  
8766 tenho visto é não ir para lugar nenhum. Somente isso.

8767  
8768 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**  
8769

8770 Conselheiro João Batista o Senhor estava inscrito para esse tema agora que é a carta.  
8771 Continua sua inscrição? O Senhor quer fazer a leitura da carta?

8772  
8773 **João Batista de Barros Junior - Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**  
8774 **Federais**

8775  
8776 Continua, mas vou ter que ir para o hotel para pegar bagagem.  
8777



8778 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

8779  
8780 Quantos inscritos. Tem mais alguém que vai fazer uso da palavra?

8781  
8782 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**  
8783 **Transexuais**

8784  
8785 Eu tenho proposta de encaminhamento. O maior interessado em discutir essa carta sou  
8786 eu, mas não quero prejudicar a pauta do companheiro aqui. Eu sei o que é esperar uma  
8787 inclusão de pauta de maio até dezembro. Não sei, se tiver acordo do plenário, eu  
8788 encaminhar essa carta para a Comissão de Ética do Conselho, visto que este Conselho  
8789 tem uma Comissão de Ética.

8790  
8791 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

8792  
8793 Veja bem, um encaminhamento individual de qualquer Conselheiro pode ser feito, isso é  
8794 uma coisa. É uma decisão individual de cada um, não precisa debater com ninguém.  
8795 Agora, se for uma decisão da Plenária vai ter debate. Essa que é a coisa. Outra  
8796 possibilidade também é pautar esse tema na próxima, e se ele estivesse aqui você teria o  
8797 debate com o autor.

8798  
8799 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

8800  
8801 Seria justo porque você falaria, o Conselheiro tem razão, com a pessoa que...

8802  
8803 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**  
8804 **Transexuais**

8805  
8806 Eu posso até concordar com o encaminhamento, mas falar em justo e não justo, uma  
8807 carta que foi enviada para alguns Conselheiros selecionados e não foi enviada para mim,  
8808 não tem muito de justo nisso, mas enfim.

8809  
8810 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

8811  
8812 Pessoal, só um instante. Só para a gente continuar caminhando aqui, o Conselheiro  
8813 Márcio pelo o que eu vi já concordou com essa questão. De discutir isso na próxima  
8814 reunião e não discutir agora. Esse encaminhamento já está acolhido. Discussão da carta  
8815 na próxima reunião com a presença de todos, inclusive com a presença do autor. Há  
8816 consenso, alguém quer fazer uso da palavra? Conselheiro Benedito Mariano e Sílvio  
8817 inscrito.

8818  
8819 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
8820 **Municipais de Segurança Pública**

8821  
8822 Eu não quero ser aqui impertinente, mas eu acho que para a próxima reunião levar esse  
8823 tema da carta para a próxima reunião, eu acho meio estranho. O debate é hoje. Primeiro  
8824 que eu tenho e acho que devemos debater, por isso queria ouvir os outros Conselheiros,  
8825 qual é a definição do Conselho do Pleno em relação à carta. Eu tenho dúvidas do que  
8826 nós devemos fazer. Tem uma coisa que eu acho, Presidente, que independente da carta  
8827 que é importante a gente definir agora, que é aquela posição do CONASP e do Pleno em

8828 relação à criminalização da homofobia. Isso nós temos que definir hoje antes do almoço  
8829 para depois não misturar pauta e vai deixando pauta vencida. Eu sugiro que nós abramos  
8830 quatro ou cinco intervenções sobre a carta e tomemos um posicionamento hoje sobre  
8831 essa questão.

8832  
8833 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**  
8834

8835 O Conselheiro Márcio já está com o texto pronto, para a gente já matar define o texto,  
8836 aprova o texto e três inscritos para a carta. Um de cada segmento. Pode ser assim? O  
8837 texto é aquele, você quer ler? Falta digitar? Só um instante então. Três inscritos para a  
8838 gente não perder mais tempo. Três inscritos, um de cada segmento para discutir a carta e  
8839 quando a Flávia terminar a gente aprova o texto.

8840  
8841 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**  
8842

8843 Levanto uma questão de ordem. Esse é um tema sensível. É um tema sensível que  
8844 significa dizer até onde vai a liberdade de expressão de um Conselheiro e a repercussão  
8845 que essa liberdade quando mal exercida terá no âmbito da Plenária. Não é um tema  
8846 qualquer. Então não é um tema qualquer. Eu sei que está todo mundo com fome, tem as  
8847 pautas assim. Esse é um tema de extrema relevância e inclusive para saber qual é a  
8848 repercussão disso. Deixar isso para a próxima pauta, esse não é um tema que vai ser, é  
8849 um tema que vai abarcar toda a discussão sobre o que é homofobia e tudo o mais. A  
8850 minha sugestão é se for mantida a discussão, não vai ter que ter limitação, não. Vamos  
8851 debater.

8852  
8853 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**  
8854

8855 Conselheira Eliana, questão de ordem.

8856  
8857 **Eliana Sousa - Redes de Desenvolvimento da Maré**  
8858

8859 A minha questão de ordem é no seguinte sentido. É óbvio que a gente deveria fazer  
8860 constar em ata nossa indignação, nossa manifestação em relação a esse meio  
8861 manifestado pelo Conselheiro Márcio. Estou propondo. Hoje a gente fazer isso, enfim, o  
8862 nosso estranhamento e tristeza até com essa questão. Só que eu acho que a gente  
8863 deveria sim levar para a próxima reunião com a presença do Márcio aqui, porque ele é  
8864 Conselheiro e nós vamos continuar convivendo com ele e de alguma maneira ele tem que  
8865 se colocar. Uma coisa não exclui a outra. Não é o mérito. O que ele fez não tem  
8866 discussão, mas ele é Conselheiro e nós vamos continuar convivendo com ele aqui. Então  
8867 a minha proposta é que a gente faça constar em ata que o Conselho tem indignação em  
8868 relação a esse e-mail e que nós vamos tratar essa questão do ponto de vista de qualquer  
8869 outro desdobramento com a presença dele, mas já apontar essa questão, entende?

8870  
8871 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**  
8872

8873 Conselheiro Sílvio com a palavra também questão de ordem.

8874  
8875 **Silvio Luiz Ramos Garcez - Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil**  
8876

8877 Eu respeito a opinião da minha irmã, mas nós somos um Conselho que representa  
8878 entidades. Existe a figura do titular e do suplente. O suplente está aqui e ele falou pela  
8879 entidade dele. O suplente estando aqui ele tem que responder. Vocês me desculpem,  
8880 mas eu acho que se ele ponderou mal na hora de escrever isso, existem ônus e bônus  
8881 quando se faz escolhas. Ele representa uma entidade. Se ele não pode vir, ele fala pela  
8882 entidade. Se ele não fala, ele tem que ter o ônus disso. Eu sugiro que continuemos com o  
8883 debate que o representante e suplente possa falar independente até da questão pessoal.  
8884 Essa é minha posição.

8885  
8886 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

8887  
8888 Conselheiro João Batista.

8889  
8890 **João Batista de Barros Junior - Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**  
8891 **Federais**

8892  
8893 Eu não vejo problema nenhum de seguir, o debate pode ser hoje, mas é muito louvável a  
8894 questão de ser uma questão pessoal, até porque a indicação não vai para a entidade. No  
8895 caso vai para o Conselheiro a maneira como ele escreveu. Embora a gente represente a  
8896 entidade, mas você sabe que a opinião aqui é uma opinião que vem da pessoa. A  
8897 entidade reconheceu, não há uma reunião com a entidade toda vez que a gente vem para  
8898 cá e isso não deve acontecer com nenhum de vocês.

8899  
8900 **Silvio Luiz Ramos Garcez - Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil**

8901  
8902 Me permite um aparte? Todos os membros do Conselho são votados. Estão aqui  
8903 escolhidos por alguém que eles estão representando. Se ele tomou a posição pessoal, eu  
8904 acho que ele não conhece então o conceito de Conselho. Ele está falando por uma  
8905 entidade. Ele tem que se responsabilizar por isso. Não é momento de se colocar  
8906 questões pessoais. Se ele fez isso, ele tem que ser responsabilizado. Me desculpe, mas  
8907 essa é minha posição.

8908  
8909 **João Batista de Barros Junior - Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**  
8910 **Federais**

8911  
8912 Eu não vejo problema nenhum na discussão e inclusive fiz algumas anotações para a  
8913 discussão. Eu vou ser sincero, esse é um tema sensível eu acho que a gente eu sei que  
8914 é muito difícil, mas tem que haver um controle da quantidade de tempo, porque nós  
8915 estamos sempre extrapolando o tempo dos temas, e digo que se não for deixado para a  
8916 reunião seguinte como o Marcos, não vejo problema nenhum, mas eu queria realmente  
8917 que fosse deixado para tarde. Eu particularmente tenho problema de só ficar até uma  
8918 hora no hotel e como nós temos reunião até meio-dia eu achei que daria. Então eu vou  
8919 ter de sair e não acho interessante, já que eu represento a entidade eu falar e sair e não  
8920 participar do restante do debate. Por isso que eu digo para a tarde.

8921  
8922 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

8923  
8924 Tenho dois inscritos. Simone e depois Marcos. Conselheiros, por favor, vamos tentar  
8925 seguir.

8926

8927 **Simone de Jesus - Federação dos Profissionais em Papiloscopia e Identificação**

8928

8929 Gente, eu acho muito perigoso, Márcio, quando a gente às vezes coloca uma posição  
8930 diferente e já votar isso hoje e já provocar alguma sanção, não é que a gente concorda  
8931 com o teor da carta, longe disso, mas a gente tem que tomar muito cuidado com esse  
8932 cerceamento. Daqui a pouco o Heder não vai poder mandar um e-mail para mim com  
8933 ponto de vista em relação a um assunto aqui do Conselho, porque pode ser considerado  
8934 perigoso. Eu acho complicado isso, porque essa carta não foi colocada oficialmente para  
8935 o grupo, não foi para o Conselho. Você não pode responsabilizar a entidade por essa  
8936 posição. Eu acho que esse é o ponto de vista, eu pelo menos vi assim, é o ponto de vista  
8937 do Marcos que mandou o e-mail para algumas pessoas que por acaso chegou aqui  
8938 publicamente. A gente tem que tomar muito cuidado com isso, porque você não pode  
8939 responsabilizar também a instituição que ele representa aqui por este ponto de vista dele.  
8940 Só para a gente ter cuidado com isso, senão daí a pouco vamos ficar todo mundo...

8941  
8942 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

8943  
8944 Simone você entrou no mérito, então o Márcio quer fazer uso da palavra e inscitos estão  
8945 o Marcos Costa e o Humberto.

8946  
8947 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**  
8948 **Transexuais**

8949  
8950 Nós estamos perdendo muito mais tempo com o que a gente está pensando que vai ser o  
8951 encaminhamento, a parte mais interessada sou eu. Só tenho que falar Simone, desculpa.  
8952 Número 1, ele se refere a Conselheiros e Conselheiras. Ele não fala meu amigo fulano e  
8953 minha amiga fulana. Só que ele sabe para quem ele não mandou, para não incorrer no  
8954 mesmo erro novamente. Ele sabe para quem não mandou e para quem sequer ia querer  
8955 dar ouvido a isso aqui. Vocês lembram como foi o processo eleitoral do CONASP. A  
8956 gente tem que ter essa responsabilidade. Qualquer deslize meu aqui eu vou ser cobrado  
8957 aqui pela ABGLT. Não tem ninguém aqui com seu CPF, é só CNPJ. São organizações.  
8958 Você não sabe o quanto que eu sou cobrado e apanho lá do outro lado. Deve acontecer  
8959 com outros também.

8960  
8961 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

8962  
8963 Por favor, só para a gente obedecer a ordem das discussões, está inscrito o Conselheiro  
8964 Marcos Costa, e se me permite a Flávia tem que digitar o texto e a luz do projetor está  
8965 apagada. Só para a gente fazer então está inscrito Conselheiro Marcos Costa e  
8966 Conselheiro Humberto.

8967  
8968 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

8969  
8970 Eu não estou ainda discutindo a substância, estou discutindo a questão de qual é o  
8971 procedimento que nós vamos enfrentar nessa situação. Quando a Eliana fala que nós  
8972 precisamos deixar apontado. Toda vez que fala nós, significa uma decisão coletiva e se é  
8973 uma decisão coletiva vai ter um debate coletivo para levar essa decisão. Mas o problema  
8974 é que nós temos uma pauta e um assunto sensível. Não estou dizendo que a Plenária  
8975 deixará de enfrentar isso com a devida atenção que deve ter no momento oportuno.  
8976 Agora casando com o que Eliana vai falar, aquele Conselheiro que já quiser manifestar

8977 sua opinião individual agora para ficar registrado, já pode antecipar, porque não precisa  
8978 ninguém pedir autorização para registrar nada. Não precisa de debate. Você pode  
8979 registrar agora. Registro individual.

8980  
8981 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**  
8982 **Transexuais**

8983  
8984 É o direito de todo Conselheiro e Conselheira se expressar e decisão minha como  
8985 interessado aqui. Eu estou encaminhando para o Conselho de ética do CONASP. E estou  
8986 retirando a discussão daqui neste momento. Mas todo Conselheiro e Conselheira que  
8987 tem a palavra tem o direito de se expressar para que conste em ata, é claro. A indignação  
8988 de cada representante ou não.

8989  
8990 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

8991  
8992 A única coisa que eu queria saber é o seguinte que pode ser mantida a pauta da  
8993 discussão com a Plenária.

8994  
8995 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

8996  
8997 Mas eu acho que depois do Conselho de Ética avaliar traz para a Plenária.

8998  
8999 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

9000  
9001 Só queria deixar mais uma coisa que é o seguinte. Quando ele se referiu a Conselheiros  
9002 e não será isso que tirará eventual responsabilidade que vai ser apurada e tudo o mais,  
9003 mas quando ele se dirigiu, se ele se dirigir a procurador Marcos Costa, porque esse é o  
9004 meu cargo. Conselheiro é uma posição que nós temos aqui. Agora, essa comunicação  
9005 dele não foi feita dentro do Conselho. Isso é uma coisa que vai ser examinado.

9006  
9007 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9008  
9009 Essa análise de mérito é o Conselho de ética que vai fazer. Conselheiros, em respeito  
9010 aos que estão inscritos, eu solicito que sobre esse tema da carta está encaminhado pelo  
9011 próprio autor. Solicito que a gente entre na pauta do encaminhamento da palestra do  
9012 Conselheiro. Os Conselheiros concordam? Quer ler, fazer a leitura? Conselheiro Benedito  
9013 Mariano com a palavra.

9014  
9015 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
9016 **Municipais de Segurança Pública**

9017  
9018 Quando o Conselheiro Márcio traz para o Pleno essa questão da carta, não é mais  
9019 encaminhamento dele, o plenário também pode se manifestar. Então, eu acho que essa  
9020 carta se é hoje... Questão de ordem? Só comecei a falar. Independente de ter quorum ou  
9021 não para votar, a manifestação não precisa quorum. Deixa eu manifestar e depois  
9022 encaminha a questão de ordem. É uma vontade de falar toda hora. Eu queria dizer o  
9023 seguinte. A questão trazida pelo Conselheiro não é mais dele, é do plenário. Então eu  
9024 quero defender que não vá para a comissão de ética e vire um debate no Pleno sobre  
9025 essa questão. Acho isso mais pertinente, porque eu tenho dúvida. É lógico que foi infeliz  
9026 o e-mail e estou indignado pela postura que teve, mas eu tenho dúvida se cabe a este

9027 Conselho punir o outro Conselheiro. Tenho dúvida, quero ser convencido e acho que  
9028 temos que debater e isso não quer dizer que concorde evidentemente com o que ele  
9029 escreveu. A maior resposta nossa, desse Pleno, é o que nós vamos ler aí. Isso é a  
9030 resposta política mais geral, o que não impede de nós debatermos sobre até onde vai a  
9031 posição pessoal ou até onde vai a posição do Conselheiro. Acho que não existe  
9032 pessoalmente posição pessoal quando eu me dirijo a algum Conselheiro, porque eu aqui  
9033 represento 200 municípios. O que eu falar de absurdo aqui é o CONSEMS que está  
9034 falando. Eu não venho aqui como Benedito Mariano com CPF número tal, aqui cada um  
9035 tem uma representação. Então esse debate nós temos que fazer. Se eu penso e sou a  
9036 favor da homofobia e minha instituição é contra, eu não posso me manifestar. Esse  
9037 debate que nós temos que aprofundar aqui. Aqui ninguém quer saber o que pensa  
9038 individualmente cada um. São as instituições que representam. Isso aqui é um Fórum de  
9039 representação coletiva e não individual. Então queria fazer esse registro e dizer que é o  
9040 Pleno que tem que aprofundar esse debate de uma outra forma e peço desculpas ao  
9041 companheiro Heder de não dar a questão de ordem, é que para manifestação  
9042 independente de ter Fórum ou não, é o encaminhamento que a gente está tentando  
9043 resolver.

9044  
9045 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9046  
9047 Conselheiros, com razão o Conselheiro Heder, nós não temos condição de deliberar mais  
9048 nada, está suspensa a reunião e depois do almoço voltamos. 14 e 30 o nosso horário de  
9049 retorno. Bom almoço a todos.

9050  
9051 **Intervalo para Almoço**

9052  
9053 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9054  
9055 Bom, mediante a coação da Plenária, nós vamos iniciar. Em que pese talvez a gente não  
9056 ter quorum ainda para deliberação, mas acho que podemos dar início pelo menos para  
9057 leitura, Márcio. Vamos fazer a leitura então do texto? A Conselheira Eliana solicitou que  
9058 nós autorizemos que ela faça a leitura. Está autorizado.

9059  
9060 **Eliana Sousa - Redes de Desenvolvimento da Maré**

9061  
9062 Está certo. Recomendação ou Moção. “Considerando a necessidade de sistematizar e  
9063 mensurar dados oficiais de crimes de violações de direitos motivados por homofobia, o  
9064 CONASP reconhece e apóia articulação de esforços, formação de parcerias estratégicas  
9065 e definição de diretrizes em comum para enfrentar as causas e os efeitos da  
9066 discriminação e violência homofóbica no Brasil. O CONASP apóia as ações propostas em  
9067 instrumentos dentro de suas competências e especificidades. O CONASP reconhece a  
9068 necessidade e apóia a criação de um mecanismo de monitoramento para acompanhar as  
9069 políticas contra a discriminação à população LGBT que contenha entre outras  
9070 informações o número de violações registradas e apuradas nos moldes do PNDH 3. O  
9071 CONASP reconhece a necessidade e apóia a implementação de diretrizes para a  
9072 atuação das Polícias Cíveis, Militares e Federal, Bombeiros, Guardas Militares e Agentes  
9073 Penitenciários que garantam o respeito aos direitos, inclusive dos grupos em situação de  
9074 maior vulnerabilidade com a população LGBT.”

9075  
9076 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9077  
9078  
9079  
9080  
9081  
9082  
9083  
9084  
9085  
9086  
9087  
9088  
9089  
9090  
9091  
9092  
9093  
9094  
9095  
9096  
9097  
9098  
9099  
9100  
9101  
9102  
9103  
9104  
9105  
9106  
9107  
9108  
9109  
9110  
9111  
9112  
9113  
9114  
9115  
9116  
9117  
9118  
9119  
9120  
9121  
9122  
9123  
9124

Só uma coisa simples. Guardas Militares é Guardas Municipais. Pode seguir.

**Eliana Sousa - Redes de Desenvolvimento da Maré**

“O CONASP reconhece e apóia a inclusão das temáticas LGBT na formação continuada destes profissionais de Segurança Pública. O CONASP apóia a capacitação de todas as unidades policiais para lidar com ocorrência de crimes de ódio e delitos de intolerância. O CONASP apóia a garantia de que todos os formulários de registro de ocorrência criminal haja um campo para registro de orientação de identidade de gênero. O CONASP reconhece a necessidade e recomenda que pessoas LGBT tenham garantia à opção em caso de detenção ou restrição de liberdade de ficarem em celas separadas. O CONASP reconhece a necessidade da aprovação de leis no Congresso Nacional que garantam a cidadania e os direitos humanos das pessoas LGBT no enfrentamento e criminalização da homofobia no Brasil.” Acabou?

**Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

Conselheiros, nós vamos abrir agora para um debate e antes até do Conselheiro Benedito Mariano fazer a fala, eu gostaria de passar a palavra até numa situação diferente, mas conto com a colaboração dos Senhores. Nós temos um Conselheiro já indicado e não houve ainda publicação, mas como sua instituição já encaminhou o ofício que ele será o Conselheiro e ele já se faz presente, a mesa autorizou que ele tome assento junto conosco e logicamente ele não terá direito a voto. Gostaria que o Conselheiro Cleber se apresentasse ao Conselho.

**Kleber Luiz da Silva Junior – ADEPOL Brasil**

Boa tarde a todos. Acho que para a maioria aqui não será uma apresentação, né? É um reencontro. Meu nome é Cleber, ocupo o cargo de Delegado de Polícia da Polícia Civil do Distrito Federal. Sou lotado na Assessoria de Assuntos Institucionais da Polícia Civil e fui indicado para substituir o colega Jeferson Lisboa na cadeira da ADEPOL Brasil. É uma alegria reencontrar muitos. Eu estive aqui e tive a oportunidade de participar e é isso. Estou à disposição também para auxiliar e espero poder incrementar o debate sobre os temas que serão postos.

**Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

Muito obrigado, Conselheiro. Seja bem-vindo. Com a palavra o Conselheiro Benedito Mariano.

**Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança Pública**

Como chama a companheira da digitação? Flávia.

**Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9125 Benedito, você permite que eu te atrapalhe? Aproveitando que não temos quorum ainda e  
9126 para aproveitarmos esse momento, o Conselheiro Celito fez um pedido à mesa e gostaria  
9127 que de atender o pedido nessa oportunidade. Conselheiro Celito com a palavra.  
9128

9129 **Celito Cordioli - Associação Brasileira de Criminalística**  
9130

9131 Primeiro colegas companheiros dessa jornada, eu estou chegando no final da minha  
9132 parte. Começamos lá no Fórum Nacional com os Conselhos Municipais. Batalhamos na  
9133 primeira CONSEG, a Associação Brasileira de Criminalística, os peritos de uma forma  
9134 geral se engajaram e participaram efetivamente e fomos felizes e fomos muito bem  
9135 recebidos por todos os colegas que participaram. E tivemos acho que um sucesso muito  
9136 grande em termos da Perícia que pode ser discutida, pode ser levada. Caminhamos e  
9137 nos engajamos na reformulação do CONASP, uma tarefa difícil. Mas ainda eu gostaria de  
9138 comentar aquilo que a gente hoje de manhã estava até falando. Para mim foi uma alegria  
9139 e ao mesmo tempo nas primeiras reuniões nos assustava até um pouco, quando  
9140 sentávamos numa mesa similar a essa, mas por um lado era Sociedade civil e do outro  
9141 lado eram os trabalhadores e os representantes das Polícias Militares. Parecia que  
9142 estávamos nos degladiando um contra o outro e não em busca de uma parceria. E que  
9143 eu acho que a gente trabalhou e conseguiu até a CONSEG e depois no CONASP acho  
9144 que essa união foi muito melhor. E hoje a gente não percebe mais quem é quem, e hoje a  
9145 gente vê o pessoal da Sociedade civil defendendo trabalhadores da Segurança Pública  
9146 de uma forma que a gente até às vezes brinca. Exatamente, eu acho que isso foi muito  
9147 produtivo e foi muito bom. Então, as pessoas que eu encontrei nessa caminhada  
9148 realmente foram maravilhosas. Acho que vou levar muita coisa de bom, muita coisa que  
9149 aprendi nessa convivência de mais de 3 anos com alguns. Outros se engajaram na  
9150 caminhada e estamos aqui tentando numa luta na busca dessa participação social, da  
9151 participação da Sociedade nas políticas de Segurança Pública, e a gente vê que é uma  
9152 luta difícil. Hoje de manhã ainda o Marcos fez uma manifestação e em outras  
9153 oportunidades também me manifestei, me subordinei até contra essa aparente coisa que  
9154 nos parece que a gente sai lá, deixa os nossos afazeres como todos aqui, faz um esforço  
9155 muito grande para estar aqui, não é fácil. Eu para estar aqui hoje inclusive na véspera fui  
9156 ao médico pedir autorização se posso ir ou não posso. Estou fazendo um tratamento.  
9157 Então, realmente todo fundo faz um esforço para estar aqui, mas eu acho que como  
9158 decano de todos os que estão aqui ou que fazem parte desse Conselho, já me sinto é  
9159 plagiando Jorge Amado, Teresa Batista cansada de guerras do que batalhador para  
9160 continuar. Eu acho que perdi um pouco esse entusiasmo que eu tinha para lutar pelas  
9161 coisas e para buscar. Daí já não me senti mais bem para representar a minha categoria  
9162 aqui. A decisão de abandonar é minha, porque a gente já vai para uma caminhada onde  
9163 já estamos indo para a aposentadoria. Então, pelo contrário, eu acho que minha  
9164 instituição ainda está insistindo para que eu continuasse e disse que não, acho que tem  
9165 gente mais nova do que eu com mais disposição e mais entusiasmo para levar essa luta  
9166 para frente. Então quero me despedir de todos e agradecer a simpatia e amizade de  
9167 todos e daquilo que a gente recebeu aqui. Pedir desculpas se algumas vezes a gente se  
9168 exasperou um pouco e foi um pouco ríspido com alguns, mas acho que foi uma luta  
9169 maravilhosa. E é claro que eu saio com um sentimento meio de frustração, não pelo  
9170 CONASP, mas pelos resultados que deveriam vir dessa luta. O CONASP eu acho que  
9171 cumpre o seu papel. Com dificuldades, é claro. Junta um grupo desse das várias facções  
9172 da Sociedade que estão aqui representando para buscar um bem comum para todos. Eu  
9173 acho que a gente avançou muito, produzimos muito e fizemos muito, mas a minha de  
9174 cepo eu é que eu vejo por parte dos gestores ou por parte dos governos em não



9175 realmente implementarem aquilo que a gente às vezes discute aqui, coloca aqui com  
9176 veemência e reclama e protesta, e a gente não vê o resultado. E eu me frustrei e  
9177 principalmente no início desse governo para mim foi muito frustrante. Eu achei que a  
9178 gente ia ter muito mais apoio, até porque a Regina era a nossa guia nessa caminhada  
9179 com todo entusiasmo, e a gente, é claro, sente na hora que vai embora, mas acho que  
9180 isso foi muito bom, foi muito produtivo. E espero que a gente continue nessa luta e que  
9181 vocês continuem levando essa bandeira, mas tenham consciência que a luta é difícil e  
9182 somente com pressão e com união de todo esse grupo que representa a Sociedade é  
9183 que nós vamos conseguir implementar alguma coisa. Nada nos será dado de graça. Ou  
9184 nós vamos buscar ou nós vamos ficar aqui. Então, essas batalhas que aqui travamos e  
9185 quando protestamos é porque queremos que a coisa vá em frente. Então, eu me despeço  
9186 de todos e gostaria de apresentar meu colega Márcio Godoy do Mato Grosso. Já foi  
9187 Presidente da Associação Brasileira, já foi um batalhador, participou da COI no estado  
9188 dele participou de todas as batalhas da frente ABC, porque ele era Presidente da ABC na  
9189 luta pela autonomia da Perícia. E então acho que a Perícia oficial continua muito bem  
9190 representada, talvez com mais entusiasmo do que eu nessas alturas. Muito obrigado a  
9191 todos e desculpem. (palmas)

9192  
9193 **Márcio Godoy – Associação Brasileira de Criminalística/MT**  
9194

9195 Boa tarde a todos. Eu quero agradecer inicialmente aí a todos pela recepção. Como o  
9196 doutor Celito colocou, eu já fui Presidente da ABC, a Associação Brasileira de  
9197 Criminalística, e na época que teve a construção da CONSEG, eu e a diretoria da ABC na  
9198 época indicamos o doutor Celito para estar representando a ABC nesse Fórum, e foi  
9199 muito bem representado. Para nós, para mim especialmente substituí-lo nesse momento  
9200 vai ser difícil. Vamos nos esforçar, porque apesar do tempo todo que ele coloca como um  
9201 serviço prestado, mas ele tem ainda o espírito jovem, tem aquela vontade e tenho certeza  
9202 que ele não vai abandonar assim de uma hora para outra. Com certeza, eu acho que ele  
9203 vai participar de outro momento. Nós pedimos para ele ficar, queríamos que ele ficasse  
9204 mas foi uma decisão pessoal e nós respeitamos. E estamos aqui para contribuir também  
9205 nesse Fórum que a gente vê como importante e vê também como um encaminhamento  
9206 para políticas da área de Segurança Pública no Brasil melhores. Então eu agradeço a  
9207 acolhida. Estarei em outros momentos já participando aí junto com o meu colega  
9208 Agadeilton representando a Perícia nacional. Obrigado.

9209  
9210 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**  
9211

9212 Muito obrigado, Conselheiro. Seja bem-vindo. Conselheiro Agadeilton com a palavra.

9213  
9214 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**  
9215 **Criminais Federais**  
9216

9217 Eu não podia deixar de registrar a Simone quase chorando. Dentre os muitos com  
9218 coração partido de saudade já do colega, a Simone certamente é a que melhor  
9219 representou esse quadro. Mas não foi para isso que eu pedi a palavra, embora seja digno  
9220 de registro. Foi para dizer que para mim foi uma grata alegria ter compartilhado com esse  
9221 companheiro, esse competente profissional a experiência de estar aqui neste Conselho,  
9222 nesse espaço importante e que eu espero um dia também chamar de grande  
9223 representação da Sociedade brasileira que é o Conselho Nacional de Segurança Pública.  
9224 Certamente Celito, sua luta não será em vão como não será a de todos nós. Por isso que

9225 a gente tem que ter esse espírito de democracia de saber que as pessoas são  
9226 passageiras nas instituições, mas as instituições devem ser permanentes e cada  
9227 passagem que a gente tiver em cada uma delas a gente deve deixar nosso legado. E  
9228 você queixou um legado e eu particularmente tive a oportunidade de aprender bastante  
9229 com você. Certamente em curto espaço de tempo será minha vez também de fazer essa  
9230 despedida e trazer outros companheiros para estarem aqui continuando a luta e  
9231 qualificando o debate e construindo um CONASP melhor e a partir desse debate uma  
9232 Segurança Pública melhor. Muito obrigado de todo coração por tudo o que você fez aqui  
9233 por este Conselho e pela Perícia brasileira. (palmas)

9234  
9235 **Simone de Jesus - Federação dos Profissionais em Papiloscopia e Identificação**

9236  
9237 É rapidinho. Só porque eu não podia deixar de registrar aqui o meu arque inimigo Celito,  
9238 as reuniões do CONASP não serão as mesmas. Depois daquele momento que os  
9239 papiloscopistas paparam os peritos, eu quero dizer para você Celito, como esse ambiente  
9240 é importante para a gente estabelecer as relações de respeito, né? Como a gente  
9241 conseguiu construir papiloscopista e perito criminal esse ambiente de diálogo. Eu tenho  
9242 certeza que com o Márcio Godoy isso também vai ser construído e dizer para você que  
9243 você é uma pessoa especial e a gente não vai te esquecer nunca. E que foi muito bom  
9244 conviver com você. Um grande abraço e espero te encontrar em lutas adiante por eu ser  
9245 Perícia oficial e não de forma segregadas como tem sido feito de lados opostos, mas que  
9246 a gente possa construir essa Perícia com todo mundo junto e que ela realmente funcione  
9247 nesse país. Um abraço grande e vai com Deus. (palmas).

9248  
9249 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9250  
9251 Com a palavra o Conselheiro Márcio Marins.

9252  
9253 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**  
9254 **Transexuais**

9255  
9256 Companheiro, a ABGLT só tem a agradecer o apoio desde o processo eleitoral. Não foi  
9257 depois de eleito, mas desde o processo eleitoral a compreensão do movimento novo que  
9258 estava acabando de chegar e enfim a troca de experiência e apoio e gratidão eterna da  
9259 ABGLT. E um recadinho uma frase inicial para o Conselheiro que está entrando. Atuar  
9260 nesse Conselho não é fácil não, substituir o Celito mais difícil ainda.

9261  
9262 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9263  
9264 Conselheiro Almir.

9265  
9266 **Almir Laureano dos Santos - Rede Desarma Brasil**

9267  
9268 Ele fez o relato da trajetória dele aqui, mas esqueceu que ele é o fundador do clube do  
9269 vinho. Junto dele o Tião e o Bриди. Mas ele é essa pessoa que se eu pudesse denominar  
9270 eu o chamaria de frade, papa, monge. Mesmo ele falando o tom da voz dele ele disse  
9271 que fala alto, mas não ofende o ouvido da gente. Porque mesmo falando alto. Porque tem  
9272 gente que fala baixo e ofende e ele fala alto e não consegue ofender pelo tom da voz e  
9273 pelas qualidades. A única coisa que eu posso dizer é que a gente fique de pé para dar  
9274 uma salva de palmas para você. (palmas).

9275  
9276 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9277  
9278 Conselheiro Humberto com a palavra.

9279  
9280 **Humberto Jorge de Araújo Pontes - Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do**  
9281 **Brasil**

9282  
9283 É rápido, só queria deixar em nome dos representantes aqui dos dirigentes de órgãos  
9284 policiais, dizer que o Celito é amigo há mais de 20 anos, companheiro, foi Presidente da  
9285 ABC, foi Diretor da Perícia Técnica do Estado de Santa Catarina, é irmão e amigo. E  
9286 quero dizer também e dar nosso testemunho da importância que você tem, não só nesse  
9287 Conselho, mas para a Perícia oficial brasileira. Obrigado por tudo Celito. (palmas).

9288  
9289 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9290  
9291 Em nome da presidência do Conselho eu gostaria de agradecer ao Conselheiro Celito.  
9292 Agradecer pelo trabalho que desenvolveu ao longo do período em que esteve aqui.  
9293 Agradecer pela dedicação, pelo entusiasmo como foi dito aqui por alguns dos Senhores  
9294 Conselheiros e Conselheiras, o Conselheiro Celito não só compôs o CONASP, ele  
9295 participou da construção do CONASP. E isso com certeza já está registrado na história  
9296 deste Conselho. Então fica, Conselheiro, o nosso pedido de que o Senhor continue  
9297 conosco, o nosso agradecimento por ter caminhado junto com o Conselho durante este  
9298 período, abrindo mão do seu tempo, da sua saúde para estar aqui conosco. Inclusive, nós  
9299 temos que registrar esse fato. Como ele disse, ele está em procedimento de tratamento e  
9300 pediu autorização para o médico para que estivesse aqui nesses dois ou três dias  
9301 conosco. Então, fica o registro dos anais do Conselho. A presidenta assinará um ofício  
9302 endereçado à sua instituição agradecendo pelo apoio e pelo trabalho que o Senhor  
9303 realizou dentro deste Conselho no período em que esteve aqui conosco. Muito obrigado  
9304 em nome do Conselho. (palmas) Eu pergunto aos Conselheiros. Aliás, perdão,  
9305 Conselheiro Mariano com a palavra. Resgate. Acho que nunca um aparte tão longo na  
9306 história deste Conselho.

9307  
9308 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
9309 **Municipais de Segurança Pública**

9310  
9311 Eu voltei mais zen depois do almoço. Bom, Celito presente permanentemente aí, um o  
9312 abraço de todos. Eu acho que neste Conselho se nós não avançamos tudo aquilo que  
9313 nós queremos, nós conseguimos em alguns anos ampliar nossas amizades. Então tem o  
9314 lado subjetivo que é às vezes o que a gente leva. Bom, eu quero dizer, apesar da  
9315 observação do meu companheiro Marcos Costa, que eu já aprovei esse texto antes de  
9316 ler. Então, não é nenhuma observação geral do texto, porque eu já sabia que ele viria  
9317 qualificado. Eu só sugiro, Flávia, antes de eu sair do Conselho eu gravo o nome, Flávia.  
9318 Só coloque um último item, por favor. Eu queria fazer a sugestão que esse item fosse o  
9319 primeiro, porque vai de encontro à aquela discussão que nós tivemos de apoiar o projeto.  
9320 Tem um indicativo direto ao Congresso Nacional e aí todos os outros. Mas o do  
9321 Congresso Nacional, eu acho que ele é mais forte. Ao invés de terminar, ser o primeiro. E  
9322 a guarda municipal já foi trocada, estava guardas militares e parabéns, Márcio, ficou  
9323 muito bom o texto e eu não tenho reparo.

9324

9325 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9326

9327 Conselheiros, a mesa examina a seguinte situação. Fato concreto, nós não temos  
9328 quorum para votar. Nós temos três alternativas, na verdade. Na primeira alternativa, nós  
9329 não votamos logicamente essa moção hoje, nós ficamos para deliberar sobre isso na  
9330 próxima reunião com quorum. Nós passamos para o Heder para apresentar o seu  
9331 trabalho e logicamente não vamos poder deliberar, e na próxima reunião a gente só vota  
9332 ou entramos nos informes de cada Conselheiro. Pois não, Conselheiro Marcos Costa. .

9333

9334 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

9335

9336 Talvez pudesse ter uma antecipação de votos daqueles que estão aqui. Já antecipava a  
9337 votação.

9338

9339 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9340

9341 O problema é que não há quorum para abrir votação.

9342

9343 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

9344

9345 Mas você não vai votar não. Quando for aberto votar, vota. Todo mundo vai poder votar.  
9346 Mas você já tem um compromisso institucional de apoio.

9347

9348 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9349

9350 Mas Conselheiro, eu creio que ninguém tem restrição com relação ao texto. Vai ser  
9351 aprovado unanimemente.

9352

9353 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

9354

9355 É uma proposta de todos aqueles que estavam lá.

9356

9357 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9358

9359 Talvez se fosse um texto mais... mereceria da gente perder um pouco mais de tempo,  
9360 mas acho que é consenso.

9361

9362 **Luiz Carlos Nóbrega Nelson - Departamento de Polícia Federal - DPF**

9363

9364 Faltam quantos para o quorum?

9365

9366 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9367

9368 Dois. Para votar é 16. Há alguém que não concorda que esse texto é consenso de todos?  
9369 Caso haja, eu creio que haja algum acréscimo ou questões de um tópico, mas o mérito  
9370 acho que todos concordam.

9371

9372 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**  
9373 **Transexuais**

9374

9375 Creio que sim, os instrumentos estão aqui.

9376  
9377 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9378  
9379 Então eu não sei, eu acho que até para a gente ganhar um pouco de tempo, talvez a  
9380 gente já encaminhasse e o Heder apresentaria. A preocupação é apresentar agora e na  
9381 próxima reunião vai ter que apresentar de novo. Então informes dos Conselheiros.

9382  
9383 **Simone de Jesus - Federação dos Profissionais em Papiloscopia e Identificação**

9384  
9385 Heder, eu acho só que a gente já tem que deixar pactuado aqui. Não sei se na Reunião  
9386 Extraordinária isso pode ser feita para que aquelas recomendações nossas que estão  
9387 persistindo em várias pautas elas sejam encaminhadas num primeiro momento da  
9388 próxima reunião para a gente não correr o risco de não ter quorum e não ser aprovado.

9389  
9390 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9391  
9392 Está definido em recomendações. Com a palavra o Conselheiro Hélder para iniciarmos os  
9393 informes. Conselheiro inscrito, Conselheiro Humberto.

9394  
9395 **Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**  
9396 **Estaduais**

9397  
9398 Boa tarde a todos e todas. Sargento Heder da ANASPRA. O informe que a gente traz na  
9399 verdade ainda não é totalmente conclusivo como deveria ser, mas em razão de que daqui  
9400 a pouco a gente vai precisar estar encerrando a reunião é que está acontecendo agora a  
9401 mesa de negociação lá no Maranhão em razão da greve dos policiais daquele Estado e a  
9402 ANASPRA está presente, e tudo caminha para uma solução ainda hoje. Ou seja, estão  
9403 sentados os trabalhadores, e não posso chamar de comando de greve, porque militar não  
9404 faz greve. Então estão lá as lideranças locais, está lá presente a ANSPRA com o  
9405 Deputado Sargento Aragão que é Deputado por Tocantins e diretor parlamentar da  
9406 ANASPRA; e está lá o subtenente Raimundo Nonato Menezes de Araújo que é o Diretor  
9407 Regional Sudeste de Minas Gerais e está presente também o Presidente da ANASPRA  
9408 que é o subtenente Pedro Queiroz de Fortaleza e o soldado Marco Prisco que é da Bahia.  
9409 Então a gente sabe e tem acompanhado, assim como mencionou o próprio coronel  
9410 Augusto pela manhã a solicitação de uma GLO. Para nós é preocupante como a própria  
9411 secretária se posicionou ontem. Ou seja, o risco que a gente corre de reinstitucionalizar  
9412 antigas práticas que ficamos livres delas a partir de 1985, quando quem governava o país  
9413 eram os militares e sofremos muito. Então a gente vê com preocupação e digo, porque  
9414 institucionalmente alguns entendem e compreendem de forma muito equivocada que a  
9415 ANASPRA é que tem provocado essas questões em seus Estados. Isso é um grande  
9416 equívoco. A ANASPRA se presta principalmente para que seja o elo entre os movimentos  
9417 que reivindicam melhores condições de salários e trabalho e os gestores e comandantes.  
9418 Tanto é que a situação começou a evoluir para um final que avizinha, ou seja, de um  
9419 grande acordo a partir do momento em que a ANASPRA se fez presente desde a última  
9420 terça-feira à noite. Então pelo menos uns seis diretores fazendo esse papel e eu quero  
9421 crer e imaginar que se tivermos aqui a notícia de que estão sentados à mesa encerrando  
9422 provavelmente a greve lá, que eu não poderia deixar de passar esse informe, porque  
9423 para nós não é só reivindicar, é a responsabilidade de reivindicar. Porque nós que somos  
9424 militares temos por trás um código de processo penal militar e os regulamentos

9425 disciplinares. Então eu deixo aqui só esse registro, porque é um papel importante que a  
9426 ANASPRA está fazendo empreendendo grande lá e reafirmar mais uma vez aqui e reconhecendo  
9427 o esforço do Governador de Santa Catarina quando concedeu a anistia aos policiais e  
9428 bombeiros militares daquele estado que também reivindicaram uma questão salarial em  
9429 2008 e que foram excluídos. Reconhecer o papel aqui do nosso Diretor o Jota Costa, do  
9430 Sargento Soares que é Deputado e Diretor, do soldado Lotin e sua diretoria. Agradecer  
9431 também a compreensão da FENEM que foi fundamental nesse processo, porque a  
9432 associação dos oficiais ela ajudou a construir esse processo de anistia. Ou seja, não foi  
9433 Contrário. A NBrasil e principalmente ao Governador daquele estado que dentro da sua  
9434 sensibilidade está aí promovendo a anistia a esses profissionais de Segurança Pública.  
9435 Então da ANASPRA fica aqui o registro, muito obrigado pela atenção e fica aqui esse  
9436 informe.

9437  
9438 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9439  
9440 Conselheiro Humberto com a palavra.

9441  
9442 **Humberto Jorge de Araújo Pontes - Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do**  
9443 **Brasil**

9444  
9445 Na verdade, Presidente, é mais uma questão de esclarecimento. Ao receber a minha  
9446 passagem através do SDP, voltando um pouco mais, lá no meu Estado hoje existe um  
9447 evento tradicional onde se homenageia algumas entidades, órgãos públicos e nossa  
9448 instituição de polícia científica é para receber uma homenagem lá. O que acontece? Ao  
9449 receber a minha passagem vinha dizendo que eu chegaria lá às 23h50, e como lá é meia  
9450 noite que eles fazem as homenagens eu vim pedindo a possibilidade de atrasar um  
9451 pouco e mesmo que eu não chegasse à meia noite, mas eu seria um dos últimos  
9452 homenageados. Eu fiz esse pedido e quando eu chego aqui eu observo que na verdade  
9453 esse documento oficial que me chega não é verídico, porque a minha chegada em João  
9454 Pessoa é uma e quinze da manhã. Eu já vinha observado isso uma outra vez, mas achei  
9455 que tinha sido um erro e tal, mas me parece que isso é mais uma questão de diária.  
9456 Porque se botasse que eu chegaria uma e quinze teria que pagar mais uma. Eu acho que  
9457 isso não é uma postura correta. Nós estamos no Ministério da Justiça, né? Eu acho que  
9458 não seria correto esse tipo de alteração. Até me prontificaria se o caso é financeiro que a  
9459 gente assine um documento, também não acho justo pagar, mas isso me trouxe um  
9460 transtorno, porque eu tive que ligar para a pessoa hoje e assumir como se eu tivesse me  
9461 equivocado, quando na verdade o equívoco não foi meu. Foi algo que aí não sei o  
9462 porque, mas gostaria que não se repetisse. Até me proponho se a questão é financeira,  
9463 eu assino um documento, mas isso atrapalha nesse meu caso que me programei, eu não  
9464 gostei. Queria que ficasse registrado e se fosse possível eu gostaria de esclarecimento,  
9465 porque no sistema é um horário e porque o horário que eu chego é outro. Ou seja, algo  
9466 está errado. Algo não é o real. Tem alguma coisa irreal, e com certeza é o documento  
9467 oficial. Eu acreditei que fosse verdade, porque são 2 horas e 20. Eu recebi do SCDP  
9468 dizendo que saio daqui 22 horas e que no caso para nós lá seria 21, então o horário bate  
9469 e que eu chegaria no dia 2 hoje às 23h50, quando na verdade não é, ou seja, isso não é  
9470 verdade. Eu chego amanhã uma e quinze da manhã. E isso me traz transtorno, porque  
9471 eu confirmei minha presença e tive que hoje ligar dizendo que não poderia ir porque  
9472 houve um equívoco de minha parte, quando na verdade não houve equívoco nenhum.  
9473 Seria só esse esclarecimento.

9474

9475 **Suelen da Silva Sales - Secretária-Executiva do CONASP**

9476

9477 Na verdade é assim, eu queria até fazer uma proposta para a nossa reunião do ano que  
9478 vem, a primeira para fazermos uma programação para o ano e nessa programação  
9479 queria apresentar para vocês como funciona essa CDP e abrir o sistema e mostrar todas  
9480 as pessoas que passam quando a passagem vai ser emitida para vocês entenderem  
9481 como funciona o processo, até porque todas as reuniões a gente tem questionamento  
9482 sobre esse ponto, mas sei que muitas vezes é até por não entender como funciona  
9483 internamente. Todas as vezes que a gente pede emissão da passagem esse e-mail que  
9484 chega para os Senhores a gente não tem acesso a eles. Ele é do SCDP direto para  
9485 vocês, e única coisa que a gente tem acesso é ao bilhete de vocês. E, por exemplo, da  
9486 passagem eu até cheguei a ligar para o seu Amir, perguntando se podia ser esse, se era  
9487 o vôo que sempre ia e desde o início a gente sabia o horário da chegada. Então eu sei  
9488 informar a informação que o SCDP dá. E assim, se você estiver em trânsito quando der  
9489 meia noite, isso é a informação que eles dão para a gente e que o sistema recebe, você  
9490 não recebe outra diária. Então, independente do SCDP dizer se ele vai chegar 23H59 ou  
9491 uma e meia, você não recebe outra diária. Porque ele gera esse e-mail, não sei informar.  
9492 Mas tenho até essa idéia de trazer aqui o setor responsável até do Ministério do  
9493 Planejamento que são os responsáveis pelo sistema do SCDP para informar aqui como  
9494 que funciona, porque foge da nossa alçada.

9495

9496 **Humberto Jorge de Araújo Pontes - Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do**  
9497 **Brasil**

9498

9499 Isso é importante, Suelen, até porque para que não reste dúvidas, porque isso é um  
9500 documento oficial. SCDP é do Ministério do Planejamento? Então nós recebemos ou  
9501 esse esclarecimento já nos devia ser feito. Porque eu tenho um dado, me programo em  
9502 cima disso e recebo dizendo que eu vou chegar a 1h15, que eu confirmei na passagem.  
9503 Então eu acho que é um pouco desorganização do próprio Governo. Como você lança  
9504 um negócio e depois é outro?

9505

9506 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9507

9508 Conselheiro, nesse caso específico do Senhor aí, inclusive nós vamos pegar esse dado e  
9509 vamos fazer um documento formal para pedir uma explicação formal. Esse caso me  
9510 parece um caso sui gêneris, porque não pode haver diferença entre o e-mail que o  
9511 Senhor recebe com bilhete expedido. Porque pela lógica do Ministério tem a cotação e da  
9512 cotação tem um aceite e quando o sistema manda o e-mail para o Senhor a passagem já  
9513 foi cotada, reservada, comprada e paga. Caso haja algum problema de horário como  
9514 alguns Conselheiros tiveram aqui, se nós formos interferir, nós vamos ter que pagar o  
9515 reembolso, porque já foi paga quando aconteceu. Nesse caso específico do Senhor  
9516 algum outro problema deve ter ocorrido. Não é regra isso. Quando a SCDP manda o e-  
9517 mail sistema eletrônico a passagem já está pronta. Peço que mande e nós vamos pedir  
9518 uma explicação formal e vamos lhe mandar essa informação e circular com os  
9519 Conselheiros.

9520

9521 **Humberto Jorge de Araújo Pontes - Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do**  
9522 **Brasil**

9523

9524 Inclusive não foi a primeira vez. Na última reunião tanto que no meu relatório eu coloquei  
9525 a hora que eu saí daqui e a hora que cheguei em João Pessoa porque diverge. Aí é só  
9526 uma questão. A passagem sai normal, só que quando eu recebi a mensagem aqui eu  
9527 estou chegando às 23H50. Estou trazendo esse problema, porque eu me programei lá  
9528 com a coisa e houve um transtorno. Mas agradeço uma atenção da mesa e aguardo o  
9529 esclarecimento.

9530  
9531 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9532  
9533 Não sei se pode ser influência do fuso horário. Isso não é regra? Está errado. Então  
9534 vamos ter uma resposta formal. Conselheiro Bridi e Conselheiro Agadeilton.

9535  
9536 **Abelardo Camilo Bridi - Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil**

9537  
9538 Boa tarde. Queria colocar dois pontos. Contrapor uma colocação do nosso Conselheiro  
9539 Heder. Não foi a FENEME, não foi o Governador quem construiu a anistia em Santa  
9540 Catarina, Heder, foi o Conselho Nacional de Segurança Pública. Foi esse espaço que  
9541 possibilitou o diálogo. Há mais de ano essa conversa começou e foi aqui dentro desse  
9542 Fórum que essa conversa começou e teve evolução para chegar onde chegou. Queria  
9543 dar os parabéns para o nosso Conselheiro Heder que começou a conversa e ele é o  
9544 protagonista disso. O segundo ponto a tocar é que pode ser um equívoco meu de  
9545 interpretação, mas lendo o artigo onze do nosso Regimento diz que nós precisamos ter  
9546 quorum para votação quando não houver consenso. Se me permitirem a leitura. “As  
9547 deliberações do CONASP serão adotadas por consenso ou na ausência deste por  
9548 maioria simples em processo nominal aberto, observado com o mínimo de metade mais  
9549 um de seus membros.” Então acho que da moção que o nosso Conselheiro Márcio  
9550 Marins colocou, se houver consenso não precisa votação. Artigo 11.

9551  
9552 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9553  
9554 Ela fala específica. “A aprovação de resolução e recomendação depende de maioria  
9555 absoluta da Plenária para os demais atos e encaminhamento é maioria simples. Esse que  
9556 é o impedimento. Algum inscrito para informe geral dos Conselheiros? Nenhum inscrito?  
9557 Não há nenhum inscrito? Conselheiros, o Conselheiro Agadeilton inscrito, por favor.

9558  
9559 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**  
9560 **Criminais Federais**

9561  
9562 Como eu peguei o final da fala do Conselheiro Humberto e esse tema também eu já havia  
9563 conversado, acho que há uns quatro ou cinco meses com a Secretaria-Executiva, é  
9564 importante registrar e ressaltar mais uma vez da necessidade. Não sei se é a Secretaria-  
9565 Executiva do CONASP, se é a SENASP ou o Ministério, mas eu vou chamar de  
9566 equívocos, mas que pela repetição não cabe mais o nome de equívocos. Já vem  
9567 acontecendo á bastante tempo em relação a minha pessoa, com relação a viagens, de  
9568 estarmos chegando no nosso local de destino às duas e meia da manhã, às três horas da  
9569 manhã, uma e trinta da manhã. Ou seja, nas primeiras horas do dia seguinte e o sistema  
9570 SCDP registrar que a gente está chegando às 23h50 com o único objetivo de não pagar a  
9571 diária correspondente ao dia seguinte. Então, eu já encaminhei um documento, um e-  
9572 mail.

9573



9574 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9575

9576 Me permite um aparte? Esses casos quando acontecerem assim, documentem, e peço à  
9577 Secretaria-Executiva que faça levantamento desses casos porque em casos como esse  
9578 os Conselheiros tem direito ao pagamento da diária que não foi paga. Então solicito à  
9579 Cynthia que faça o levantamento para nós se isso está realmente acontecendo.

9580

9581 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**  
9582 **Criminais Federais**

9583

9584 Então só para concluir, Presidente, isso foi encaminhado por e-mail com todo  
9585 esclarecimento e todo pedido de encaminhamentos devidos, inclusive a servidora da  
9586 Secretaria-Executiva Verônica recebeu e encaminhou para o controle interno, e inclusive  
9587 eu permito a ela que se for possível a Verônica dê algum esclarecimento sobre isso,  
9588 porque eu acho que é uma situação importante para ser esclarecida, é um equívoco que  
9589 vem acontecendo e precisa ser corrigido e não só em relação à minha pessoa, mas  
9590 também ao Conselheiro Almir pelo que sei e outros Conselheiros. É importante que isso  
9591 seja corrigido.

9592

9593 **Verônica Lins – Secretaria-Executiva do CONASP**

9594

9595 O Agadeilton já tinha várias e várias vezes questionado, e eu pedi para ele, vamos  
9596 formalizar porque eu ligo lá, peço a informação e acho que por telefone não seria o  
9597 correto passar para o Conselheiro. E então mediante isso, ele buscou na legislação,  
9598 formalizou o e-mail e passei para o órgão responsável que é o gabinete do Ministro que  
9599 faz a emissão da passagem e o gabinete do Ministro fez uma consulta no órgão de  
9600 controle interno que tem no Ministério e eles responderam o e-mail e eu repassei para o  
9601 Agadeilton dizendo que não tem direito. Eu te passei o e-mail do controle interno.

9602

9603 **Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes - Associação Nacional dos Peritos**  
9604 **Criminais Federais**

9605

9606 Mas me permita, a resposta do controle interno foi em relação a eu não receber diária de  
9607 Conselheiro. Isso já foi outro questionamento. Eu e talvez o Marcos, quem é Servidor  
9608 Público Federal não recebe diária de Conselheiro. Além de não estar recebendo as  
9609 diárias corretamente, não recebe a diária de Conselheiro, porque é Servidor Público  
9610 Federal e como tal recebe a diária de servidor que é menor em cerca de cem reais à  
9611 diária de Conselheiro. Então eu reclamei disso e essa reclamação foi encaminhada ao  
9612 controle interno e o controle interno respondeu que não tinha como pagar porque o  
9613 Decreto não amparava. Quanto a isso eu não me insurji, se eu for me insurgir agora vai  
9614 ser na justiça. Agora, quanto ao equívoco de estar informando o sistema CDP que a  
9615 gente chega às 23h50 para não pagar a diária do dia seguinte, isso não foi respondido e  
9616 não me foi encaminhado. E isso não é questão de interpretação, isso é legislação. O  
9617 Decreto me dá o direito do recebimento da diária. A base para pagamento é o dia de  
9618 retorno. Não importa, pode ser um minuto do dia seguinte, mas é o dia de retorno. E  
9619 quando você informa o dia de chegada, não é CDP, é o horário de chegada, o sistema já  
9620 gera a diária.

9621

9622 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9623

9624 Verônica, me permita um aparte, a Suelen está colocando a posição que foi dada pelo  
9625 Ministério com a devida vênia, eu não concordo. Nos foi informado pelo gabinete do  
9626 Ministro e se for a transparência que merece uma reunião com a CONJUR. A primeira  
9627 resposta que obtivemos seria uma que legalmente e juridicamente eu não concordo. Qual  
9628 é? De que primeiro o Conselheiro não teria direito à diária, porque não teria necessidade  
9629 de fazer uso de hotel. Nada a ver. Segundo. De que contava o horário de saída daqui.  
9630 Nada a ver também. O fato gerador do pagamento da diária não é a chegada ou saída de  
9631 Brasília. É a chegada ou saída do local de origem. Se o Agadeilton é de João Pessoa, o  
9632 pagamento da diária começa a contar a partir do momento de deslocamento do local  
9633 onde ele mora e não de Brasília. Então, vamos fazer o encaminhamento que eu acho que  
9634 é coerente e verifica qual foi o órgão do gabinete do Ministro que deu essa informação e  
9635 nós vamos procurar a consultoria jurídica, porque o fato gerador da diária não é local de  
9636 chegada, não de saída. Isso, de origem. Almir e Marcos Costa. Vocês entenderam.  
9637 Conselheiro Almir e Conselheiro Marcos Costa.  
9638

9639 **Almir Laureano dos Santos - Rede Desarma Brasil**  
9640

9641 Presidente, é o seguinte. Este problema não acontecia. Desde a ACOM que SCDP  
9642 informava o horário de chegar. Sempre informou. Isso está acontecendo agora, recente.  
9643 Um ano para cá. Há uns três anos estava normal. A observação foi por conta disso, a  
9644 gente estava recebendo normal.  
9645

9646 **Aginaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**  
9647

9648 O diferente que a Suelen está colocando aqui é que a partir deste ano está sendo  
9649 expedido pelo gabinete do Ministro. Até ano passado era pela SENASP, mas enfim,  
9650 vamos checar a origem disso. O Conselheiro Marcos Costa com a palavra.  
9651

9652 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**  
9653

9654 Não vai ser sobre esse tema, é outro tema. Então, eu queria que a mesa indicasse se a  
9655 SENASP tem algum informativo mensal das suas atividades.  
9656

9657 **Aginaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**  
9658

9659 Tem um informativo interno.  
9660

9661 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**  
9662

9663 Mas externo?  
9664

9665 **Aginaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**  
9666

9667 Externo só o Ministério. Nós tínhamos um informativo só, que esse informativo era  
9668 conduzido só por um dos departamentos. A partir do início do ano houve orientação do  
9669 gabinete do Ministro, da assessoria de comunicação que todos os informativos deveriam  
9670 que ser centralizados no site do Ministério, e então nós estamos trabalhando. Nós temos  
9671 esse piloto que é interno o Servidor da SENASP, orientações e informações gerais, mas  
9672 para o público externo nós não temos. Há um informativo que não é público geral  
9673 SENASP que é passado na rede de ensino à distância. Os policiais fazem parte e devem

9674 receber e por ser e-mail, esse e-mail não é informativo do SENASP, é do Sistema de  
9675 Ensino à Distância e Secretaria.

9676  
9677 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

9678  
9679 Então talvez aqueles informativos que pudessem ser incluídos como rotina, encaminhar  
9680 aos Conselheiros. Tudo o que o Ministério da Justiça produz, a SENASP produz, ser  
9681 incluído na dinâmica de divulgação entre os Conselheiros. A outra coisa é que houve uma  
9682 série de preparação para a CONSEG e realizou uma série de documentos sobre inquérito  
9683 e documentos de referência estudando vários aspectos de Segurança Pública. Salvo  
9684 engano, me parece que isso está meio disperso no portal, se pudesse organizar isso num  
9685 local como texto de referência do CONASP ou alguma coisa assim, colocar aonde puder  
9686 colocar lá no CONASP, os textos...

9687  
9688 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9689  
9690 O Senhor me permite? Esses textos, os conselhos que à época não participaram da  
9691 preparação da Conferência, durante o processo de construção da Primeira Conferência  
9692 foram construídos cadernos informativos. Então teve, houve cadernos sobre o inquérito.

9693  
9694 **Verônica Lins – Secretaria-Executiva do CONASP**

9695  
9696 Não, na Conferência foram realizados seminários temáticos que foram publicados e além  
9697 das publicações dos seminários temáticos, aí tem da feira de conhecimento e uma  
9698 publicação que foi uma consulta aos policiais. Durante a preparação da Conferência  
9699 foram realizados seminários temáticos. São oito seminários e depois foram produzidas as  
9700 publicações dos seminários. Além disso, tem uma consulta que foi realizada, consulta aos  
9701 policiais também que se transformou numa publicação, tem o texto base o relatório final e  
9702 tinha o caderno de propostas que esse já está esgotado e não temos mais essa  
9703 publicação. E alguns cadernos temáticos eu acho que muitos Conselheiros receberam,  
9704 então a gente não tem todos, assim do um ao oito.

9705  
9706 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9707  
9708 Só uma pergunta para os Conselheiros. Algum dos Conselheiros não tem esses cadernos  
9709 temáticos? Tem algum que não tem? Então, nós na Secretaria-Executiva a gente levanta  
9710 os que a gente tem para na próxima reunião trazermos para os Conselheiros. E só uma  
9711 questão. No site da Conferência que ainda está ativo tem todo esse material eletrônico aí.  
9712 Marcos, por favor.

9713  
9714 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

9715  
9716 Talvez mais organizar os arquivos digitais, que você pode baixar, entendeu? Essa  
9717 questão do site da CONSEG talvez o CONASP não tem portal, já está indo para a  
9718 segunda então talvez renomear aquilo para ser CONASP, e aí colocar um atalho, alguma  
9719 coisa assim.

9720  
9721 **Suelen da Silva Sales - Secretária-Executiva do CONASP**

9722

9723 É que na verdade é assim, a idéia é que esse site da CONSEG se transformasse no site  
9724 do CONASP, mas não conseguimos isso até por procedimentos internos do Ministério da  
9725 Justiça, que eles acham que a gente tem que concentrar todas as informações que forem  
9726 do Ministério no mesmo site. Então eles concentraram todas as informações nossas que  
9727 vão para o site do CONASP vão para o site do Ministério. Mas um acordo que nós  
9728 fizemos com eles é então de não tirar o site da CONSEG do ar. Deixar o site da  
9729 CONSEG como estava com resultados finais, com todas as publicações, porque é um  
9730 site muito mais bonito e chama muito mais a atenção e deixamos esse site no ar para  
9731 disponibilizar e inclusive com muitos materiais que vão nos ajudar agora na Segunda  
9732 Conferência. E todos os cadernos nós temos disponíveis no site da [conseg.gov.br](http://conseg.gov.br)  
9733

9734 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**  
9735

9736 Só para terminar duas coisinhas. Uma coisinha menor, mas acho importante a  
9737 manifestação dos Conselheiros é que nós estamos preocupados com a alocação física  
9738 da Secretaria-Executiva, o local que foi designado atualmente é incompatível com a  
9739 necessidade da Secretaria-Executiva. O local é muito pequeno. É uma salinha muito  
9740 pequena e assim é menos do que um puxadinho. Então é muito pequeno e você tem que  
9741 pedir licença para entrar. Outra coisa, essa é uma questão que coloco para a gente se  
9742 manifestar. E a outra é que a presidência, se houver acordo dos demais Conselheiros  
9743 faça os contatos com o Ministro da Justiça para que ele esteja na abertura do ano.  
9744 Porque o Ministro da Saúde abriu, aliás, ele vai sempre e abriu o ano do Conselho  
9745 Nacional de Saúde. Quando vai ter apresentação da Política da Secretaria de Segurança  
9746 Pública. É em fevereiro. Não precisa ser na extraordinária, mas na ordinária.  
9747

9748 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**  
9749

9750 Na abertura ordinária, é uma boa pauta.  
9751

9752 **Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**  
9753 **Estaduais**  
9754

9755 Eu acho que nós encerramos pela manhã. Eu gostaria primeiro o seguinte. Foi-nos  
9756 repassado a todos os Conselheiros o relatório que a Câmara Técnica tinha que  
9757 apresentar da implementação de como estão os princípios e diretrizes. Então todos  
9758 receberam e nós tivemos a apresentação aqueles que quiseram participar e foi facultada  
9759 inclusive a vinda para acompanhar a apresentação do relatório e foi feito na Câmara  
9760 Técnica. Mandou por e-mail. Está todo mundo. O físico aqui foi disponibilizado para  
9761 aqueles que tiveram. Eu gostaria de solicitar à Secretaria-Executiva, e aí é um interesse  
9762 da categoria dos trabalhadores, principalmente dos Policiais Civis e Militares, porque nos  
9763 foi apresentado o relatório e na diretriz 14 estabelece que a diretriz aprovada na  
9764 Conferência é que deveria criar um plano de carreira com piso salarial digno. O  
9765 apontamento no relatório da conta que houve e está assim, olha o resultado do princípio  
9766 da aplicação dele ou não. Levantamento nacional dos pisos e remuneração das  
9767 Instituições de Segurança Pública, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpos de Bombeiros  
9768 prevista no texto e estudo sobre o custo da PEC 300. Então a ANASPRA solicita à  
9769 Secretaria-Executiva providenciar por gentileza esse estudo, esse impacto e esse custo,  
9770 porque se há um estudo feito pelo gestor, nós gostaríamos de saber. E evidentemente  
9771 em que pese o interesse ser da ANASPRA, acho que deve ser apresentado ao Conselho  
9772 mesmo que não lhes diga respeito, mas é um assunto que eu digo, porque na verdade eu

9773 posso não ter o interesse. Eu solicito à Secretaria-Executiva que nos seja apresentado  
9774 este relatório, porque ele vai trazer o impacto, os custos e a questão salarial das polícias  
9775 no Brasil, mesmo que com uma certa defasagem, porque esse relatório deve ter sido feito  
9776 o ano passado, mas pelo menos que a gente possa ter balizado como é que está a  
9777 questão salarial no Brasil, porque consta aqui que a SENASP possui esses dados. Esse  
9778 é o primeiro ponto. O segundo é há alguém aí, estivemos presentes no dia 22. Consta  
9779 e consta da pauta o informe acerca da Audiência Pública sobre o financiamento, a  
9780 questão do PPA, e então estivemos presentes aqui que eu me recordo o amigo e  
9781 Conselheiro Marcos Rezende, Almir Laureano, eu, tinha mais alguém presente? Acho  
9782 que valeria a pena aproveitar esse momento e tanto o Marcos e Almir se sentirem a  
9783 vontade para relatar. E o principal, porque nós deliberamos pela manhã que haverá uma  
9784 Audiência Pública e uma Reunião Extraordinária em janeiro e não definimos nada. Então  
9785 eu acho que seria oportuno aproveitar este momento e ver que data, como é que a gente  
9786 pode, porque senão isso depois acaba recaindo sobre a mesa diretora, e aí vai por e-mail  
9787 e fica muito mais complicado. Então, eu gostaria que a gente debatesse esse assunto  
9788 porque foi posto e não foi avançado.

9789  
9790 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9791  
9792 Sugiro que o Conselheiro Márcio e Heder já levante no calendário a data proposta para a  
9793 gente encaminhar e depois só apresentar a data do plenário.

9794  
9795 **Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras**

9796  
9797 Então através da solicitação do Conselheiro Heder e conforme está na nossa proposta da  
9798 pauta da reunião, a Audiência Pública que aconteceu na Comissão de Segurança Pública  
9799 na Câmara dos Deputados teve a presença na mesa do Presidente da Comissão que é o  
9800 Deputado Federal Domingos Dutra que é do PT do Maranhão. A presença do CEFEMEA  
9801 e a presença também do SESEC e do INESC e Articulação das Mulheres Brasileiras. Eu  
9802 estava falando da mesa, mas estava como CEFEMEA, enfim, mas concordo contigo.  
9803 Sentimos falta da presença do Ministério da Justiça que apesar do convite não foi nem  
9804 mandou representante. Ou seja, fato este que foi até relatado pelo Deputado Domingos  
9805 Dutra com o entendimento até de desrespeito para com a comissão e que, é claro, ele iria  
9806 cobrar dos órgãos competentes porque ninguém foi representando o Ministério da Justiça  
9807 ou governo numa audiência com tamanha importância. A audiência discutiu a questão,  
9808 colocou a questão do PPA e demonstrou o quanto nesse processo do plano plurianual o  
9809 Ministério da Justiça perde o recurso, vai sofrer mais um corte e o que é pior, o quanto  
9810 também do PRONASCI foi colocado como pagamento para cursos com relação aos  
9811 trabalhadores da Segurança Pública, mas como também não existe nenhum  
9812 levantamento da efetividade desses cursos, parecendo exclusivamente que era mais uma  
9813 complementação salarial do que uma responsabilidade de mudança comportamental. E  
9814 isso fez com que houvesse por parte dos Deputados uma colocação de preocupação e  
9815 também o entendimento de que boa parte dos recursos do Ministério da Justiça esse ano  
9816 no que diz respeito a temas como PRONASCI estão muito ligados aos grandes eventos  
9817 esportivos. Então é muito segurança voltada para grandes eventos esportivos. Então os  
9818 diálogos com essas áreas sociais diminui recursos e aumenta recursos justamente no que  
9819 diz respeito à segurança dos eventos esportivos. Então, tem uma preocupação da  
9820 Sociedade civil nesse campo e nós vamos aprofundar numa próxima Audiência Pública, e  
9821 no Grupo de Trabalho que foi aprovado a estar discutindo sobre esse tema lá no  
9822 congresso, porque gostaríamos que o Ministério da Justiça pudesse vir responder a estes

9823 questionamentos, Senhor Presidente, porque isso reflete um pouco também dentro das  
9824 colocações acerca daquilo que eu estava falando antes do almoço. Nós não temos e foi  
9825 colocado pelo representante do INESC que nós não tivemos um Plano Nacional de  
9826 Segurança Pública. E isso ele disse com todas as palavras que quando cobrávamos foi  
9827 dito aqui que o Ministério iria esperar autorização da presidenta Dilma para depois  
9828 apresentar a gente. E já estamos em dezembro. Ou a presidenta não autorizou ou ela  
9829 ainda não leu ou esse ano não teve plano. Porque essa é a nossa última reunião do  
9830 Conselho este ano e, se não me engano, ninguém apresentou para a gente o Programa  
9831 Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça durante o ano inteiro. Eu queria  
9832 então já propor como pauta da primeira reunião do ano que vem, além dessa prestação  
9833 do que foi feito que o Marcos apresentou a Regina como fórum geral aqui do nosso  
9834 Conselho, que também fosse dito para a gente que plano era esse ou que plano é esse,  
9835 por que a presidenta topou ou não topou e porque a gente não sabe de nada e é  
9836 Conselho Nacional de Segurança Pública. Então eu acho que esse é um primeiro ponto  
9837 de pauta que é importante. Também como outra sugestão de ponto de pauta é que nós  
9838 aprovamos aqui também depois, inclusive, da apresentação de uma representante do  
9839 Ministério da Justiça quando ela fez uma análise aqui de que em tudo o que diz respeito à  
9840 violência letal e homicídio, os negros são aqueles que são os que mais são vítimas dessa  
9841 violência. E, aqui então construímos uma pauta de que o Ministério da Justiça, foi  
9842 colocada uma pauta que seria um foco do Ministério da Justiça para construir uma  
9843 política sobre, isso e até agora não recebemos nenhum documentou encaminhamento e  
9844 queríamos sugerir como pauta também que o Ministério da Justiça nos coloque quais  
9845 encaminhamentos estão adotando a esse respeito.

9846  
9847 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9848  
9849 Conselheiro Benedito Mariano.

9850  
9851 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
9852 **Municipais de Segurança Pública**

9853  
9854 Quero reforçar a colocação do Conselheiro Marcos para que na primeira Reunião  
9855 Ordinária nossa em 2012, se é possível e o Marcos já sugeriu a presença do Ministro e aí  
9856 se apresente qual é o orçamento da SENASP para 2012, porque 2011 nós passamos  
9857 com edital de 38 milhões para os Municípios. Se não me engano, e aí são dados que  
9858 podem ser checados, mas, se não me engano em 2010, o Programa Nacional de  
9859 Segurança Pública investiu nos estados e nos municípios mais de um bilhão de reais. Em  
9860 2010. Um bilhão de reais. Em 2011 um bilhão se transformou em 38 milhões de reais,  
9861 não do PRONASCI, mas do Fundo Nacional de Segurança Pública. Então a questão,  
9862 mesa que eu acho que tem que ser pauta o ano que vem é: O Programa Nacional de  
9863 Segurança Pública vai continuar? Se não vai continuar, porque não se fala disso e fica  
9864 uma coisa que existe, mas não existe. É política do Ministro José Eduardo Cardoso e da  
9865 Presidente Dilma manter o Programa Nacional de Segurança Pública? Se não for, qual é  
9866 a alternativa para trabalhar com estados e municípios? Porque o PRONASCI é um  
9867 programa que estava criando perspectiva nacional. Nós sabemos pela mídia. Uma coisa  
9868 estranha do artigo do Luís Eduardo Soares citando a reunião com a Presidenta da  
9869 República que recusou o Programa Nacional de Homicídios que nós não conhecemos.  
9870 Não sei de onde inventou. Não deve ter inventário para fazer um artigo na folha de São  
9871 Paulo dizendo do programa que não foi aceito. Qual programa não foi aceito? Quais são  
9872 os pontos que não são aceitos? Tem lá um outro Programa Nacional de Homicídios. Terá

9873 o PRONASCI? Nós não temos respostas. Aí é do ponto de vista estrutural e política e  
9874 este Conselho vai ser cobrado disso, de pelo menos entender o que está acontecendo.  
9875 Os municípios, e eu falo aqui por 200 municípios que compõem o CONSEMS. Bolsa  
9876 Formação chegou a gastar na época do Secretário Balestreri quase um bilhão e ele vinha  
9877 aqui e dizia isso. Gastamos com o Bolsa Formação 800, 850 milhões de reais por ano.  
9878 Cortou praticamente todos os estados. A nossa guarda em São Bernardo que tinha 550  
9879 bolsas hoje tem 38. Então vai criando várias situações e praticamente não existe mais um  
9880 programa Bolsa Formação. Não tem Bolsa Formação e não tem Programa Nacional de  
9881 Segurança Pública. Qual é o projeto para 2012 que nós queremos apoiar, discutir e  
9882 colocar necessidade de ter um programa. Dou aparte.

9883  
9884 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**  
9885

9886 Até para a gente poder talvez pegar o teu gancho. Nós queremos que seja apresentada  
9887 uma resposta, a gente já apontou e já coloca isso aqui. Porque a gente pode tomar uma  
9888 decisão colegiada com o fórum que a gente tem aqui. Coisas internas nós podemos. E  
9889 essas suas perguntas que a SENASP apresente a informação.

9890  
9891 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
9892 **Municipais de Segurança Pública**  
9893

9894 Eu acho pertinente. Se a mesa permite podemos encaminhar de decisão colegiada  
9895 recursos para 2012.

9896  
9897 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**  
9898

9899 Decisão colegiada? Eu acho que nós estamos tratando aqui de pauta. Isso é possível  
9900 sim. Sem problema nenhum.

9901  
9902 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
9903 **Municipais de Segurança Pública**  
9904

9905 Então retomando ponto a ponto essas preocupações. Orçamento e pegando o gancho  
9906 que o Marcos levantou. Orçamento para 2012. Posição clara sobre um Programa  
9907 Nacional de Segurança Pública. O PRONASCI existe? Nós vamos falar? Se nós  
9908 pegarmos esse um ano, não teve nenhuma fala pública e política do Ministério da Justiça  
9909 sobre o PRONASCI. Eu não quero aqui fazer a defesa da administração anterior, do  
9910 Tarso Genro ou de quem estava. Tinha dificuldades, mas foi o Programa que o Brasil  
9911 inteiro conheceu e de repente não se discute mais. Se a Flávia ajudar. Nós queremos  
9912 botar alguns pontos na tela.

9913  
9914 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**  
9915

9916 Na verdade isso é uma proposta de pauta que nós estamos colocando. Coloca Flávia,  
9917 encaminhamento produzido pelo Conselheiro Benedito Mariano. Espera aí, Conselheiro.  
9918 Só um instante para a gente organizar. Encaminhamentos. Vamos relacionar todos.

9919  
9920 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
9921 **Municipais de Segurança Pública**  
9922

9923 Orçamento 2012. Posição do Ministério da Justiça sobre o PRONASCI. Orçamento 2012  
9924 para a SENASP. Porque esse ano basicamente foi Fundo Nacional de Segurança  
9925 Pública. Qual é o orçamento da SENASP para 2012. Posição com relação ao Programa  
9926 Nacional de Segurança Pública. Vai existir, continuar ou não? PRONASCI. Bolsa  
9927 Formação, o programa vai continuar ou não. São as preocupações que todo mundo fala e  
9928 não traz aqui. E, por último, o Programa de Redução dos Homicídios. Não foi aceita a  
9929 notícia pública é que a Presidente não aceitou o programa. Se tem perspectiva de ter um  
9930 outro programa ou qual é o programa que vai ser apresentado em 2012. É de Homicídio,  
9931 o PRONASCI ou um novo? Essas são questões de fundo que se tiver, nós podemos  
9932 transmitir não só para o Ministério, mas para a Secretaria Nacional da Presidência, para  
9933 outros órgãos essas questões que um Conselho que representa a Sociedade civil, os  
9934 trabalhadores e os gestores estão preocupadas para 2012. Nós queremos fortalecer uma  
9935 Política Nacional de Segurança Pública e sem essas questões não conseguimos dar  
9936 nossa cota de contribuição, Presidente.

9937  
9938 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9939  
9940 Obrigado, Conselheiro. Com a palavra o Conselheiro Marcos Rezende para que seja  
9941 lançado como proposta.

9942  
9943 **Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras**

9944  
9945 Eu tinha feito então uma sugestão anterior e diz respeito a essa questão do Plano  
9946 Nacional de Segurança Pública e também quais as medidas efetivas do Ministério da  
9947 Justiça uma vez que ele entendeu, houve entendimento aqui que a violência letal com  
9948 relação aos jovens negros era uma prioridade devido às próprias explicações do Ministério  
9949 qual é o programa, projeto ou pensamento que o Ministério está construindo para tratar  
9950 dessas questões. Ou seja, qual a política do Ministério da Justiça no que diz respeito à  
9951 redução da violência letal contra os jovens negros?

9952  
9953 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9954  
9955 Marcos Costa.

9956  
9957 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

9958  
9959 Eu gostaria que na verdade a gente visse agora se concorda ou não concorda.

9960  
9961 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9962  
9963 Só a título de esclarecimento. Nós temos uma rotina de pauta e nós temos uma mesa  
9964 que vai inclusive com uma rotina estabelecida. O que os Conselheiros estão dando são  
9965 sugestões que serão analisadas no tempo devido.

9966  
9967 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

9968  
9969 São propostas para a primeira Reunião Ordinária, Presidente.

9970  
9971 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9972



9973 Então não precisa reunião da mesa diretora.

9974

9975 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

9976

9977 Tem outras coisas, tem outras demandas.

9978

9979 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

9980

9981 Conselheiros, a mesa só apontou o seguinte, nós deliberamos aqui que haveria uma  
9982 mesa diretora que iria fazer análise das sugestões que seriam encaminhadas. Eu creio  
9983 que até a título de sugestões é interessante para que a mesa diretora já tenha esses  
9984 dados, mas nós estamos mais uma vez mudando um procedimento que já foi  
9985 estabelecido aqui.

9986

9987 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
9988 **Municipais de Segurança Pública**

9989

9990 Questão de ordem, Presidente. Eu acho que uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra  
9991 coisa. Nós respeitamos e achamos importante a mesa diretiva aqui. O que está sendo  
9992 colocado é que para início de 2012 o Pleno entende que essas questões levantadas são  
9993 questões estruturais e devem ser a pauta da próxima reunião, a primeira Reunião  
9994 Ordinária de 2012. Isso não é desrespeito, porque a Comissão Diretiva não está acima do  
9995 Pleno. Se o Pleno entender que esses são os pontos fundamentais para iniciar o debate  
9996 de 2012, o Pleno só organiza o que é de dia, na parte da manhã, na parte da tarde e no  
9997 segundo dia. Porque o Pleno tem condições aqui de definir o que é prioridade para uma  
9998 Reunião Ordinária. Então não desrespeita à mesa diretiva, mas é uma preocupação que  
9999 data vênha eu acho que a mesa e presidência devia abraçar, porque isso aqui é bom para  
10000 o CONASP, para o Ministério da Justiça e é bom para a Sociedade.

10001

10002 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

10003

10004 Conselheiro, o Senhor confundiu minha fala. Eu não estabeleci juízo de valor com relação  
10005 ao mérito. Em momento algum eu disse que não seria importante nenhum ponto desse.  
10006 Não foi isso que eu disse. O que eu disse é que o Pleno estabeleceu um procedimento  
10007 para definição da pauta. Foi isso que eu disse. O que eu disse é que seria interessante  
10008 que todos esses pontos seriam relacionados para que esse procedimento fosse  
10009 estabelecido. Não creio que tenha feito e nem me cabe, concordo plenamente com o que  
10010 o Senhor disse, esses temas são fundamentais e importantes. O que a mesa e o  
10011 Presidente na verdade coloca na sua função de Presidente é lembrar aos Conselheiros  
10012 que existe um procedimento com relação a isso. Análise do mérito? Não foi isso que eu  
10013 fiz. Pelo contrário. Fiz só lembrar que existe um procedimento.

10014

10015 **Benedito Domingos Mariano - Conselho Nacional de Secretários e Gestores**  
10016 **Municipais de Segurança Pública**

10017

10018 Presidente, considerando o seu encaminhamento, é um apelo à mesa diretiva que  
10019 entenda essas propostas. Só apelo para a gente definir as questões. Agora do jeito que o  
10020 Senhor colocou que eu entendi que a diferença é que as decisões do Pleno, mesmo  
10021 aquelas que são padronizadas por nós, como não é uma mudança de fundo são

10022 propostas para uma reunião, ela pode em razão dos temas mesmo não entrando no  
10023 mérito de já serem definidas aqui.

10024  
10025 **Aginaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

10026  
10027 Vamos definir, não criemos um cavalo de batalha. Pois não, Conselheiro Marcos Costa.

10028  
10029 **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP**

10030  
10031 Veja bem, a mesa diretora recebe propostas individuais dos Conselheiros e vai  
10032 organizando. Isso é uma coisa. Outra coisa, o plenário sempre pode dizer e decidir que  
10033 na próxima reunião este item estará na pauta e pronto. O plenário pode decidir e já  
10034 decidiu isso várias vezes. Nós incluímos esse ponto como pauta e a mesa não pode  
10035 mudar isso, entendeu?

10036  
10037 **Aginaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

10038  
10039 Pela ordem. Só um instante, pessoal. Que isso não seja motivo de discussão. Vamos  
10040 tocar, vamos seguir. Não tem problema nenhum. Vamos votar. Nós não temos  
10041 divergência nenhuma com relação a isso. Vamos seguir.

10042  
10043 **Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**  
10044 **Estaduais**

10045  
10046 Eu só queria lembrar só para encerrar, porque eu sou trabalhador, represento e quero me  
10047 sentir à vontade de compreender isso tudo, e principalmente a proposta é de pauta. Ao  
10048 apresentar aqui antes de iniciar a reunião, nós aprovamos se terá ou não. Mesmo que a  
10049 mesa diretora se reúna, traga uma proposta de pré pauta, e se chegar aqui e tiver que  
10050 derrubar, derruba tudo.

10051  
10052 **Aginaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

10053  
10054 Para encerrar a discussão, você também não me entendeu. O que eu disse não foi isso.  
10055 Eu disse vamos seguir. Toca para a gente encaminhar. Vamos seguir. Caso mais alguém  
10056 tenha alguma sugestão, vamos inserir e ao final a gente delibera. Tem mais alguma  
10057 sugestão para essa questão? Algum dos Conselheiros não concorda com essa proposta?  
10058 Todos concordam? Está aprovada. Mais algum Conselheiro quer fazer uso da palavra?  
10059 Então informo que aqui em frente haverá um "coffee break". Os 13 presentes aprovaram  
10060 e até a próxima, se Deus quiser. Bom retorno a todos a seus estados. Sim, datas. Sim,  
10061 Conselheiro Márcio. Conselheiro Márcio com a data. Trazendo aqui para as Conselheiras  
10062 e Conselheiros. Márcio com relação às datas possíveis.

10063  
10064 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**  
10065 **Transexuais**

10066  
10067 Levando em consideração que o orçamento para trabalhar com passagens e diárias só  
10068 abre segundo a Secretaria-Executiva a partir do dia 15 de janeiro, pensamos como  
10069 proposta inicial para extraordinária 1 e 2 de fevereiro, e para ordinária em razão do  
10070 carnaval, é Audiência Pública. E para primeira ordinária para não passar o período de  
10071 dois meses de intervalo, nos dias 27, 28 e 29 de fevereiro. Tem 29? Eu acho que sim.

10072 Nós olhamos no calendário e tinha 29 lá. 6 e 7? Fica muito em cima da outra. É 1 e 2 de  
10073 Fevereiro. Isso reduz bastante o tempo entre uma e outra, mas enfim está para a gente  
10074 discutir de fato.

10075  
10076 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

10077  
10078 Cinco e seis de fevereiro, alguém tem algum problema para essa data? 6 e 7 de  
10079 fevereiro? É segunda e terça-feira.

10080  
10081 **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**  
10082 **Transexuais**

10083  
10084 Até porque, Marcos Rezende, dia 2 vou para o Rio Vermelho.

10085  
10086 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

10087  
10088 27, 28 e 29. Então ficam então aprovadas para a reunião Audiência Pública extraordinária  
10089 dia 6 e 7 de fevereiro. Reunião Ordinária 27, 28 e 29 de fevereiro. Dia 05 só a Câmara  
10090 Técnica. Não dá é domingo. Então 8 posterior. Marcos Rezende. Conselheiros, por favor,  
10091 Conselheiro Marcos Rezende com a palavra.

10092  
10093 **Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras**

10094  
10095 Tem uma solicitação feita com relação à recomendação para o Instituto de Identificação  
10096 da Bahia que é da Federação Nacional dos Papiloscopistas não pode ser colocado em  
10097 votação e quero que conste em Ata, justamente porque não tivemos quorum suficiente  
10098 para aprovar. E aí a gente coloca nessa pauta para a próxima reunião.

10099  
10100 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**

10101  
10102 Mais alguma questão? Não? Então Senhores e Senhoras, bom retorno a todos, até o dia  
10103 6 de fevereiro de 2012. Abraço a todos e bom retorno.

10104  
10105  
10106  
10107  
10108  
10109  
10110  
10111  
10112  
10113  
10114  
10115  
10116  
10117  
10118  
10119  
10120  
10121

